

ANA KAROLINY TEIXEIRA DA COSTA



**CONFLUÊNCIAS ENTRE EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA PRÁTICA POLÍTICA DA
DORCELINA DE OLIVEIRA FOLADOR EM MUNDO NOVO-MS (1981-1999)**

ANA KAROLINY TEIXEIRA DA COSTA

**CONFLUÊNCIAS ENTRE EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA PRÁTICA POLÍTICA DA
DORCELINA DE OLIVEIRA FOLADOR EM MUNDO NOVO-MS (1981-1999)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na linha de pesquisa “História da Educação, Memória e Sociedade”, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado.



**DOURADOS-MS
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C838c Costa, Ana Karoliny Teixeira Da

CONFLUÊNCIAS ENTRE EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA PRÁTICA POLÍTICA DA
DORCELINA DE OLIVEIRA FOLADOR EM MUNDO NOVO-MS (1981-1999) [recurso

eletrônico] / Ana Karoliny Teixeira Da Costa. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Alessandra Cristina Furtado.

Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Estudos biográficos. 2. Trajetória formativa. 3. Educação de mulheres. 4. Biografia. 5.
Arquivo pessoal. I. Furtado, Alessandra Cristina. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a
fonte.

ANA KAROLINY TEIXEIRA DA COSTA

**CONFLUÊNCIAS ENTRE EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA PRÁTICA POLÍTICA DA
DORCELINA DE OLIVEIRA FOLADOR EM MUNDO NOVO-MS (1981-1999)**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Presidente da Comissão (Orientadora)

Profa. Dra. Lia Machado Fiuza Fialho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Membro Titular

Profa. Dra. Rosa Lydia Teixeira Correa
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
Membro Titular

Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Membro Titular

Profa. Dra. Kênia Hilda Moreira
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Membro Titular

Profa. Dra. Magda Carmelita Sarat Oliveira
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Membro Suplente

**DOURADOS-MS
2024**

*Aos meus pais Antonio e Francisca, por me ensinarem a
importância do aprender.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me manter firme em todas as fases da minha vida.

Aos meus pais, por não pouparem amor e cuidado.

À minha irmã, Adriana, por, mesmo na distância, ser o meu ponto de apoio e segurança.

Ao Lucas, por estar sempre ao meu lado.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFGD, por possibilitar o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha orientadora, a professora Doutora Alessandra Cristina Furtado, por ter aceitado o desafio de orientar uma pesquisa sobre trajetória biográfica.

Às professoras que compuseram a Banca de Qualificação e Defesa, Profa. Dra. Lia Machado Fiuza Fialho, Profa. Dra. Rosa Lydia Teixeira Correa, Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha, Profa. Dra. Kênia Hilda Moreira, o meu muito obrigada pelas contribuições para este trabalho.

À família de Dorcelina de Oliveira Folador, especialmente, Jéssica e Hindyra, por ter prontamente acolhido essa proposta de pesquisa.

Aos amigos e companheiros partidários de Dorcelina de Oliveira Folador, especialmente, Humberto Carlos Ramos Amaducci e Lupércio Ariano, por contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos doutorandos em Educação da Turma 2019. Pessoas maravilhosas que tive a honra de conhecer e partilhar da dor e da alegria do aprender.

Aos demais que, de algum modo, vieram a contribuir para esta Tese, seja na partilha do conhecimento seja em uma palavra de incentivo.

O meu muito obrigada a todos.

Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?

Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.

(...)

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralistem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

(Andrade, 2000, p. 15-17).

RESUMO

Os estudos biográficos contribuem sobremaneira para o enriquecimento das pesquisas no campo da História da Educação, uma vez que, a partir do exercício de construção de uma narrativa acerca das práticas de um sujeito em interface com o contexto histórico vigente, possibilita ao pesquisador acessar vestígios de uma coletividade social. No caso desta Tese, aborda-se a trajetória biográfica de Dorcelina de Oliveira Folador, no entrelace da história da Educação e da política do estado de Mato Grosso do Sul. Dorcelina de Oliveira Folador foi a única mulher eleita prefeita no município de Mundo Novo-MS, além disso, foi a primeira mulher deficiente e representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra a ocupar um cargo de prefeita no Brasil. Nessa perspectiva, adota-se como objetivo para este trabalho registrar a trajetória de formação da biografada Dorcelina de Oliveira Folador, com ênfase na análise do capital cultural e na rede de sociabilidade construídos por ela, como meios para se estabelecer inserções profissionais na área da Educação e na política em solo sul-mato-grossense, entre os anos de 1981 e 1999. O recorte temporal utilizado tem como fundamento acompanhar mais atentamente as nuances políticas aplicadas ao contexto educacional nacional e regional, bem como aquelas manifestadas na economia e na religião local, as quais de algum modo vieram a contribuir para a formação identitária da biografada. Assim sendo, elege-se o ano de 1981, que marca a entrada de Dorcelina de Oliveira Folador na Primeira Série do Segundo Grau no curso de Magistério e finda no ano de 1999, quando a biografada vem a falecer. A metodologia adotada, para tanto, tem como viés a pesquisa histórico-documental, tomando como principais fontes de pesquisa o trato com os acervos privados disponibilizados por familiares e amigos de Dorcelina de Oliveira Folador, entrecruzados a documentos produzidos e conservados por instituições públicas, além de o apoio bibliográfico que se tem sobre o assunto, a fim de dar a conhecer, registrar, analisar e preservar a trajetória biográfica e, nessa, as práticas de sujeitos históricos, no caso, femininos, para o cenário educacional sul-mato-grossense. São discussões feitas à luz de teóricos tais como Bourdieu (1996), Artières (1998), Certeau (1998), entre outros. Assim, com este trabalho de pesquisa, tornou-se possível refletir acerca dos desafios que o historiador da educação tem na relação com as suas fontes e com a escrita da narrativa historiográfica, sendo preciso, para tanto, a adoção de um rigor metodológico. A partir do trabalho de pesquisa realizado, também se verificou o quanto os estudos biográficos ainda podem contribuir para as pesquisas no campo da História da Educação. Do mesmo modo, foi possível constatar que Dorcelina de Oliveira Folador conseguiu acessar o espaço político de Mundo Novo-MS a partir da relação dialógica entre os microcosmos educação, religião e política e, junto a isso, a partir das articulações desenvolvidas pela biografada ao lançar mãos do seu capital cultural e das suas redes de sociabilidade.

Palavras-chave: Estudos biográficos. Trajetória formativa. Educação de mulheres. Biografia. Arquivo pessoal.

ABSTRACT

Biographical studies greatly contribute to the enrichment of research in the field of History of Education, since, through the exercise of constructing a narrative about the practices of a subject in interface with the current historical context, it allows the researcher to access traces of a social collectivity. In the case of this Thesis, the biographical trajectory of Dorcelina de Oliveira Folador is addressed, in the intertwining of the history of Education and politics in the state of Mato Grosso do Sul. Dorcelina de Oliveira Folador was the only woman elected mayor in the municipality of Mundo Novo- MS, in addition, was the first disabled woman and representative of the Landless Rural Workers Movement to hold a position as mayor in Brazil. From this perspective, the objective of this work is to record the training trajectory of the biographed Dorcelina de Oliveira Folador, with an emphasis on the analysis of the cultural capital and the sociability network built by her, as means to establish professional insertions in Education and in politics in Mato Grosso do Sul, between 1981 and 1999. The temporal cut used is based on following more closely the political nuances applied to the national and regional educational context, as well as those manifested in the local economy and religion, which in some way contributed to the identity formation of the subject. Therefore, the year 1981 was chosen, which marks the entry of Dorcelina de Oliveira Folador into the First Series of the Second Degree in the Teaching course and ends in the year 1999, when the biographer died. The methodology adopted, for this purpose, is biased towards historical-documentary research, taking as its main sources of research dealing with the private collections made available by family and friends of Dorcelina de Oliveira Folador, intertwined with documents produced and preserved by public institutions, in addition to of the bibliographical support available on the subject, in order to make known, record, analyze and preserve the biographical trajectory and, in this case, the practices of historical subjects, in this case, females, for the educational scenario in Mato Grosso do Sul . These are discussions made in the light of theorists such as Bourdieu (1996), Artières (1998), Certeau (1998), among others. Thus, with this research work, it became possible to reflect on the challenges that the education historian has in the relationship with his sources and with the writing of the historiographic narrative, requiring, for this purpose, the adoption of methodological rigor. From the research work carried out, it was also verified how much biographical studies can still contribute to research in the field of History of Education. In the same way, it was possible to verify that Dorcelina de Oliveira Folador was able to access the political space of Mundo Novo-MS based on the dialogical relationship between the microcosms of education, religion and politics and, along with this, based on the articulations developed by the biographer when launching hands of their cultural capital and their sociability networks.

Keywords: Biographical studies. Training trajectory. Women's education. Biography. Personal archive.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Mapa do estado de Mato Grosso do Sul com destaque para o município de Mundo Novo.	32
Imagem 2	A caixa de madeira de Dorcelina de Oliveira Folador	61
Imagem 3	As múltiplas Dorcelinas	62
Imagem 4	Dorcelina de Oliveira Folador na campanha para prefeita (1996)	91
Imagem 5	Dorcelina de Oliveira Folador com a Diretoria do JUMAC (1984)	93
Imagem 6	Dorcelina nas atividades políticas do PT	94
Imagem 7	Dorcelina discursa em comício para a sua candidatura a prefeita do município de Mundo Novo-MS (1996)	95
Imagem 8	Caderno de Modelos de Dorcelina de Oliveira Folador	97
Imagem 9	Cerimônia de posse da Dorcelina de Oliveira (Folador) – 1997	98
Imagem 10	Publicização das estruturas precárias do município de Mundo Novo - MS (dezembro de 1996)	99
Imagem 11	Mapa de localização do Município de Goioerê-PR	102
Imagem 12	Histórico Escolar de 1º Grau da Dorcelina de Oliveira	103
Imagem 13	Histórico Escolar do 2º Grau cursado por Dorcelina de Oliveira	114
Imagem 14	O presidente Emílio Garrastazu Médici anuncia, em 25 de junho de 1971, a reforma no ensino destinada a criar a “educação profissionalizante”	118
Imagem 15	Caderno do Curso de Magistério de Dorcelina de Oliveira	122
Imagem 16	Caderno do Curso de Magistério da Dorcelina - misturas de texturas	124
Imagem 17	Atividade Escolar aplicada por Dorcelina de Oliveira	126
Imagem 18	Dorcelina de Oliveira - primeira metade da década de 1980	128
Imagem 19	Registro do casamento de Dorcelina de Oliveira com César Folador (1985).	131
Imagem 20	Capa de caderno com desenho pintado à mão (1995)	146

Imagem 21	Registro de preparação de cerimônia religiosa (1995)	148
Imagem 22	Registros de atividades políticas de Dorcelina de Oliveira Folador (1995)	150
Imagem 23	Registros de atividades políticas de Dorcelina de Oliveira Folador (1995) – Filiações.	151
Imagem 24	Investigações contra o ex-prefeito José Carlos da Silva (1997)	161
Imagem 25	Folheto de candidatura para Deputada Estadual (1994)	165
Imagem 26	Investigações contra o ex-prefeito José Carlos da Silva (1997)	167
Imagem 27	Caderno de Dorcelina de Oliveira Folador com anotações para realização de protestos contra o prefeito José Carlos da Silva (1995)	169
Imagem 28	Discurso de Dorcelina de Oliveira Folador em manifestação contra o governo de José Carlos da Silva e Ademar Antonio da Silva (1995)	170
Imagem 29	Batismo do PT	171
Imagem 30	I Encontro de Mulheres do PT (1995)	172
Imagem 31	Eleições para prefeitura de Mundo Novo (1996)	174
Imagem 32	Campanha eleitoral para a prefeitura de Mundo Novo - MS (1996)	175
Imagem 33	Dorcelina e Kleber promovem uma carrociata em Mundo Novo (1996)	176
Imagem 34	Comício da chapa Dorcelina Folador e Kleber (1996)	177
Imagem 35	Dorcelina de Oliveira Folador ao lado de José Dirceu (1996)	180
Imagem 36	Discurso de Zeca do PT durante comício de Dorcelina de Oliveira Folador (1996)	181
Imagem 37	Papo sobre fé e política (1992)	182
Imagem 38	A gestão inovadora de Dorcelina de Oliveira Folador (1997)	183
Imagem 39	Dorcelina de Oliveira Folador protocola Inquérito contra desvios cometidos pelo ex-prefeito Ademar Antonio da Silva (DEMA) - 1997	185
Imagem 40	Capa da pasta que contém cartas de ataques ao governo de Dorcelina de Oliveira Folador e Crônicas postadas em jornais regionais (1998)	187

Imagem 41	Boletim de Ocorrência registrado por Dorcelina de Oliveira Folador em 3 de agosto de 1998	188
Imagem 42	IDH-M do município de Mundo Novo em comparação a outras localidades (1991)	193
Imagem 43	Dorcelina vence o processo para obtenção de Royalties repassados pela hidrelétrica Itaipú	197
Imagem 44	Capa da Cartilha Bolsa Escola de Mundo Novo (1998)	200
Imagem 45	Matéria de Jornal com composição dos conselheiros do OP	205
Imagem 46	Jornal Pé no Bairro com nota introdutória de definição do programa	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Total de trabalhos obtidos para o descritor “Dorcelina de Oliveira Folador”	39
Tabela 2	Trabalhos obtidos em levantamento no portal da CAPES/CNPq	42
Tabela 3	Trabalhos selecionados no levantamento feito no portal da CAPES/CNPq	42
Tabela 4	Grau de instrução da população maior de quatro anos de idade em Mundo Novo – 1996	190

LISTA DE SIGLAS

CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão das Pastorais da Terra
CRE 8	Coordenadoria Regional de Educação do Mato Grosso do Sul, com sede em Naviraí-MS
HEM	Habilitação Específica de Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JUMAC	Juventude Mensageira do Amor de Cristo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso
OP	Orçamento Participativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	16
1	INTRODUÇÃO.....	26
2	REVISÃO DA LITERATURA E PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	38
2.1	As produções acadêmicas existentes sobre Dorcelina de Oliveira Folador e as pesquisas que tratam da Trajetória Biográfica.....	39
2.2	O respaldo teórico-metodológico desta pesquisa	51
3	FIOS QUE SE TRAMAM: PASSAGENS SOBRE A INFÂNCIA E A JUVENTUDE DA DORCELINA DE OLIVEIRA (FOLADOR).....	90
3.1	De Goioerê-PR a Mundo Novo-MT/MS.....	101
3.2	Entrada de Dorcelina de Oliveira no Curso de Habilitação Específica para o Magistério (HEM) e o seu ingresso como professora.....	113
3.3	O Casamento de Dorcelina de Oliveira e a sua inserção na Política.....	130
4	CONFLUÊNCIAS ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO NAS PRÁTICAS DE DORCELINA DE OLIVEIRA FOLADOR..	134
4.1	Atuação de Dorcelina de Oliveira (Folador) nas Pastorais e no grupo Juventude Missionário (JUMAC).....	135
4.2	A participação de Dorcelina de Oliveira Folador no MST do MS.....	145
5	A TRAJETÓRIA POLÍTICA DA DORCELINA DE OLIVEIRA FOLADOR E OS SEUS PROGRAMAS DE GOVERNO	158
5.1	História política do município de Mundo Novo.....	158
5.2	Experiências políticas de Dorcelina de Oliveira Folador.....	163
5.3	As redes de sociabilidade de Dorcelina de Oliveira Folador em favor da sua inserção política.....	178
5.4	Gestão de Dorcelina de Oliveira Folador e o seu olhar para os programas políticos de cunho sociais voltados para a Educação....	183
5.5	A implementação do programa Bolsa Escola em Mundo Novo.....	189
5.6	A instrumentalização do Orçamento Participativo em Mundo Novo.....	201
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
	REFERÊNCIAS.....	211
	ANEXO - OFÍCIO DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MS.....	228
	APÊNDICE – CATALOGAÇÃO ARQUIVO DORCELINA..	230

APRESENTAÇÃO¹

No fiar da vida...

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão (Rosa, 1994, p. 25-26).

Logo na arguição do pré-projeto de pesquisa, numa tarde primaveril do ano de 2018, acordada como uma das etapas do processo seletivo para ingressar no curso de doutorado em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, da cidade de Dourados, em Mato Grosso do Sul, foi feita uma indagação que veio a marcar a trajetória desta pesquisa: o que motivou a escolha deste tema de pesquisa?

Há de se confessar que, naquele momento, seja pela ansiedade ou pela falta de tato com os instrumentos propostos para a pesquisa, não foi possível elaborar uma resposta precisa e “arredondada”.

Como é presumível, o projeto proposto passou por reformulações ao longo de quatro anos de curso de doutorado, a partir das quais os objetivos estabelecidos inicialmente foram remodelados e a famosa “tese da tese”, afinada. Mas, uma coisa permaneceu imutável no trabalho: o desejo de narrar histórias de mulheres.

Hoje, apoiando-me em reminiscências, torna-se possível compreender que parte deste anseio por investigações sobre a história de mulheres tenha como catalisador a minha formação educacional no curso de licenciatura em Letras (2009) e no mestrado em Literatura e Práticas Culturais (20013), ambos feitos na faculdade de Comunicação, Artes e Letras da UFGD (FACALE/UFGD), sob a orientação do professor Doutor Rogério Silva Pereira (FACALE/UFGD).

¹ Por se tratar do elemento pré-textual de um trabalho acadêmico (Normativa ABNT NBR 14724), lançou-se mão da liberdade poética para a produção desta parte do texto em primeira pessoa do singular.

Ao longo do curso de graduação e do mestrado mencionados foram desenvolvidos projetos de pesquisas² que tinham, dentre outros propósitos, refletir acerca das representações de personagens protótipos de sujeitos socialmente marginalizados (mulheres, negros, migrantes e etc.) dentro dos gêneros ficcionais, no espaço fronteiro do Modernismo com a Literatura Brasileira Contemporânea. Assim, aos poucos, abriu-se uma fresta no mundo das interpretações textuais, das intenções discursivas, das demarcações de espaços de fala e de silenciamentos, dos jogos de palavras, das representações, entre outros.

São propostas que se fazem pertinentes para pensar também, agora no campo da História da Educação, as produções discursivas não ficcionais dos espaços públicos. Aproximando-se dos estudos pretendidos no campo da História da Educação, há de se questionar acerca da história sul-mato-grossense produzida por historiadores. Faz-se indispensável questionar os espaços públicos ocupados por mulheres, no caso, quais as atuações dessas mulheres nos espaços político e educacional e, da mesma forma, como elas são retratadas nas narrativas historiográficas.

Mas, compreendo que essa necessidade de investigar a história de mulheres não se limita a uma formação acadêmica. Trata-se apenas de uma parcela da possível resposta à indagação feita durante o processo seletivo sobre a minha escolha para o tema e objeto desta pesquisa a serem desenvolvidos no curso de doutorado.

Desse modo, tem-se que, ao lado das reflexões produzidas dentro do espaço acadêmico também se aflorou uma necessidade de respostas acerca do espaço destinado às mulheres habitantes em regiões fronteiriças do país, como é o meu caso, uma vez que sou originária da região sul do estado de Mato Grosso do Sul, próximo à fronteira com o Paraguai.

² Projeto PIBIC/CNPq/UFGD (agosto de 2007 a julho de 2008). *Fronteiras da Literatura Brasileira Contemporânea: A imagem da personagem marginal segundo o olhar do narrador nas obras Uma vida em segredo de Autran Dourado (1964) e Vidas secas de Graciliano Ramos (1938).*

Projeto PIBIC/CNPq/UFGD (agosto de 2008 a julho de 2009). *Fronteiras da Literatura Brasileira Contemporânea: Vozes Marginalizadas: Estudo da narrativa literária em Quarto de despejo (1960).*

Trabalho de Conclusão de Curso (2009). *Vozes marginalizadas: estudo da narrativa literária em Quarto de despejo (1960).*

Dissertação de Mestrado (2013). *Do diário ao romance: representação literária em Quarto de Despejo (1960) e Pedacos da Fome (1963), de Carolina Maria de Jesus.*

Nesse aspecto, mostrou-se determinante voltar no tempo, pairar sobre o contexto divisionista e expansionista do antigo sul do estado de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul (1977), e adentrar na história político-econômica das suas primeiras duas décadas de existência como estado, para questionar os espaços sociais destinados às mulheres que, mesmo diante de desafios postos pela divisão entre homens e mulheres na circulação e ocupação de espaços públicos em contexto social, contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento educacional, político e social dessa porção geográfica. Refletir sobre esses aspectos é também em determinada medida uma ação afirmativa sobre o meu espaço de fala, trata-se de um meio pelo qual busco estabelecer concatenações com a minha própria história e dos meus familiares com a história do espaço onde habitamos.

Fui criada em uma família predominantemente feminina e parece curioso ver as histórias dessas mulheres, especialmente da minha avó materna, Maria de Oliveira Dias, em memória, tangenciar e se distanciar da história oficial de Mato Grosso do Sul. É intrigante que na história do nascimento de um “estado modelo” (Bittar, 1999) para o processo de divisão entre estados e de progresso econômico e, posteriormente, na passagem histórica da ditadura civil-militar a um democrático em solo nacional, não se encontrem tantas protagonistas do *seu* feminino em registros historiográficos tradicionais.

A começar pelos meus avós maternos, tem-se que Maria e Otelino Dias Ferreira, em memória, vieram de Minas Gerais. Eles fizeram parte da história econômica brasileira que tinha em seu seio extratores de minérios e de trabalhadores que atuavam nos campos em colheitas de café e de algodão nas fazendas da região de Minas Gerais e do Espírito Santo. Atraídos pelas propostas de terras produtivas e com preço acessível, no início da década de 1960, vieram para a região de Itaporã os meus avós maternos, juntamente ao filho primogênito do casal e os pais de Maria, acompanhados dos demais filhos. Uma vez em Itaporã, essas famílias trabalharam em diversas fazendas da Gleba de Santa Terezinha, no distrito de Carumbé, na fazenda Santa Rosa, entre outros nomes que por vezes surgiam nas histórias da minha avó. Mais tarde, o meu avô passou a trabalhar como cozinheiro nas comitativas responsáveis por construir as estradas do antigo sul de Mato Grosso, passando longos períodos longe da família. Por conseguinte, coube à Maria, a única referência para mim dessa linhagem de avós, sustentar e educar oito filhos, sendo seis mulheres

(Olenice, Maria Isabel, Izalina, Francisca, Arlete - em memória - e Maria Aparecida) e dois homens (Juraci - em memória - e Francisco), com os quais tive contato desde que nasci.

Com os filhos maiores, no início da década de 1970, Maria se mudou com a família para a cidade de Dourados, onde passou a trabalhar, às duras penas, como lavadeira – em um momento onde as máquinas de lavar ainda exigiam de seus usuários um contato maior com as roupas e, por vezes, “pediam” que as mais claras fossem quaradas em caldeirões de águas ferventes em fogo a lenha –, em casas de família, em pensões e em dois hospitais da cidade, primeiro no Hospital Regional e, depois, na clínica Cardiovida, a qual viria a se transformar tempos depois em Hospital do Coração. Todavia, Maria conseguiu construir uma casa de alvenaria e desfrutar de uma relativa estabilidade financeira somente a partir da década de 1990, quando passou a complementar a sua renda com a venda de produtos de revistas de perfumarias e com a reforma de roupas hospitalares do Hospital do Coração.

Sobre os meus avós paternos, Matilde Lázara de Moraes e Gabriel Teixeira da Costa, pouco se sabe. As informações que se tem se limitam a relatos esparsos contados pelo meu pai, o qual é o filho mais novo dentre os onze filhos do casal nascidos vivos. O meu pai contou que a mãe faleceu quando ele tinha apenas quinze anos. Um ano depois disso, o meu avô veio com os filhos solteiros de Urupês, interior de São Paulo, para o sul do antigo Mato Grosso, no ano de 1965, depois de ouvir de uma prima casada com um rapaz “dos Clementes”, cuja família tinha uma chácara na região, o quanto as terras desse lugar eram baratas e produtivas. Assim, o meu avô comprou um sítio no Barreirinho, na região rural do município de Dourados.

Desse modo, sou filha de Francisca Dias Ferreira Costa, natural de Carumbé, distrito de Itaporã, município localizado no interior do antigo sul de Mato Grosso, e de Antonio Teixeira da Costa, natural de Urupês, interior de São Paulo. Tenho uma irmã quatro anos mais velha, Adriana Carla Teixeira da Costa, nascida em Dourados e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS. Sou aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFMS, UFMS, turma 2020.

Nasci no dia vinte e cinco de junho do ano de 1988, no município de Dourados, localizado na região centro-sul de Mato Grosso do Sul, entre a Serra de Maracajú e a Bacia do Rio Paraná, a 235 quilômetros de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. Fundado em 1935, o município de Dourados teve um

crescimento lento até meados da década de 1950, quando, por uma manobra política durante a gestão do presidente Getúlio Vargas, buscou-se estimular a ocupação dessa porção geográfica e o cultivo dessas terras, transformando-se, assim, em espaço de intenso fluxo migratório e um importante centro agrícola, a partir da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que abrangia uma extensa área correspondente às regiões dos municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Douradina, Glória de Dourados e Deodápolis, como disserta Suzana Gonçalves Batista Naglis (2008). Dessa forma, o município de Dourados veio a se consolidar como um importante centro agropecuário e de serviços a partir da década de 1990.

Atualmente, Dourados é considerado um importante centro agropecuário, comercial, industrial e de serviços da região. Conforme Romero *et al* (2018), trata-se do segundo município com maior arrecadação de ICMS do estado e a sua população representa 14% (quatorze por cento) do total de habitantes de Mato Grosso do Sul. Com relação ao setor educacional, ainda de acordo com Romero *et al* (2018), o município de Dourados se destaca como cidade universitária, de modo a contar com quatro universidades presenciais, sendo duas públicas e duas particulares, quais sejam: a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), o Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e a Faculdade Anhanguera de Dourados. Por essa característica, faz parte da dinâmica econômica e cultural do município o fluxo de estudantes advindos de outras localidades para estudar em uma das instituições mencionadas.

Fiz o ensino fundamental, da antiga pré-escola à oitava série, na escola Municipal Armando Campos Belo, localizada na periferia de Dourados, a cinco quadras da casa onde passei minha infância e início da adolescência. No ensino médio, do primeiro ao terceiro ano, fui bolsista na escola particular Imaculada Conceição, uma instituição tradicional fundada e conduzida até os dias atuais por freiras franciscanas advindas do sul do Brasil, conforme estudos conduzidos por Eliane Maria Amaro (2018), em sua dissertação de mestrado (PPGEdu/UFGD).

A minha formação na educação básica foi um período de grande descoberta tanto de conteúdos comuns ao ensino regular quanto no convívio com as pessoas e as suas distintas histórias de vida – e classes sociais –, como se pode imaginar. Também foi um momento no qual precisei aprender a lidar com uma doença

autoimune, sendo necessário, muitas vezes, deixar de lado meus estudos e me dedicar exclusivamente ao tratamento médico. Foi na infância, principalmente em período de alfabetização, que descobri na leitura de gibis, em especial Chico Bento, e nas horas dedicadas ao desvendamento de palavras em jogos de cruzadinhas, alguns meios de “válvulas de escape”, mas também, imagino, deparei-me com alguns condutores para os caminhos acadêmico e profissional tomados, os quais ainda estou a desbravar.

No segundo semestre do ano de 2004, finda esta etapa escolar, prestei dois vestibulares: o primeiro em Letras com ênfase em Língua Espanhola, na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, na cidade de Dourados, e o segundo em Letras com ênfase em Literatura Brasileira, na Universidade Federal da Grande Dourados, tendo obtido êxito nas duas provas seletivas. Assim, como a seletiva da UEMS divulgou o seu resultado primeiro, cheguei a me matricular e a frequentar as primeiras aulas no curso da universidade estadual, todavia, assim que obtive a resposta da seleção da UFGD, por amor à Literatura, optei por prosseguir os meus estudos na faculdade federal.

É evidente que todo processo de conhecimento, por maior que seja a sua paixão, também carrega em si doses de suores e lágrimas. Seja pela imaturidade de uma jovem de 17 anos ou pela forma como o ensino básico brasileiro concebe os estudos da linguagem e das suas produções artísticas, foi muito difícil em um primeiro momento sair de um sistema que me oferecia respostas “redondas”, com macetes e músicas pensadas para ir bem em uma prova de vestibular, e cair em uma “toca do coelho”, estabacando-me em um mundo abstrato e com múltiplas respostas. Recém-chegada a este lugar, ainda tentando me aprumar e me localizar, por vezes, coloquei-me no papel de Alice a fazer a sua pergunta “tola”: o que é isso? E neste lugar, sempre tinha um mestre a me responder: Depende...

Aos poucos, a jovem Ana/Alice foi compreendendo que o essencial não era se alcançar a resposta única, suprema – até porque todos somos convidados dentro do curso de Letras a descobrir que esse tipo de resposta não existe –, mas ques saber formular as suas indagações e, por ironia, que era preciso indagar às respostas prontas.

Com este pensamento, decidi que era preciso continuar com as minhas inquietações. Assim, em um gesto de rebeldia e contrariando o curso natural

profetizado por muitos a minha volta, a jovem estudante tomou a sua “pílula falante” e se muniu de “espevitices” para sair a explorar os mundos das páginas teóricas e literárias em um curso de mestrado.

No final do ano de 2009, finalizei o curso em Letras e, até então, como o Programa de Pós-Graduação deste curso tinha apenas um processo seletivo por ano, tendo ocorrido o período de inscrição nos meses finais do ano de 2009 para a matrícula do acadêmico classificado no primeiro semestre letivo do ano de 2010, não foi possível obter toda a documentação necessária para a inscrição em tempo hábil. Assim, em 2010, após um período dedicado à recuperação de uma terceira cirurgia de artroplastia de quadril, foi possível realizar as etapas de seleção do mestrado e iniciar as aulas do curso no ano de 2011, na área de Literatura e Práticas Culturais. Afinal, é assim a vida de boneca de pano: conserta, corta, alinhava, costura, emenda, “sirgi”, chuleia, caseia, borda... levanta e segue a vida.

Também foi no segundo semestre de 2009 que tive a minha primeira experiência na docência, como professora da disciplina de Redação para alunos do 9º ano aos cursos pré-vestibulares, em uma escola particular da cidade. Em parceria com a professora efetiva que ministrava as aulas, foram prestados serviços de correção das redações e de atendimentos individualizados aos alunos. Considero que foi uma experiência muito positiva participar da formação desses alunos. São lembranças guardadas com muito carinho e respeito. Permaneci nesta escola segundo semestre de 2010, quando preferi me dedicar integralmente ao curso de mestrado.

Nesses dois anos de mestrado, como bolsista do PPGLetras (CAPES/CNPq), foi possível investigar os gêneros textuais e escolhas estéticas feitas por Carolina Maria de Jesus, como escritora dos diários *Quarto de despejo*: diário de uma favelada (2004 [1960]) e *Casa de alvenaria*: diário de uma ex-favelada (1961) e de romance *Pedaços da Fome* (1963). Carolina Maria de Jesus nasceu no ano de 1914, na cidade de Sacramento-MG. Em 1947, migrou para a favela de Canindé, às margens do Rio Tietê, em São Paulo, tornando-se catadora de materiais recicláveis, incluindo os livros lidos por ela e os cadernos velhos onde fazia notas sobre o seu cotidiano, produzia seus poemas, romances, letras de músicas e elaborava duras críticas à política vigente - apesar dos seus dois anos de estudo formal. Trata-se de uma mulher que, entre as décadas de 1950 e 1960, “atreveu-se” a adentrar o seletor

espaço literário e tomou para si a autoridade de falar sobre a sua própria realidade. A realidade de uma mulher negra, favelada, mãe de três filhos e com apenas três anos de estudo formal. Foi a partir desse percurso investigativo que desenvolvi a minha dissertação, obtendo o título de mestre em Letras no ano de 2013.

Como era de se esperar, acabei por alimentar uma expectativa de continuar minhas pesquisas em um curso de doutorado na área da Literatura. Todavia, a faculdade de Letras da UFGD não dispunha desse curso, como também não havia a oferta em quaisquer outras instituições próximas do município de Dourados. A instituição mais próxima a ofertar o curso de doutorado em Letras com ênfase em Literatura era Três Lagoas, localizada a 450 quilômetros de distância do município de Dourados. Para uma pessoa que dependia financeiramente dos pais, possui mobilidade reduzida e uma doença autoimune em atividade, morar sozinha em outra cidade ou iniciar uma rotina de viagens constantes para estudar, pareceu de difícil realização.

Então, neste período, optei por fazer uma segunda graduação em Pedagogia, na modalidade a distância, no Centro Universitário Internacional (UNINTER), concluída em 2017. Também foi neste momento que trabalhei como bolsista, em um pouco mais de seis meses, na Educação a Distância da UFGD (EAD/UFGD), na secretaria dos cursos. Bem como, foi nesse momento que passei a me dedicar aos estudos para a realização de concursos públicos.

Dessa forma, em 20 de agosto de 2019, tomei posse em um concurso da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para o cargo de assistente em administração, na cidade de Campo Grande – MS, para o qual, depois de um ano, solicitei redistribuição para a Universidade Federal da Grande Dourados (em Dourados-MS, onde trabalho desde então. Em ambas as instituições foi compreender a complexidade do processo educacional de nível superior.

Um mês antes de ser convocada para o serviço público, no entanto, eu havia me matriculado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD (PPGEdu/UFGD), em Dourados-MS. A escolha pelo Programa ocorreu, em um primeiro momento, quando conheci a professora Alessandra Cristina Furtado e, em conversas informais, percebi que havia diálogos possíveis entre o trabalho de abordagem biográfica que havia desenvolvido no Curso de Letras e as pesquisas feitas na linha de História da Educação, Memória e Sociedade, do PPGEdu/UFGD.

Também se soma a essa escolha o fato de ter tido a oportunidade de fazer, como aluna especial, a disciplina “História da Educação, Memória e Sociedade”, ministrada pelas professoras Maria do Carmo Brazil e Kênia Hilda Moreira, no ano de 2018.

Assim, uma vez matriculada no PPGEdu/UFGD e convocada pelo concurso público, decidi que renunciar ao concurso ou ao curso de doutorado não era uma alternativa. Sendo preciso, então, um fôlego maior, durante um semestre, para desempenhar tanto as atividades laborais em Campo Grande, quanto participar das aulas presenciais do curso em Dourados e, como se não bastasse, para lidar com mais um processo de recuperação cirúrgica de artroplastia de quadril. Dessa forma, foram cumpridas dez horas diárias de trabalho, somadas a duas horas obrigatórias de descanso, ou seja, doze horas diárias na universidade, para que pudesse compensar o dia que “gastasse” no trajeto de ida e volta, somados ao horário de aula.

Em 2020, com a pandemia e a necessidade de instauração do trabalho remoto para serviços considerados não-essenciais, foi possível permanecer em Dourados e organizar melhor meus horários para cursar as disciplinas do Programa e cumprir as horas de trabalho na UFMS, sem a necessidade das horas de deslocamentos semanais.

A partir de setembro daquele mesmo ano, por meio de um processo de redistribuição por permuta, consegui transferência para a UFGD, onde passei a trabalhar na secretaria do curso de Administração, na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia - FACE/UFGD e, posteriormente, recebi o convite para trabalhar na Secretaria de Documentos Oficiais, na Reitoria da UFGD.

Desde então, entre estudo, trabalho e tratamento de saúde, são entrelaçados os fios da minha história com as aprendizagens sobre narrativas ficcionais e não-ficcionais, agora consciente do meu papel social e enquanto aprendiz de historiadora da educação, a partir das quais passei a compreender o quão necessário se mostra trazer sob luz e tecer críticas fundamentadas acerca dos discursos produzidos, dos espaços públicos ocupados, das ações praticadas, das representações feitas de si femininos, a fim de trazer contribuições substanciais para uma na historiográfica da educação sul-mato-grossense mais plural.

É dentro desta perspectiva formativa e das indagações “alicianas” formuladas e, por vezes, “emilianas”, que agora me coloco no desafio de questionar

acerca dos espaços conquistados e não dados à Dorcelina de Oliveira Folador na sociedade mundonovense, bem como, faz-se importante interpelar os espaços reservados a ela, a exemplo de tantas outras personas, nas narrativas historiográficas da educação brasileira sul-mato-grossense.

1. INTRODUÇÃO

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (Beauvoir, 1967, p. 9).

É com esta afirmativa que Simone de Beauvoir inicia a Introdução do segundo volume do livro *O segundo sexo* (1967), denominado “A experiência vivida”, no intuito de travar reflexões acerca de temas que circundam as definições existentes para o termo “mulher”. Pautando-se em abordagens de cunho biológico, psicanalítico e do materialismo histórico, Beauvoir aborda assuntos tais como a força física e a divisão de trabalho entre homens e mulheres em grupos primitivos e em sociedades desenvolvidas e, do mesmo modo, a partir de uma perspectiva freudiana, tece discussões sobre o falo, da ideia da mulher como um ser “castrado”, em virtude da sua privação de liberdade e poderes dentro do contexto social. Um terceiro aspecto destacado por Beauvoir, por assim dizer, são reflexões acerca dos arquétipos que foram criados dentro de contextos sociais distintos para se definir o termo “mulher”, a qual, por vezes, foi vista como propriedade, divindade, ou ainda, sujeito individual e, junto a isso, o modo como esse olhar para a mulher impacta nas suas atuações nos espaços públicos e privados. Trata-se, assim, de uma discussão que vem a corroborar para uma definição do termo mulher e das posições sociais que esta pode vir a assumir, ou não, no espaço público.

Essa discussão proposta por Beauvoir tem como cenário o contexto europeu dos anos de 1949, solo este também responsável por fecundar, a partir de 1980, importantes questionamentos sobre feminismo, a história das mulheres e discussões sobre gênero enquanto categoria social, como discute Joan Scott (1990).

Ao longo do texto de Beauvoir, que ainda hoje, guardada devidas proporções, serve de base para discussões profícuas sobre o papel da mulher no espaço público de diferentes sociedades, dentre outras possibilidades de pesquisas, possibilita ao leitor concluir que qualquer tentativa em se pautar por uma dessas linhas investigativas (seja no biológico, seja no psicanalítico, seja no materialismo histórico) para explicar o que é a mulher, mostra-se insuficiente. Isso porque ambas

as categorias são produtos de um mundo de valores. Isso quer dizer que são sujeitos sociais que atribuem valores a esses elementos, a partir de seus interesses sociais.

Partindo dessa perspectiva, depreende-se que uma possível resposta à pergunta de Beauvoir, “o que é uma mulher?”, dependerá de um deslocamento da pesquisa do campo “macro” para o “micro”, por assim dizer. Ou seja, há de se questionar acerca do que é uma mulher e a sua inserção social a partir de uma delimitação espacial e temporal. Isto significa dizer que uma mulher poderá ganhar “corpo” e “rostro” em uma pesquisa somente se percebida em seu contexto de atuação, nas suas relações com os outros, no materialismo histórico do seu tempo de formação e atuação, nos discursos circundantes – ou nos seus silenciamentos. Definir uma mulher, nesses termos, é compreender a pluralidade e a complexidade que articulam o tema. Sendo esse, em determinada medida, o desafio que se propõe para essa Tese. Em linhas gerais, tem-se como proposta, dentro do campo de pesquisa da História da Educação, propor o registro e a análise da trajetória biográfica de uma mulher, a qual, como se defende, trouxe contribuições profícuas para o seu contexto educacional regional.

Dito isso, parte-se dessa compreensão de ser complexo e multifacetado, em constante processo de formação da sua identidade, seja pelo seu desenvolvimento biológico seja pelo contato com o outro, em contexto social, para se fazer uso do conceito de trajetória biográfica, proposta por Pierre Bourdieu (1996). O teórico aponta que não cabe ao pesquisador a escrita de um texto completo e linear sobre um sujeito, mas “[...] rapsódias heterogêneas disparada de propriedades biológicas e sociais em constante mutação [...]” (Bourdieu, 1996, p. 187). Nesse sentido, compreende-se que não cabe ao pesquisador, por não lhe ser possível, o árduo ofício das moiras, de tecer o destino de deuses e seres humanos, mas de entender na sua incapacidade de tramar o todo, o seu verdadeiro papel de investigador dos diferentes fios utilizados no fiar dessa vida, bem como, os possíveis entrelaces que os conectam.

Para esta Tese, toma-se como desafio investigar a trajetória biográfica de Dorcelina de Oliveira Folador, enquanto representação da mulher sul-mato-grossense que atuou na educação e na política do estado, na segunda metade do século XX. A proposta é colaborar com investigações sobre educadoras que trouxeram importantes contribuições para o contexto educacional brasileiro, adotando-se como perspectiva, para tanto, a ação de registrar, preservar, analisar e

disseminar a história de educadoras, com ênfase na relevância de suas trajetórias para a educação e, concomitantemente, as suas contribuições para a historiografia e, em especial, para o campo da História da Educação.

Este estudo está vinculado à linha de pesquisa “História da Educação, Memória e Sociedade”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD). Além disso, ele integrou as pesquisas de um projeto em rede, de caráter interinstitucional, já finalizado, intitulado “A educação das mulheres ao longo dos séculos XIX e XX”³, que foi coordenado pela professora Doutora Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UFPE), ao qual a autora desta Tese se vinculou na condição de pesquisadora e orientanda de uma de suas participantes direta, a professora doutora Alessandra Cristina Furtado (UFGD).

Falar sobre a trajetória de Dorcelina de Oliveira Folador é tratar da história da primeira mulher deficiente e representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a ocupar um cargo de prefeita no Brasil. Da mesma forma, também se mostra um meio de conhecer, registrar, analisar e preservar a história pouco conhecida da única mulher a ocupar o cargo de prefeita em Mundo Novo, município fronteiriço localizado na região sul de Mato Grosso do Sul. Como também, há de se destacar o seu papel pioneiro para Mato Grosso do Sul, quando no cargo de prefeita de Mundo Novo, ao implementar políticas públicas voltadas para a educação no município, a exemplo do Programa Bolsa Escola e do Orçamento Participativo.

Assim, o foco dessa pesquisa tem por interesse estudar como se relaciona o processo formativo de Dorcelina de Oliveira Folador com a inserção dessa mulher na história política do estado de Mato Grosso do Sul. Nessa perspectiva, conforme anunciado no título desta Tese, busca-se analisar as confluências entre o saber educacional dessa mulher, ao concluir o curso de Magistério, enquanto habilitação

³ Este projeto, desenvolvido com o apoio do CNPq, teve por objetivo propor a oferta de possibilidades teóricas para o desenvolvimento de investigações acerca da realidade brasileira, passando pelas construções de trajetórias de mulheres, pelo entendimento de sua composição e, dentro dela, suas instâncias formativas, com vistas a mostrar como as relações entre as mulheres e a educação foram sendo construídas em uma longa duração. Neste projeto, estiveram envolvidas oito instituições de oito estados brasileiros (SE, RN, CE, PA, MT, RJ, PR e MS), distribuídos pelas cinco regiões do país, e contou com a colaboração e consultoria da Faculdade de Educação da Universidade de Coimbra, em Portugal. Tratou-se de um desdobramento do projeto de pesquisa conjunto “A Educação de Mulheres no Brasil e em Portugal (séculos XIX e XX)”, de colabores e intercâmbios estabelecidos pelas pesquisadoras sobre a temática.

do ensino de Segundo Grau, na vigência da Lei nº 5692/71, e ministrar aulas a crianças de 1ª a 4ª séries do Primeiro Grau no município de Mundo Novo-MS, com as influências da sua formação e atuação como liderança em uma nova ramificação ideológica da Igreja Católica, a qual prega a Teologia da Liberdade e da qual descende as Pastorais, conforme Villalobos e Rossato (2011), de modo a reverberar, por conseguinte, nas suas práticas políticas posteriormente.

Dito isso, iniciou-se o trabalho de pesquisa proposto com uma busca no site *Google Acadêmico* pelo nome “Dorcelina de Oliveira Folador”, entre aspas, a fim de averiguar os possíveis trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema. Obteve-se, assim, um total de 23 resultados, dentre os quais, localizaram-se: citações, artigos e projetos pedagógicos. Na maior parte dos casos, os trabalhos produzidos versavam sobre instituições que levam o nome Dorcelina de Oliveira Folador, a exemplo de escolas, instituições de apoio à pessoa com deficiência, horto florestal, assentamentos, ou homenagens, tais como a medalha Dorcelina de Oliveira Folador, em homenagem ao dia internacional da mulher, no ano de 2019, em Campinas-SP.

Acerca do sujeito Dorcelina de Oliveira Folador, foi possível se deparar com dois trabalhos produzidos por Adma Cristhina Salles de Oliveira (2011a, 2011b), que trazem a ideia de emancipação conquistada por mulheres assentadas a partir da implementação de projetos durante a gestão de Dorcelina Oliveira Folador, no município de Mundo Novo – MS, e por Ana Lúcia da Silva Sena (2011), que cita os novos atores políticos surgidos no estado de Mato Grosso do Sul nas eleições no ano de 1998, após a implementação da política de ação afirmativa para mulheres nos partidos políticos com a aplicabilidade da Lei federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

Como se pôde notar, apesar de se deparar com trabalhos que circundam o tema proposto, não foi possível localizar uma pesquisa acadêmica que viesse a relacionar a trajetória formativa de Dorcelina de Oliveira Folador com a sua inserção no espaço político sul-mato-grossense, como se almeja.

Nesse contexto, ressalta-se que o estudo biográfico passa a ganhar espaço no campo da História da Educação, ainda que de modo sutil, a partir da década de 1960, por influência da Nova História Cultural⁴, quando se tem melhor condensado

⁴ “[...] no arco maior pode-se dizer que o conceito de cultura foi se ampliando extraordinariamente, e foi isto o que permitiu que uma nova história cultural fosse se constituindo,

a necessidade de pensar a narrativa historiográfica de modo plural, a partir da perspectiva de pessoas comuns e fazendo o uso de ferramentas investigativas não oficiais, mas de fragmentos de “vestígios” da existência dessas pessoas, registradas muitas vezes em cartas, em diários, agendas, artigos publicados na imprensa, acervos pessoais, dentre outros, com o objetivo de apreender nessas histórias individuais de pessoas comuns, similitudes e diferenças de uma história coletiva (Galvão; Lopes, 2010).

É dentro desse campo investigativo também que se mostram profícuas reflexões acerca da educação para além da sala de aula, mas como um constante processo formativo que se dá no contato com outras pessoas, em diversas práticas sociais, formando-se o seu capital cultural (Bourdieu, 2011) e as suas redes de sociabilidade (Sirinelli, 2003) – o que se denomina neste trabalho de trajetória formativa.

Desse modo, coloca-se como oportuno não limitar a pesquisa a uma compreensão de como Dorcelina de Oliveira Folador se tornou educadora e constituiu as suas práticas, mas de estabelecer uma relação da sua formação educacional com a sua inserção política. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que pretende trazer contribuições para o debate da inserção da mulher na política sul-mato-grossense e na profissão docente do estado.

Com isso, estabelece-se como problemática central o seguinte questionamento: como se desenvolveu a trajetória formativa de Dorcelina de Oliveira Folador, de modo a viabilizar a sua atuação na política de Mato Grosso do Sul e suas contribuições para a área de educação no município de Mundo Novo, entre os anos de 1981 e 1999?

A partir dessa compreensão, mostra-se oportuno tomar como hipótese investigativa a formação educacional de Dorcelina de Oliveira (nome de solteira), como aluna do curso de Magistério, no município de Mundo Novo-MS, a partir de 1981, com vistas a analisar como o processo educacional desse sujeito feminino é ativado posteriormente enquanto recurso estratégico para acessar espaços públicos predominantemente masculinos, a exemplo do campo político e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, ainda no final desta mesma década. Além disso,

particularmente a partir dos anos 1960, quando a historiografia passa a expressar em diversos dos seus setores o que muitos chamam de ‘virada antropológica’” (Barros, 2014, p. 16).

coloca-se como importante relacionar os possíveis diálogos da sua formação como educadora e líder religiosa e as suas práticas discursivas quando na execução de projetos de cunho sociais voltados para a educação desenvolvidos durante a sua gestão como prefeita do município de Mundo Novo-MS, com destaque para o seu pioneirismo no município e no estado ao implementar os programas Bolsa Escola e Orçamento Participativo, no final da década de 1990.

Como se faz notar, o recorte temporal desta pesquisa busca abranger a trajetória formativa de Dorcelina de Oliveira Folador, a contar, como se defende, do seu ingresso no curso de Magistério, no ano de 1981, entremeado ao período no qual passa a liderar grupos de jovens na Igreja Católica, e finda em 1999, o ano em que ela vem a falecer e que, igualmente, representa o momento no qual, uma vez inserida no espaço político, tem a oportunidade de desenvolver práticas que dialogam com a sua trajetória formativa adquirida no espaço territorial supracitado.

Nessa perspectiva, adota-se como recorte espacial o município de Mundo Novo-MS, onde a biografada recebeu e compartilhou experiências da sua formação e atuação profissional nos campos da educação e da política. Na imagem abaixo, Imagem 1, é possível se deparar com a localização geográfica do município mencionado, na sua condição fronteiriça com outros estados brasileiros e com o Paraguai, pertencente, em contexto atualizado, ao estado de Mato Grosso do Sul:

Imagem 1: Mapa do estado de Mato Grosso do Sul com destaque para o município de Mundo Novo.



Fonte: Imagem retirada do Jornal O Progresso digital. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/cotidiano/conheca-a-historia-dos-45-anos-de-criacao-de-mato-grosso-do-sul/394753/>. Acesso em: 7 de outubro de 2023.

Na esteira desse pensamento, elege-se como objetivo a tarefa de registrar a trajetória de formação da biografada Dorcelina de Oliveira Folador, com ênfase na análise do capital cultural e na rede de sociabilidade construídos por ela, como meios para se estabelecer inserções profissionais na área da Educação e na política em solo sul-mato-grossense, entre os anos de 1981 e 1999.

Para tanto, foram elencados os seguintes objetivos específicos: a) evidenciar a importância de investigações sobre trajetórias de formação femininas e da instrumentalização dos estudos biográficos em pesquisas da História da Educação de Mato Grosso do Sul; b) investigar a história de vida de Dorcelina de Oliveira Folador, considerando os aspectos familiares, religiosos, políticos (em perspectiva local, estadual e nacional) e de formação educacional, na construção do seu capital cultural e da sua identidade política; c) relacionar as narrativas produzidas sobre Dorcelina de Oliveira Folador com as fontes bibliográficas, as conversas informais produto do diálogo da pesquisadora com pessoas que conviveram com a biografada, além de materiais disponibilizados por amigos e familiares da biografada, na construção da

sua rede de sociabilidade; d) analisar aspectos que denotam a trajetória formativa de Dorcelina de Oliveira Folador na elaboração de projetos de cunho sociais voltados para a educação, quando no papel de prefeita de Mundo Novo-MS.

Defende-se o argumento de que Dorcelina de Oliveira Folador é produto do seu meio, da educação religiosa que recebeu dentro da Igreja Católica, em Mundo Novo-MS, a partir dos seus onze anos de idade, quando chegou com a família a esse município. Especialmente, a biografada comungou dos dogmas praticados por uma ramificação renovada da Igreja, conhecida por disseminar a Teologia da Libertação, da qual descendeu as Pastorais, cujas ações estavam voltadas não somente ao assistencialismo, mas a uma necessidade de incutir em grupos marginalizados socialmente o despertar para os seus direitos sociais. Um exemplo disso é a Pastoral da Terra Sul-mato-grossense, a qual teve como peculiaridade em sua história a atuação direta em defesa da propriedade e dos direitos dos pequenos produtores rurais locais, a partir do ano de 1978, quando se teve a primeira reunião regional no estado (Romani, 2003).

Dito isso, sustenta-se a hipótese de que é a partir dos espaços públicos religioso e educacional que Dorcelina de Oliveira Folador teve acesso, assim como lutou pela sua permanência no espaço político. Dorcelina de Oliveira Folador é responsável por problematizar os paradigmas sociais vigentes em Mundo Novo e fazer uso de suas inserções em movimentos sociais e em partidos políticos ascendentes das camadas sociais populares como ferramenta de modificação da sua realidade, a partir de papéis de liderança, tendo como um dos seus pilares a proposta de educação política para a sociedade mundonovense, a partir da sua conscientização como sujeito social, imbuído de poderes decisórios sobre o seu destino.

Por isso, o trabalho tem como enfoque a trajetória de formação e inserção profissional da biografada. Para tanto, revolvem-se os arquivos pessoais de Dorcelina de Oliveira Folador, reaviva-se memórias daqueles que tiveram contato com essa e se pauta em um levantamento bibliográfico para traçar, entre fragmentos, por vezes, esquecidos, a trajetória de formação e, por conseguinte, algumas das influências das instituições religiosa e educacional presentes em seu processo de formação política.

É dentro dessa perspectiva que se voltam os olhos para os discursos que circundaram o espaço e o tempo de formação de Dorcelina de Oliveira Folador na política, em diálogo a uma perspectiva que compreende a construção da vida de um

sujeito a partir das suas teias de sociabilidade cujas linhas são tramadas nos espaços sociais pelos quais transitou, a exemplo do convívio familiar, das escolas públicas rurais e urbanas onde estudou, das escolas públicas e particulares onde trabalhou, na igreja onde recebeu os ensinamentos e, posteriormente, transformou-se em uma das lideranças e das entidades e partidos políticos dos quais fez parte. Do mesmo modo, são de interesse para esta pesquisa os discursos ressonantes das suas práticas como prefeita de Mundo Novo - MS, nos quais é possível notar em seu cerne um veio educador.

A relevância social atribuída à trajetória de vida de Dorcelina de Oliveira Folador, por vezes, limita-se ao fato de ela ter sido uma mulher que exerceu uma carreira política de destaque. Todavia, isso não é o bastante. Mostra-se igualmente necessário conhecer a história de vida dessa mulher com base no seu contexto de formação educacional e profissional na área da Educação. Desse modo, é importante tecer reflexões acerca da sua trajetória como aluna e das experiências obtidas no trabalho como liderança religiosa, discussões as quais são consideradas de suma importância para verificar as possíveis contribuições que essas podem ter produzido para a sua atuação como docente e militante política, em um período de consolidação da divisão do estado de Mato Grosso do Sul (criado no ano de 1977, enquanto produto de um projeto militar) e na passagem de uma política nacional do tipo ditatorial civil-militar (1964-1985) para democrático, além de se ter somado a isso um contexto regional político de domínio do coronelismo e das brigas por terras entre latifundiários e pequenos produtores em uma região fronteira do país.

É a vida oculta “por trás” da figura pública que permaneceu invisibilizada e merece registro histórico, pois esta é de irrefutável importância para a compreensão de como se efetivou o rompimento de paradigmas sociais e culturais sobre o local da mulher na sociedade.

Nesse aspecto, entende-se esta Tese como uma oportunidade de colocar em evidência para o conhecimento acadêmico a trajetória de formação educacional e profissional do magistério, na figura de Dorcelina de Oliveira Folador. Tendo como justificativa deste processo investigativo a chance de se abordar a vida de uma mulher que contribui de modo ímpar para a mobilização e mudanças de paradigmas sociais *in loco* de atuação.

O esforço de pesquisa sobre a trajetória de uma mulher agente de sua própria história que é símbolo de luta e resistência, revela-se, pois, um exemplo de sujeito que fugiu à regra e conquistou espaços sociais significativos na política, especialmente, ocupados em sua grande maioria por homens. Tais espaços foram abertos, como se defende, a partir das suas inserções nos espaços educacional e religioso.

Esse tipo de olhar para a trajetória de Dorcelina de Oliveira Folador possibilita intuir acerca de suas possibilidades na vida e, por conseguinte, sobre os condicionantes usados por essa mulher, a fim de se fazer ouvir nos espaços públicos ocupados. Voz feminina essa que, por circunstâncias diversas, tentou se calar no passado, primeiro, ao tentar barrar os seus acessos aos espaços públicos pelos quais transitou, bem como, ao desacreditar as suas lutas. Depois, a tentativa de silenciamento se fez materializada em forma de tiros à queima roupa. Hoje, com o esquecimento de sua história e memória em narrativas produzidas sobre a historiografia oficial do estado, acerca de suas ações políticas e sociais para o município de Mundo Novo-MS.

Ressalta-se o quão complexo é dissociar as vertentes educacional, religiosa e política na história de vida de Dorcelina de Oliveira Folador, tendo em vista que ambas se articulam de modo concomitante em sua trajetória. Entendendo, todavia, o papel limitante daquele que se põe a colocar sob o papel a história de um indivíduo, adota-se como perspectiva a abordagem sobre o recorte da trajetória de formação e atuação política, de modo a se propor o registro, a discussão e a contextualização, a fim de explicá-la historicamente.

É uma pesquisa que se faz possível ao tomar como respaldo teórico autores da “Nova” História Cultural (Burke, 1992), metodológico da história do tempo presente (Scocuglia, 2005) e da trajetória biográfica (Bourdieu, 1996; Artières, 1998; Mignot e Cunha, 2003, entre outros), com vistas a se obter uma maior visibilidade à voz, às memórias e às experiências de um indivíduo que participou ativamente no processo histórico-social sul-mato-grossense, mas teve a sua história de vida à margem da historiografia oficial (Fialho, 2012), visto que, com frequência, só se encontram discursos que aludem à Dorcelina de Oliveira Folador como a prefeita vítima de um assassinato, não se colocando sob luz os seus feitos ao adentrar espaços sociais mundonovenses quer públicos ou privados.

Para a estruturação desta pesquisa acadêmica, fez-se uso dos preceitos da trajetória biográfica e da manipulação de documentos oriundos de arquivos pessoais disponibilizados por familiares e amigos de Dorcelina de Oliveira Folador, entrecruzados a documentos produzidos em espaços institucionais e de um apoio bibliográfico que se tem sobre o assunto. Nessa perspectiva, adotou-se como metodologia a pesquisa histórico-documental, de modo a tomar como uma das principais fontes de pesquisa o trato com os acervos privados, a fim de dar a conhecer, registrar e preservar a trajetória biográfica e, nessa, as práticas de sujeitos históricos, no caso, femininos, para o cenário educacional sul-mato-grossense.

A presente Tese foi organizada em cinco capítulos. No primeiro deles, denominado Introdução, parte-se de uma discussão sobre o significado da palavra mulher (Beauvoir, 1967) para pensar os espaços públicos e privados transitados - ou não - por sujeitos do sexo feminino ao longo da história e, ao lado disso, indaga-se acerca da falta de narrativas historiográficas sobre mulheres produzidas na História tradicional. Também é nesta parte do trabalho que se busca situar o lugar de fala da pesquisadora, a pesquisa pretendida e a base teórica utilizada pela pesquisadora. Assim, são tratados na Introdução os aspectos gerais sobre a escolha do tema, o problema de pesquisa, as hipóteses, os objetivos, dentre outros.

No segundo capítulo, “Revisão da literatura e pressupostos teórico-metodológicos”, é proposta uma revisão de literatura tanto para o termo “Dorcelina de Oliveira Folador” quanto para o termo “Trajetória biográfica” combinado com “Educação”. Ainda nessa parte do trabalho são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por sua vez, no terceiro capítulo, “Fios que se tramam: passagens sobre a infância e a juventude da Dorcelina de Oliveira (Folador)”, é apresentada a trajetória biográfica de Dorcelina de Oliveira Folador com enfoque em sua formação educacional como aluna de Primeiro Grau e, depois, do curso de Habilitação Específica para o Magistério (HEM), em diálogo com a sua inserção no cenário político do município de Mundo Novo-MS.

O quarto capítulo, “Confluências entre política e religião nas práticas de Dorcelina de Oliveira Folador”, propõe uma relação entre o pensamento político que emerge no contexto regional de Mundo Novo-MS nas décadas de 1980 e 1990 e o ativismo de uma nova face da Igreja Católica, em favor dos direitos sociais e à

propriedade a uma parcela social, literalmente, jogadas à margem. São discussões importantes para se pensar a forma e os motivos que levam Dorcelina de Oliveira Folador a aderir e liderar grupos religiosos e políticos daquela região.

Por fim, no quinto capítulo, “A trajetória política da Dorcelina de Oliveira Folador e os seus Programas de governo”, é apresentada a história política de Mundo Novo-MT/MS e, a partir disso, as práticas e os desafios da biografada para adentrar e permanecer no espaço político deste município. Também é nesta parte da Tese que se busca mostrar como a rede de sociabilidade desenvolvida por Dorcelina de Oliveira Folador se mostrou proeminente no empenho de eleger a sua candidata ao cargo de prefeita, contrariando as expectativas de uma hegemonia política do município. Além disso, são apresentados os Programas políticos de cunho sociais voltados à Educação da população mundonovense Bolsa Escola e Orçamento Participativo, os quais são responsáveis por dar pistas da forma como a trajetória formativa da biografada dialoga constantemente com as decisões tomadas por ela em suas práticas políticas.

2. REVISÃO DA LITERATURA E PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, propõe-se uma revisão da literatura acerca de trabalhos que fizeram uso dos princípios da abordagem biográfica como recurso metodológico em pesquisas no campo da Educação, como também se propõe uma reflexão acerca do apoio teórico-metodológico utilizado para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Dito isso, mostra-se oportuno tecer alguns comentários acerca da importância desse trabalho de revisão da literatura. Walter Moreira (2004) ressalta a importância desse tipo de revisão como forma do pesquisador se munir de informações sobre os avanços conquistados e, por vezes, as limitações que se tem dentro do campo científico nos estudos sobre o tema de interesse. Sendo assim, entende-se que “[...] [por essa razão] é quase impossível pensar uma monografia, uma dissertação, uma tese ou outro trabalho acadêmico ou científico sem a necessária revisão de literatura” (Melo, 2004, p. 22).

De acordo com Nice Figueiredo (1990, p. 132), a revisão da literatura desempenha dois papéis interligados, a saber: a) constituem-se em parte integral do desenvolvimento da ciência: função histórica; e b) fornecem aos profissionais de qualquer área informação sobre o desenvolvimento corrente da ciência e sua literatura: função de atualização. Desse modo, entende-se que o pesquisador, uma vez definido o seu objeto de pesquisa, como propõe Melo (2004), precisa se munir de informações sobre o que já foi dito sobre o assunto, enquanto meio de se compreender as diferentes possibilidades de discussões produzidas do início até o presente momento e, por conseguinte, coloca-se como uma forma de ampliar o conhecimento do pesquisador sobre o assunto, sendo esses os dois objetivos adotados para a presente proposta de revisão.

2.1 As produções acadêmicas existentes sobre Dorcelina de Oliveira Folador e as pesquisas que tratam da Trajetória Biográfica

Como forma de dar início ao processo de escrita desta tese, foram utilizadas duas etapas de pesquisas, as quais são descritas na sequência.

A primeira pesquisa, realizada, primeiro, em março do ano de 2022 e, depois, repetida no mês de maio do ano de 2023, versa sobre a busca por trabalhos produzidos e publicados no site “Google Acadêmico”, acerca do descritor “Dorcelina de Oliveira Folador”. A escolha por essa plataforma é fundamentada na concepção de que se trata de um veículo abrangente, capaz de localizar um número significativo de periódicos e textos produzidos em anais de eventos acadêmicos, por exemplo, acerca do tema de pesquisa.

Feito isso, foram localizados:

Tabela 1 – Total de trabalhos obtidos para o descritor “Dorcelina de Oliveira Folador”

Resultados gerais	Sobre o sujeito Dorcelina de Oliveira Folador
23	3

Fonte: elaborada pela autora.

Conforme já destacado na Introdução, a plataforma utilizada possibilitou a localização de 23 resultados. Todavia, 20 desses tratam das atividades pedagógicas desenvolvidas em escolas que levam o seu nome, o mesmo acontece nos casos de assentamentos e de um Horto Florestal, localizado em Mundo Novo-MS, ou ainda, refere-se ao nome dado a uma medalha presenteada em homenagem às mulheres, dentre outros.

Os outros três trabalhos, dois artigos de autoria de Adma Cristhina Salles de Oliveira (2011a, 2011b) e uma dissertação de Ana Lúcia da Silva Sena (2011), tratam do sujeito Dorcelina de Oliveira Folador, propriamente dito.

No primeiro de seus trabalhos, denominado “Trajetória da construção do projeto político educacional: narrativas/memória”, publicado na revista REVELL-Revista de Estudos Literários da UEMS, em dezembro de 2011, Oliveira (2011a) conduziu suas discussões de modo a considerar o programa Orçamento Participativo,

implementado por Dorcelina de Oliveira Folador durante o seu mandato como prefeita, que prima pela participação popular na gestão de recursos administrativos do município, um exemplo de princípio político educacional para a população mundonovense.

Em um segundo trabalho, intitulado “Dorcelina Folador: Mulheres e suas Vozes na Construção do Projeto Político Educacional”, publicado na Revista Questões de Linguagem da UEMS, em maio de 2011, Oliveira (2011b) faz uso de narrativas orais, coletadas entre grupos de mulheres que se beneficiaram do programa Orçamento Participativo, implementado por Dorcelina de Oliveira Folador durante a sua gestão como prefeita, com o intuito de analisar, a partir das memórias dessas, os espaços e as consequentes emancipação das mulheres nesse espaço, a partir da participação ativa dentro desse projeto político.

O terceiro trabalho selecionado é uma dissertação, “Gênero, raça e ação afirmativa no Mato Grosso do Sul: uma experiência brasileira”, produzida por Ana Lúcia da Silva Sena, no programa de Mestrado em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defendida no ano de 2011, que busca fazer o registro do acesso de mulheres ao espaço político sul-mato-grossense a partir da implementação da Lei de cota para as mulheres na política, de modo a trazer o caso da Dorcelina de Oliveira Folador como um dos exemplos para a Dissertação.

Esses três trabalhos de pesquisa trazem abordagens pertinentes acerca do tema, porém, não o esgotam. Principalmente, no que se refere à falta de informações e articulação entre os feitos dessa mulher na política, no entrelace com a sua trajetória educacional e profissional, sendo essa lacuna o enfoque da presente pesquisa.

Além dos três trabalhos localizados em pesquisa no Google Acadêmico, também há de se destacar outros dois trabalhos localizados a partir de uma análise das referências bibliográficas utilizadas pelas pesquisadoras citadas acima.

O primeiro deles é um livro de autoria de Vilma F. de Carvalho Ângelo da Silva (2005), uma produção revisada de seu trabalho final entregue ao curso de Jornalismo na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), em Campo Grande-MS. Para a sua pesquisa, a autora adota como recorte temático o crime que resultou na morte de Dorcelina de Oliveira Folador. São apresentados alguns episódios da trajetória política e familiar da investigada, com o intuito de apresentar ao leitor quem foi essa mulher e como as situações se

desenrolaram até culminar com a sua morte. Retoma-se, portanto, o Inquérito Policial 131/99, que trata do crime que vitimou Dorcelina, em 30 de outubro de 1999, para analisar se o crime foi esclarecido ou não. Ou seja, a seleção dos fatos trazidos à luz tinha um propósito bem delineado: apresentar a mulher política que foi vítima de um crime, o qual, segundo a tese defendida, merecia melhores esclarecimentos, conforme se propunha a fazer.

O segundo trabalho é uma dissertação, de autoria de Adma Cristina Salles de Oliveira (2010), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina, no qual o enfoque recai sobre os movimentos sociais e a ação educativa implantada em Mundo Novo entre os anos de 1997 e 2000, de modo a abranger os programas políticos implementados durante o mandato de Dorcelina.

Em ambos os trabalhos, todavia, no primeiro mais, embora se tenha um esforço em tecer uma biografia coesa para Dorcelina até culminar com o seu assassinato, ainda assim, não se faz um cruzamento da trajetória biográfica desta mulher com a história nacional e regional de Mundo Novo, ou seja, não se têm trabalhos acadêmicos registrados nas plataformas de bases de dados que tomem por preocupação as práticas e as representações do sujeito feminino Dorcelina de Oliveira Folador, articuladas a uma perspectiva que traga sob a luz as suas experiências de formação e atuação profissional no espaço educacional, sendo essas responsáveis, como se defende, por integrar e mobilizar transformações nas estruturas política e educacional da sociedade mundonovense.

A segunda etapa da pesquisa feita teve como objetivo estabelecer uma revisão da literatura acerca de trabalhos que fizessem uso dos princípios da abordagem biográfica como recurso metodológico em pesquisas no campo da Educação.

Para tanto, foi utilizado como base de dados o portal de periódicos da CAPES, com acesso CAFé – trata-se da realização de pesquisas no Portal Capes, realizada de qualquer lugar, por intermédio da Comunidade Acadêmica Federada -, e o portal de dissertações e teses da CAPES, no mês de fevereiro do ano de 2023.

No caso do portal de dissertações e teses da CAPES, como forma de reunir o maior número possível de trabalhos que tomassem como viés investigações acerca

da trajetória biográfica de sujeitos ligados à área da Educação, utilizou-se como descritores “trajetória biográfica”, somado a trabalhos que fossem provenientes do campo da “Educação”. Na tabela abaixo, é apresentado o quantitativo de trabalhos obtidos utilizando tais descritores:

Tabela 2 – Trabalhos obtidos em levantamento no portal da CAPES/CNPq

Teses	Dissertações	Periódicos	Total
93	281	26	400

Fonte: elaborada pela autora.

Como critério de seleção dos trabalhos acadêmicos, elencaram-se: a) pesquisas que tomassem por objetivo investigar a trajetória de vida de sujeitos sociais, a partir dos papéis sociais ocupados por esses nos espaços público e privado; b) pesquisas que compreendessem a Educação como campo de pesquisa ou como papel social desempenhado por sujeitos sociais no espaço público.

Por se tratar de uma pesquisa que adota como viés investigativo a trajetória biográfica, observou-se que era preciso localizar o maior número possível de trabalhos já produzidos nesse campo do conhecimento. Por isso, optou-se por não utilizar filtros temporais. Sendo assim, a seleção dos trabalhos se deu, primeiro, pela leitura dos títulos dos trabalhos e, depois, pela leitura dos resumos. Sendo assim, ao final dessa seleção, chegou-se ao seguinte resultado:

Tabela 3 – Trabalhos selecionados no levantamento feito no portal da CAPES/CNPq

Teses	Dissertações	Periódicos	Total
6	9	6	21

Fonte: elaborada pela autora.

De um total de 93 teses produzidas e indexadas no portal da CAPES/CNPq que foram localizadas quando colocados os descritores mencionados, apenas seis

deles se aproximaram do tema de pesquisa elencado para esta Tese, conforme descrito abaixo:

1. A trajetória profissional de Hortênsia de Ollanda: resgate histórico para a compreensão da Educação em Saúde no Brasil. Tese de Doutorado em Ciências da Saúde (2007). Autora: Maria Cecília Pinto Diniz. Instituição de Ensino: Centro de Pesquisas René Rachou/FIOCRUZ, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: CPqRR
2. Itinerâncias de vida/formação de Carmen Teixeira e atividade profissional na educação visibilizadas pelas lentes de gênero. Tese de Doutorado em Educação (2011). Autora: Cecília Maria de Alencar Menezes. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador. Biblioteca Depositária: Biblioteca Anísio Teixeira-FACED.
3. Esther Pedreira de Mello: múltiplas faces de uma mulher (in)visível (1880-1923). Tese de Doutorado em Educação (2014). Autora: Heloisa Helena Meirelles dos Santos. Instituição de Ensino: Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Rede Sirius.
4. Episódios da trajetória de Oliva Enciso: a gênese de instituições educativas filantrópicas e profissionalizantes não estatais no sul do antigo Mato Grosso (1930-1970)!. Tese de Doutorado em Educação (2020). Autora: Adriana Espindola Britez. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Biblioteca Depositária: BIC UFMS.
5. A trajetória biográfica de Joseph Jubert jornalista, professor anarquista e sua proposta de educação libertária no interior paulista (1900-1921). Tese de doutorado em Educação (2021). Autora: Sandra Aparecida de Souza Machado. Instituição de Ensino: Universidade São Francisco, Itatiba. Biblioteca Depositária: Santa Clara.
6. Ilmar Rohloff de Mattos: professor marcante na formação de professores de História na cidade do Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Educação (2021). Luciana Borgerth Vial Correa. Instituição de Ensino:

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca
Depositária: Biblioteca do CFCH.

No primeiro trabalho, Diniz (2007) propõe uma análise biográfica da vida profissional de Hortênsia Hurlia de Hollanda, com destaque para o seu papel de vanguarda na educação em saúde no Brasil. Já no segundo trabalho, o foco recai sobre as itinerâncias da vida/formação de Carmen Teixeira e sobre a sua atividade profissional na educação da Bahia pelas lentes de gênero, ao fazer uso de procedimentos biográficos.

O terceiro trabalho busca investigar, identificar e analisar as múltiplas faces de Esther Pedreira de Mello, através das representações sociais usadas como indícios biográficos visíveis em seu enterramento, tomando por fontes privilegiadas os tabloides diários da cidade do Rio de Janeiro. Essa investigação tem o objetivo de trazer à História da Educação da cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século passado, a narrativa biográfica de Esther Pedreira de Mello, inspetora escolar pioneira nas atividades profissionais na Educação, de destaque e visibilidade na imprensa do período, cuja biografia e imagem foram silenciadas pela historiografia, apesar da popularidade e legitimidade social na cidade capital do país.

Na sequência, o quarto trabalho tem por objetivo investigar, historiar e qualificar a gênese de instituições educativas, principalmente de caráter filantrópico e de ensino profissionalizante não estatal em Campo Grande, no sul do antigo Mato Grosso, no período de 1930 e 1970, bem como os modos de formação da mulher, representada por Oliva Enciso e a sua inserção feminina no espaço público.

O quinto trabalho selecionado focalizou a trajetória de Joseph Jubert, professor e um dos membros do movimento anarquista do interior paulista (Atibaia, Bragança, Sorocaba, Votorantim, Mairinque, Tatuí, Avaré, Bauru, Pirajuí) entre os anos de 1900 e 1921.

Por último, o sexto trabalho parte da categoria “professor marcante” para aprofundar investigações em torno do eixo de investigação da produção de saberes da História Escolar (Monteiro, 2019; 2020) e para tratar da trajetória do professor universitário de História, Ilmar Rohloff de Mattos.

Nessa mesma busca feita na plataforma de teses e dissertações da CAPES, foi possível localizar um total de 281 dissertações e, a partir dos mesmos critérios e métodos seletivos, chegou-se a um total de nove dissertações, sendo elas:

1. Riquezas que se podem encontrar nos bolsos de um guarda-pó pensando a formação de professoras das séries iniciais. Dissertação de mestrado em Educação (2005). Autora: Mariany Almeida Montino. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.
2. Olga Mettig: história de vida, percurso formativo e pensamento pedagógico. Dissertação de mestrado em Educação e Contemporaneidade (2007). Autora: Liane Cristina Figueiredo Soares. Instituição de Ensino: Universidade do Estado da Bahia, Salvador. Biblioteca Depositária: Biblioteca Luiz Henrique Dias Tavares.
3. Da Medicina ao Magistério: Aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior. Dissertação de mestrado em Educação (2008). Autora: Jussara Maria Viana Silveira. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. Biblioteca Depositária: BICEN.
4. República, política e direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921). Dissertação de mestrado em Educação (2008). Autora: Maria do Socorro Lima. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. Biblioteca Depositária: BICEN.
5. Memórias, História de Vida e Introdução à Obra de um Educador Brasileiro. Dissertação de mestrado em Educação (2009). Autora: Denise de Oliveira Campos Magalhães Gomes. Instituição de Ensino: Universidade Nove de Julho, São Paulo. Biblioteca Depositária: Prof. José Storópoli.
6. Leyda Régis: reminiscências de formação intelectual e atuação profissional em Sergipe. Dissertação de mestrado em Educação (2009). Autora: Marlaine Lopes de Almeida. Instituição de Ensino: Fundação

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. Biblioteca Depositária: BICEN.

7. Memórias da educadora Olivina Olivia Carneiro da Cunha: práticas educativas e envolvimento político e social na Paraíba (1886-1977). Dissertação de mestrado em Educação (2012). Autora: Viviane Freitas da Silva. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, João Pessoa. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFPB/Biblioteca Setorial do CE/UFPB.
8. Iara Vieira (1949-2003): trajetória poética e docente. Dissertação de mestrado em Educação (2016). Autora: Maria Carolina Barcellos. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. Biblioteca Depositária: BICEN.
9. Trajetória biográfica do professor Luiz Alexandre de Oliveira: em estudo a comunidade e a escola de japoneses Visconde de Cairu no sul de Mato Grosso (1930-1950). Dissertação de mestrado em Educação (2018). Autora: Stephanie Amaya. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Biblioteca Depositária: BIC UFMS.

O primeiro texto faz uso da abordagem (auto)biográfica com vistas a localizar indícios que possam apontar para a constituição do processo de formação docente. Para tanto, Montino (2005) passa a descrever a sua própria trajetória como docente, além de ter feito entrevista com duas professoras de séries iniciais do ensino fundamental. A partir dessas três narrativas, é proposto um olhar mais acentuado sobre a origem de alguns elementos que possam ter contribuído no processo de formação dessas profissionais.

Já o segundo texto adota por finalidade analisar a trajetória de vida pessoal e profissional de Olga Mettig, além de compreender o percurso formativo da educadora e as decorrências do pensamento pedagógico na constituição do magistério baiano num espaço-tempo histórico, investigando sua contribuição para a formação de educadores no Estado da Bahia. Por sua vez, o terceiro trabalho trata da trajetória do médico e professor João Cardoso Nascimento Júnior, tomando como marco temporal o período de 1945 a 1983. Na sequência, o quarto trabalho tem por

objetivo analisar as representações do trabalho docente, as práticas culturais e o lugar de produção do percurso feito pelo intelectual da educação Antônio Manoel de Carvalho Neto, identificando, nesse contexto, as configurações da conformação educacional na primeira metade do século XX em Sergipe.

O quinto trabalho adota por objetivo o estudo da vida e da obra do professor José Eustáquio Romão, militante na história da educação brasileira. Com base nas reminiscências, trajetória de vida e percurso profissional do professor Romão, Gomes (2009) propõe uma reflexão sobre a educação brasileira, bem como sobre os contextos políticos que a envolveram em determinada época, buscando conhecer de modo mais amplo o cenário educacional dos últimos cinquenta anos. Em conformidade com a pesquisadora, tratou-se de um importante homem público e educador compromissado na luta por uma existência libertadora aos oprimidos e oprimidas.

Por sua vez, o sexto trabalho, por meio de um estudo biográfico, busca investigar a trajetória de formação docente e atuação profissional da intelectual sergipana Leyda Régis (1904 -1999). De acordo com Almeida (2009), a trajetória da professora Leyda Régis contribui para a compreensão, por intermédio da sua formação e atuação no cenário educacional, das representações da História da Educação, profissionalização, campo de trabalho e ação social no século XX.

O sétimo trabalho adota como perspectiva investigar e analisar historicamente a trajetória da educadora Olivina Olívia Carneiro da Cunha, de forma a focalizar as suas práticas educacionais no cenário político, cultural e social paraibano. O recorte temporal desta pesquisa compreendeu os anos de 1886 a 1977, entre o ano de nascimento e a morte da educadora.

Na sequência, o oitavo trabalho tem por objetivo analisar a trajetória poética e docente da escritora e professora Iara Vieira (1949-2003). Na pesquisa, o enfoque foi dado a três atividades fundamentais, a saber: sua poética, sua atuação como mediadora de eventos literários e sua trajetória docente. Esta dissertação teve por pretensão contribuir com a história da profissão docente e da autoria feminina em Sergipe no período estudado.

Por último, o nono trabalho adotou por objetivo evidenciar a relação do professor Luiz Alexandre de Oliveira com a comunidade japonesa e a Escola de Japoneses (Visconde de Cairu) no sul de Mato Grosso, no período entre 1930-1950,

de modo a produzir uma trajetória biográfica temática sobre o referido professor no período delimitado. A partir da metodologia aplicada à pesquisa, procurou-se enfatizar o período de maior importância do professor Luiz Alexandre nas relações com os imigrantes japoneses.

Do mesmo modo, também foram feitas buscas no portal de periódicos da CAPES, com o acesso CAFE, destinado à Comunidade Acadêmica Federada para que realizem pesquisas. Ao fazer uso dos mesmos descritores – “trajetória biográfica” AND “Educação” –, no mês de fevereiro de 2023, foi possível se chegar a um total de 26 resultados, dos quais, ao fazer uso dos mesmos critérios seletivos, elencou-se um total de seis artigos, sendo eles:

1. Entre o curso tradicional e o curso experimental da Faculdade de Medicina-USP: a experiência da pedagoga Maria Cecília Ferro Donnangelo, 1968-1976. *Educar em revista*. Autores: André Mota. Ano: 2014. Vínculo institucional do autor: Universidade de São Paulo (USP), São Paulo - SP.
2. Do desembarque do navio ao embarque na canoa: Gioconda Mussolini, 1886–1938. *Revista de antropologia*. Autores: Andrea Ciacchi. Ano: 2015. Vínculo institucional do autor: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu-PR.
3. Flexa Ribeiro: secretário de educação de Carlos Lacerda na Guanabara (1960-1965). *Revista Educação em Perspectiva*. Autores: Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho; Fernando César Ferreira Gouvêa. Ano: 2019. Vínculo institucional dos autores: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro - RJ.
4. A gênese das instituições de ensino filantrópicas e profissionalizantes no antigo Sul de Mato Grosso: episódios da trajetória de Oliva Enciso. *Educação Em Foco*. Autores: Adriana Espindola Britez; Jacira Helena do Valle Pereira Assis. Ano: 2020. Vínculo institucional dos autores: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande – MS.
5. Trajetórias biográficas de mulheres feministas atuantes em movimentos sociais. *Filosofia e educação*. Autores: Márcia Alves Silva; Adriana

Lessa Cardoso. Ano: 2020. Vínculo institucional dos autores: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas - RS.

6. Universidade em disputa: ecos dos itinerários de Aparício Cora de Almeida no tempo presente (Porto Alegre - RS). Educar em Revista. Autores: Marcos Luiz Hinterholz; Doris Bittencourt Almeida. Ano: 2022. Vínculo institucional dos autores: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Rio Grande do Sul – RS.

O primeiro trabalho trata da trajetória biográfica de Maria Cecília Ferro Donnangelo, figura intelectual das mais relevantes no campo da Saúde Coletiva brasileira e que teve sua trajetória entrelaçada a acontecimentos de dimensão pedagógica e política de seu tempo, tendo como recorte temporal o período de 1968 a 1976.

O segundo trabalho adota como objetivo principal a tarefa de reconstruir um aspecto específico da trajetória biográfica e intelectual de Gioconda Mussolini, aluna, assistente e professora, sucessivamente, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo de 1935 a 1969: o seu percurso escolar, da infância à licenciatura na FFCL.

O terceiro trabalho, por sua vez, busca compreender a importância do professor Flexa Ribeiro, secretário de educação do governo de Carlos Lacerda, entre os anos de 1960 e 1965, durante a elaboração do projeto de educação da Guanabara, à época de sua constituição como ente federativo, após a instalação da capital federal em Brasília.

Na sequência, o quarto trabalho propõe compreender os condicionantes subjetivos e objetivos que permitiram à Oliva Enciso criar estratégias práticas na formação de instituições educativas de ensino primário, secundário e superior, de caráter filantrópico e de ensino profissionalizante, consolidadas à luz do movimento de urbanização e desenvolvimento econômico, político e social de Campo Grande.

O quinto trabalho busca refletir sobre a trajetória de mulheres feministas na cidade de Pelotas-RS, a partir de narrativas dessas mulheres que de certa forma, foram precursoras, visibilizando suas experiências no ativismo político. Ao adotar o entendimento de que todo movimento social atua na formação humana, as autoras

Silva e Cardoso (2020) consideram as experiências das autoras no ativismo político um ato educativo.

No último trabalho, o foco recai sobre a trajetória de Aparício Cora de Almeida, descrito como um líder estudantil do início dos anos 1930, que esteve ligado a movimentos alinhados aos ideais de Córdoba (1918), que então disputavam o modelo de universidade que viria a ser implantado no estado. Era também secretário da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no estado e um militante do Partido Comunista do Brasil (PCB). Num contexto de forte repressão aos movimentos políticos de oposição ao governo de Flores da Cunha, com prisão e suspeitas de assassinatos de diversos adversários, a morte de Aparício em 1935 é cercada de circunstâncias nebulosas, e sua biografia entrelaça-se com a história do movimento estudantil rio-grandense.

A partir do levantamento feito no portal de dissertações e teses da CAPES, observa-se que é somente a partir dos anos 2000 que é possível localizar registros de pesquisas que tenham por preocupação a utilização dos princípios biográficos como perspectiva metodológica a fim de propor investigações sobre sujeitos que desempenharam atividades profissionais na Educação, enquanto recurso investigativo que vem a colaborar para a escrita da História da Educação brasileira, dentro da perspectiva de estudo aqui adotada. Outra observação pertinente a se fazer é situar a localidade onde se tem esse tipo de discussão. Com relação às teses, tem-se: quatro trabalhos produzidos no Sudeste, um no Norte e um no Centro-Oeste. Por sua vez, entre as dissertações selecionadas, tem-se a seguinte distribuição: cinco produções em programas de pós-graduações Nordestinos, duas no Sudeste, um no Norte e um no Centro-Oeste. Na sequência, os autores que submeteram seus artigos para publicações são oriundos: três do Sul, dois do Sudeste e um do Centro-Oeste.

Diante desse cenário, evidencia-se que o estudo biográfico, apesar da sua importância salutar, por ser uma abordagem significativa para a pluralização da escrita da história da educação, como se observa, é um tipo de pesquisa relativamente novo no campo da História da Educação – com um grande potencial de exploração.

Há de se ressaltar que, apesar de não contemplados pela presente revisão de literatura, seja pelos descritores elegidos ou pelos critérios seletivos adotados, há na região Centro-Oeste importantes trabalhos desenvolvidos acerca da memória docente e dos estudos biográficos sobre trajetória de vida de professores, tais como aqueles

realizados pela linha de pesquisa “História da Educação, Memória e Sociedade”, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, na UFGD, a exemplo dos projetos maiores coordenados pelos professores desta instituição, tais como: “Vida de professor/a: trajetórias docentes e memórias de práticas pedagógicas na Educação Infantil e na Infância em instituições de Mato Grosso do Sul”, coordenado pela professora doutora Magda C. Sarat Oliveira; na linha “Cultura, Memória e Teorias em Educação”, da Universidade Federal de Mato Grosso, a exemplo do projeto “História da Educação e Memória – GEM”, coordenado pela professora doutora Elizabeth Figueiredo de Sá, entre outras.

Também se mostra oportuno lembrar a dissertação defendida por Vitória Chérída Costa Freire (2017), “Maria Luiza Fontenele: Educação e Inserção Política”, sob orientação da professora doutora Lia Machado Fiuza Fialho, que foi de grande importância para o desenvolvimento desta tese. Este trabalho de pesquisa foi indicado pela professora Fialho quando participou da banca de qualificação da presente Tese. Freire (2017) disserta sobre a trajetória educativa de Maria Luiza Fontenele, considerada responsável por influenciar a sua atuação como docente e como militante política em Fortaleza-Ceará, entre os anos de 1980 e 1990.

São levantamentos oportunos para evidenciar a importância do trabalho de pesquisa proposto, com base nos estudos biográficos, para pensar a trajetória biográfica de Dorcelina de Oliveira Folador, seja pela necessidade de contribuir para uma ampliação dos trabalhos sul-mato-grossenses que tomem como preocupação investigativa tratar do estudo sobre mulheres que ocuparam papéis protagonistas nas transformações sociais ocorridas no estado, seja pela importância de somar esforços com o intuito de ampliar a versatilidade de recursos teórico-metodológicos para se produzir história da Educação no estado de Mato Grosso do Sul.

2.2 O respaldo teórico-metodológico desta pesquisa

Esses estudos sobre sujeitos ordinários, em uma perspectiva individual e na sua relação com o social, até então esquecidos pela História tradicional, passam a ganhar espaço na historiografia com o advento da *Nouvelle Histoire*, que pode ser entendida tanto em um sentido mais amplo, como o movimento historiográfico

inaugurado na França, em 1929, com a fundação da Revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, por Lucien Febre e Marc Bloc, quanto em seu sentido mais restrito, como a terceira geração desse movimento, conduzida por Jacques Le Goff, na década de 1970, conforme José Costa D' Assunção Barros (2010).

Em seu sentido mais amplo, a Nova História representou um grande movimento historiográfico que se destacou por incorporar métodos das Ciências Sociais à História, bem como, ao procurar combater uma visão positivista da História tradicional. De acordo com Jacques Le Goff (1998, p. 8), esse grupo de historiadores tinha por objetivo construir “[...] uma história do poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que incluía notadamente o simbólico e o imaginário”, bem como, as múltiplas explicações e inter-relações dialéticas das instâncias do real, além do entendimento dos diversos códigos que regem a vida dos indivíduos em contexto social, pensando a história em uma perspectiva total e globalizante, em detrimento de um determinismo estrito dos fatos, de acordo com o apontamento feito por Barros (2010, p. 10):

[...] uma História Total pressuporia (1) um sistema de relações homogêneas, (2) uma forma única de historicidade interconectando todas as instâncias, da economia e da política às mentalidades, e (3), a articulação desta história em grandes unidades (estruturas se sucedendo umas às outras) nas quais poderia ser percebido o mesmo princípio de coesão. Tem-se aqui, portanto, a compreensão da História Total (ou da história global) como a História Totalidade – a história de um todo integrado. Uma história com pretensões holísticas, portanto.

Dessa forma, a Nova História se abre ao diálogo com as mais diversas ciências, tais como: antropologia, sociologia, literatura, geografia, psicologia, entre outras, como também, abre-se para a utilização de outras fontes. Assim, tem-se um movimento que, ao estabelecer uma ruptura com a historiografia tradicional e propor novos paradigmas para a produção da História, possibilitou tanto uma ampliação instrumental com a possibilidade de utilização de novos e variados indícios como fontes de pesquisas, quanto pela abertura do campo para diálogo com outros. Isso permitiu o surgimento de pesquisas que tomassem por foco o homem no seu comportamento em contexto ordinário, inserido em um espaço social, geográfico e temporal específico. Ou ainda, conforme Burke (1992, p. 10): “A nova história é a

história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional, aquele termo útil, embora impreciso”. Nesse sentido, a Nova História nasce como uma reação à versão tradicional que universaliza a imagem do homem, que é tido como um herói, digno de descrição nas páginas da historiografia oficial.

Posto isso, embora nem sempre concordem com relação à periodização, estudiosos da área compreendem a existência de três e, por vezes, quatro gerações para o movimento dos *Annales*. De acordo com Júlia Silveira Matos (2010), de 1929 a 1949, tem-se a primeira geração, cujo grupo foi liderado por Marc Bloc e Lucien Febre, responsáveis por inaugurar o periódico acadêmico que dá nome ao movimento e por instaurar uma perspectiva que pregava a união das ciências e abertura da História para outros campos do conhecimento e o início da História das Mentalidades. Também é responsável por trazer à tona a história-problema, com ênfase nas interrogações feitas às fontes, de modo a priorizar o entendimento do presente, em detrimento de uma sistematização cronológica do passado.

Na sequência, a segunda geração, que compreende de 1946 a 1968, sob a liderança de Fernand Braudel, aluno de Febre, estabeleceu contribuições relevantes para o conceito de tempo, da geo-história e da história serial, com predileção por estudos do tipo quantitativos. Um dos pontos de distinção desta geração para a anterior, conforme Júlia Silveira Matos (2010), está no fato dos olhos do historiador estarem voltados para os grupos - e não mais nos indivíduos, como em sua primeira geração. Trata-se de estudos propostos sobre as mentalidades coletivas, levando-se em consideração a abordagem das estruturas nas quais o homem está imerso.

Por sua vez, a terceira geração tem como nomes de referência a exemplo de Jacques Le Goff e Marc Ferro. Esta fase é marcada pela aposentadoria de Braudel e pela retomada de estudos qualitativos e das mentalidades. Em Le Goff (1976), o estudo das mentalidades se volta para o estudo das atitudes e comportamentos coletivos, análise a qual, até o momento, não era o foco de atenção da história social. Com vistas a aprofundar esse enfoque investigativo, Le Goff define tal conceito como:

A história das mentalidades não se define somente pelo contato com as outras ciências humanas, e pela emergência de um domínio repellido pela história tradicional. É também um lugar de encontro de exigências opostas que a dinâmica própria à pesquisa histórica

atual força ao diálogo. Situação no ponto de junção do individual com o coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral (Le Goff, 1976, p. 71).

Uma das principais características das mentalidades está na atenção dada ao “inconsciente”, o qual é responsável por revelar, de acordo com Le Goff, o “[...] conteúdo impessoal do seu pensamento [...]” (Le Goff, 1976, p. 71). Trata-se, assim, de uma pesquisa mais voltada não para os fenômenos objetivos, mas para as representações que se tem desses fenômenos em um contexto social determinado.

Conforme sugere Barros (2010), é uma geração que seguiu com a perspectiva da “História de tudo”, ou seja, a História que reconhece o alargamento da História-Conhecimento, ao se permitir dialogar com diferentes campos e tomar como ferramenta de pesquisa diferentes objetos, mas rompeu, todavia, com a ambição de produzir a “História total”, quer dizer, uma História que ambicionava dar conta de uma totalidade do fato social, em favor de uma “História em migalhas”, como dissertado por François Dosse (1994), ao desconstruir o ideal de uma história abrangente e real, ao passo que se revela a variedade de temas e métodos passíveis de serem utilizados, revelando, pois, a dificuldade de se estabelecer uma semelhança quanto ao tamanho, ou perspectiva metodológica entre os trabalhos produzidos, de modo a se deixar observar, no lugar de uma história feita em blocos sólidos, mostra-se espinafrada, em migalhas.

Sobre essa terceira geração, Barros (2010, p.20) pontua:

[...] Os novos tempos começavam a trazer um novo padrão historiográfico, novas aberturas, retornos e possibilidades, e também incertezas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento que produzem e ao papel do conhecimento histórico na sociedade. Entre os “retornos historiográficos”, há a retomada da narrativa, do político, da biografia, aspectos que haviam sido de alguma maneira reprimidos ou secundarizados pelo padrão historiográfico anterior, e que agora reemergiam com inesperado vigor [...].

É a partir dessa nova fase que os olhos se voltam para os discursos produzidos pelo historiador, como também há uma valorização da micro-história, dos “microtemas”, acentuam-se as preocupações com as histórias da vida privada, com as histórias de gênero, com as histórias da sexualidade, dentre outros, adotando-se,

pois, um maior enfoque sob o âmbito cultural, em detrimento a uma centralidade nas bases econômicas, como na fase anterior dos Annales.

Já a quarta geração, dá-se a partir do final da década de 1980 e segue até os dias atuais, quando se tem, de acordo com Matos (2010), uma irradiação das discussões travadas em solo parisiense acerca da micro-história e, ao lado disso, quando se passa a debater o conceito de mentalidades adotado até então, levando-se, pois, a uma crise da terceira geração e se abrindo espaço para o surgimento da quarta, caracterizada como a Nova História Cultural - a qual é tomada como referência para se elencar conceitos teóricos e estabelecer propostas metodológicas com vistas ao desenvolvimento da presente tese.

Nessa nova geração, autores como Roger Chartier, Lyn Hunt e Carlos Ginzburg passaram a rejeitar o conceito adotado para mentalidades, sem, no entanto, negar a importância dos estudos sobre o mental. Há também nessa fase um apreço maior por investigações que tratam de temas, tais como as manifestações populares, as festas, crenças e resistências de massas, sem, todavia, desprezar as expressões culturais das elites sociais. Tem-se nessas pesquisas uma preocupação com as posições ocupadas pelos indivíduos inseridos em um contexto social determinado, nos conflitos sociais existentes e nos papéis desempenhados pelas classes sociais. Sendo esse enfoque no indivíduo uma das principais características que difere esta fase da História das Mentalidades, ou seja, de acordo com Matos (2010), havia naquele momento uma preocupação com a descrição da vida cotidiana de forma uniformizada, sem considerar os indivíduos e as suas posições sociais.

Em solo brasileiro, Thiago Granja Belieiro (2017), ao propor um retrospecto dos tipos de produções nacionais no campo da História, estabelece que, com o fim da Ditadura Militar Brasileira, houve também uma alteração nos interesses e paradigmas dos pesquisadores da área, passando-se, pois, a partir da década de 1980, de um anseio por uma perspectiva de engajamento, apregoado por um ideário marxista, em favor de uma perspectiva de “desengajamento”:

[...] ou melhor, um afastamento dos horizontes teóricos marxistas e uma aproximação mais tranquila com os novos problemas, os novos objetos e as novas abordagens, embora a presença do marxismo cultural seja de grande importância na produção historiográfica do período. Contudo, para Diehl, o fim da ditadura e a crise do pensamento Marxista abrem um vácuo na

historiografia brasileira que será preenchido pela Nova História (Belieiro, 2017, p. 74).

Como se faz notar na fala de Belieiro (2017), a formação da Nova História Cultural é atribuída aos problemas, às abordagens e aos objetos vinculados aos *Annales*, mas também a uma vertente que se situa no âmbito marxista, discute Márcia Janete Espig (1998). Por essa especificidade, trata-se de uma vertente da historiografia que não se prende a rótulos de Escolas, uma vez que tem em seu cerne posturas teóricas e metodológicas variadas.

O que une essas diferentes composições em uma única tendência, no entanto, é o fato de privilegiar estudos sobre a cultura, a qual é compreendida por meio de um conceito antropológicamente estendido. Um segundo ponto de destaque diz respeito às críticas feitas a determinadas formas de cientificismo. Por último, um terceiro ponto de destaque é para o resgate da subjetividade daquele que produz a história, bem como, das formas de subjetividade presentes em seu trabalho, ao realizar o seu estudo em narrativas, tramadas a partir de regimes de verdade - e não mais, certezas absolutas, observa Pesavento (2005).

É dentro dessa nova vertente historiográfica que se encontrará uma revalorização da pesquisa empírica. Ao operar sob a influência da Antropologia, o historiador se mostra desafiado a depurar as teorias e as refinarem no contato com o material empírico. O real se coloca, nesse contexto, não mais como um mero exemplo para uma teoria trabalhada pelo historiador, mas como um elemento com poder modificador dessa teoria, uma vez que lhe é permitido questioná-la, enriquecê-la e, até mesmo, modificá-la.

Isso posto, para os historiadores culturais, essa subjetividade se reverbera nas representações que os sujeitos sociais fazem de si mesmos e dos outros, não sendo essas representações meros reflexos das estruturas objetivas da sociedade. Ao lado disso, os cientistas sociais, amparados em Max Weber, definem os fenômenos sociais a partir das condutas individuais, ou ainda, como se vê, por ser o objeto do cientista social compreender a ação, a reconstrução do motivo (fundamento da ação) se mostrará fundamental, uma vez que é posta como causa dessa ação e, por isso, pode ajudar a explicá-la.

A historiografia social parte dessa perspectiva para ampliar os seus estudos e ver o homem como um sujeito histórico, capaz de produzir conhecimentos, estabelecer interconexões entre os seus pares, bem como, conflitos em seu espaço social. E, desse modo, produz-se uma concepção da realidade social embasada em uma produção cultural.

É nesse viés que se abre para discussões acerca da validade científica da história e a sua instrumentalização, ou seja, a sua realização em escrita, por meio da narrativa, que, por sua vez, também serve como meio de construção para o gênero literário romance. Mas, o que os diferencia, todavia, em conformidade com Roger Chartier (2002), é o reconhecimento do estatuto de conhecimento científico, tão ambicionado pela história. Trata-se, portanto, de uma narrativa que tem em si o rigor científico e, teoricamente, informado.

No campo da Educação, é possível notar que as preocupações dos pesquisadores com as questões relativas às fontes, aos métodos, aos objetos investigativos e aos seus instrumentos de registros, resultantes dos diálogos interdisciplinares, impulsionou, por outro lado, uma reflexão acerca do conceito para o termo Educação, o qual deixou de ser cerceado pelos muros escolares e resultantes de verdades absolutas, registradas em documentos oficiais, ao passo em que se passou a adotar uma perspectiva mais abrangente para o termo, de modo a levar em consideração os seus processos e complexidades.

Nesse sentido, com base em Rui Martinho Rodrigues (2015), entende-se por Educação a ideia de um fenômeno intrinsecamente ligado aos movimentos sociais, considerando-a, desse modo, como o aprendizado cultural, ou então, como a socialização que o indivíduo estabelece nas mais diversas relações sociais.

Como se faz notar, trata-se de um tipo de Educação que não se restringe ao contexto escolar, mas está presente nos mais variados locais ou situações, podendo se desenvolver em práticas formais, não-formais e informais, como aponta Libâneo (2002, p. 31):

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e

organizadas. A educação não-formal seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação. A educação formal compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática.

Assim sendo, tem-se como concepção de Educação enquanto prática que ocorre no meio familiar, no ambiente de trabalho, nos movimentos sociais, além daquela desenvolvida em ambiente escolar, entre outros. Com isso, uma vez aceito esse entendimento como conceito para o termo Educação, defende-se que os estudos biográficos possibilitam ao historiador da educação explorar diferentes perspectivas em que se tem a realização de um processo educativo.

Sendo assim, parte-se dessa noção de Educação para construir uma narrativa com respaldo científico acerca da história de vida de uma mulher que trouxe importantes contribuições para o seu meio, fazendo-se uso, para tanto, das prerrogativas teórico-metodológicas comuns aos estudos biográficos.

Assim, optou-se por uma modalidade de pesquisa que valorizasse a subjetividade do sujeito. Isto é, lançou-se mãos dos estudos bibliográficos e documentais, a partir das experiências obtidas no contato com os arquivos pessoais de Dorcelina de Oliveira Folador, entrecruzados a outros documentos fornecidos a partir do contato da pesquisadora com pessoas que conviveram com a biografada, bem como, de documentos solicitados a diferentes instituições sociais, a exemplo da Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul, do Instituto Dorcelina Vive⁵, da Coordenadoria Regional de Educação de Naviraí-MS⁶ e das Escolas nas quais Dorcelina de Oliveira concluiu o, então, Segundo Grau do curso de Magistério e atuou profissionalmente no campo da Educação. Também se destaca a importância das fotografias para a composição dessa Tese, provenientes tanto do arquivo pessoal

⁵ O Instituto Dorcelina Vive foi fundado em 29 de outubro de 2001 e está localizado na Avenida Brasil, nº 701, Sala 2, no bairro Centro, em Mundo Novo - MS. Ele tem como atividade fim as atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais.

⁶ As Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) são responsáveis pelo acompanhamento, monitoramento e coordenação das atividades educacionais que lhe são jurisdicionadas, de forma a descentralizar as ações do órgão central da Secretaria de Educação dos estados brasileiros. No total, o estado de Mato Grosso do Sul possui 12 (doze) coordenadorias, sendo a CRE de Naviraí (CRE-8), responsável por coordenar as atividades educacionais dos municípios de Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru.

de Dorcelina de Oliveira Folador quanto de materiais pessoais disponibilizados por pessoas com as quais se teve contato durante o desenvolvimento deste trabalho.

A exemplo do que discute Diana Gonçalves Vidal e Rachel Duarte Abdala (2005), compreende-se, pois, a fotografia como uma importante fonte investigativa para o campo da História da Educação, na medida em que se extrapola uma ideia primeira acerca deste artefato como um simples recurso de contemplação estética e se configura como uma linguagem não verbal, marcada por recursos técnicos e estéticos de sua época, de forma a ser preciso ao historiador uma atenção quanto às possíveis intencionalidades em seu processo de composição. É a partir dessa aproximação com a concepção de linguagem que se faz necessário atentar-se para os elementos subjacentes ao que é colocado de pronto, isto é, para os aspectos ideológicos que fundamentam a imagem.

Sobre esse assunto, Boris Kossoy (1989) destaca a importância de se firmar a datação e o local de produção do material fotográfico, uma vez que esses dois componentes são responsáveis por dar pistas dos padrões formais estéticos típicos seguidos pelo fotógrafo.

No caso das fotografias utilizadas nesta Tese, torna-se possível organizá-las em dois grandes grupos, a saber: um primeiro, formado por fotografias que tratam daquilo que Antonio Ribeiro de Oliveira Jr. (1994) denomina de “foto pública”, por ser resultante das limitações de liberdade e subjetividade do fotógrafo em função do tema, dos padrões de representações sociais e das finalidades de produção, a exemplo das fotografias publicadas em jornais do município de Mundo Novo acerca do contexto político regional e nacional, das fotografias para composição de documentos pessoais ou para registro de atividades políticas em folhetos do partido; e um segundo, que é formado por fotografias produzidas em espaços privados, como no caso de imagens captadas da Dorcelina de Oliveira Folador em ambiente familiar, como se poderá observar mais à frente.

O primeiro contato com os arquivos de Dorcelina de Oliveira Folador se deu a partir da apresentação da proposta de pesquisa para as filhas da biografada, no ano de 2020. Desde a apresentação do projeto para a seletiva do programa de doutoramento, tinha-se como desejo o trabalho com a história de vida de mulheres que tivessem desempenhado papéis de destaque em contexto social sul-mato-grossense, como delineado na apresentação desta tese. A partir disso, buscou-se na

rede midiática trabalhos acadêmicos, notícias locais, sites com temas regionalistas, produções memorialistas, entre outros, por nomes de mulheres que tivessem atuado no espaço educacional e em outros espaços públicos, de modo a trazer contribuições relevantes para o seu contexto social. Ao contrário do que é apresentado pela historiografia tradicional, há muitas iniciativas femininas que foram de suma importância para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional do estado de Mato Grosso do Sul, sendo Dorcelina de Oliveira Folador um desses exemplos.

É certo que, de início, a escolha por tornar os feitos desse sujeito social um objeto de pesquisa se fundamentou na singularidade com que a vida dessa mulher foi ceifada. Somado a isso se tinha o fato de a pesquisadora ser residente em Mato Grosso do Sul e contemporânea ao acontecido com Dorcelina de Oliveira Folador e, mesmo assim, não ter a vaga ideia sobre a situação retratada nos textos pesquisados. Afinal, para além das matérias em Jornais locais daquele período, onde circulam os fatos sobre a vida, bem como as práticas políticas e educacionais dessa mulher?

Aos poucos, a escolha por esse objeto de pesquisa ganhou consistência: conforme foi possível localizar esparsas referências sobre esse sujeito feminino em textos localizados na internet, sobressaiu-se a força e a resistência ressonantes em discursos advindos de um corpo, aparentemente, fragilizado, por ser, primeiro, feminino, segundo, deficiente.

De posse de informações sobre o nome das filhas da biografada, recorreu-se a uma rede social de grande adesão, o Facebook, para tentar localizar essas pessoas. Assim, foi possível entrar em contato, primeiramente, com a Jéssica, a filha mais velha, que atualmente mora na Espanha. Logo de início, houve boa aceitação da proposta de pesquisa apresentada e, a partir disso, ela sugeriu que fosse feito o contato com a sua irmã, Hindyra, residente em Dourados-MS, para que fosse confiada à pesquisadora uma caixa de madeira, contendo inúmeros documentos registrados em diferentes suportes, testemunhos da existência de Dorcelina de Oliveira (Folador)⁷, em suas diferentes fases da vida e papéis sociais (mãe, estudante,

⁷ Na caixa confiada à pesquisadora, foram localizados documentos produzidos em diferentes fases da vida da biografada, incluindo aqueles nos quais ela ainda atendia pelo nome de solteira, Dorcelina de Oliveira.

professora, política, artista plástica, liderança religiosa, entre outros), resguardados pela família.

A caixa mencionada, conforme Imagem 2, abaixo, é do tipo pinus, de tamanho grande, com cerca de 70 centímetros de comprimento, por 50 centímetros de largura e 15 centímetros de profundidade, contendo uma divisória ao meio de madeira e duas fechaduras pequenas de metal, com peso aproximado de cinco quilogramas. Guardava em si um cheiro de madeira envelhecida, sofrida pela ação do tempo, misturado ao de papéis que há muito tempo eram guardados. Na parte externa, vestígios de fitas adesivas largas, da cor transparente, envolvendo-a. Uma condição que permite questionar: estariam essas fitas ali para preservar ou abrigar tais documentos de olhares curiosos, não autorizados à sua descoberta?

Imagem 2: A caixa de madeira de Dorcelina de Oliveira Folador



Fonte: Fotografia produzida pela pesquisadora.

Em conversa informal com a filha mais nova de Dorcelina de Oliveira Folador, foi revelado por essa que esta caixa de madeira, na verdade, era utilizada pela mãe como espaço para abrigar as tintas, pincéis e demais artefatos inerentes às artes da biografada, como pintora de telas. A propósito, destaca-se que Dorcelina de Oliveira Folador desenvolveu múltiplos talentos voltados às artes manuais e literárias, passíveis de serem observados nos materiais desta caixa, a exemplo dos desenhos feitos nas capas e nas folhas de pequenos cadernos em espiral, fragmentos de pensamentos, contos, poemas, croquis e recortes de revistas de corte e costura,

com modelos de roupas femininas e infantis, como se procurará abordar ao longo desta Tese.

Ao abrir a caixa, conforme Imagem 3, abaixo, tornou-se possível se deparar com um emaranhado de informações e recordações. Marlene, a irmã mais velha da biografada, em conversa informal com a pesquisadora, revelou que a ação de colocar os pertences da irmã na caixa de madeira partiu da Jéssica. Tratava-se de uma necessidade afetiva de preservar a memória da mãe, que faleceu quando a filha ainda era criança. Desse modo, é possível se deparar com as múltiplas facetas de Dorcelina: adolescente, mãe, artista, missionária, professora, líder política, entre outras.

O arquivo da biografada é composto por álbuns de fotografias de familiares e da trajetória de Dorcelina de Oliveira Folador dentro da política e na atuação dentro de movimentos sociais. Também há um álbum com repartições de plástico que abrigam folhas de papel A4 com colagens de matérias de jornais, além de cadernos com anotações variadas e um caderno com atividades do curso de Magistério, ainda há materiais relacionados ao seu trabalho na Igreja Católica, entre outros.

Imagem 3: As múltiplas Dorcelinas



Fonte: Fotografia produzida pela pesquisadora.

Após este primeiro contato com o material, na sequência, passou-se a buscar pistas do modo como esse sujeito social, Dorcelina de Oliveira (Folador), relacionou-se com o seu meio social. Isto é, surgiram questionamentos não acerca dos “encaixes”, das “acomodações” de uma dada sociedade, mas, por outro lado, sobre os pontos de conflitos, as tensões, aquilo que fez da Dorcelina um sujeito social com capacidades de pensar diferente do todo e, para além disso, desse sujeito feminino como mobilizador de transformações tanto das práticas quanto das ideologias, em um contexto importante para a política de formação territorial do estado de Mato Grosso do Sul e de modificações nos processos escolares pelos quais essa mulher passou durante a sua formação escolar e na sua atuação como professora, bem como legisladora, à frente da prefeitura de Mundo Novo, cidade localizada no antigo sul de Mato Grosso.

Posto isso, foi feito um levantamento dos documentos que compõem o arquivo pessoal da Dorcelina de Oliveira Folador, para os quais, buscou-se elencar quatro categorias. A primeira, denominada “documentos”, tinha-se como propósito chegar a uma definição do tipo de documento que se tinha em mãos em virtude da sua natureza; o segundo, ““impressões” sobre material”, teve-se como preocupação registrar as primeiras impressões que se teve no contato com o material, bem como, adotou-se como preocupação registrar o maior quantitativo de peculiaridades possíveis, tendo em vista que o arquivo foi solicitado pela família antes da etapa de análise documental, propriamente dita. Na terceira categoria, “descrições”, foi feita uma análise mais quantitativa, com vistas a verificar as repetições de símbolos, cores, tipos textuais, assuntos, dentre outros. Na quarta categoria, “possíveis investigações”, buscou-se alinhar a multiplicidade dos sujeitos Dorcelina, “guardados” em fragmentos que “narravam” períodos e momentos distintos da sua vida, com o trabalho de pesquisa que se propunha fazer aqui. Dito isso, chegou-se a um Quadro, o qual compõe a catalogação do arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador), organizado pela pesquisadora, localizado no apêndice desta Tese.

Para uma melhor compreensão dos arquivos pessoais confiados à pesquisadora pelas filhas da biografada, optou-se por emergir em trabalhos já produzidos sobre Dorcelina de Oliveira Folador (Oliveira, 2010; Silva, 2005) e por estabelecer contatos informais com familiares (foram feitos contatos com as duas filhas e com duas irmãs da biografada - Marlene e Geralda), bem como, realizou-se

contato com pessoas que fizeram parte da equipe de execução durante a gestão desta, a exemplo de Humberto Amaducci, Lupércio Ariano, entre outros, que vieram a contribuir para um melhor entendimento sobre a representação dessa mulher para o contexto sócio-histórico vivenciado, além de fornecerem documentos para a composição desta Tese, como se poderá observar logo à frente.

Mostra-se oportuno registrar que a escolha por fazer uso de contatos informais e não pela produção de documentos com base no apoio teórico-metodológico da história oral se deve ao fato de a pesquisadora não ter tido tempo hábil para fechar o projeto de pesquisa e aguardar a tramitação do processo de solicitação de liberação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, para depois iniciar o contato com os entrevistados, fazer a coleta de entrevistas e seguir com a transcrição e a análise do material, conforme a recomendação CEP. Pelo mesmo motivo, também se teve o cuidado de preservar a identidade das pessoas com as quais se obteve contato, referindo-se a elas apenas pelos nomes já registrados em outros materiais gráficos de livre acesso ao público em geral.

Em função do contexto pandêmico, com exceção da Hindyra, os demais contatos foram feitos virtualmente, via trocas de mensagens por meio dos aplicativos *WhatsApp* ou *Google Meet*. Esclarece-se que, como o objetivo da pesquisadora foi um estudo centrado na análise documental, optou-se por não fazer uso da entrevista como recurso metodológico, de forma que não foram feitos registros desses contatos realizados ou se adotou como preocupação a montagem de um roteiro de entrevistas. É fato que antes do contato com as pessoas mencionadas, a pesquisadora procurou se munir de informações sobre quem eram essas pessoas e do grau de ligação que elas possuíam com a Dorcelina de Oliveira Folador, todavia, adotou-se por princípio a prática da escuta, sem qualquer tipo de juízo de valor ou condução dos assuntos tratados.

Além dos documentos disponibilizados pela família, mostrou-se necessário entrecruzar com outras fontes, advindas de outros espaços sociais pelos quais a biografada circulou. Assim, na sequência, foram feitas tentativas de contatos com servidores da prefeitura de Mundo Novo, a fim de solicitar documentos provenientes de algum acervo da prefeitura sobre a gestão de Dorcelina de Oliveira Folador quando no papel de prefeita daquele município. De modo surpreendente, em contato

realizado via telefone, no mês de maio de 2022, foi-se informado que a instituição não possui qualquer tipo de acervo sobre gestões passadas e que, inclusive, os computadores foram todos formatados pela gestão que os antecedeu.

Situação semelhante ocorreu ao entrar em contato, via telefone, em agosto do ano de 2023, com funcionários de uma escola particular na qual a biografada atuou como professora nos anos iniciais, durante a década de 1980, no município de Mundo Novo-MS. Conforme informações obtidas, como a escola mudou de proprietários, essa instituição de ensino não preservou, dentre outros, informações funcionais de professores que não faziam mais parte do seu quadro funcional.

Também foram feitos contatos com outras duas instituições de ensino nos quais a biografada, no primeiro, estudou o, então, curso de Magistério e, um segundo, no qual atuou profissionalmente, ambos durante a década de 1980.

Para o primeiro caso, após contato via telefone e por intermédio de um Ofício encaminhado via endereço eletrônico, no mês de agosto de 2023, foi possível ter acesso a uma cópia digitalizada do Histórico Escolar referente ao Segundo Grau cursado por Dorcelina de Oliveira, como se poderá verificar mais adiante. Também foi solicitada a esta instituição o acesso a documentos que contribuíssem para compreender a história do curso de Magistério ofertado por esta escola, todavia, a funcionária não conseguiu localizar quaisquer documentos que tratassem do assunto.

A segunda instituição mencionada, na qual Dorcelina de Oliveira Folador atuou como professora, o contato ocorreu via telefone, também no mês de agosto do ano de 2023. Logo de início, a funcionária desta instituição esclareceu que a Escola não dispunha de tais arquivos, uma vez que passou, a partir dos anos 2000, da condição de Estadual para Municipal, sendo todos os seus arquivos remanejados para um local ao qual ela não tinha conhecimento.

Posto isso, sentiu-se uma necessidade de recorrer a colaborações de outras instâncias educacionais para se ter acesso aos documentos almejados. Sendo assim, estabeleceu-se um contato, via Ofício, com o Secretário de Educação do estado de Mato Grosso do Sul, o senhor Hélio Queiroz Daher, com o objetivo de apresentar a presente pesquisa desenvolvida e solicitar a intermediação do contato com as instituições de ensino mencionadas para o acesso aos arquivos salvaguardados nesses lugares que pudessem vir a colaborar para o desenvolvimento desta tese de doutoramento. Prontamente, por meio de um Ofício, o senhor secretário acolheu ao

pedido feito e, sob a condição de que a pesquisa tomasse como respaldo as Leis de Proteção aos dados sensíveis de pessoas físicas, recomendou que as instituições liberassem o acesso a tais arquivos para o desenvolvimento desta pesquisa, conforme documento anexo a esta tese.

Munida deste Ofício de recomendações, foi feito contato com a Coordenadoria Regional de Educação de Mato Grosso do Sul, com sede em Naviraí (CRE 8), para que intermediassem o contato com as instituições de ensino do município de Mundo Novo-MS. Após contatos telefônicos e por e-mail com a Coordenadora Regional Adjunta de Educação, foi feito um novo contato com as instituições de ensino mencionadas. Ambas as instituições de ensino se comprometeram a procurar em seus arquivos documentos que viessem a contribuir com a presente pesquisa, mas não houve um retorno aos contatos via e-mail realizados posteriormente pela pesquisadora.

Os fatos citados, além de serem desafios comuns aos pesquisadores em história da educação, mostram-se oportunos para refletir acerca da importância da gestão de acervos para a preservação da história das instituições, como também contribuem para indagações do quão representativo pode ser a opção (intencional ou não) de um grupo social pela não preservação, bem como a privação do acesso para pesquisa aos registros acerca do passado histórico de determinado sujeito ou grupo.

Acerca do tipo de pesquisa proposto na presente Tese, mostra-se oportuno destacar que se insere nas investigações sobre a história do tempo presente. Sobre esse assunto, Dosse (2012) afirma que essa nova perspectiva de estudo ocorre, primeiro, na França, dentro do laboratório de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) e com a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), em 1978, cujo grupo se autodenominava “a nova oficina de Clio”, que é a musa da reflexão e da propagação do conhecimento historiográfico. Conforme Dosse (2012), esta perspectiva investigativa foi responsável por gerar uma mudança epistemológica, ao tomar como pano de fundo a ascensão da dimensão memorial, a incessante busca do homem por uma identidade e, junto a isso, a crise dos paradigmas no século XX (Hobsbawm, 1995), além da disseminação das incertezas sobre o presente e o futuro.

Em linha semelhante, o pesquisador Scocuglia (2005, p. 3) ressalta a importância dos estudos que tomam como base a história do tempo presente:

Podemos dizer que a pesquisa histórica necessita contar com a história do tempo presente, como nunca, porque o atual presente modifica e impacta o conhecimento do passado de maneira ímpar seja quanto à abundância de fontes, seja quanto à própria reinvenção da história e da historiografia. Da mesma forma, aceitamos essa argumentação para a pesquisa histórica da educação.

Na sequência do texto, Scocuglia (2005) esclarece, no entanto, que o trabalho com a história do tempo presente enfrenta intempéries, especialmente, provocado pelas desconfianças de seus pares, ao colocarem em dúvida se estamos diante de uma história distinta ou se há algum tipo de desmérito por produzir uma historiografia na qual o historiador sofre a influência do tempo ao qual ele faz parte. O pesquisador lembra, todavia, que se trata da mesma história, tendo em vista que é pautada no mesmo rigor teórico-metodológico da história tradicional. É neste ponto que Scocuglia ainda ressalta uma vantagem da história do tempo presente, que é a diversidade de fontes passíveis de serem coletadas, a começar pelos depoimentos orais, além de outros tipos de fontes que possibilitam adentrar, como nos lembra o pesquisador, o cotidiano escolar. Além disso, outro ponto destacado pelo pesquisador é a possibilidade que é negada aos outros períodos da história: “[...] nos permite buscar o que os outros períodos impedem: os sujeitos que fizeram essa história, que só existe concreta e completamente no seu dia a dia, viva e com seus sujeitos vivos” (Scocuglia, 2005, p. 5).

Dito isso, também se faz necessário destacar que se trata de uma pesquisa pautada nos estudos biográficos acerca da trajetória biográfica de uma mulher. O que não significa ter como fim reducionista a pretensão de “falar por” mulheres invisibilizadas em narrativas produzidas pela história oficial, tendo como máxima a dicotomia entre homens e mulheres. É, acima de tudo, uma pesquisa que adota como um de seus pilares de sustentação o diálogo com os estudos sobre gênero desenvolvidos a partir da década de 1980, quando se passa a adotar como perspectiva a categoria gênero enquanto:

[...] uma maneira de indicar ‘construções sociais’, criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. [...]. O gênero é, segundo esta definição,

uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1990, p. 75).

Atentar-se para os espaços ocupados por Dorcelina de Oliveira Folador, as suas relações sociais, a sua formação educacional e atuação profissional, em uma sociedade marcada pelos conflitos fronteiriços e por demarcações de terras, em um período de transição do contexto político nacional cívico-militar para democrático é refletir sobre o corpo sexuado feminino que resiste às convenções e às simbologias de discursos produzidos por uma sociedade patriarcal – bem localizada e contextualizada.

Michelle Perrot (1989, 2007), no livro *Minha história das mulheres*, problematiza a forma como a história construída até meados do século XIX deixou as mulheres na penumbra de suas narrativas. A pesquisadora considera que isso está relacionado tanto à falta de alfabetização dessas mulheres, ou a sua alfabetização tardia, quanto à falta de problematização das fontes por parte dos historiadores – levando com frequência a generalização, ou ainda, a anulação da participação dessas mulheres na história.

Concomitante a esse pensamento, no artigo intitulado “Práticas da Memória Feminina”, Perrot (1989) também fala da “deficiência dos registros primários” sobre a História das mulheres até meados do século XIX, devido ao fato de os escriturários da história – definidos pela autora como administradores, policiais, juizes ou padres e contadores da ordem pública –, não terem deixado muitos registros acerca da existência das mulheres desse período, restando a elas o esquecimento, ou ainda, a descrição estereotipada de uma figura pensada na perspectiva coletiva e abstrata, com a adoção de adjetivos, tais como: “vociferantes”, “megeras”, “histérica”, dentre outros (PERROT, 1989, p. 10).

Os questionamentos feitos por essas pesquisadoras europeias acerca dos espaços de fala e representações dos sujeitos femininos ao longo dos séculos XIX e XX se mostram oportunos, respeitados os contextos de falas, para pensar a historiografia brasileira do século XX, a partir de uma perspectiva que rompe com a ideia de uma História universal, que tem como foco um sujeito masculino, heroico e da alta sociedade; e passa a entender a importância de ir em busca das histórias cotidianas de diferentes sujeitos, gêneros, raças, classes sociais, tal como a história

do moleiro Domenico Scandella, o Menocchio, do livro *O queijo e os vermes*, de Ginzburg (2006) – com vistas a se construir uma historiografia mais sensível às nuances que ocorrem nesses espaços sociais, a partir da interação desses sujeitos entre si e do sujeito com o seu espaço.

Diante desse cenário, compreende-se que as pesquisas que tomam por objetivo investigar as narrativas (auto)biográficas podem proporcionar uma maior visibilidade para as mulheres na história, de forma a desvelar suas trajetórias no espaço público e privado, as suas experiências de formação educacional, atuação profissional, política e histórica, com destaque para as suas maleabilidades no contato com o outro, sujeito social, inserido e participante ativo de um contexto de jogos de poderes e de produções discursivas.

O percurso biográfico, como denomina Sucupira e Martinho Rodrigues (2015), desenha-se desde o nascimento de um sujeito, contribuindo, pois, tanto para evidenciar conjunturas do âmbito pessoal, quanto do social, como também, para a sua autoformação, ao se mesclar datas, acontecimentos e relações da sua formação pessoal com aquilo que eles chamam de “experiências de aprendizagem”, sejam elas de fundo formais ou informais.

Nessa perspectiva, compreende-se que o estudo biográfico se mostra como uma ferramenta de suma importância para superar a produção de narrativas sobre a história de um povo centrada na figura de um personagem masculino transvestido na armadura de herói. Isto porque, apesar de classificada como “gênero menor” nos diferentes campos do conhecimento ainda hoje, tem-se o entendimento que o estudo biográfico “assume a carapuça” para acessar as entranhas do contexto social, para se assentar em um ponto estratégico e coletar vestígios de uma existência sem ser perturbado ou despertar no seu objeto de observação o “modo observado” – o que lhe implicaria na atenção à postura ereta, no cuidado ao tom de voz, ao uso da linguagem culta, na suavização dos movimentos gestuais e nas escolhas dos discursos socialmente produzidos – podendo-se, assim, acessar as experiências mais subjetivas, ou ainda, as “miudezas” do cotidiano do sujeito comum, em ação nas suas práticas cotidianas.

Isto não significa, por conseguinte, que esse tipo de estudo está livre de questionar as intenções daqueles que produzem narrativas, assim como, daqueles que, em determinado momento, deixaram seus vestígios de atuações cotidianas. O

desafio e, ao mesmo tempo, o status científico reivindicado pelos estudos biográficos se reflete justamente em saber reconhecer esses vestígios e os dessacralizar. Isto é, não são vestígios soltos, mas forjados em determinado contexto social, com ações e intenções definidas.

Dito isso, pensar a biografia não se restringe a uma descrição linear centrada em um sujeito, mas como um meio para se compreender as relações que esse sujeito estabelece com outros indivíduos em um contexto social no qual está inserido, bem como as limitações enfrentadas por esse sujeito nos espaços públicos e privados, consequentes dos jogos de poderes desse ambiente social. Ou ainda, conforme Martinho Rodrigues (2015), a trama biográfica tem em si um sentido metonímico, uma vez que:

[...] Busca-se conhecer o todo pela parte. O todo é a sociedade da época vivida pelo personagem central e pelos sujeitos que com ele formam a urdidura apresentada pelo narrador, na qual se deu interatividade entre o personagem e o ambiente físico e social (Martinho Rodrigues, 2015, p.57).

Diante disso, tem-se que o gênero biográfico, dentro da pesquisa historiográfica, revela-se um artefato metonímico de uma parte pelo todo. Ou seja, biografar um sujeito é compreendê-lo nas suas inter-relações com o outro, um sujeito que é pertencente e age sobre um tempo e espaço bem definidos. Assim, por sua vez, torna-se possível se deparar, a partir das reflexões acerca desse indivíduo em processo de interação com o seu meio, com pistas sobre as organizações familiares, dos costumes, das intuições, das estruturas econômicas e políticas, dos aspectos culturais e educacionais de uma dada sociedade. Além disso, também se torna possível compreender que biografar uma mulher é se voltar para as transformações históricas ligadas à feminilidade nessas microestruturas.

Dentro desse leque aberto pela pesquisa de cunho biográfico também se deflagra uma vertente muito explorada no campo da Educação e adotada para esta tese, que é a trajetória biográfica de professores. Como se buscará abordar na primeira parte deste trabalho, no início da década de 1980, Dorcelina de Oliveira Folador fez o seu, então, Segundo Grau do curso de Magistério, no município de Mundo Novo-MS, tendo atuado nos anos iniciais em escolas públicas e privadas, antes de se dedicar a outras atividades profissionais, até angariar um espaço na

política mundonovense. Como se busca investigar, cabe questionar de que modo essa formação educacional e atuação profissional no campo da Educação contribuíram para que Dorcelina de Oliveira Folador adentrasse o espaço político, o qual, ainda hoje, é predominantemente masculino, bem como, mostra-se profícuo indagar de que modo esse veio educacional se reverbera em suas práticas como prefeita.

Nesse contexto, Nóvoa (2007), seja numa perspectiva profissional ou pessoal, busca assinalar a figura do professor como um sujeito social, detentor de uma história única, distinta de outras. Nesse sentido, o professor se transforma em objeto e sujeito da pesquisa, uma vez que esse tipo de investigação não se limita a tratar das suas ações como docentes, mas passa a abranger também a vida deste profissional. Assim sendo, o contrário também é legítimo, isto é, investigar a trajetória pessoal de um sujeito se torna uma ação igualmente necessária para a compreensão da sua trajetória profissional.

Diante desse cenário, ressalta-se que essa perspectiva sobre a história de docentes, ou ainda, a “cultura docente” (Mignot; Cunha, 2003), ocupa um espaço transversal neste trabalho, no momento em que dialoga tanto com o papel de Dorcelina quando voltado para a atuação em sala de aula, seja como aluna no magistério seja como professora dos anos iniciais; quanto na sua atuação ao implementar, de modo pioneiro para o estado de Mato Grosso do Sul, programas políticos de cunho educacionais, a exemplo do programa Bolsa Escola e Orçamento Participativo, quando no papel de gestora do município de Mundo Novo-MS.

Sobre a cultura docente, Mignot e Cunha (2003, p. 09 -10) observam que:

Alguns documentos sobre o fazer docente resultam da necessidade de testemunhar o vivido, revelando desempenhos por vezes anônimos ou que, ao longo do tempo, caíram no anonimato. Outros resultam de imposição. Atendem às normas institucionais. Desvalorizados a cada arrumação, são relidos, selecionados, destruídos. Têm o mesmo destino de outras escrituras ordinárias, também desprezadas. Ganham importância para a compreensão da cultura escolar e, especialmente, da cultura docente.

Como se busca mostrar nesta pesquisa, a partir dos arquivos pessoais de Dorcelina de Oliveira Folador em diálogo e no entrecruzamento com outras fontes, torna-se possível se deparar com vestígios de um modelo educacional desenvolvido durante o governo civil-militar, a partir da implementação da reforma de Lei de

Diretrizes e Bases da Educação de 1971, bem como, registros de propostas locais de implementação de programas sociais voltados à educação, durante a década de 1990, os quais viriam a ser incorporados por programas em uma perspectiva nacional, a partir dos anos 2000.

Nesse sentido, mais uma vez se reafirma a importância do arquivo pessoal de professores como meio de se ter acesso a indícios de uma cultura escolar e, até mesmo, de uma cultura docente. É também com este olhar investigativo, voltado para essas culturas escolar e docente, que se busca analisar as diferentes fontes que compõem a trajetória biográfica de Dorcelina de Oliveira Folador.

Mas, teriam todas as narrativas biográficas os mesmos desafios e perspectivas? De antemão, esclarece-se que não. A biografia serve tanto como meio de saciar as necessidades de um público-leitor literário específico quanto para um processo investigativo que prima pelo seu cientificismo.

Sobre o primeiro caso, tem-se um gênero voltado a atender a um público leitor que consome produções literárias e cinematográficas sobre a vida de pessoas públicas. Tratam-se, portanto, de narrativas com fins comerciais e que permitem uma liberdade poética de flertar com a ficção, enquanto recurso para se produzir um texto linear e coeso para o leitor, capaz de servir como justificativa para determinadas condutas adotadas pelo biografado em determinado momento de sua vida. Por isso, não há um compromisso, necessariamente, com a busca por fontes. Não tem, também, uma preocupação com a busca de uma tese. É a produção de uma narrativa por ela mesma.

Em contrapartida, a biografia como recurso teórico-metodológico para o campo científico exige um rigor na sua conduta, com o desenvolvimento de um método bem definido, prima-se pela produção de conhecimento o mais fiel possível ao acontecido, para o seu distanciamento com a ficção, bem como, para a contextualização da vida do biografado, tendo-se como respaldo fontes, as quais devem ser questionadas e analisadas.

Feita essa distinção, ao propor uma pesquisa de abordagem biográfica, denotou-se uma necessidade de buscar em textos biográficos sobre personalidades o papel do biógrafo, bem como, o modo como a estrutura do gênero se desenhava. Foi com este propósito que se deu início à leitura de livros, tais como: *Tande. A vida é um jogo* (2020), *Lula: Biografia. Volume 1* (2021), *A procura da própria coisa: uma*

biografia de Clarice Lispector (2021), *Nelson Mandela: longa caminhada até a liberdade* (2020), entre outros.

Além dessas biografias literárias, também se fez oportuna a leitura do livro de memórias da professora Eurize Caldas Pessanha (2015), *Meio século em sala de aula*: história de pessoas, de cultura escolar e de currículo, no qual a autora faz um retrospecto acerca da sua trajetória como estudante e professora, a partir de suportes variados, tais como fotografias, cadernos de campo, documentos; em interface a reflexões acerca da história nacional e da história da educação brasileira. Também se teve acesso ao livro biográfico *O mestre-escola: retalhos da vida de Giovanni Trentini em Rio dos Cedros*, de Norberto Dallabrida (2021), no qual o pesquisador narra alguns fragmentos da trajetória de Trentini, um imigrante italiano que se radicou para o Brasil no ano de 1878, no lugar onde desempenhou, entre outras atividades sociais, o papel de professor do ensino primário. Trata-se, conforme denominado por Dallabrida (2021), de uma “biografia coletiva”, uma vez que conecta a vida deste indivíduo com o movimento de imigração em massa do último quartel do século XIX, bem como de uma colonização plasmada pela pequena propriedade e pela nucleação comunitária em torno de capelas, na região sul do país.

Também se mostrou oportuno analisar mais atentamente o modo como se desencadeiam as tramas cinematográficas e as teledramaturgias que tinham cunhos biográficos, a exemplo do filme *O discurso do Rei*, que retoma a história do Príncipe Albert da Inglaterra, que ascende ao trono como o Rei George VI; *A teoria de tudo*, baseado na história de Stephen Hawking, um astrofísico que fez descobertas importantes para o mundo da ciência; *O jogo da imitação*, que conta a história de Alan Turing, responsável por criar uma máquina capaz de decodificar mensagens nazistas criptografadas; *Olga*, que narra a história da revolucionária alemã Olga Benário Prestes, bem como, minisséries baseadas na vida de personalidades, a exemplo de *Maysa* (2009), *JK* (2006), *Hebe* (2019), disponíveis na plataforma digital Globoplay.

A apreciação das produções mencionadas contribuiu para trazer à voga as discussões propostas por Bourdieu (1996) acerca das ilusões biográficas, ao tratar da finalidade da escrita de uma biografia ou de uma autobiografia, ou seja, determina-se uma função para a seleção e organização dos fatos, estabelecendo uma relação

inteligível entre as partes, de modo a justificar ou enfatizar as decisões tomadas pelo sujeito ao longo de sua vida:

Sem pretender ser exaustivo, pode-se tentar extrair alguns pressupostos de teoria [teoria de relato do historiador ou romancista]. Primeiramente, o fato de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto: a noção sartriana de “projeto original” somente coloca de modo explícito o que está implícito nos “já”, “desde então”, “desde pequeno” etc. das biografias comuns ou nos “sempre” (“sempre gostei de música”) das “histórias de vida” (Bourdieu, 1996, p. 184).

Mas, seria exatamente este o problema? Ou seja, qualquer tentativa de um historiador se colocar no papel de um biógrafo estaria fadado ao fracasso, inebriado pela ilusão de uma história verossímil, com começo, meio e fim – levando-se em consideração o duplo sentido do termo trabalhado por Bourdieu (1996)?

Uma das principais críticas feita por Bourdieu (1996) a este tipo de condução da escrita da “história de vida” de uma pessoa está na concepção do termo sujeito. O crítico percebe o ser humano como um ser em constante processo de modificação, a partir das suas trocas com o meio em que se vive e dos seus *habitus*. Deste modo, por mais que as instituições tentam firmar posições fixas para a identidade do sujeito, a partir do seu nome, o máximo que o historiador consegue captar são as personalidades, em dado contexto temporal e espacial, desse sujeito multifacetado:

[...] Eis porque o nome próprio não pode descrever propriedades nem veicular nenhuma informação sobre aquilo que nomeia: como o que ele designa não é senão uma rapsódia heterogênea disparada de propriedades biológicas e sociais em constante mutação, todas as descrições seriam válidas somente nos limites de um estágio ou de um espaço (Bourdieu, 1996, p. 187).

É neste contexto que Bourdieu (1996) passa a falar em trajetória, enquanto possibilidade de captação dos acontecimentos biográficos de uma individualidade biológica socialmente instituída, ou seja, é possível ao historiador analisar as colocações e os deslocamentos desse sujeito no espaço social, as posições simultaneamente ocupadas por este sujeito em um dado momento, sendo essas

posições responsáveis por servir como suporte para se apreender “[...] um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos⁸” (Bourdieu, 1996, p. 190).

É a partir dessa compreensão do sujeito como um indivíduo em constante processo de construção, seja no sentido biológico ou seja na sua relação com os outros indivíduos e com o seu meio, que se mostra profícuo um olhar mais atento a esses “recortes biográficos”, a trajetória, para a compreensão de um sujeito multifacetado, que está intimamente integrado a um tempo e a um espaço determinado:

[...] o que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de modo inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (Bourdieu, 1996, p. 190).

Com base nessa perspectiva, compreende-se que o papel de compor a biografia de um sujeito não diz respeito ao trabalho de sobreposição de fatos, de forma linear. Antes, pressupõe o olhar atento para as tessituras que este sujeito constrói no diálogo com outros sujeitos em diferentes espaços e tempos. Isto possibilita inferir que as escolhas de ações feitas por um sujeito nas diferentes posições ocupadas dentro de um campo não estão desvinculadas do contexto ao qual este sujeito está inserido. Neste viés, pensar o estudo biográfico de Dorcelina, a partir das suas trajetórias nos espaços públicos educacional, político e religioso, é pressupor que ela resulta de um espaço, das relações sociais estabelecidas por ela ao longo da vida, das possibilidades de aprendizagens, entre outros fatores.

Concomitante a este pensamento de Bourdieu (1996), também se mostra imprescindível pensar com Jean-François Sirinelli (2003) acerca do seu conceito

⁸ Definido pelo autor como: “Espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem pela dominação de um cabedal específico” (Bourdieu, 2011, p. 197). Ou ainda, de modo complementar, como um “[...] universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem [determinado conhecimento] [...]”. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (Bourdieu, 2004, p. 20).

sobre redes de sociabilidade, como meio para se refletir as redes de sociabilidade produzidas por Dorcelina, enquanto fator determinante para que essa mulher migrante, advinda de uma classe socioeconômica menos privilegiada, professora e deficiente física tivesse condições de transitar pelos espaços públicos da forma como se deu – e mais – autorizada a representar determinado grupo e legitimada pelos seus pares a propor modificações nas ações práticas produzidas pela sociedade mundonovense, especialmente na perspectiva educacional, uma vez alocada em um lugar fronteiro que foi marcado por intensas lutas pelo poder ao longo da sua história.

O teórico propõe um estudo sobre redes de sociabilidade de um grupo específico, que é o grupo dos intelectuais. O pesquisador se debruça nos estudos que têm como foco o funcionamento do meio intelectual, as suas fronteiras e as suas especificidades, na relação com os demais círculos sociais. Para Sirinelli (2003, p. 242), é possível se deparar com duas concepções para o termo intelectual, quais sejam: “[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...] na vida da cidade como ator”.

Posto isso, Sirinelli procura incluir nesta primeira conceituação personas tais como escritores, jornalistas, assim como, professores, além daqueles sujeitos que são vistos como criadores e mediadores em potencial, a exemplo dos estudantes. A se pensar em Dorcelina e nos seus papéis sociais ocupados, torna-se possível compreendê-la como uma intelectual, a partir da aceção incutida nesta primeira definição do pensador, quando recobramos que Dorcelina atuou como professora na cidade de Mundo Novo-MS e correspondente do Jornal dos *Sem-Terra* neste mesmo município.

E não para por aí, a segunda definição de Sirinelli se direciona a um grupo mais restrito, uma vez que se refere a um grupo composto por indivíduos que exercem uma atividade de mais influência no cenário público, tendo em vista que esses indivíduos passam a lidar com a defesa de uma concepção ideológica, ou ainda, destacam-se em ações que são capazes de impactar o social. Esta segunda concepção de intelectual exige do sujeito uma certa especialidade do saber, o que lhe permite uma ação mais incisiva na esfera social e, conseqüentemente, um reconhecimento dessa sociedade na qual o indivíduo está inserido e desempenha suas ações sociais.

Na esteira disso, Sirinelli (2003, p. 243) pontua: “[...] tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural”. E de fato tais concepções não estão desvinculadas, como se procura defender nesta pesquisa. Posto que o papel da Dorcelina como professora, o saber acumulado no campo educacional e religioso, as suas lideranças na Pastoral da Terra e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do município e redondezas, não são apartados das ações práticas da Dorcelina no papel de gestora do município mundonovense.

Assim, torna-se indispensável refletir acerca das redes de sociabilidade que muniram e deram permissão para que Dorcelina de Oliveira Folador adentrasse espaços públicos de domínio predominantemente masculino, a exemplo da política. Sobre esse assunto, Sirinelli (2003) compreende que a concepção de sociabilidade intelectual é constituída de duas formas, a saber: uma primeira, formada tanto pelas redes de sociabilidade que subsidiam o campo intelectual, ao atuar a partir de forças de adesão, a exemplo das amizades, das influências e das fidelidades; quanto aquelas que atuam como forças de exclusão, tendo-se aqui as posições tomadas, as cisões, dentre outros. Uma segunda definição, dá-se por aquilo que o teórico denomina de “microclimas”, ou seja, trata-se da conduta adotada por um grupo de intelectuais ao qual o indivíduo pertence.

No primeiro caso mencionado, pelas forças de inclusão e exclusão, dá-se a partir das semelhanças ideológicas e culturais entre os sujeitos pertencentes a um determinado grupo. São afinidades adquiridas a partir da convivência entre esses indivíduos e, por conseguinte, as forças de exclusão se revelam nas rivalidades e nas brigas entre esses indivíduos que compõem o grupo. Essas forças possibilitam, assim, uma mobilidade dentro desses grupos, levando a ações de permanências e mudanças no campo intelectual.

No segundo caso abordado por Sirinelli (2003), os “microclimas”, trata-se dos valores afetivos e ideológicos comungados pelo grupo, o que gera, enquanto consequência, um “microcosmo intelectual particular”, dirá o pensador, cuja composição é imbuída de atributos específicos responsáveis por caracterizar esses intelectuais.

Neste ponto de reflexão dos conceitos de Sirinelli, torna-se possível observar pontos de intersecções com outros trabalhos desenvolvidos por pensadores

sociais contemporâneos, a exemplo de Pierre Bourdieu (2011), ao tratar do conceito de campo, incluindo-se aqui o campo intelectual, dentre outros; o qual é dotado de regras específicas de funcionamento, sendo o interior desse espaço palco de disputas de forças e lutas. Sendo esse espaço ocupado por sujeitos que têm suas posições definidas de acordo com o montante de capitais simbólicos adquiridos ao longo da vida, o *habitus*, bem como, pela legitimação que os pares fazem desse sujeito nesse campo.

O *habitus* é definido por Bourdieu (2011) como o conjunto de práticas, visões de mundo e padrões de comportamentos absorvidos pelo sujeito a partir das suas vivências sociais, sendo ele responsável por determinar o modo como esse sujeito compreende a sociedade.

Esse campo, por sua vez, é formado em um dado momento histórico e com base nas características sociais vigentes. Sendo esse entendimento importante para se compreender as próprias regras comungadas nesse campo, assim como as interações, as forças e as alternâncias de posições desses sujeitos nesse espaço. E, junto a isso, as trocas dialógicas entre esses vários campos nos quais um mesmo indivíduo possa estar inserido.

Nesse sentido, no diálogo com Bourdieu (1996), ao tratar do trabalho com a trajetória biográfica, e em Sirinelli (2003), com sua discussão sobre redes de sociabilidade, propõe-se nesta Tese “recortes biográficos” da “história de vida” desse sujeito feminino Dorcelina de Oliveira Folador, ou seja, tem-se como proposta de pesquisa construir a trajetória biográfica desse sujeito feminino, que se constitui a partir de um todo complexo e dialógico, do contato do individual com o social, reverberadas em práticas sociais nesses espaços públicos, no caso, educacional e político, enquanto resultado de processos de formação desse sujeito social ao longo do tempo.

Ao se propor o esforço de construção da trajetória de um sujeito social com base em registros feitos em papéis e imagens, quando não, a partir da memória de terceiros, requer, dentre outros, uma consciência acerca dos jogos inerentes ao processo de representação. Assim, pautando-se em Chartier (1988), ao tratar do conceito de representação, tem-se uma reflexão que baliza sobre duas ordens de razões, são elas: enquanto instrumento de um conhecimento mediato “[...] que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de

reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é [...]” (CHARTIER, 1988, p. 20), podendo tal representação ser bem material e semelhante, a exemplo de um boneco de cera, ou se tratar de uma representação de algo ausente.

Sobre esta segunda definição, Chartier se desdobra para mostrar “[...] a distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado [...]” (Chartier, 1988, p. 20), na medida em que a representação do signo pelo significado é “pervertida” pelo processo de imaginação, a qual não é neutra, mas é resultante de um processo social, no qual grupos constroem discursos imbuídos de intencionalidades e buscam perpetuar tais discursos enquanto real. É dentro desta perspectiva que Chartier fala da importância dos estudos das representações dentro da história cultural, tendo em vista que:

[...] Mais do que o conceito de mentalidade, ela [noção de representação] permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exigir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas [sic] graças as quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (Chartier, 1988, p. 23).

Dito isso, cabe questionar: teria Chartier (1988) colocado em “xeque” todos os trabalhos historiográficos que, de algum modo, recorrem às representações da “coisa” ausente? Parece-nos que, assim como em Bourdieu (1996), a preocupação do pensador está para o modo como o historiador se relaciona com a “coisa” ausente, ou seja, para o modo como são produzidos os significados a partir da apreensão e estruturação dos discursos produzidos em um dado contexto social. Neste ponto, é evocado por Chartier a necessidade da compreensão dos jogos inerentes à prática da leitura de textos ou de imagens:

[...] No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como

estes afectam [sic] o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (Chartier, 1988, p. 24).

Todo texto não é neutro. Seja pela escolha estrutural, da estilística, do discurso, ou pelos seus silenciamentos, é preciso compreender o texto como um todo articulado e intencional. De acordo com Chartier, estes textos são receptáculos das representações aceitas e, até mesmo, impostas pelo mundo social. Cabe ao pesquisador perceber esses movimentos e as individualidades dos sujeitos caracterizadas nesses discursos sociais, que, na maioria das vezes, buscam uma normalização e universalização dos fatos:

[...] Pensar assim a individualidade nas suas variações históricas equivale não só a romper com o conceito de sujeito universal, mas também a inscrever num processo a longo prazo – caracterizado pela transformação do Estado e das relações entre os homens – as mutações das estruturas da personalidade (Chartier, 1988, p. 25).

Dessa forma, um texto não carrega em si mesmo todo o sentido, de pronto. Exige-se, assim, como nos alerta Chartier, um leitor competente, na medida que cabe a ele o papel da produção de sentidos, isto é, na interpretação do texto.

Cabe, então, à história cultural o papel de “[...] repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como reflectindo-o [sic] ou dele se desviando” (Chartier, 1988, p. 27). Bem como, é também papel dessa história um estudo dos processos responsáveis pelas construções de sentidos – distinto do pensamento tradicional que compreendiam o texto e a obra em seu sentido intrínseco e único.

Alinhado aos processos de representações, também se mostra oportuno discutir o conceito de memória. Uma memória que se forma e é formada a partir da simbiose entre as noções de individualidade e coletividade, de um passado que perdura no presente. Sendo tal fenômeno, conforme Michael Pollak (1989), responsável por duas funções essenciais, a saber: manter uma coesão interna do indivíduo e, ao mesmo tempo, defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. Nessa perspectiva, a memória se coloca como um ponto de referência, a

partir do qual é passível de identificação e de compartilhamento de significados entre seus pares.

Isto significa dizer que a memória, uma vez estruturada com as suas hierarquias e classificações, tem o poder de “[...] definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais [...]” (Pollak, 1989, p. 3). Todavia, isso não acontece de modo natural, mas é forjado a partir de disputas políticas, de modo a adquirir em meio ao seu processo de desenvolvimento um caráter “destruidor, uniformizador e opressor”, observa Alessandra de Sá Mello da Costa e Luiz Alex Silva Saraiva (2011, p. 1763).

Diante dessa perspectiva, compreende-se que essa relação entre passado e presente, com vistas a construção de uma memória, não é neutra, mas atravancada de simbologias e valores, que são responsáveis por sustentar e, até mesmo, modificar as realidades do indivíduo e do seu grupo. Nesses termos, ao passado se atribui uma relevância, visto que desempenha uma função social, denotada de acordo com as intenções daquele que detém o poder de recolher, classificar e agrupar fatos passados, em razão das necessidades do presente. Afinal, quais memórias são elaboradas sobre Dorcelina de Oliveira Folador? Com quais finalidades? Quais as forças subjacentes às construções de narrativas sobre as suas ações em Mundo Novo-MS?

Em conformidade com Le Goff (2003), o que permanece no presente não é o conjunto de fatos passados, mas o que se resulta das escolhas feitas. Com isso, compreende-se que o papel do historiador não é inerte a essas escolhas, uma vez que, diante do arquivo, são feitas as seleções de fontes, a hierarquização desses documentos (por vezes, a sua não seleção), elenca-se um método de pesquisa, são adotados discursos em detrimento de outros e lhes são atribuídos valores de testemunhos. Assim, tem-se que um documento não é neutro ou inocente, mas é “[...] o resultado de uma montagem da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (Le Goff, 2003, p. 538).

Visto sob esse prisma, mostra-se profícuo indagar acerca, não da memória humana que normalmente falha ao tentar reconstituir um fato passado, mas da memória de uma coletividade, que é configurada e filtrada intencionalmente. Falar

da trajetória biográfica de Dorcelina de Oliveira Folador é tratar das memórias e da história do município Mundo Novo, do estado de Mato Grosso do Sul, dos espaços públicos destinados às mulheres nessa região fronteira nas décadas de 1980 e 1990, como também, é trazer sob luz discussões sobre a historiografia da Educação deste local.

A partir da Nova História Cultural, como já mencionado, pôde-se notar um movimento que visava pela ampliação das fontes de pesquisas, dos objetos de análises, das ações praticadas por sujeitos sociais ditos comuns, do diálogo entre as áreas do conhecimento, mas também, conforme destaca Alessandra de Sá Mello da Costa, Denise Franca Barros e Paulo Emílio Matos Martins (2009), é feito um profundo questionamento acerca da noção de fato histórico – não mais visto como um dado pronto e acabado – e, junto a isso, da própria concepção de documento, que passa a ser compreendido como produto do seu meio e, por isso, não se trata de um artefato inocente, mas carregado de sentidos, passível de questionamentos. Sendo a ausência de tais documentos, inclusive, significativos para um processo de pesquisa, uma vez que evidencia as produções fabricadas em seio social, conforme as suas relações de forças e poderes, sejam elas simbólicas ou explícitas.

É importante ressaltar que, embora memória e História desempenhem o papel de trazer o passado para o presente, são processos distintos e que possuem valores sociais diferenciados. Isso porque, enquanto a memória é pautada em expressões subjetivas do indivíduo ou de um grupo, a História tem como respaldo um vigor científico, amparada por métodos para a composição de suas narrativas historiográficas. Todavia, esses processos sociais passam a dialogar a partir da Nova História Cultural, quando a memória é transformada em objeto de estudo da História (Le Goff, 1998).

No entanto, esse diálogo entre memória e História não acontece de modo passivo, denotando-se mais um desafio ao historiador que, ao tentar reconstituir os fatos passados a partir da memória, por sua natureza, obriga-se a lidar com uma diversidade de versões, a existência de relatos plurais para uma realidade que se revela polifônica seja na sua origem seja no seu destino. De modo a ser preciso relativizar o fato passado registrado nas fontes e nas bibliografias que foram produzidas, compreendendo-o não como o fato em si, mas como uma versão do fato.

Apesar de essa abordagem acerca da memória, em um primeiro momento, parecer um entrave para o trabalho do historiador, coloca-se, por outro lado, como uma importante ferramenta, uma vez que lhe permite indagar acerca de outras realidades, intencionalmente ou não, negligenciadas. Posto isso, há de se questionar: quais outras memórias possíveis sobre a trajetória de Dorcelina de Oliveira Folador, e extensões, além daquelas formalmente legitimadas?

Destarte, cabe ao pesquisador, no confronto com as outras fontes, a sensibilidade para compreender esses movimentos da memória dentro do campo do saber da História, como forma de não cair nas sedutoras tramas que nos levam a perceber a memória como um produto pronto e objetivo.

Como visto, é neste ínterim que se abre espaço para os estudos e abordagens de novas fontes e novos sujeitos que passam a figurar nas narrativas historiográficas. Em Artières (1998), por exemplo, possibilita-nos pensar na pesquisa de narrativas historiográficas de uma dada sociedade partindo dos arquivos pessoais de um indivíduo comum. No texto, o autor nos apresenta um estudo sobre o arquivo de vida de Émile Nougier, um jovem delinquente que, uma vez instigado pelo médico Alexandre Lacassagne, passa a escrever um diário e, paralelamente, uma autobiografia, dentro do presídio, no fim do século XIX.

A partir desta análise do arquivo pessoal de Nougier, Artières (1998) nos lembra que a prática de arquivamento do eu não é uma ação exclusiva de “homens ilustres”, mas que, a partir da popularização da escrita, houve uma urgência social incessante para se utilizar desta como forma de existência. O crítico observa, por um lado, que o arquivamento da própria vida é muitas vezes utilizado como recurso de se afirmar frente a uma construção de identidade imposta pelas instituições sociais, servindo como um ato de resistência, a exemplo do que é feito na escrita de diários íntimos. Por outro lado, este arquivamento da vida também se postula como uma prática social, seja pelo arquivamento de documentos que a sociedade nos exige como comprovantes de uma existência ou de detentor de algum direito (a exemplo de um registro de nascimento, um passaporte, um recibo de pagamento de conta, o álbum de fotografias de família, as redações na escola primária com temas sobre o que fez nas férias, etc.): “[...] Para ser bem inserido socialmente, para continuar a existir, é preciso estar sempre apresentando papéis, e toda infração a essa regra é

punida [...]” (Artières, 1998, p. 13); seja em contribuição às práticas acadêmicas do conhecimento sobre o gênero humano.

Sobre este caso, Artières exemplifica o trabalho realizado na Escola de Chicago, a partir de 1915, quando William Thomas e Robert Park, do departamento de sociologia da Universidade de Chicago, iniciam seus trabalhos com os alunos incentivando-os à escrita de autobiografias ou história da própria família, a fim de fazer um estudo sobre o mundo dos *gângsters*, dos ladrões e das prostitutas. Ou ainda, no ano de 1937, na Inglaterra, quando centenas de pessoas foram convidadas por um órgão de pesquisa social a participar do projeto *Mass Observation*, no qual, todo mês, os participantes recebiam um questionário ou diretivas do tipo “aberto” para escrever livremente sobre as suas experiências ou opiniões sobre as coisas.

Um terceiro exemplo que destaco é o relato de Artières para um projeto no auxílio da luta contra a Aids, feito pelo britânico Anthony Coxon, que tomou como objeto a análise dos comportamentos sexuais dos gays. O crítico ressalta neste caso que, além da variante coletiva de “confissão científica”, outro traço que se salta aos olhos neste caso é o fato de serem “confissões obrigadas sob pressão externa”, uma vez que “[...] a autobiografia responde não mais unicamente à injunção de ordem científica, mas a uma demanda coletiva que emana da comunidade de pertencimento [...]” (Artières, 1998, p. 17).

O trabalho de arquivamento da própria vida, conforme Artières, institui pensar nos objetivos de produção, ou seja, qual a identidade o biografado quer revelar ao seu futuro leitor, autorizado ou não, (nós mesmos, nossa família, amigos, colegas, entre outros)? – visto que ele tem a possibilidade de suprimir, omitir e até mesmo, como no caso de Nougier, justificar as ações praticadas ao longo da vida: “[...] O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto [...]” (Artières, 1998, p. 31).

Junto a isso, também se mostra importante compreender que o arquivamento do eu é uma prática plural e incessante, como nos alerta Artières. Pois, trata-se de um processo de acumulação e de conservação que se faz ao longo da vida, sob diferentes formas de arquivamento e, por isso, eles são diversos e constantemente refeitos.

A inserção do arquivo pessoal, enquanto objeto parte de um campo de pesquisa, deu-se de modo recente na história da Arquivologia, em comparação ao

tempo de existência desta disciplina. De acordo com Adriana Arrojado Correia Pereira (2021), a Arquivologia traz como peculiaridade o fato de ter nascido a partir de uma demanda das práticas administrativas, gerada em meio institucional, principalmente público. Originalmente, tratava-se de um campo científico a serviço de uma demanda do Estado, com fins puramente jurídico-administrativos. Sendo assim, Jorge Phelipe Lira Abreu (2016) confere a Eugênio Casanova, na obra *Arquivística*, publicada em 1928, a inclusão ao termo arquivo, seja de natureza pública ou privada, de uma teorização acerca dos arquivos produzidos por pessoas “[...] independentemente de sua carreira, formação ou lugar de produção. O autor reconhece o caráter orgânico de tais registros e relaciona sua preservação à memória da finalidade pela qual os documentos foram gerados” (Pereira, 2021, p. 50). Todavia, alerta Renato Crivelli Duarte (2013), que os estudos realizados no início do século XX, tanto produzidos por empresas privadas quanto por pessoas físicas, adotavam como perspectiva o vínculo desses documentos com atividades profissionais e administrativas, ficando de fora desse conceito de arquivo, a partir disso, os documentos domésticos.

Diante desse cenário, relegados da Arquivologia, tais documentos eram salvaguardados em bibliotecas ou museus, agrupados em caixas sob o nome de “manuscritos” ou “papéis pessoais” ou “coleções”, conforme Lúcia Maria Velloso de Oliveira (2012), sem todavia, receber um tratamento com base em princípios arquivístico, como se pode imaginar. De acordo com a autora, o termo “manuscrito”, sobretudo na literatura americana e canadense, associava-se aos papéis históricos ou literários dos arquivos pessoais ou de família. Por sua vez, a expressão “papéis pessoais” era utilizada somente para se referir aos arquivos pessoais e familiares formados por documentos registrados em papéis, denotando-se uma falta de organicidade ao acervo, tratavam-se, pois, de documentos isolados. Ao passo que o termo “coleção” era utilizado quando se compreendia um agrupamento intencional dos documentos, obedecendo-se a algum critério do colecionador, sem evidenciar, todavia, relações orgânicas dos documentos entre si ou de alguma atividade que os tenham originado.

Em conformidade com Oliveira (2012), é somente a partir da aproximação do arquivo com a História, em países europeus e norte-americanos, ao longo do século XIX e início do século XX, que se observará uma abertura de espaços para os

trabalhos com arquivos pessoais e o incentivo a sua preservação, ascendendo-se trabalhos que visavam o resgate do patrimônio arquivístico privado de interesse público. Nesse momento da História, em algumas sociedades, os olhos de eruditos (a exemplo de historiadores) se voltavam para a catalogação e preservação de documentos produzidos por grandes personalidades históricas. Havia, assim, um interesse pelos arquivos pessoais como parte do patrimônio nacional e, nesse viés, de interesse público.

Nesse viés, enquanto países, tais como, a França, que detinham uma intrínseca separação entre arquivos públicos e privados, incluindo a responsabilidade pela salvaguarda desses documentos, no Canadá, diferenciava-se dos demais por adotar como concepção a ideia dos “Arquivos Totais”, em conformidade com Crivelli (2018). Isso significa dizer que a responsabilidade pela salvaguarda, preservação e disponibilização dos arquivos, quer públicos ou privados de interesse para a memória e identidade nacionais, concentram-se nos Arquivos Públicos.

Distante da experiência canadense, a teoria arquivística desenvolvida nos demais países, incluindo-se o Brasil, endossava-se em meio às práticas que visavam somente os arquivos públicos (institucionais), relegando ao plano periférico os arquivos pessoais. Sobressaindo-se, pois, um interesse dos arquivologistas, ao longo do século XX, por soluções aos problemas enfrentados nas realidades profissionais, registradas nesses arquivos públicos, no lugar de se ter como fim a exploração dos arquivos em todos os seus aspectos de conformação, sob uma ótica científico-academicista, observa Crivelli (2018).

Os olhares acadêmicos se voltam para os arquivos pessoais somente a partir da segunda metade do século XIX na Europa e no início do século XX nos Estados Unidos, quando a comunidade de historiadores passou a reconhecer o valor dos documentos pessoais e familiares como fontes para compreensão de uma dada sociedade, além de poderem registrar a memória de uma nação, discute Oliveira (2021).

Nesse viés, embora a atenção à proteção e conservação dos arquivos pessoais tenham se dado a partir do seu reconhecimento como possibilidade de valor patrimonial e testemunhal na segunda metade do século XIX e início do XX, os estudiosos atribuem a uma renovação historiográfica a possibilidade de uma maior visibilidade aos arquivos, especialmente, a partir da década de 1970, quando,

esclarece André Ancona Lopez (2012), tem-se na História uma abertura para novos objetos de pesquisa, novos questionamentos, além de ações que visam às releituras de produções existentes e o diálogo com as diferentes áreas do conhecimento.

Atualmente, em conformidade com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional – DIBRATE, atualizado em 2005, adota-se como definição para o vocábulo “arquivo”, o “[...] conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (Dibrate, 2005, p. 27) e, na sequência, conceitua o termo “arquivo pessoal” como o arquivo produzido pela pessoa física.

Esses documentos, em conformidade com André Luiz Paulilo e Claudiana dos Reis de Sousa Morais (2023), podem ser resultados de dois grandes grupos, a saber: o primeiro, ego-documentos, responsáveis por expressar a intimidade de seus titulares, e o segundo, documentos provenientes de relações interpessoais, que ligam o indivíduo às instituições sociais de todo tipo (a exemplo da família, escola, igreja, trabalho, partido político, entre outros).

A partir de então, mostra-se oportuno destacar que essa produção cumulativa do eu, independente de suporte, ganha *status* de documento na Arquivologia, ou seja, passível de ser coletado, classificado e analisado cientificamente, de modo a contribuir para a produção de um saber, tal como os documentos oficiais, produzidos em meios institucionais, provenientes de atividades administrativas e burocráticas, comumente utilizados pela historiografia, por exemplo. Tendo essa concepção respaldo jurídico, prevista na legislação brasileira de arquivos, a qual, além de assegurar o estatuto arquivístico aos arquivos de pessoas físicas, estabelece o dever de proteção aos arquivos considerados de interesse público e social, a partir da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

O estudo dos arquivos pessoais tem contribuído, conforme Paulilo e Morais (2023, p. 214), “[...] para redimensionar legados e rediscutir os processos de ‘monumentalização’ da memória de alguns em detrimento de outros”. Todavia, não se limita a isso. De acordo com esses mesmos autores, além das possibilidades de ampliação de estudos e análises, contribui para uma necessidade de releitura do papel do pesquisador diante de sua fonte, sobretudo, das precauções éticas e metodológicas

no que tange às exigências de verdade histórica, de modo a exigir uma dupla postura do historiador: moral e intelectual.

A moral tem a ver com o modo como o historiador lida com as paixões e implicações diante da fonte. Por sua vez, a postura intelectual diz respeito à necessidade da adoção de um método de pesquisa, capaz de ditar o modo como se administra a prova documental para atender às exigências do regime de verdade comumente praticado em história, uma vez que, o exercício de memorialização exige do historiador lidar com expectativas, sejam elas advindas dos familiares, dos amigos da pessoa biografada, seja da sociedade como um todo, que testemunhou a existência desse sujeito histórico, ou seja também as expectativas criadas pelo próprio pesquisador.

Para lidar com essas questões, de acordo com Antoine Prost (2008), o caminho mais adequado ao pesquisador é reconhecer em suas fragilidades a impossibilidade de se construir um discurso objetivo, mas de assumir uma postura de imparcialidade diante das memórias transformadas em história.

Além da postura que se exige do historiador para com o arquivo pessoal da pessoa biografada, outra questão que se mostra sensível no trabalho com esse tipo de fonte de pesquisa e que se procura atender com total zelo nesta Tese, é a responsabilidade ética relativa ao uso e divulgação de dados sensíveis, que possam violar a privacidade da biografada e familiares, de modo a estabelecer um equilíbrio entre o art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que trata dos direitos de acesso às informações, e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da Lei Geral de Proteção de Dados.

Assim, para este trabalho de doutoramento, além da catalogação e análise do arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador, de posse da família, também se fez uso de uma fundamentação bibliográfica, como visto no início deste capítulo, com a localização de trabalhos acadêmicos em bancos de pesquisas. Somado a esses, também foram utilizadas fontes escritas disponibilizadas por pessoas que conviveram com a biografada, além de um aporte teórico que corroborou para a compreensão desse sujeito social como parte e, ao mesmo tempo, como reação ao seu meio.

A contextualização proposta se dá a partir do entendimento da Educação como um processo complexo e incessante, na relação do homem com os espaços quer públicos ou privados, com destaque especial para três deles: educacional, político e

religioso, em um espaço geográfico fronteiriço que molda e se deixa moldar por seus habitantes.

O recurso teórico-metodológico utilizado, com base nos estudos biográficos, da análise de documentos provenientes do arquivo pessoal e produzidos por instituições públicas, da revisão bibliográfica, contribuíram para a composição da trajetória biográfica, com respaldo histórico-científico, de Dorcelia de Oliveira (Folador), com ênfase na sua formação educacional e inserção política.

3 FIOS QUE SE TRAMAM: PASSAGENS SOBRE A INFÂNCIA E A JUVENTUDE DA DORCELINA DE OLIVEIRA (FOLADOR)

Quando no papel de prefeita de Mundo Novo-MS, Dorcelina de Oliveira Folador adotou um tipo de política que priorizou a publicização dos seus atos como gestora. Assim, no canal de compartilhamento de vídeos, o *Youtube*, é possível localizar um vídeo de publicidade (Tv Mundo Novo, 1999), encomendado pela Prefeitura de Mundo Novo, de 17min e 30s (dezessete minutos e trinta segundos), datado de 11 de maio de 1999, no mesmo ano em que ela veio a falecer, e indexado no referido canal em 2 de novembro de 2015, pelo usuário TV Mundo Novo. No vídeo, há uma espécie de prestação de contas para a população mundonovense dos avanços conquistados nos diferentes setores sociais nos 863 (oitocentos e sessenta e três) dias de governo da atual prefeita.

Para além disso, trata-se de um dos últimos vídeos, de livre acesso, dos quais Dorcelina de Oliveira Folador participou, sendo este responsável por mostrar a existência de uma mulher de estatura mediana, pele clara, cabelos escuros e lisos, cortados de modo arredondado, acima dos ombros, junto a uma franja espessa e curta, cuidadosamente modelado com as pontas viradas para dentro, um corte estilo Chanel.

Na Imagem 4, abaixo, tem-se uma fotografia de Dorcelina de Oliveira Folador como registro da sua candidatura ao cargo de prefeita do município de Mundo Novo-MS, no ano de 1996. Trata-se de um artefato que compõe o seu arquivo pessoal, guardada em um álbum de fotografia sem identificação de autoria. Nesse registro, é possível notar a mulher dos cabelos negros e curtos, com um casaco no tom vermelho vibrante em contraste a uma blusa branca básica, de decote discreto, em alusão às cores da bandeira do partido político ao qual foi filiada e da sua estrela branca. No pescoço, uma gargantilha de barbante negro e um pingente de uma cruz, denotando a sua feminilidade na escolha de um adorno, como também a sua fé, ao fazer uso de um símbolo de manifestação da fé cristã. Em sua mão esquerda, empunha um microfone, possivelmente, em uma rádio local, para apresentar sua proposta de governo aos seus eleitores. Esta posição de fala da Dorcelina de Oliveira Folador, em uma perspectiva de ampla difusão de seus discursos, coloca-se como um ato simbólico de suas intenções de adentrar um espaço comumente dominado pelo sexo masculino, que é a política, em um contexto espacial e temporal definido.

Imagem 4: Dorcelina de Oliveira Folador na campanha para prefeita (1996)



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Aos 36 anos, a biografada tinha uma voz suave, baixa, que contrastava com o seu discurso imponente de liderança. No seu caminhar, carregava consigo as sequelas de uma paralisia e de uma poliomielite que a acometeu na sua primeira infância, o que lhe exigia, em determinados momentos, registrados em fotografias do seu acervo pessoal, fazer uso de bengala ou cadeira de rodas para se locomover com mais segurança e conforto. Na face, trazia quase sempre um semblante sério, intercalado a sorrisos tímidos, condizentes com a postura de quem tem consciência da responsabilidade ao propor um novo jeito de fazer política - distinto daquele praticado na gestão que a antecedeu, a qual foi marcada por escândalos políticos e por investigações de corrupção. Investigações, as quais, foram endossadas por denúncias feitas, inclusive, por Dorcelina de Oliveira Folador, quando no papel de gestora do município.

Nesses termos, como se poderá observar neste capítulo, a biografada se opôs, assim, a um tipo de política gestada em um solo fronteiro de um estado relativamente jovem⁹ historicamente, o qual foi espaço de disputas territoriais e de poderes, em meio a um contexto ainda sob forte influência das consequências de uma ditadura cívico-militar no país e de domínio do coronelismo regional.

⁹ O estado de Mato Grosso do Sul foi criado por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, pelo presidente da República Ernesto Geisel, durante o período de ditadura cívico-militar instaurado no Brasil (1964-1985).

Em fotografias no seu arquivo pessoal e nas imagens de livre acesso na internet, é possível notar o cuidado dessa mulher com a sua imagem, apresentando-se nos diferentes eventos bem trajada. Destacam-se as décadas de 1980 e 1990, quando assume papéis de lideranças no contexto religioso e político, ao atuar como presidente do Grupo de jovens, Juventude Mensageira do Amor Cristão (JUMAC), a partir de 1984, cujo grupo também participava dos encontros das pastorais da juventude e da terra.

A Imagem 5, abaixo, pertence ao acervo do Instituto Dorcelina Vive, com sede no município de Mundo Novo, sob presidência de Lupércio Ariano, o qual disponibilizou o documento à pesquisadora, é um registro das ações desenvolvidas pelo grupo religioso JUMAC, do qual Dorcelina de Oliveira Folador participou. Não há indicativo no material de autoria para esse registro fotográfico. Na imagem, estão à frente cinco pessoas, sendo um homem e quatro mulheres, responsáveis pela formação da Diretoria do grupo religioso JUMAC, estando Dorcelina de Oliveira Folador ao centro. Há uma descrição para a fotografia, a qual aparece “cortada”, sendo possível compreender, todavia, que é um registro do momento em que a comunidade fez uma homenagem a essa gestão, com a entrega de rosas aos diretores. Pelo posicionamento desses sujeitos e expressão facial, nota-se que estão cantando, sendo estes acompanhados pelos demais participantes da celebração, como se faz conferir nas folhas empunhadas em suas mãos e as cabeças levemente inclinadas, dando a entender que estavam lendo, possivelmente, a letra da música.

Imagem 5: Dorcelina de Oliveira Folador com a Diretoria do JUMAC (1984)



Fonte: Instituto Dorcelina Vive.

Em conformidade com Vilma F. de Carvalho Angelo da Silva (2005), muitos integrantes deste mesmo grupo religioso, junto a Dorcelina de Oliveira Folador e a outros setores da sociedade mundonovense, contribuíram para a fundação no município de Mundo Novo, em 1986, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), do qual a biografada logo se desfilou para, em 7 de maio de 1987, ajudar a fundar um novo partido no município, o Partido dos Trabalhadores (PT), com o qual se manteve vinculada ao longo de sua vida.

Na Imagem 6, abaixo, tem-se Dorcelina de Oliveira Folador posicionada para a fotografia ao lado de uma outra pessoa, não identificada. Trata-se de uma fotografia pertencente ao arquivo pessoal sobre a biografada. Este registro fotográfico não dispõe de informações acerca de autoria ou data, todavia, traz o semblante de uma Dorcelina de Oliveira Folador mais madura, com os cabelos um pouco mais compridos, sendo possível amarrá-los, o corpo também denota o ganho de peso e a necessidade do apoio de uma bengala para a sua autonomia na locomoção. A bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT), ao fundo, deixa entrever que Dorcelina de Oliveira Folador estava participando de uma atividade partidária, após os anos de 1987, quando contribuiu para a fundação do PT e se tornou afiliada.

Imagem 6: Dorcelina nas atividades políticas do PT



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador.

É possível notar que a escolha de suas vestes não é ao acaso. Ela esteve sempre muito bem trajada, com peças que seguiam as modelagens da época, tais como vestidos retos ou conjuntos estilo terninho, de calça e blusa, em sua maioria, em cores vibrantes, o vermelho, principalmente, como um modo simbólico de trajar as cores do partido político - o Partido dos Trabalhadores – pelo qual se elegeu como prefeita.

Essa preocupação de Dorcelina com as suas vestimentas parece estar atrelada uma ideia de composição da sua imagem como liderança, de modo que pudesse estar bem apresentada em grandes reuniões, em consonância com as tendências de modelos e cores da época, e, ao mesmo tempo, que desse o conforto necessário para alguém que prima pela praticidade, a qual não ocupa um cargo decorativo, mas de proatividade.

Na Imagem 7, abaixo, tem-se uma fotografia pertencente ao arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador. Nele, não há indicações de autoria do registro feito ou de data, todavia, ao se atentar para os indícios deste registro, tem-se que Dorcelina de Oliveira Folador está sobre um palanque proferindo um discurso, com um microfone em mãos, para um público grande e diversificado. Na cabeça desta, como

na cabeça de muitos que a ouviam, há bonés brancos, com a escrita: “Prefeita Dorcelina. Vice Kleber”, denotando que se trata de um registro acerca da campanha eleitoral no qual Dorcelina de Oliveira Folador se candidatou ao cargo de prefeita do município de Mundo Novo, no ano de 1996

Imagem 7: Dorcelina discursa em comício para a sua candidatura a prefeita do município de Mundo Novo-MS (1996)



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador.

Cumpramos lembrar, como já discutido nesta Tese, que essa imagem trata de mais um registro no qual é possível observar Dorcelina de Oliveira Folador fazendo uso de roupas com cores propositalmente selecionadas, em alusão às cores da bandeira partidária. Nessa imagem, também se nota a escolha de uma calça para a composição do modelo da biografada, de modo a reativar, inevitavelmente, com base na história da moda (Crane, 2006), a adesão de mulheres por calças enquanto instrumento simbólico de luta social e política, frente aos cerceamentos de uma cultura patriarcal,

além de demonstrar a preferência da biografada por peças que lhe tragam conforto e praticidade para lidar com as diferentes ações que compõem a agenda de uma mulher candidata a um cargo político. Assim, nesse contexto, “[...] as imagens do ontem não são neutras, mas produzidas com o objetivo de legar ao futuro certas representações do presente” (Vidal; Abdala, 2005, p. 179).

Ainda no seu arquivo pessoal há um caderno pequeno, conforme Imagem 8, abaixo, sofrido pela ação do tempo, com encadernação espiral, folhas pautadas, capa com desenhos geométricos na tonalidade amarela, contornados por linhas brancas, de espessura fina, com as bordas rasgadas, na qual há uma palavra escrita em caneta esferográfica preta, letra cursiva, em tamanho grande: “Revisão”. Nesta mesma capa, logo abaixo da palavra maior, em cor vermelha, de modo pequeno, está escrito: “Modelo”.

Dentro deste caderno há croquis de roupas femininas e infantis, desenhos que misturam os traços que se assemelham aos pueris, de corpos sem muitas perspicácias de definições, misturados a um olhar clínico para os pequenos detalhes de acabamento e recortes - dignos de uma costureira e artesã, como é lembrada por pessoas próximas. Também há nesse caderno colagens de imagens de roupas provenientes de revistas de corte e costura, o que reforça a ideia de que a biografada tinha por interesse se manter atualizada quanto às tendências lançadas da moda e do seu veio artesanal, ao consumir um gênero textual comumente utilizado em um período anterior à popularização da internet.

Imagem 8: Caderno de Modelos de Dorcelina de Oliveira Folador



Fonte: Registro e diagramação de imagens feitos pela pesquisadora do caderno disponível no arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Por sinal, o vestido e o chapéu usados na sua posse como prefeita do município de Mundo Novo-MS, em 1º de janeiro de 1997, foram criados por ela, confidenciou a filha Hindyra, como se faz conferir na Imagem 9, cujas fotografias não possuem registros de data e de autoria.

Imagem 9: Cerimônia de posse da Dorcelina de Oliveira (Folador) - 1997



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Na imagem acima, é possível se deparar com um registro da posse de Dorcelina de Oliveira Folador. Para a ocasião, a prefeita optou por um vestido branco com detalhes pretos, de modo a complementar a sua vestimenta com um discreto colar e brincos de pérolas e um chapéu de cor branca, além de um pequeno broche do seu partido político alfinetado na lateral do decote. As cores escolhidas para a composição de sua vestimenta utilizada na cerimônia de posse parecem não terem sido feitas ao acaso, mas cuidadosamente pensadas. Mostra-se oportuno destacar a simbologia da cor branca para a cultura brasileira, a qual remete, dentre outros significados, à união de todas as cores e à paz.

Desse modo, coloca-se como uma possível leitura semiótica dessa imagem, a escolha da biografada, com o encerramento de uma campanha eleitoral conflituosa, por unir as diferentes legendas partidárias e seus adeptos em nome de um objetivo maior, que é contribuir para o desenvolvimento do município, de modo que todos

tenham oportunidades iguais para o acesso a serviços essenciais capazes de garantir dignidade ao homem mundonovense. A leitura feita ganha respaldo quando se compara o vermelho habitualmente utilizado pela biografada na composição de suas vestimentas durante a campanha eleitoral, como forma de aludir à cor do partido político do qual fazia parte, no caso, o Partido dos Trabalhadores. Todavia, ressalta-se que o branco utilizado pela biografada para compor sua veste, enquanto símbolo de paz entre os sujeitos políticos do município, como se propõe na análise feita, não pode ser entendida como sinônimo de passividade para as suas atitudes enquanto prefeita. Bem pelo contrário.

Uma vez no papel de prefeita do município, um dos primeiros atos emblemáticos de Dorcelina de Oliveira Folador foi trazer à luz o sucateamento da máquina pública, legado da má administração da gestão anterior, como se faz notar na Imagem 10, abaixo, a qual não traz registros de autoria para as fotografias feitas:

Imagem 10: Publicização das estruturas precárias do município de Mundo Novo - MS (dezembro de 1996)



Fonte: Catálogo criado em homenagem a Dorcelina de Oliveira Folador, pelo Instituto Dorcelina Vive.

A partir das fotografias apresentadas na imagem 10, acima, é possível se deparar com exemplos emblemáticos da realidade caótica enfrentada pelo município de Mundo Novo antes da atuação do Governo Popular e Participativo de Dorcelina Oliveira Folador. Como se faz conferir, vários setores apresentavam situação precária, a exemplo da falta de asfalto nas áreas urbanas do município, dos lixos e matos em ruas e da inexistência de saneamento básico, com despejo de esgoto à céu aberto. Além disso, a partir das fotografias, percebe-se que havia prédios públicos sem manutenções e outros com construções paradas, como também havia frotas de veículos públicos em más condições de uso e, com relação à área de saúde, observa-se que carecia de equipamentos adequados para o seu bom funcionamento. Sem dúvida, essa imagem 10, composta por fotografias que expõem as estruturas precárias do município de Mundo Novo, deixa claro, conforme esclarece Burke (2017, p. 25), que as “[...] imagens, assim como textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica”. No caso desta imagem, especificamente, torna-se possível se deparar com registros de cenas de um passado pertencente ao município supracitado, os quais, uma vez analisados, contribuem para a escrita da sua História.

Ainda em relação à imagem 10, em conformidade com Boris Kossoy (1989), é possível se deparar com fotografias que, claramente, foram encomendadas sob um objetivo específico, que é retratar diferentes paisagens do município de Mundo Novo que denotam as mazelas resultantes de uma má gestão pública praticada pelo grupo político que esteve no poder no mandato que precedeu a biografada. Pode-se depreender que tais fotografias são registros que se prestam a um duplo propósito: manter avivada a memória social dos resultados de uma má gestão e, junto a isso, desenvolver uma espécie de dossiê, a partir de um processo comparativo entre governos, acerca dos serviços entregues pela gestão de Dorcelina de Oliveira Folador.

Como se faz notar, esse papel de enfrentamento e de denúncia às corrupções dos poderes sociopolíticos local, provocado por um sujeito feminino em um espaço público de domínio masculino e, somado a isso, eleita por um partido político, até então, pequeno, e representante ativa de um movimento que reivindica a demarcação de terras em favor de pequenos proprietários, trouxe à Dorcelina de Oliveira Folador, seja na política seja na sua vida pessoal, inúmeros desafios - até culminar com a sua

morte, por encomenda de um ex-aliado político, na porta da sua casa, em 30 de outubro de 1999.

Desse modo, ao longo deste capítulo, procurar-se-á discutir a trajetória biográfica de Dorcelina de Oliveira Folador, os seus caminhos formativos, enquanto formação do seu capital cultural (Bourdieu, 1996), as suas atividades profissionais e, junto a eles, pessoais, os quais vieram a contribuir para a formação do agente feminino que empenhou papel representativo no município de Mundo Novo - MS. Por certo, como mencionado, é o objetivo desta pesquisa de doutoramento contribuir para uma construção historiográfica da biografia de Dorcelina de Oliveira Folador, com ênfase na sua formação educacional e inserções sociais.

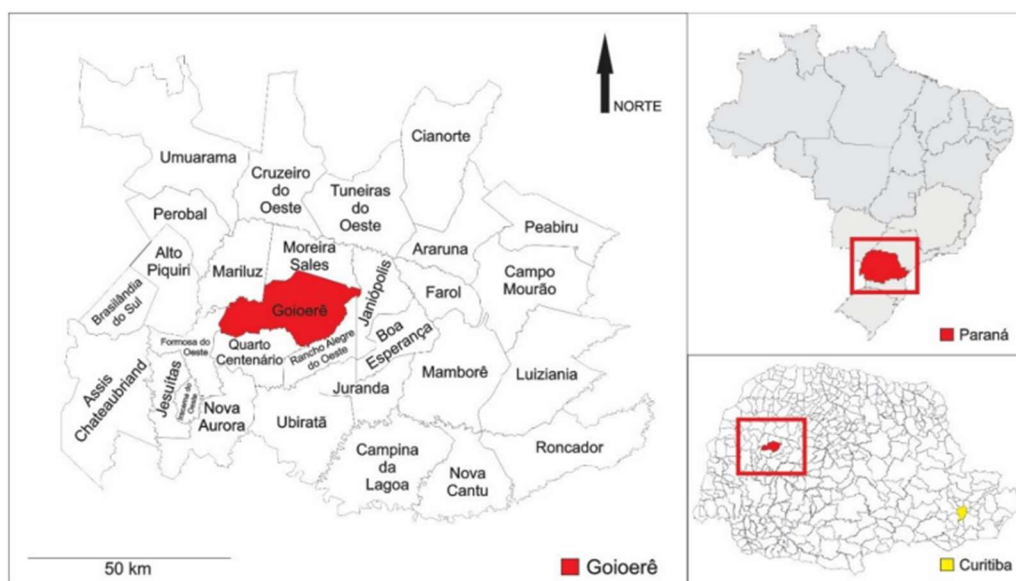
3.1 De Goioerê-PR a Mundo Novo-MT/MS

Conforme Vilma F. de Carvalho Ângelo da Silva (2005), Dorcelina de Oliveira, nome de solteira, teve suas raízes formadas no campo e na classe social popular. De algum modo, parece oportuno revisitar espaços de inserção dessa mulher nos domínios públicos e privados, tendo em vista a importância do capital social e cultural acumulados para a formação da identidade desta quando na vida adulta. Entrelaçado à construção da identidade desse indivíduo, reverbera o fato de se tratar de um sujeito social que é produto do seu meio, o qual passou por profundas transformações históricas, como se buscará abordar.

A biografada foi a filha mais nova do casal José Domingos de Oliveira e Maria do Rosário Agrela de Oliveira, de um total de sete filhos, sendo eles: Marlene, Aparecida, Geralda, Marli, Maria Helena, José Antonio e Dorcelina.

Dorcelina de Oliveira nasceu no dia 27 de julho de 1963, em Guaporema, mas residia com a família a 150 quilômetros deste local, em Goioerê, ambos os municípios localizados no estado do Paraná, próximos à divisa com o antigo sul de Mato Grosso, conforme se faz conferir na imagem 11, abaixo:

Imagem 11: Mapa de localização do Município de Goioerê-PR



Fonte: Disponível em: <file:///C:/Users/Computador/Downloads/52096-Texto%20do%20Artigo-314806-2-10-20211212.pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

Goioerê pertence à região geográfica de Campo Mourão, sendo considerado hoje o segundo município mais populoso desta região, conforme IBGE de 2021. Tal município foi criado por meio da Lei Estadual nº 48, de 10 de agosto de 1955, a partir do desmembramento do território de Campo Mourão. Entre as décadas de 1940 e 1960, Goioerê tinha como principal renda a produção agrícola, com o cultivo do café, da hortelã e do algodão.

Em Silva (2005), tem-se que ainda na infância, Dorcelina de Oliveira foi acometida por duas doenças graves, a primeira foi uma poliomielite, com apenas nove meses de idade, deixando como sequela uma paralisia na perna esquerda e a segunda, uma meningite, rendendo-lhe longos e penosos tempos de tratamento no estado de São Paulo. Pode-se dizer que este aspecto da vida de Dorcelina de Oliveira foi um dos propulsores para que, anos mais tarde, com o incentivo da família, viesse a ter uma relação de proximidade com as ações de lideranças desenvolvidas no campo religioso, com participação na comunidade católica, como também, veio a influir no seu olhar mais apurado para questões que envolviam o direito e o assistencialismo às pessoas com deficiência.

Entre os anos de 1973 e 1975, Dorcelina de Oliveira estudou na Escola Rural Água B. (não identificado em documentos) do Paiola, no município de Goioerê, no Paraná, tendo cursado da 1ª a 3ª série do Primeiro Grau¹⁰, como se pode observar no Histórico Escolar da biografada, na Imagem 12, abaixo:

Imagem 12: Histórico Escolar de 1º Grau da Dorcelina de Oliveira

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AGÊNCIA Regional DE EDUCAÇÃO DE Naviraí - Ms

Escola: Estadual de 1º e 2º Graus Castelo Branco
Criação: 1.321 D.O. Nº 17.563 de 18/04/78
Autorização: 1º, 2º Séries: 1º Grau - Del. nº 373/82/CEE/MS.
1º, 2º Séries: 2º Grau - Habilitação para o Magistério
Reconhecimento: 1º Séries: 1º Séries:
Cidade: Mundo Novo - Ms C.E.P.: 79.980 Fone: 00

() GUIA DE TRANSFERÊNCIA (X) CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE 1º GRAU

Certificamos que DORCELINA DE OLIVEIRA
filho(a) de JOÃO DOMINGOS DE OLIVEIRA
e de MARIA APRELLA DE OLIVEIRA
natural de Guaporé Estado de Paraná nascido em 27 de Julho de 1963, tendo em vista os resultados obtidos no Ano Letivo de 1975, foi considerado Aprovado
na 3ª (oitava) série do 1º grau nos termos da Lei nº 4024 de 20/12/61 e/ou Lei nº 5692 de 11/08/71, conforme os resultados constantes do HISTÓRICO ESCOLAR abaixo:

HISTÓRICO ESCOLAR DE 1º GRAU

ÁREAS OU ATIVIDADES	NÚCLEO COMUM															C. H. TOTAL SÉRIE
	Form. Cívica	Ativ. Pedagógicas	Comunicação	Expressão	Estudos Sociais	Ciências	Matemática	Parte Diversificada	Setores							
COMPONENTES CURRICULARES	Form. Cívica	Ativ. Pedagógicas	Comunicação	Expressão	Estudos Sociais	Ciências	Matemática	Parte Diversificada	Idioma	Artes	Educação Física	Trabalho	Religião	Outros	Resultado Final	
1ª SÉRIE	Aprovada pela Lei nº 4024/61 -															Apr
2ª SÉRIE	Aprovada pela Lei nº 4024/61 -															Apr
3ª SÉRIE	Aprovada pela Lei nº 4024/61 -															Apr
4ª SÉRIE	65	55	-	-	65	65	75	75	-	65	-	55	-	-	Apr	
5ª SÉRIE	70	60	70	70	70	70	70	-	95	90	75	90	-	90	Apr	
6ª SÉRIE	70	80	70	75	70	-	-	80	80	70	55	-	80	80	Apr	
7ª SÉRIE	70	80	80	80	65	-	75	90	75	80	60	-	-	60	Apr	
8ª SÉRIE	55	70	80	60	70	70	-	70	60	90	60	-	-	70	Apr	

ESTABELECIMENTO: Escola Estadual de 1º e 2º Graus Castelo Branco Cidade: Mundo Novo Estado: MS Ano: 1975 Nome do Diretor(a): Moisés A. Agostinho

APOSTILAMENTO NO VERSO

Fonte: Escola Estadual Castelo Branco, Mundo Novo - MS.

¹⁰ Reforma do Ensino Fundamental Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, a Nova LDB, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, criada com o “[...] objetivo principal proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. A cooperação com empresas, através de convênios, deu origem aos estágios profissionalizantes. O ensino passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos. O texto também previa um currículo comum para o 1º e 2º graus e uma parte diversificada, em função das diferenças regionais”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

Ater-se ao processo de escolarização da biografada ganha real importância quando se compreende que é este um dos recursos que contribui sobremaneira para a formação do capital cultural de Dorcelina de Oliveira Folador. Com base em Bourdieu (1996), é possível depreender que o capital é uma forma de poder na sua relação com o social, o qual, conforme o teórico, subdivide-se em classes. Nessa discussão, em específico, o capital cultural se relaciona aos ativos sociais ligados a pessoa, incluindo-se a Educação, o seu intelecto, o seu estilo de fala, as suas vestimentas, entre outros. Nesse aspecto, considera-se que a posse, o acúmulo e, principalmente, a utilização desses conhecimentos produzidos em espaço escolar no espaço social se coloca como uma forma de manifestação desse poder, como se busca defender ao longo desse capítulo.

Dorcelina de Oliveira teve a sua formação escolar iniciada em escola situada no meio rural, tendo cursado de 1ª a 3ª séries do 1º grau na Escola Rural Água B. do Paiola, no estado do Paraná. O seu ingresso em instituição escolar urbana só ocorreu com a vinda da família para o município de Mundo Novo, ainda no antigo sul de Mato Grosso, quando passou a frequentar a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Marechal Rondon e cursou a 4ª e 5ª séries do Primeiro Grau. Por conseguinte, da 6ª à 8ª séries, a biografada estudou na Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Castelo Branco. Nesta Escola, além de concluir o Primeiro Grau, Dorcelina de Oliveira também cursou e concluiu todo o ensino de Segundo Grau.

Cabe lembrar que, a partir do ano de 1976, aos treze anos de idade, Dorcelina de Oliveira se mudou com a família para Mundo Novo, no antigo sul de Mato Grosso:

[...] Um dia soube [José Domingos de Oliveira, pai de Dorcelina de Oliveira] que na cidade de Mundo Novo, no Estado de Mato Grosso (antes da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1979), divisa com o Estado do Paraná e com o Paraguai, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) cadastrava famílias e distribuía terrenos. Inscreve-se e é contemplado com um lote, na Rua Padre José de Anchieta (Silva, 2005, p. 22).

Neste município, Dorcelina de Oliveira completou seus estudos, sendo a quarta e quinta séries do Primeiro Grau na Escola Estadual Marechal Rondon e da

sexta série do Primeiro Grau à terceira série do Segundo Grau na Escola Estadual Castelo Branco.

Esta parte da história que trata da migração desta família para o sul do antigo Mato Grosso se assemelha a de outras tantas que na época foram atraídas pela política de colonização nas regiões Norte e Centro-Oeste de um governo civil-militar brasileiro (1964-1985) que tinha por preocupação assegurar o seu espaço de domínio dos possíveis ataques de grupos rivais ou de países vizinhos.

Como afirma Benícia Couto de Oliveira (2013), a história do Brasil é marcada desde o princípio por disputas territoriais e de poderes. A despeito deste assunto, no período de ditadura civil-militar brasileiro, não foi diferente. Ainda sob os reflexos da política adotada por João Goulart (1961-1964) e as discussões propostas para uma tentativa de Reforma de Base, em especial, no que tange a reforma agrária, embora não tenham obtido desdobramentos durante o governo de Jango, contribuíram sobremaneira para que grupos de pequenos agricultores e sindicalistas se mobilizassem em defesa de seus direitos, de modo que, em 30 de novembro de 1964, mesmo sob um regime autoritarista, foi publicada a Lei nº 4.504, o Estatuto da Terra, o qual funcionou, pode-se dizer, como um ensaio de resposta aos clamores sociais.

A partir desta Lei, o Estado tomou para si o poder de realizar desapropriações de terras, com base em classificações pré-definidas no documento, em conformidade com o tamanho e a produtividade de cada área, com vistas a redistribuição desta a pequenos agricultores. Nesse ínterim, atraídos pela possibilidade de acesso a terras produtivas e a baixo custo, houve um importante processo de migração de famílias de pequenos agricultores, principalmente, de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul para essas regiões.

Todavia, essa política fundiária não teve grande atenção por parte do governo civil-militar. Segundo Renato Ribeiro Fleury (2015), ela serviu apenas como meio para a realização da colonização de modo bem localizado, com objetivos estratégicos bem definidos, além de se prestar ao papel de acalmar os ânimos de uma parcela da sociedade, ainda que provisoriamente.

Conforme sinaliza José Eli Veiga (1990), à medida que foi endurecendo o núcleo desse regime político, principalmente a partir do mandato de Costa e Silva,

no ano de 1967, essa política fundiária foi deixada em segundo plano, sobressaindo uma política antagônica, isto é, a agrícola.

Para José de Souza Martins (1983), tem-se que a política agrícola pode ser entendida como um pacote de medidas governamentais centrado nos interesses econômicos rurais. Ou seja, adotava-se como foco contribuir para o pleno desenvolvimento das atividades agropecuárias, fazendo uso dos recursos disponibilizados pelo processo de industrialização. Ao lado disso, Guilherme da Costa Delgado (1985) compreende a política fundiária como o papel desempenhado pelo governo com vistas a regular as propriedades rurais, no intuito de promover, ao lado disso, uma melhor utilização desta terra seja em uma perspectiva econômica, seja em uma perspectiva social.

Nesse contexto, verifica-se que o governo civil-militar incentivou a mecanização da agricultura, momento que ficou conhecido como a “Revolução Verde”. Em conformidade com Fleury (2015), isso se tornou possível a partir da criação de um departamento produtor de meios de produção agrícola dentro do setor industrial brasileiro, o qual se tornou responsável pela feitura de máquinas, equipamentos e insumos de teor tecnológico demandados pelo setor agrícola nacional. Com isso, a partir desse momento, o Brasil deixou de ser dependente da dinâmica de importação, o que era oneroso e limitado naquele período, e passou a subsidiar as demandas do setor agrícola.

Além disso, esse governo foi responsável por difundir ações que vieram a contribuir sobremaneira para o setor agrícola, a exemplo do lançamento do programa Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e da Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM). Todavia, em conformidade com Fleury (2015), esse crédito agrícola (tanto de investimento quanto de custeio) disponibilizado pelo governo não foi distribuído da mesma forma para diferentes grupos de agricultores, havia os prediletos, por assim dizer, ou seja, destinava-se a grandes propriedades, a lavouras modernas, a regiões mais desenvolvidas.

A supervalorização do setor agrícola incutiu, dentre outras consequências, a concentração fundiária, que em certos momentos, confundia-se com a concentração do poder. Quanto mais terras, mais poder os latifundiários exerciam sobre o contexto social, político e econômico local, quando não, nacional. Essa relação direta entre

terra e poder não é uma configuração específica da região e tempo estudados nesta Tese.

De acordo com Kélgia Betania S. da Rocha e Janes Socorro da Luz (2016), a estrutura agrária brasileira dos dias atuais é um reflexo da formação do Brasil colônia e dos seus desdobramentos como sociedade capitalista, a qual, conforme as autoras, é responsável tanto pelo aumento do latifúndio quanto pelas dificuldades enfrentadas pelos camponeses em manter as suas pequenas propriedades, levando-os, em muitos casos, a uma exclusão total do sistema.

Dentro desse contexto agrário brasileiro, ainda no período colonial, fez surgir uma figura social: o coronel. Em conformidade com Emília Viotti (1987), o poder do coronel esteve associado a uma relação social entre o “patrão e seus dependentes”. Em contexto pós-independência, sob um regime político do Império, os ditos “homens bons”, de acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969), existentes em contexto colonial, receberam agora patentes de coronéis, ou então, compravam para si tal título, de forma a conquistar a permissão para ocupar um posto oficial da Guarda Nacional. Esse título lhes permitia, assim, representar as autoridades locais do Império e, com isso, possibilitou a esses a honraria de ocuparem cargos privilegiados e de confiança dentro do seu contexto social local.

Todavia, a compra do título não era a única forma de se obter tal honraria. Havia ainda, de acordo com Queiroz (1997), outro tipo de coronel: o sem patente. Isto é, tratava-se de homens que notoriamente detinham os poderes econômicos e políticos locais, de forma a terem um título outorgado pela população circundante. Nesses casos, sobressaía-se também a figura do cabo eleitoral, o qual era responsável pela intermediação entre chefe político e candidatos, cabendo ao cabo eleitoral usar dos mais diversos artifícios para angariar os votos para o coronel. Conforme Rocha e Luz (2016), a relação entre coronel e eleitor não se limitava a um cenário político, por vezes, estreitaram-se as relações e o coronel se transformava em um protetor, um apaziguador, ou ainda, um padrinho. A relação posta é do tipo paternalista. Em troca, todavia, o “padrinho” exigia o respeito e a fidelidade de seus “afilhados”, como afirma Raymundo Faoro (1997):

O coronel é, acima de tudo um compadre, de compadrio [...]. A hierarquia abrandar-se, suaviza-se as distâncias sociais e

econômicas entre o chefe e o chefiado. O compadre recebe e transmite homenagens, de igual para igual, comprometido a velar pelos afilhados, obrigados estes a acatar e respeitar os padrinhos (Faoro, 1997, p. 634).

Maria de Lourdes M. Janotti (1992) lembra, todavia, que essa relação paternalista não é formada somente por ações benevolentes e cordiais entre padrinhos e afilhados, mas também pela violência. Mesmo nessas ações cordiais, defende Janotti (1992), carrega em si traços de violência.

Conforme defende Rocha e Luz (2016), a figura do coronel ganha tonalidades específicas, em conformidade com o contexto e natureza de inserção estabelecidos. Todavia, algo que parece inerente, é a relação do homem com a terra e a sua concentração de poder social e político.

No caso do antigo sul de Mato Grosso, Marisa Bittar (2009) salienta que o coronelismo foi marcado pelas suas ações violentas, com predominância da lei “do 44”. Esta “Lei” nada mais é do que a utilização da arma de fogo como meio para se elucidar eventuais conflitos ideológicos e de terras, a exemplo do relato do coronel Licínio Monteiro (PSD/norte), feito em uma sessão da Câmara, após discutirem, em um período divisionista, a mudança da capital Cuiabá para Campo Grande:

Teve mesmo que pegar em armas (...) tivemos que tomar providências e uma turma saiu aqui do Porto para pegar o pessoal do sul e dar-lhes um banho no chafariz da praça. Muita gente participou disso e não só os políticos (...). É, fui eu que comande; era para enfrentar mesmo’. Se acontecia assim na Câmara dos Deputados, imagina nas localidades do interior do estado, onde se concentravam a maioria dos coronéis. Todos pegavam os seus 44 (Machado; Rodrigues, 2020, p. 12 *apud* Bittar, 2009).

Diante da supremacia dos coronéis, na figura do latifundiário instalado na região sul do antigo Mato Grosso, e da sua ânsia por estender suas terras em favor do crescimento agrário, que se desenvolvia a todo vapor, os camponeses se viram acuados, restando-lhes, muitas vezes, apenas duas alternativas: a) vender suas propriedades aos latifundiários e se mudar para as áreas urbanas; ou b) permanecer em sua terras sob a própria sorte, sendo muitas vezes vítimas de violências do tipo física ou direta - quando se tratava de assassinatos, ameaças de morte, tentativas de assassinatos e agressões físicas, ou ainda, violências do tipo não física, quando se

tratava da expulsão por parte de grileiros e fazendeiros, assim como dos despejos executados pelo próprio Estado, conforme Eduardo Paulon Girardi (2008).

Adriana Alves Grassieli, Alessandra Morais Silva, José de Oliveira e Valéria de Jesus Fragoso de Melo (2013) observam ainda outro fenômeno nessa relação conflitiva entre camponeses e latifundiários da região mencionada, que é a transposição das fronteiras brasileiras feita por camponeses para a migração em terras guaranis, no Paraguai, entre as décadas de 1960 e 1970.

Esta situação foi vista, em um primeiro momento, com bons olhos por ambos os governos, uma vez que o Brasil tentava estreitar os laços com o país vizinho como forma de fortalecer a sua economia, em um momento no qual a Argentina tentava se despontar entre os países da América do Sul e, junto a isso, havia também implícito o apoio entre dois governos autoritários. Para o Brasil, a migração desses camponeses em terras paraguaias também significou uma solução para os problemas sociais relacionados aos constantes enfrentamentos entre latifundiários e camponeses, bem como, significou um desafogamento do sistema capitalista brasileiro, o qual já dava sinais de esgotamento na tentativa de absorver a mão-de-obra liberada do campo. Por sua vez, para o Paraguai, significou a disponibilização de mão-de-obra barata e qualificada para o cultivo de diferentes culturas no campo, com a produção, principalmente, da soja, de forma a contribuir para que o Paraguai se tornasse um produtor e exportador desse produto, além das culturas de feijão, milho e arroz.

Diante desse cenário, torna-se possível compreender que o governo civil-militar brasileiro fez uma escolha de priorização da política econômica em detrimento de uma política de cunho social. As consequências da escolha feita por tal governo eclodiram no final da ditadura civil-militar, de modo a gerar uma crise social. É neste momento que se poderá observar Dorcelina de Oliveira Folador lançando mãos de seu capital cultural e social para adentrar os espaços religioso e político, a fim de lutar ao lado de grupos socialmente marginalizados do estado de Mato Grosso do Sul.

A migração de Dorcelina de Oliveira e sua família para o antigo sul de Mato Grosso também é marcada pelos ares divisionistas do estado nas suas porções norte e sul, consumada a partir da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, durante o governo de Ernesto Geisel.

A divisão dos estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não tem como propósito primeiro uma motivação social, embora a literatura que se tem sobre o assunto costume abordar as tensões provocadas entre as elites do norte e do sul na disputa pelo poder social, econômico e político, conforme destaca Bittar (2009). A decisão para o ato está associada, puramente, a uma decisão estratégica do governo vigente.

A exemplo das demais decisões tomadas durante a ditadura civil-militar brasileiro, a formação do estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 1977, também se deu de cima para baixo, sem consulta pública prévia ou maiores discussões entre os Parlamentares, limitando-se a estudos sigilosos encomendados pelo governo acerca da viabilidade do processo divisionista. Conforme estudos de Bittar (2009), tal divisão de Mato Grosso em porções norte e sul teve como motivação maior o interesse nacional sobre o regional, por uma questão de estratégia geopolítica, em atendimento aos interesses agrários da elite sulista, além de ser um modo de conquista do apoio político:

Tão logo assumiu a presidência da República, em 15 de março de 1974, o general Ernesto Geisel deu mostras de que estava disposto a intervir na configuração geográfica de algumas regiões do País. Quanto a isso, a sua primeira medida foi a fusão da Guanabara ao Rio de Janeiro (1 de julho de 1974), ato que se enquadrava na geopolítica da Escola Superior de Guerra e constava do II Plano Nacional de desenvolvimento (PND 1975-1979), que pretendia um ajuste estrutural na economia brasileira. Além do Estado do Rio de Janeiro, o II PND indicou que a prioridade ‘em matéria de divisão territorial é considerar um ou dois pontos importantes da ocupação do subcontinente Amazônia-Centro-Oeste, com atenção especial à situação de Mato Grosso’. Foi assim que pela primeira vez o separatismo do sul de Mato Grosso encontrou respaldo no governo federal, cuja determinação, neste caso, foi superior à causa regional (Bittar, 2009, p. 227).

Ainda de acordo com a autora, embora já no início do século XIX tivessem ocorrido iniciativas de grupos, normalmente dirigidos por coronéis sulistas, que apoiavam a divisão do estado de Mato Grosso, inclusive com o desenvolvimento de estudos geopolíticos na década de 1920, sem o apoio governamental, todas as iniciativas fracassaram:

Tratei dessa tortuosa trajetória em uma longa pesquisa cujas conclusões gerais foram as seguintes: 1. O regionalismo por si só não foi suficiente para promover a divisão de Mato Grosso; 2. O divisionismo foi uma causa típica da classe latifundiária situada no sul do antigo Mato Grosso que, no entanto, nunca chegou a ser consenso entre ela; 3. A ditadura (1964-1985) foi eficiente ao conjugar a geopolítica militar à secular demanda divisionista (Bittar, 2009, p. 226).

Assim, conforme assinala Bittar (2009), foi no período da ditadura que a demanda divisionista se tornou eficiente, isto é, uma vez criado o estado de Mato Grosso do Sul, tem-se que o primeiro governador nomeado pelo presidente da República, Harry Amorin Costa, pelo partido ARENA¹¹, cuja gestão perdurou de janeiro a junho de 1979. Na sequência, por dezessete dias, quem assumiu o cargo foi o presidente da Assembleia Legislativa, Londres Machado, também do partido ARENA. Depois, tivemos a nomeação de Marcelo Miranda Soares, entre os anos de 1979 e 1980. Mais uma vez, Londres Machado assume o governo por dez dias.

Como se faz notar, há uma intensa “troca de cadeiras” no governo sul-mato-grossense deste período. Isto porque, conforme Bittar (2009), quando no projeto divisionista, tinha-se como objetivo fazer de Mato Grosso do Sul um “estado-modelo”, regido por uma gestão puramente técnica. Todavia, na prática, isto veio a desagradar a elite sulista, coronelista, a qual acusava a política do estado de não ser capaz de atender à realidade local. Permanecendo, por conseguinte, a mesma política aplicada à Cuiabá no período, ou seja, uma política que atendia ao interesse de um determinado grupo social.

Na sequência, Pedro Pedrossian assume o governo, permanecendo no cargo entre os anos de 1980 e 1983.

O estado de Mato Grosso do Sul tem o seu primeiro governador eleito pela sociedade somente em 1982, Wilson Barbosa Martins, do partido PMDB, o qual assumiu o governo no ano de 1983 e permaneceu no cargo até o ano de 1986, dando início a uma hegemonia política do partido neste estado. Na sequência, é eleito

¹¹ Durante a Ditadura Militar, o Governo Federal extinguiu os partidos políticos existentes, em 1965; restando somente os dois únicos partidos permitidos pelo regime: o partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que acolheu tanto políticos da antiga União Democrática Nacional (UDN), quanto do Partido Social Democrático (PSD); e o partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), grupo formado, entre outros, pelos irmãos Barbosa Martins, os quais, mais tarde, fizeram parte das maiores expressões oposicionistas à ditadura militar no sul de Mato Grosso (Bittar, 1999).

Ramez Tebet, do PMDB, entre os anos 1986 e 1987. Por sua vez, tem-se Marcelo Miranda Soares, agora pelo partido PMDB, de 1987 a 1991. Pedro Pedrossian assume mais uma vez o governo, agora pela legenda do PTB, entre os anos de 1991 e 1995. Na sequência, Wilson Barbosa Martins, pela legenda PMDB, governa entre os anos de 1995 e 1999.

De acordo com Bittar (1998), a história política de Mato Grosso do Sul sempre esteve ligada à ideia de alternância de poderes entre as elites políticas aqui alocadas:

As eleições para governadores no Brasil, na década de 1980, foram circunscritas a uma conjuntura nacional caracterizada pela divisão da sociedade brasileira: de um lado estavam as forças que representavam o regime militar e de outro as forças sociais da oposição democrática. Os militares buscavam se perpetuar politicamente mediante o sufrágio democrático, e assim continuar promovendo o capital monopolista. A oposição democrática estava constituída por diferentes setores sociais que representavam diversos interesses, estavam unidos pelo desejo de abertura democrática e pela luta contra o regime militar desde 1964 (Bittar, 1998, p. 31).

Nessa perspectiva, com base em Bittar (1998), o que se pode perceber no contexto político sul-mato-grossense após o divisionismo é que, uma vez motivados por diferentes questões, esses grupos políticos, embora alimentassem o desejo de um “estado-modelo” (Bittar, 1997; Fernandes, 1999), não conseguiam romper por completo com a política exercida pelo regime militar e com os interesses de uma elite latifundiária proveniente de um sistema marcado pelo coronelismo.

É exatamente contra esse tipo de política conduzida por um grupo hegemônico e elitista que luta pela manutenção de seus interesses e privilégios, que se poderá observar, principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, uma movimentação de indivíduos representantes de causas populares que reivindicam, por si mesmos, o acesso a direitos sociais, tanto em uma perspectiva nacional quanto regional. Sendo Dorcelina de Oliveira Folador um exemplo do que se fala.

3.2 Entrada de Dorcelina de Oliveira no Curso de Habilitação Específica para o Magistério (HEM) e o seu ingresso como professora

Como já mencionado, entre os anos de 1981 e 1983, Dorcelina de Oliveira cursou o Segundo Grau, no caso, a Habilitação Específica para o Magistério (HEM), na Escola Estadual Castelo Branco, localizada no município de Mundo Novo, como se faz conferir em seu Histórico Escolar, na Imagem 13, abaixo:

Imagem 13: Histórico Escolar do Segundo Grau cursado por Dorcelina de Oliveira.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AGÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ - MS. (09)

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS " CASTELO BRANCO "

Criação: 1.321 - D.O. 17.563 de 18.04.78

Aut. Del. nº 378/82/CEE/MS.

Recolhimento -0-

Endereço: Av. Campo Grande nº 1.650 - Centro =

Cidade: Mundo Novo - Ms. CEP: 79980 Fone: -0-

() Guia de Transferência 2.º Grau (X) Histórico Escolar

CERTIFICAMOS que DORCELINA DE OLIVEIRA

filho(a) de José Domingos de Oliveira e de Maria Agrella de Oliveira natural de Guaporema Estado de(o) Paraná

nascido em 27 de Julho de 19 63 tendo em vista os resultados obtidos no Ano Letivo de 19 83

foi considerado APROVADA na 3ª série do 2o. grau nos termos da Lei n.º 5.692 de 11/08/71, conforme os resultados constantes do HISTÓRICO ESCOLAR abaixo:

HABILITAÇÃO Para o Magistério de 1º Grau-1ª à 4ª Séries

MATERIA	EDUCAÇÃO GERAL										FORMAÇÃO ESPECIAL										RESULTADO FINAL
	COMUN. E EXPRESSÃO	ESTUDOS SOCIAIS	CINCIAS	ARTIGO 7.º	CONTEÚDOS DISCIPLINAS	1.ª S	2.ª S	3.ª S	4.ª S	5.ª S	6.ª S	7.ª S	8.ª S	9.ª S	10.ª S	11.ª S	12.ª S				
1.ª S	65	80	* 70	60	* 55	70	* 85	75	75	85	*	*	*	*	*	*	*	Apr.			
C. H.	108	72	* 72	72	* 108	26	* 72	36	108	36	*	*	*	*	*	*	*	*			
E.E.P.S.G. Castelo Branco Mundo Novo MS. 1.981																					
ESTABELECIMENTO CIDADE ESTADO ANO																					
2.ª S	60	*	*	*	* 65	*	65	80	60	*	*	*	*	*	*	*	*	Apr.			
C. H.	108	*	*	*	* 72	*	108	36	36	*	*	*	*	*	*	*	*	*			
E.E.P.S.G. Castelo Branco Mundo Novo MS. 1.982																					
ESTABELECIMENTO CIDADE ESTADO ANO																					
3.ª S	80	*	*	*	* 70	*	90	75	75	70	80	85	70	70	*	*	*	85 Apr.			
C. H.	72	*	*	*	* 72	*	36	72	72	72	72	72	108	72	*	*	*	144 *			
E.E.P.S.G. Castelo Branco Mundo Novo MS. 1.983																					
ESTABELECIMENTO CIDADE ESTADO ANO																					
4.ª S	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			
C. H.	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			
ESTABELECIMENTO CIDADE ESTADO ANO																					
Mundo Novo - Ms, 28 Março / 1.984																					
LOCAL e DATA																					
SECRETÁRIO																					
Moisés Antônio Agostinho																					
DIRETOR																					
Moisés Antônio Agostinho																					
Diretor - Aut. 270/80																					
APOSTILAMENTO NO VERSO																					

Fonte: Escola Estadual Castelo Branco, Mundo Novo-MS.

Não se pode deixar de registrar que Dorcelina de Oliveira acabou seguindo uma formação em nível de Segundo Grau, voltada à formação docente, como era o Curso de Magistério naquele período. É certo que as mulheres ingressaram nas escolas de formação de professores no Brasil, desde o final do século XIX e início do século XX, nas Escolas Normais, quando a docência no ensino primário deixou de exercer atrativo aos homens, pois essa formação docente proporcionava às

mulheres “[...] um trabalho que não atentasse contra as representações acerca de sua domesticidade e maternidade. O magistério inseria-se perfeitamente bem nessa categoria, pelo menos era assim que rezava o discurso oficial da época” (Almeida, 1998, p. 55).

Na imagem acima, tem-se certificada a aprovação de Dorcelina de Oliveira Folador na terceira série do Segundo Grau, com base na Lei de reforma nº 5692, de 11 de agosto de 1971, que é responsável por fixar Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências, sendo habilitada para atuar no Magistério de 1º grau, isto é, ministrar aulas a alunos da 1ª à 4ª série do Primeiro Grau. Além disso, tem-se no documento as disciplinas cursadas pela biografada, tanto na parte da Educação Geral, quanto da parte referente à Formação Especial, com as respectivas notas conceituais obtidas por Dorcelina de Oliveira Folador nos três anos de curso.

Sobre esse assunto, registra-se que foram realizados contatos com a instituição de ensino mencionada e solicitado o acesso tanto a documentos que tratassem da história do curso de Magistério oferecido, quanto documentos que dessem pistas da formação de Dorcelina de Oliveira nessa fase escolar, sendo disponibilizado os Históricos Escolares da biografada aqui apresentados nas Imagens 12 e 13.

Na sequência, para a obtenção de informações sobre a Escola Estadual Castelo Branco, onde Dorcelina de Oliveira cursou da sexta série do Primeiro Grau à terceira série do Segundo Grau, no caso, o Curso de Magistério, recorreu-se a pesquisas em sites de buscas na internet, a fim de se verificar as informações disponíveis sobre esta instituição de ensino, sendo possível localizar um Blog¹², na plataforma *Blogspot*, montado em julho de 2009 por profissionais da educação vinculados a esta Escola.

Em uma postagem realizada no dia 27 de junho de 2009, tem-se um texto informativo, com dados gerais sobre a Escola Estadual Castelo Branco, localizada no centro urbano do município de Mundo Novo - MS, no qual é colocado que a Escola foi criada pelo Decreto nº 1321, de 18 de abril de 1978, autorizada pela Deliberação nº 378, de 25 de novembro de 1982 e reconhecida pela Deliberação do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul nº 1490, de 14 de maio de 1987. Ainda

¹² Disponível em: <http://eecastelobrancomn.blogspot.com/2009/06/escola-castelo-branco.html#comment-form>. Acesso em: 21 out 2023.

de acordo com esse texto informativo, a Escola Castelo Branco foi criada como forma de atender às necessidades do município para a formação de professores em cursos de magistério, uma vez que, naquele período, havia apenas uma instituição que ofertava o Segundo Grau¹³.

Leonor Maria Tanuri (2000), ao tratar da História da formação de professores, esclarece que as preocupações da literatura educacional foram modificadas a partir da conjuntura histórica da ditadura civil-militar. De acordo com a teórica, houve uma alteração nos interesses imanentes às produções de conteúdos curriculares e até mesmo com relação às finalidades dos treinamentos de professores, de forma a ser notado um deslocamento de interesse para as questões internas da escola, para:

[...] para os “meios” destinados a “modernizar” a prática docente, para a “operacionalização” dos objetivos – instrucionais e comportamentais –, para o “planejamento, e coordenação e o controle” das atividades, para os “métodos e técnicas” de avaliação, para a utilização de novas tecnologias de ensino, então referentes sobretudo a “recursos audiovisuais”. Tratava-se de tornar a escola “eficiente e produtiva”, ou seja, de torná-la operacional com vistas à preparação para o trabalho, para o desenvolvimento econômico do país, para a segurança nacional (Taruni, 2000, p. 79).

A partir do ano de 1971, houve uma modificação nas políticas educacionais vigentes quanto à responsabilidade pela formação de professores para atuarem nas séries iniciais do Primeiro Grau, de modo que deixou de ser uma responsabilidade das Escolas Normais e foi atribuída à Habilitação Específica para o Magistério de Segundo Grau, regulamentada pela promulgação da Lei nº 5692¹⁴, de 11 de agosto de 1971.

Essa mesma Lei também foi responsável por alterar desde a nomenclatura dos ensinos primário e secundário para Primeiro e Segundo Graus, até adentrar em

¹³ Idem.

¹⁴ Embora se encontre na literatura sobre Educação autores que considerem a Lei nº 5692/71 como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é importuno esclarecer que se trata de uma Lei que se volta para questões do ensino de 1º e 2º graus, restringindo-se a uma alusão ao ensino superior somente ao tratar da formação de professores para o Segundo Grau e séries finais do Primeiro Grau.

questões mais estruturais, com o intuito de estabelecer uma formação integral do aluno, em relação ao Primeiro e Segundo Graus.

A partir da revisão feita, passou-se a considerar a ampliação do período de obrigatoriedade do ensino, de quatro para oito séries do Primeiro Grau, além de assegurar a gratuidade do ensino para alunos de sete a quatorze anos de idade, adotando-se, dentre outras medidas, a garantia da ampliação do número de vagas em escolas públicas, bem como a previsão do financiamento de bolsas para que os trabalhadores e seus filhos pudessem estudar em escolas particulares, com o apoio de empresas industriais, comerciais ou agrícolas.

Como visto, esta Lei também estabeleceu a necessidade de um ensino voltado para a qualificação profissional do estudante, de forma a contribuir para mudanças profundas na estrutura curricular do ensino:

Foram incluídas em caráter obrigatório as disciplinas de Educação Artística, Educação Física, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso. Outra exigência legal foi a presença do Serviço de Orientação Educacional, direcionado para o aconselhamento vocacional, com apoio de pais, professores e comunidade (Melo, 2012, p. 78).

Nesse sentido, em conformidade com Josimeire Medeiros Silveira de Melo (2012), o currículo passou a integrar uma formação acadêmica, que é a Educação Geral, que integra disciplinas da área da comunicação e expressão, estudos sociais e ciências; e uma formação profissional, que é a Formação Especial, ambas em caráter obrigatório, aos moldes do ensino americano, como se verá mais adiante.

Sobre a estrutura do currículo da HEM para a formação especial, Tanuri (2000) destaca o Parecer CFE 349/72, no qual são explicitados a composição desse currículo por disciplinas que tratam dos fundamentos de educação (aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, históricos e filosóficos da educação), estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, bem como didática e prática de ensino.

De acordo com Tanuri (2000), o curso de Magistério também previa o seu fracionamento em habilitações específicas, as quais poderiam ser concluídas em três ou quatro anos, ou seja, a habilitação para o Magistério poderia ser direcionada para a atuação em “[...] escolas maternais e jardins-de-infância; em 1ª e 2ª séries; em 3ª e

4ª séries, em 5ª e 6ª, entre outras, com conteúdos correspondentes a cada uma delas” (Tanuri, 2000, p. 80-81). Característica a qual é duramente criticada por Taruni e demais especialistas do assunto, uma vez que, conforme a teórica, reflete uma tendência tecnicista deste tipo de ensino oferecido para a formação de professores.

Na imagem 14, abaixo, é possível ver em destaque uma manchete do Jornal Folha de São Paulo, datado de 25 de junho de 1971, no qual se enfatiza a função expressa desse “novo ensino”, que é a preparação de mão de obra para as necessidades do mercado de trabalho, em contexto nacional brasileiro dos anos de 1970:

Imagem 14: O presidente Emílio Garrastazu Médici anuncia, em 25 de junho de 1971, a reforma no ensino destinada a criar a “educação profissionalizante”

FOLHA DE S. PAULO
Ano LI Um jornal a serviço do Brasil São Paulo, sábado, 26 de junho de 1971 N.º 15.350

O Presidente anuncia novo ensino que vai preparar para o trabalho

O presidente Médici anunciou ontem ao País uma reforma no ensino primário e secundário destinada a criar a “educação profissionalizante” e a ampliar para oito anos a faixa de instrução obrigatória.

Em reunião ministerial retransmitida por todo o País através de uma cadeia de rádio e televisão, o chefe do Governo anunciou outras duas iniciativas de profundo alcance social: o projeto de lei para prevenção e repressão ao tráfico e uso de tóxicos; e a criação da Central de Medicamentos, destinada a fornecer remédios a preços populares às populações sem recursos.

A nova educação

Numa análise do projeto de reforma do ensino, o presidente disse que seu objetivo é ajustar nossa organização escolar às condições da época e do País, alargar a faixa de educação obrigatória e fazer da escola uma preparação para o trabalho.

A idéia básica da reforma, segundo o ministro Jarbas Passarinho, que fez a leitura do projeto, “foi a de inverter o conceito de que primeiro se deve promover o desenvolvimento para depois educar”. A junção da escola primária e do ginásio no ensino fundamental — acrescentou o ministro — dará ao jovem no fim da ado-

O ANUNCIO. Médici ontem no Planalto.

leacencia qualificação que lhe permita ingressar na força de trabalho.

Com o novo sistema, o ensino secundário passa a ser dividido em dois ciclos: o de 1.º grau, correspondente ao atual primário e ginásio, com duração de oito anos; e o de 2.º grau, que corresponde ao ciclo colegial, com três ou quatro anos de duração.

Lei antitoxicos

“Confio em que o povo brasileiro, unindo-se ao Governo, atue decisiva-

Os valores morais e pôr a juventude a salvo da contaminação pela toxicomania”, disse o presidente Médici, ao anunciar o projeto de combate aos entorpecentes.

O projeto, lido pelo ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, proíbe o cultivo de todas as plantas das quais possam ser extraídas substâncias entorpecentes; suspende a matrícula de estudantes que usarem ou induzirem ao uso de tóxicos; e atribui a cada cidadão o dever de colaborar no combate ao tráfico e ao uso de tóxicos.

Remedio popular

“Sem possibilidade de aviação da receita, a consulta médica se torna inócua para uma grande massa da população”, afirmou o chefe da Nação ao explicar os motivos que levaram à criação da Central de Medicamentos — CEME.

A Central de Medicamentos organizará a produção e distribuição, a preços reduzidos, de remédios produzidos em laboratórios subordinados aos Ministérios da Marinha, Exército, Aeronáutica, do Trabalho e Saúde.

A reunião ministerial e a integral dos projetos estão nas pág. 8 e 9.

DEP. FUTEBOL PROFISSIONAL

DIA	PROGRAMA	LOCAL
22/6	T. S. C. R. T.	PAULISTA
23/6	DEP. MED. - FOTOS	PAULISTA
24/6	CROSS	PAULISTA
25/6	T. F. T.	PAULISTA
26/6	T. F. T.	PAULISTA
27/6	T. RECREATIVO	PAULISTA

O PROGRAMA. No quadro negro do Palmeiras, as tarefas até domingo.

No Palmeiras, a cautela; no São Paulo, uma duvida

Enquanto no São Paulo a presença de Edson continua sendo a grande dúvida para o jogo decisivo de amanhã, no Palmeiras, em seu único coletivo da semana, os jogadores treinaram ontem com a visível preocupação de evitar uma contusão às vésperas do clássico.

Edson disse ontem que não

Fonte: Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2021/06/1971-medici-anuncia-mudanca-no-ensino-por-educacao-profissionalizante.shtml>. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

Em vista disso, é importante esclarecer que o Brasil da década de 1970 teve como regime político uma ditadura civil-militar e um sistema econômico pautado no liberalismo econômico, sob a influência da ascensão do sistema capitalista. Nesses termos, a economia nacional adotou como prioridade a ênfase à liberdade econômica das interferências do Estado e à organização social baseada na propriedade privada

dos meios de produção. Assim, de modo consequente, dentro do campo da Educação, passou-se a adotar a pedagogia liberal tecnicista, cujo objetivo foi preparar jovens para ocuparem diferentes papéis sociais e para desenvolverem suas aptidões individuais, ao mesmo tempo em que se previa incutir nestes uma ideologia acerca da importância de se adaptarem aos valores e às normas estabelecidas no seio social.

Essa tendência tecnicista incorporada ao sistema educacional teve como fundamento os sistemas capitalista e produtivo, os quais tinham por objetivo produzir indivíduos competentes para atuarem no mercado de trabalho, ou seja, torná-los capazes de realizarem determinada ação. Assim, dentro do contexto educacional, a ideia de competência está atrelada aos objetivos de ensino propostos, às reações comportamentais, como também às técnicas específicas adotadas em práticas pedagógicas.

Mostra-se oportuno contextualizar o fato de que o modelo tecnicista aplicado na Educação brasileira tem suas raízes em métodos de racionalização do trabalho desenvolvidos em contexto do sistema capitalista internacional, por teóricos que buscavam uma melhor produtividade no setor fabril, a partir do século XVIII. Na passagem de um sistema artesanal de produção para um fabril, houve mudanças sensíveis nas relações de trabalho, as quais eram caracterizadas por ações cada vez mais intermediadas por máquinas e os seus consequentes processos de fragmentações. Tudo isso para se obter uma maior economicidade de tempo, aliado a um aumento da produtividade, a partir de modelos que ficaram conhecidos como Taylorismo/Fordismo/Toyotismo.

Andréa Villela Mafra da Silva (2016), ao tratar deste assunto, destaca que, em termos de conhecimento, o artesão, tido como detentor do saber global, ou seja, aquele que possui o conhecimento de todo o processo de produção, típico das massas produtivas artesanais, deu espaço ao proletário, com o seu conhecimento da parte do processo produtivo, com ênfase no conhecimento da ciência e da tecnologia.

A fragmentação do trabalho incidiu sobre a concentração do conhecimento de produção nas mãos do empresariado e isso se reverbera no nascimento de duas classes sociais no sistema capitalista, a saber: “[...] os proprietários e os não-proprietários, ou os que exploram e os que são explorados nas relações de trabalho” (Silva, 2016, p. 199).

Influenciados pelo estreitamento dos laços comerciais e pela entrada de capitais e empresas estrangeiras, é importante destacar que um dos principais apoiadores da implantação do tecnicismo no sistema educativo nacional é os Estados Unidos da América, com o qual, por intermédio do Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), o Brasil firmou convênios, a partir dos anos de 1966, dentre os quais, conforme Silva (2016, p. 205), foram previstas medidas para a erradicação do analfabetismo no Brasil.

Nesses termos, vê-se nascer uma forte influência norte-americana não somente na economia brasileira, mas na educação e na sociedade como um todo. Assim, depreende-se que a política adotada no país contribuiu sobremaneira para modificações profundas no cenário educacional do período, com mudanças que repercutiram desde alterações curriculares a questões ideológicas acerca das ações do ensinar e do aprender, assim como o próprio papel da escola na relação com o contexto social brasileiro.

Sob a influência do modelo de racionalização do sistema de produção capitalista, o modelo de estrutura curricular adotado passou a ser do tipo fragmentário, de forma a “fatiar” o conhecimento em áreas, disciplinas, carga-horárias, séries, turmas, “supondo”, critica Acácia Kuenzer (2005, p. 81), “[...] que a unidade rompida se recupere como consequência ‘natural’ das práticas curriculares, ficando por conta do aluno a reconstituição das relações que se estabelecem entre os diversos conteúdos disciplinares”.

Dentro dessa perspectiva, torna-se possível afirmar que há uma alteração de valores do processo pedagógico, à medida que se adota por finalidade alcançar resultados uniformizadores, mão de obra qualificada para o atendimento ao mercado de trabalho e, como nas fábricas, observa-se uma mecanização do ensino, com ênfase no estudo dirigido, na aplicação de métodos e técnicas, no direcionamento dos materiais contidos em manuais, livros didáticos, módulos de ensino e de recursos audiovisuais.

Nesse cenário, nota-se que há uma limitação do olhar para o processo pedagógico, ao não levar em consideração a sua complexidade no diálogo com diferentes fatores que interferem no trabalho intelectual desempenhado pelo professor e pelo aluno, reduzindo-o a uma mera aplicação de técnicas previamente estabelecidas.

É justamente neste contexto de vigência da Lei 5.692/71, que Dorcelina de Oliveira ingressou no Curso de Habilitação Específica para o Magistério (HEM), no ano de 1981, um ano antes da implantação da Lei 7.044/82 - responsável por desobrigar a oferta de cursos profissionalizantes -, e concluiu sua HEM em três anos, tendo o curso uma carga horária de duas mil e duzentas horas, de modo a se habilitar para atuar até a quarta série do Primeiro Grau (Brasil, 1972).

Sobre o período em que Dorcelina Oliveira cursou a HEM, na Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Castelo Branco, no município de Mundo Novo, foi possível localizar no arquivo pessoal da biografada, um caderno brochura grande, de capa dura, na cor marrom claro e decorado com retas pontilhadas, formando pequenos quadrados enfileirados de modo transversal, em tom de marrom mais escuro, conforme Imagem 14, abaixo. Na contracapa, há marcas de fitas adesivas, o nome “Dorcelina” seguido da ordem “nº 7”. Mais abaixo, um visto, uma rubrica e a data 20/04/83, seguido de um conceito “bom!”:

Imagem 15: Caderno do Curso de Magistério de Dorcelina de Oliveira



Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

De acordo com Mignot (2008, p. 13), o caderno é um “objeto quase invisível que guarda a memória da educação” e que é, a partir das indagações feitas pelo pesquisador, capaz de “falar” sobre alunos, professores, pais, projetos pedagógicos, avaliações, valores disseminados e todas as relações e práticas que circundam a escola. Dito isto, considera-se que as imagens responsáveis por registrarem o diário de Dorcelina de Oliveira durante o seu período preparatório no Curso de Magistério no município de Novo Mundo, é possível conhecer alguns aspectos da sua formação docente em nível de 2º grau.

Ao se deparar com o diário de Dorcelina de Oliveira, salta aos olhos o zelo com que organiza as informações, dedica-se à feitura de desenhos e os colore, além de deixar transparecer a evidente preocupação com os contornos da sua escrita. A trajetória formativa da biografada, entre a ludicidade da área educativa e suas referências sociais, parece refletir logo na primeira página do diário supracitado. Isso porque, a imagem escolhida pela biografada é a imagem de um menino trabalhador do meio rural, segurando uma enxada nos ombros, vestido de calça azul, camisa vermelha, calçado com botas pretas e, na cabeça, um boné colorido. Próximo ao menino, há o desenho de um animal de pequeno porte, o qual, possivelmente, faz referência a um carneirinho. Também compõem o desenho gramas e flores coloridas, além de uma borboleta a sobrevoar na altura da cabeça do menino e, mais acima, no canto direito da imagem, um sol pintado com cores vibrantes. O desenho é margeado por um pergaminho, o qual, sob diferentes formas e adornos, costumam aparecer em anotações da biografada.

Essa organização feita por Dorcelina de Oliveira no desenho de abertura do seu diário permite entrever o que Viñao Frago (2008, p. 18) denomina de “efeito estético”. Isto é, em conformidade com o teórico, tal efeito “[...] tem também um sentido ético, regularizador e disciplinar [...]”. Nesse sentido, ao que tudo indica, o desenho feito pela biografada, do menino trabalhador no meio rural, de certa forma, traz consigo o debate acerca do trabalho infantil, dentre outras leituras possíveis.

Ainda nessa imagem 15, há também a fotografia de uma página composta por três propostas de atividades para serem aplicadas em sala de aula, destinadas às crianças alunas das séries iniciais do 1º Grau, no período. Como no caso da página de abertura, trata-se de atividades que exploram a ludicidade como meio estratégico no processo de ensino-aprendizagem, compostas por textos escritos e imagéticos, produzidos pela biografada, possivelmente. As três atividades buscam explorar as percepções das crianças para semelhanças e diferenças entre os objetos desenhados, a partir de comandos avaliativos, tais como: a) passar um traço no objeto que estiver diferente; b) termine de completar o que falta; e c) ligue os elementos iguais.

É certo que nesse diário, há um predomínio de desenhos caprichosamente coloridos e, em alguns casos, com misturas de imagens recortadas e coladas, além de texturas, com a utilização de diferentes materiais em sua composição, como na imagem abaixo:

Imagem 16: Caderno do Curso de Magistério da Dorcelina - misturas de texturas.



Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

As páginas do diário de Dorcelina de Oliveira deixam evidenciadas as atividades que os/as alunos/as do Curso de Magistério aprendiam para aplicar nas séries iniciais do 1º Grau, como é o caso das fotografias representadas pela Imagem 16, na qual se tem, à esquerda, um desenho de uma casa, aos moldes de arquétipos produzidos por crianças, fazendo uso em sua composição de palitos de fósforo. Nesta imagem, ainda é possível conferir as cercas que circundam o terreno onde está a casa, feitas com o mesmo material. Também há desenhos de flores, com talos de palitos

de fósforo, folhas tracejadas com lápis de cor e flores feitas com cascas apontadas de lápis coloridos, cuidadosamente, ligadas as pontas, de modo a formar um círculo perfeito. A mesma técnica das cascas de lápis é utilizada para fazer o sol, na parte superior da imagem. Para a copa da árvore, tem-se a impressão de que foram utilizadas penas verdes de um pássaro. No desenho do caminho que conduz do portão à porta da casa e gramado do quintal, são utilizados lápis coloridos.

Do lado direto da imagem, por sua vez, tem-se uma atividade que adota como título “Discriminação Auditiva”, para a qual é apresentada por Dorcelina de Oliveira Folador o que se espera com a aplicação dessa proposta em sala de aula, para alunos de 1ª a 4ª série: “Nesta parte do meu diário quero transmitir às crianças todos os tipos de sons existentes, a fim de que elas desenvolvam a audição e saibam ouvir com familiaridade, para que haja uma maior aprendizagem por parte das mesmas”¹⁵. Logo abaixo dessa explicação, são coladas duas imagens, possivelmente, recortadas de revistas, de modo a evidenciar, a partir de posturas corporais, a utilização desse sentido, auditivo, pelos seres humanos.

Após três anos de Curso, em 1983, Dorcelina de Oliveira concluiu a HEM, em nível de 2º Grau, e passou a atuar como professora de 1ª a 4ª séries do 1º Grau no município de Mundo Novo-MS.

A respeito de suas primeiras experiências profissionais na área de educação como professora, foi possível localizar em seu arquivo pessoal, no meio de uma pasta com recortes de jornais com registros de acontecimentos na área da política regional e nacional, uma atividade assinada pela biografada, conforme se faz conferir na Imagem 17, abaixo, aplicada em uma de suas experiências em sala de aula no ano de 1985, na Escola Mickey, uma instituição de ensino particular localizada no município de Mundo Novo - MS:

¹⁵ Nota-se que foi feita uma revisão gramatical do texto registrado pela biografada em seu diário. Todavia, há de se evidenciar que houve um cuidado da pesquisadora em interferir o menos possível em sua escrita, com vistas a não prejudicar a análise discursiva pretendida. Também se mostra necessário esclarecer que esta pesquisa não tem como foco uma análise linguística do material coletado.

Imagem 17: Atividade Escolar aplicada por Dorcelina de Oliveira.



Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

A imagem acima se refere a uma proposta de atividade aplicada a uma turma formada por alunos da 2ª série do 1º Grau. Trata-se de um desenho grande, centralizado em uma folha do tipo A4, no qual se tem uma menina com chapéu de palha, adornado por flores, cabelos trançados e vestido xadrez, segurando uma raquete e uma bola com as mãos. Na parte superior esquerda da folha, são colocados dados, tais como: a) a localidade onde foi aplicada a atividade, ou seja, na Escola do Mickey; b) a data de aplicação, que foi no dia 18 de outubro de 1985; c) o nome da professora, antecedido de um vocativo comum, naquele período, em séries iniciais

de ensino, isto é, “Tia Dorcelina”; e d) a especificação do público-alvo da atividade, que são alunos da 2ª série do 1º Grau.

Mais abaixo, nesta mesma imagem, há a frase: “Oi ... quer jogar comigo???”, sendo a lacuna deixada na frase preenchida pela professora com o nome do aluno, à próprio punho. No caso da atividade apresentada, tem-se registrado o nome de um possível aluno de Dorcelina: Nelson. Ainda é possível notar, pelos traços desconexos com que coloriu apenas o rosto da menina, que essa criança quem realizou a pintura e, após dar por concluída a sua atividade, devolveu à professora para avaliação, sendo guardada por ela, possivelmente, como um artefato testemunho das suas memórias ao transitar pelo espaço educacional.

Em análise ao Arquivo Pessoal da biografada, ainda é possível localizar outros “vestígios” de Dorcelina de Oliveira ainda jovem enquanto estudante do 2º Grau e inserida no mercado de trabalho. Trata-se de dois documentos pessoais, quais sejam: o INAMPS e uma carteirinha com dados relativos às suas atividades estudantis:

Imagem 18: Dorcelina de Oliveira - primeira metade da década de 1980.



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Como dito, na parte superior da imagem acima, tem-se o registro do INAMPS da biografada (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), instituído pela Lei nº 6. 439, de 1977, o qual entrou em vigor em um período anterior à criação do SUS (Sistema Único de Saúde) e era responsável por prestar assistência à saúde aos trabalhadores que contribuíam com a previdência social, excluindo-se, desse modo, o atendimento às camadas populares que estavam desempregadas naquele momento.

O segundo documento encontrado no Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira, alocado na parte inferior da imagem, refere-se a uma carteirinha com dados de Dorcelina de Oliveira em fase de conclusão dos estudos de 2º Grau, a qual tem como validade até 9 de outubro de 1988. Trata-se, pois, de um documento pautado na Resolução/SE nº 006/79, de 26 de novembro do ano de 1979, com validade em

todo o território do estado de Mato Grosso do Sul, a qual regulamenta normas para a autorização de professores Diretores-Adjuntos e Secretários de Escolas de 1º e 2º graus e registros de professores de nível I a IV do 1º grau e pré-escolar.

Ambos os documentos não dispõem de data de expedição, apenas de validade, como se faz conferir. Todavia, há informações importantes nesses documentos que são capazes de dar pistas acerca de seus respectivos períodos de registro.

Para o primeiro deles, a carteirinha com dados educacionais, tem-se que a autorização assinalada no documento tem como respaldo a Resolução/SE nº 006/79, a qual tem como objetivo habilitar professores para atuarem em sala de aula, após a conclusão do curso – tendo Dorcelina de Oliveira finalizado o seu curso de Magistério no ano de 1983.

No segundo caso, o INAMPS da biografada, tem-se, primeiro, o registro de que ela está cursando ou já completou o ensino de 2º Grau, isto quer dizer que se trata de um documento expedido a partir do ano de 1981, quando ela é matriculada na 1ª série do 2º Grau, conforme Imagem 13. Do mesmo modo, verifica-se outra informação igualmente relevante no INAMPS da biografada: há o registro do seu nome de solteira, Dorcelina de Oliveira, o que significa que se trata de um documento expedido antes de 1985, quando ela contrai matrimônio com Cézar Folador. Desse modo, tem-se que o INAMPS de Dorcelina registra uma parte da história da biografada entre o ano 1981 e 1984.

Desse modo, Dorcelina Oliveira ingressou ainda nos anos de 1980 em um curso de formação de professores constituído em sua maioria por mulheres, como era a Habilitação Específica para o Magistério, que preparava o docente para atuar nas séries iniciais do 1º Grau. E com essa formação se inseriu em uma profissão que desde o final do século XIX era bem aceita socialmente para o universo feminino, pois o Magistério, como adverte Louro (1989, p. 35) “[...] é mais adequado para a mulher, por exigir o cuidado de criança; ser professora é, de certa forma, uma extensão do papel de mãe. Além disso, o magistério passa a ser visto também como um bom preparo para a futura mãe de família”.

3.3 – O Casamento de Dorcelina de Oliveira e a sua inserção na Política

Dois anos após concluir a HEM, formando-se como professora das séries iniciais no 1º Grau, e ter iniciado sua experiência em sala de aula como docente em uma escola da rede privada de ensino de Mundo Novo, no ano de 1985, Dorcelina de Oliveira contrai o matrimônio com Cézar Folador, que é migrante do município de Cascavel - PR (Silva, 2005) e fazia parte do grupo de jovens envolvido em atividades religiosas e políticas no município de Mundo Novo-MS. A partir do momento no qual a biografada passa a assinar o nome Dorcelina de Oliveira Folador.

Embora Perrot (2007) aponte que as mulheres perdem os seus sobrenomes pelo casamento, o que dificulta, conforme a teórica, para o reconhecimento das linhagens femininas, de modo a contribuir para a destruição da memória feminina, importa destacar que, no caso da biografada, o casamento fez com que ela adquirisse mais um sobrenome, tornando-se Dorcelina de Oliveira Folador. Sendo reconhecida no contexto político de Mato Grosso do Sul por essa nova composição. Isso contribui para que se constate que, mesmo com o casamento, houve uma preservação dessa linhagem feminina e da sua memória.

Na imagem 19, abaixo, pertencente ao arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador, é possível se deparar com um registro fotográfico da cerimônia religiosa de casamento da biografada com Cézar Folador, juntamente com os seus pais. Na lateral direita da fotografia, tem-se o registro de uma abreviatura com as iniciais apagadas pela ação do tempo, não sendo possível identificar o seu significado e, ao seu lado, a numeração 85, em referência ao ano do registro realizado. Como nos demais casos vistos nesta Tese, não há indicativo de autoria. Todavia, é possível notar um rito na organização das pessoas em relação ao espaço. Nota-se, assim, que a fotografia prima pela centralização do altar, mantendo-se um equilíbrio entre os arranjos de flores das laterais dos bancos, os noivos posicionados ao centro, como destaque, ao lado de suas mães e, na sequência, essas, ao lado de seus respectivos cônjuges.

Imagem 19: Registro do casamento de Dorcelina de Oliveira com Cézar Folador (1985).



Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Mostra-se oportuno observar que é neste momento que Dorcelina de Oliveira Folador também passa a adentrar o espaço político no município de Mundo Novo-MS, quando se filia no ano de 1986 ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao mesmo tempo em que se destaca como liderança em grupos religiosos da juventude missionária (JUMAC) e das pastorais da Família e da Terra, a partir de 1984.

Cumpra esclarecer aqui que o último presidente da ditadura civil-militar foi João Batista Figueiredo, o qual encerrou o seu mandato em 1984. Na transição da ditadura para a democracia, João Figueiredo:

Decretoou a Lei da Anistia, possibilitando o retorno dos brasileiros exilados durante o regime ditatorial. Concedeu também o direito para criação de partidos políticos, mas impediu que se fizessem coligações. A ARENA passou a ser o Partido Democrático Social (PDS) e o MDB tornou-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Surgiram também o Partido dos

Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Popular (PP) (Melo, 2012, p. 74).

Assim, em janeiro de 1985, ainda de forma indireta, quem venceu a eleição foi Tancredo Neves, candidato civil da Frente Liberal, tendo falecido antes mesmo de assumir o cargo. Por sua vez, quem assumiu a presidência foi o seu vice, José Sarney.

Com o fim da ditadura civil-militar, houve um rearranjo social, fazendo-se necessário, assim, uma modificação das suas leis. Posto isso, em 1987, foi criada uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), sob presidência de Ulisses Guimarães, para a implantação de uma nova Constituição, implantada em 1988, em cujo documento foram destinados os artigos 205 a 214 para tratar dos princípios, das novas diretrizes e finalidades da educação nacional. Entre outros pontos, tem-se: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, s./p.).

Denota-se, assim, que o ato de promover a Educação se realiza a partir da divisão de responsabilidades entre Estado, família e sociedade. Em conjunto, são responsáveis por colaborar e incentivar o acesso à educação, de modo a permitir o pleno desenvolvimento do homem. O foco sai da formação objetiva e mecanizada de uma mão de obra para atender às necessidades do mercado de trabalho e recai sobre a necessidade de preparar o indivíduo para o exercício pleno da cidadania, imbuído de direitos e obrigações sociais, enquanto sujeito de sua história.

Apesar dessa nova concepção legislativa, a História da Educação ganhará uma reformulação da sua Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional somente em 1996, com a Lei nº 9394/96, a partir da qual foi possível contar com profundas modificações no cenário educacional, tais como:

[...] práticas democráticas de gestão escolar; maior autonomia das escolas para a definição e implantação de seu projeto pedagógico; ampliação de vagas para ingresso e permanência dos alunos na escola; e vários programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, Programa de Avaliação Institucional –

PAIUB, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (Melo, 2012, p. 90).

Somados a esses, também se mostra importante acrescentar: a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a consolidação e ampliação de programas federais permanentes, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional do Livro Didático, entre outros.

Conforme observa Melo (2012), a educação brasileira dos anos de 1990, mesmo após modificações nas políticas educacionais, ainda tem muito a melhorar, pois se observa uma dicotomia entre teoria e prática, ou seja, entre o que se idealiza na feitura das leis e os desafios enfrentados dentro e fora dos muros escolares, a falta de uma distribuição mais igualitária dos recursos financeiros para o pleno funcionamento das estruturas, para o investimento dos profissionais da educação e um olhar mais atento do governo para as múltiplas realidades dos sujeitos sociais em fase escolar, os quais enfrentam na pele os efeitos de uma economia colapsada pela inflação do mercado, pelos juros das dívidas externas e pelos constantes escândalos de corrupção, primeiro, do presidente Fernando Collor de Mello, entre os anos de 1990 e 1992, quando sofre um *impeachment* e, depois, com Itamar Franco, o Vice-Presidente do governo Collor, que assume o mandato no ano de 1992 e segue até o ano de 1995.

Dito isso, compreende-se que o conceito para o termo educação se mostra plural, uma vez que se transmuta ao embalo das mudanças ocorridas no contexto sociopolítico e econômico brasileiro e, assim, revela-se capaz de se modificar ao mesmo tempo em que tem o poder de modificar os sujeitos sociais que dela se apropriam. É partindo deste entendimento que denota o movimento da educação ao transpassar a vida da biografada, ao passo que se reverbera no capital cultural adquirido por essa (Bourdieu, 2011) e, por conseguinte, na forma como se metamorfoseia em chave para que essa mulher migrante advinda da classe popular tenha acesso a espaços públicos restritos, como é o caso da política, ou ainda, quando se transmuta em persona e se faz presente nos contornos do fazer político proposto por Dorcelina de Oliveira Folador, que se revela distinto daquele praticado pelos seus antecessores.

Nesses termos, as experiências e habilidades adquiridas por Dorcelina de Oliveira em sala de aula, especialmente no tocante ao curso de Magistério, não se restringem ao espaço de aula, como se defende nesta tese. Apesar dos poucos registros que se têm acerca das suas atividades em sala de aula, propriamente dita, quando se depara com o arquivo pessoal desta mulher, evidencia-se um todo orgânico, que traz em suas impressões digitais a ludicidade das margens coloridas caprichosamente riscadas em todas as páginas de uma pasta contendo recortes de jornais sobre acontecimentos políticos regionais e nacionais, como nos casos exemplificados ao longo deste trabalho. Também estão na aptidão por fazer uso recorrente de recortes de jornais, a exemplo das atividades propostas e do seu caderno de planejamento de aulas. Estão igualmente nas repetições de desenhos de pergaminhos adornados por flores nas folhas de agendas, nas contracapas de cadernos, na abertura de atas de reuniões políticas ou na pasta com recortes de jornais.

As marcas também se mostram visíveis no zelo com que se compromete com as pesquisas e as leituras acerca dos assuntos de interesse, sendo a pasta com os recortes mencionada um exemplo do que se fala, ou ainda, os vários textos impressos e riscados à lápis e caneta, guardados no arquivo pessoal da biografada, com marcas de leituras e registros, sobre mulher e a relação de trabalho ao longo da história, enquanto preparação para um encontro regional promovido pelo Partido dos Trabalhadores, como se abordará mais adiante. Nesse mesmo material preparado para o encontro, tem-se o planejamento das atividades para debater o assunto, o desenvolvimento de atividades de fixação do conteúdo tratado, que deveriam ser feitas em grupos.

Um terceiro ponto a ser destacado em seu arquivo pessoal que revela o domínio e o empenho de suas experiências e habilidades educacionais em favor das suas ações em contextos não escolares, trata-se do olhar pedagógico para as questões sociais. Há implícito em suas práticas no campo político uma necessidade de trazer à tona uma educação política aos sujeitos daquele município, como princípio fundamental para o exercício da cidadania e garantia da dignidade, a exemplo do projeto Orçamento Participativo e do Programa Bolsa Escola implementados durante a gestão de Dorcelina de Oliveira Folador, de modo pioneiro no município e, por extensão, no estado de Mato Grosso do Sul, como se faz conferir no próximo capítulo.

4. CONFLUÊNCIAS ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO NAS PRÁTICAS DE DORCELINA DE OLIVEIRA FOLADOR

Neste capítulo o foco recai sobre os espaços religioso e político transitados por Dorcelina de Oliveira Folador no município de Mundo Novo. Dentro do campo religioso, é proposta uma análise acerca da atuação e da influência da Igreja Católica no município de Mundo Novo e em Mato Grosso do Sul, especificamente, a partir das ações desenvolvidas dentro da Pastoral da Terra, em cujo ministério Dorcelina de Oliveira Folador atuou como líder do Grupo de Jovens Missionários (JUMAC), uma extensão da Pastoral no município.

Por conseguinte, no tocante ao espaço político, a investigação se debruça sobre vestígios que denotam o tipo de política praticada no município, articulado a uma atuação direta da biografada no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Com isso, parte-se do pressuposto de que uma face da religião e da política dialogam em solo mundonovense, ao longo dos anos de 1990. Ou ainda, percebe-se que, de algum modo, esses poderes se concatenam na busca pelos direitos à terra, em especial, em defesa de pessoas socioeconomicamente prejudicadas pelo sistema capitalista. Dito isso, vê-se no seio de uma sociedade latifundiária, nascer o ensejo de uma proposta socialista, que prima pela redistribuição da riqueza, em sua grande parte, concentrada nas mãos dos grandes proprietários, além de se adotar como discurso a importância da educação popular como moduladora de realidades, em uma perspectiva coletiva.

Neste capítulo, os olhos são voltados para o modo como os jogos de poderes nos campos religioso e político contribuem para a trajetória formativa de Dorcelina de Oliveira Folador e se reverberam nas práticas (Chartier, 1988) da biografada ao transitar por esses espaços sociais.

4.1 Atuação de Dorcelina de Oliveira (Folador) nas Pastorais e no Grupo Juventude Missionário (JUMAC)

Ainda no final da década de 1970 e início de 1980, como se faz conferir em Silva (2005), Dorcelina de Oliveira teve uma participação ativa dentro da Igreja

Católica no município de Mundo Novo-MS, incentivada por sua família: “[...] desde a infância, [Dorcelina de Oliveira] tinha uma saúde muito frágil, era uma menina muito doente. [...] Para seus pais, ela foi salva pelas mãos de Deus e dos médicos” (Silva, 2005, p. 24).

O fragmento citado acima dá mostras das crenças cultivadas em seio familiar desde criança. Uma vez atribuída a sua vida a Deus, a jovem Dorcelina de Oliveira (Folador), que outrora fora incentivada a ir à Igreja Católica buscar uma cura para as enfermidades do corpo, agora não simplesmente visita este espaço e manifesta o seu agradecimento, mas se predispõe a participar ativamente de suas atividades e, a partir dos seus 21 anos, a liderar um grupo de jovens missionários, o grupo Juventude Mensageira do Amor de Cristo (JUMAC), que era uma das extensões das Pastorais em vigência no município de Mundo Novo, voltado ao trabalho de evangelização dos jovens.

Mostra-se oportuno compreender o modo como a formação religiosa de Dorcelina de Oliveira (Folador) vem a contribuir para a sua inserção política no município e, junto a isso, o modo como contribui para o seu olhar acerca do fazer político, o seu papel social como cidadã e na forma como, a partir de um olhar pedagógico, coloca-se indispensável incutir nas outras pessoas as suas responsabilidades e os seus direitos no bom funcionamento da gestão política.

Sobre esse assunto, tem-se que o surgimento da Comissão das Pastorais da Terra (CPT) ocorreu, de modo oficial, no ano de 1975, durante a Assembleia Geral da XIV Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Goiânia – GO.

Pesquisadores tais como José Ulisses Guerra Villalobos e Geovanio Rossato (2011), refletem acerca da relação entre o surgimento da CPT no seio da Igreja Católica e o contexto sociocultural e político vigentes no Brasil.

Villalobos e Rossato (2011) enfatiza que essa linha de ação pastoral da CPT está relacionada às reformulações ocorridas nas doutrinas da Igreja Católica moderna, iniciada, como consta em registros, a partir de 1891, durante a regência papal de Leão XIII, o qual, a partir da publicação da encíclica *Referum Novarum* que rompe com o silêncio da Igreja, até então recorrente com o passar de duas guerras mundiais e uma série de ditaduras na Europa (a exemplo do Nazismo, Fascismo, Salazarismo, Franquismo, dentre outros), e se posiciona em relação aos problemas enfrentados pelos operários europeus, durante a vigência do capitalismo industrial.

Embora nesse momento deva se destacar o posicionamento ainda cauteloso da Igreja, adotando certa postura de apaziguamento das relações conflituosas instauradas, a partir de discursos que traziam à tona a necessidade de confiar na “bondade dos ricos e na paciência dos pobres” (Villalobos; Rossato, 2011, p. 20), ainda assim, observa-se um movimento importante para o desenrolar das modificações estruturais das bases da Igreja Católica.

Já no ano de 1962, o Papa João XXIII, ao perceber que não houve alterações nessas relações entre os sujeitos sociais e que se tinha uma desatualização das informações da Igreja com relação aos problemas sociais modernos, convoca o Concílio Vaticano II, de forma a propor alterações na postura da igreja com relação a essas injustiças sociais cometidas no mundo contra grupos menores. Percebe-se, então, que é a partir dessas ações que se passa a exigir da Igreja um posicionamento com relação às injustiças sociais. Sendo assim, a Igreja passou a adotar como postura o papel de denunciar e se colocar ao lado dos grupos marginalizados socialmente. Tem-se, com isso, abertura do “*aggiornamento*”, que é essa postura ativa da Igreja.

Diante disso, com base em Villalobos e Rossato (2011), em 1968, os bispos latino-americanos convocaram a II Conferência Episcopal Latino-Americana (II CELAM), na cidade de Medellín, na Colômbia, com vistas a compreender as especificidades latino-americanas, como forma de propor intervenções orientadas pelo Concílio. Sendo criada, assim, a Pastoral Social, a qual se subdivide, segundo a Cartilha nº 01 “O que é a Pastoral Social” (2001), publicado pelo setor da Pastoral Social da CNBB, em onze Pastorais, a saber: da terra, operária, da criança, do menor, da saúde, carcerária, do povo da rua, dos pescadores, dos migrantes, da mulher marginalizada e dos nômades. Além delas, o Setor responde também por três organismos: Cáritas Brasileira, Ibrades e Ceris.

Essas pastorais adotavam como perspectiva, além da pregação sacramental, a valorização das Comunidades Eclesiais de Base, com um olhar mais voltado para os leigos. Além disso, tinha-se como propósito um cuidado maior com os pobres, especialmente, os jovens.

Como se pode imaginar, ao tomar como postura uma preocupação com as necessidades e a defesa dos indivíduos marginalizados socialmente, obriga a Igreja a romper com uma tradicional relação entre Igreja e Estado que se tinha até então,

surgindo, dessa forma, a Teologia da Libertação. Sobre esse ponto, Villalobos e Rossato (2011, p. 21), apontam:

Esta teologia [a Teologia da Libertação] constitui-se na primeira teologia do mundo que nasceu da periferia, tentando responder de forma crítica (usando categorias histórico-científicas, e não somente metafísico-teológicas) aos problemas pertinentes do seu contexto social concreto. Tornou-se sem dúvida no pilar institucional para o surgimento de movimentos/pastorais diretamente voltados para questões político-sociais. Esta teologia, ao fornecer uma sedimentação às mudanças que estavam acontecendo dentro da própria instituição, propiciou a formação de diversas pastorais sociais, como exemplo da própria CPT.

Essa Teologia da Libertação é descrita por Villalobos e Rossato (2011) como resultante de um longo processo histórico, que foi capaz de trazer movimentações importantes para as bases ideológicas na Igreja Católica. Dito isso, essa Teologia se volta para os questionamentos acerca de assuntos relacionados à miséria, ao subdesenvolvimento dos países latino-americanos e, por conseguinte, converte-se em crítica ao sistema capitalista e as suas relações neocoloniais. Enquanto se tinha uma teologia tradicional preocupada com questões de cunho morais-individuais vinculadas à própria igreja católica, a exemplo de temas, tais como sexo antes do casamento, confissão, comunhão, missa, entre outros, tem-se, a partir de então, uma Igreja que se preocupa com problemas ético-sociais relacionados ao sistema econômico, a exemplo da concentração de terra, latifúndio, fome, desrespeito aos direitos humanos, entre outros.

É dentro dessa concepção que Villalobos e Rossato (2011) abordam uma Teologia, a qual antes predominantemente amparada por conceitos metafísicos e, agora, que se aproxima do contexto histórico e humaniza a figura do filho de Deus, pregando um “Cristo-Filho histórico”. Ou seja, relacionando o sofrimento da sua crucificação com as dores daqueles que sofrem as injustiças sociais na contemporaneidade, a exemplo do menino de rua, sem-terra, favelado, dentre outros. Assim, a Igreja Católica passa a pregar a necessidade de agir em prol da garantia de uma felicidade material e terrestre, em um primeiro momento, para que depois se tenha uma felicidade celeste, em um momento posterior. É nesse contexto que a

Igreja Católica passa a criar organizações populares, como forma de lutar por direitos sociais e contribuir para a transformação da vida das pessoas.

Nessa nova perspectiva ideológica da religião, estar ao lado do povo e lutar pelo povo marginalizado socialmente (brancos/negros, cristãos/não-cristãos) é uma forma de garantir as bênçãos de Deus, o que, por conseguinte, significa que agir pela ganância da riqueza, em detrimento do empobrecimento do outro, é ter que sofrer com os castigos dos céus.

O apogeu da Teologia da Libertação ocorreu por 15 anos, entre os anos de 1970 e 1985, sendo adotada também pelos luteranos e alguns setores das Igrejas Evangélicas. Ainda é possível perceber a existência dessa Teologia nos dias de hoje, mas com menos força de disseminação, como se tinha em seu nascimento. Isso porque, como era de se esperar, foram inúmeras as retaliações do poder econômico-político, bem como, da parte conservadora da Igreja Católica.

Como se pode notar, em sua máxima vigência, a Teologia da Libertação foi disseminada no Brasil quando este tinha como contexto histórico a instauração da ditadura cívico-militar. Mais especificamente, quando se tem na região sul de Mato Grosso uma forte concentração fundiária, impulsionada pela “Revolução Verde” em solo nacional, como visto, ao mesmo tempo em que se tem a cada dia mais inflamada a relação entre latifundiários e camponeses, vigente sob um sistema coronelista, além de um grupo expressivo de famílias agricultoras que retornam da região fronteira do Paraguai para o solo brasileiro, denominados brasiguaios:

O Estado do Mato Grosso do Sul, criado no ano de 1977, é caracterizado por Cortez (1986) como "um Estado latifundiário", tendo em vista um número expressivo de grandes propriedades, projetos de colonização, usinas de álcool, lavouras mecanizadas e áreas de pecuária extensiva que ocupam grande parte da área total do Estado (35.054.800 hectares). Em 1985, 30 milhões de hectares eram utilizados para a criação de 12 milhões de cabeças de gado. Os imóveis rurais com mais de 100 hectares ocupavam 75% das terras, enquanto que as propriedades abaixo de 100 hectares ocupavam apenas 2% da área do Estado. A lavoura ocupava 1.776.242 hectares, destes 900.000 plantados com soja para a exportação (Sprandel, 1992, p. 75).

Assim, o final da década de 1970 e a década de 1980 marcam o retorno dos brasileiros ao solo nacional, todavia, sem posses de terras ou dinheiro e sem identidade étnico-cultural. São pessoas que, conforme os pesquisadores Adriana Alves Grassieli, Alessandra Morais Silva, José de Oliveira e Valéria de Jesus Frago de Melo (2013, p. 100), não se identificam como paraguaios, mas como brasileiros “[...] que vivem à mercê dos direitos políticos, sociais, econômicos e culturais que regem a sociedade” brasileira.

Nesses termos, a expressão “brasiguio”, em conformidade com Márcia Sprandel (1992), não resulta de uma identificação étnica, mas de uma identidade política, pode-se dizer. O termo “brasiguio”, segundo a pesquisadora, passa a ser utilizado com o retorno ao Brasil dos primeiros grupos organizados de brasileiros, a partir de 1982. São indivíduos que, mesmo diversos em suas origens, principalmente, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e nos seus motivos, ao transporem a fronteira nacional, entoam e fortalecem um discurso uno de reafirmação da sua nacionalidade brasileira, os quais foram expropriados de terras brasileiras e, agora, reivindicam deste país os seus direitos como cidadãos, em um período de regime político pós-ditatorial.

Trata-se de pessoas que, durante as décadas de 1960 e 1970, especialmente em função da organização latifundiária, foram expulsos de suas terras e viram na transposição das fronteiras uma chance de continuar a manter suas tradições no meio rural, com a produção agrícola. Além disso, conforme Grassieli *et al* (2013, p. 98-99), as terras paraguaias se mostravam mais atrativas aos pequenos produtores, como se faz notar em um fragmento de depoimento do senhor Edson, assentado em Novo Horizonte do Sul, pelos autores:

[...] Lá tem muito mato, uma área grande pra ser desmatada, tão arrendando terra lá a 20%. Pra quem pagava 30% no Paraná e dava aquelas lavouras desse tamanho assim e as terras com vinte trinta anos, a lavoura de café que meu pai plantava tinha vinte e cinco anos, quando nós fomos reformar ela que o café dava que o patrão deu uma condição veio aquela geada de 75 e acabou com tudo, aí foi a época que o povo espirrou [...] então a evolução que caracterizava a gente vim pro Mato Grosso porque eles oferecia condições e então eu me lembro o que o meu pai falou pro administrador - já morreu, seu José Merdicio, ele falou aqui tem financiamento ele falou seu Zé aqui é mato no mato e água no córrego, água no córrego e mato no mato pro senhor trabalhar e

meu pai pegô uma área de dez alqueire no Paraguai tinha dois quilômetro pra dentro da fronteira do outro lado da divisa. A divisa do Brasil era um matão, a coisa mais linda, aí começaram a colocar a gente no primeiro Corguinho, na primeira nascente que tinha, colocou a gente lá. Fizemos uns barracos de bambu de Taquarussu cercado e coberto de capim até que nós arrumemos um barracão de tabuinha e ficamos lá. Agora aqueles uns que foram chegando depois foram indo pro fundo e o carriador era caminhão de tora, onde o caminhão de tora passava se entrava dentro e ia embora, a nossa vida foi essa (Edson, 49 anos. Entrevista realizada em Novo Horizonte do Sul, em abril de 2010 *apud* Grassieli *et al*, 2013, p. 98-99).

Como se faz notar na fala do senhor Edson, as terras paraguaias se mostravam mais produtivas, abundantes e mais baratas que no Brasil. Desse modo, houve um intenso fluxo migratório para as regiões brasileiras norte e centro-oeste, mas também, ao mesmo tempo, ocorreu uma intensa movimentação na fronteira Brasil-Paraguai:

O “Ministério de Relações Exteriores” divulga que viviam no final da década de 1990, na República do Paraguai, 459.000 brasileiros. Os dados de censos mais recentes se referem a 98.000 o número de brasileiros em situação legal e a imprensa vem trabalhando com uma cifra de 350.000 não regularizados. Estes brasileiros, legalizados ou não, representam os habitantes moradores no Paraguai, dando maior ênfase à zona rural (Grassieli *et al*, 2013, p. 104).

Todavia, o que o senhor Edson não esperava, como tantas outras famílias brasileiras de pequenos agricultores, eram as dificuldades que iriam enfrentar ao chegar ao Paraguai. Dentre os pontos elencados por Grassieli *et al* (2013), tem-se: a falta de infraestrutura, as dificuldades enfrentadas para se ter acesso às documentações que autorizavam a permanência dessas famílias em terras estrangeiras (*permisso*), o conflito étnico com a população paraguaia, as invasões e ameaças acometidas por campesinos paraguaios, os embates com os setores críticos e nacionalistas do Paraguai que não aceitavam a permanência dos grupos de brasileiros, por entenderem suas permanências como ameaças aos padrões culturais da fronteira, entre outros.

Soma-se a isso, conforme ressaltado pelos autores Grassieli *et al* (2013), o sentimento de não pertencimento dessas famílias brasileiras a este espaço fronteiriço.

Tratava-se de um lugar provisório, com vistas a um breve retorno aos seus lugares de origem: o Brasil:

A iniciativa de voltar ao Brasil se deu a partir da conjuntura política que se instaurava no país, que impulsionou a perspectiva de realizar a tão sonhada reforma agrária. A notícia se espalhou por todo o território, atravessando a fronteira, chegava aos ouvidos do povo “brasiguai”, fomentando as expectativas de voltar para “casa”, depois de serem massacrados em um país que, segundo eles próprios, não lhes pertencia e onde eram e são aterrorizados pela violência sofrida no Paraguai (Grassieli *et al*, 2013, p. 106).

Diante disso, essas famílias, ameaçadas por grupos de camponeses paraguaios, sem assistência política de um governo ou outro, deixam suas terras, plantações, casas, maquinários e fazem o caminho reverso de retorno ao Brasil, instalando-se principalmente em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, que faz divisa com o Alto Paraná, e em Mundo Novo, no estado de Mato Grosso do Sul. O pesquisador Nelson de Lima Júnior (2016) salienta, todavia, que as experiências de retorno ao Brasil por essas duas regiões não ocorreram de modo uniforme, isto porque, enquanto no Paraná a migração aconteceu de forma desordenada e sofreu repressão do governo brasileiro, em Mato Grosso do Sul, devido a sua formação latifundiária, observa o pesquisador, o processo migratório dos brasiguaios ocorreu de modo ordenado, com o apoio do MST.

Assim, em Mato Grosso do Sul, esses indivíduos “sem-terra” e com a cidadania não reconhecida, logo ganham a proteção, principalmente, da Igreja Católica, por meio da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). De modo que, conforme José de Souza Martins (1988, p. 67), aquilo que era uma luta por terra, passa a ganhar contornos de luta por reforma agrária no Brasil:

[...] a luta pela terra, que cresceu no Brasil durante a ditadura militar, atinge no cerne o direito de propriedade e, em consequência, o edifício político da sociedade brasileira. Enquanto que a luta pela reforma agrária traduz a luta pela terra na língua das alianças de classes, dos pactos políticos e da defesa política da forma de propriedade que temos.

Diante do cenário posto, compreende-se que a Teologia da Libertação passa por um grande embate com a configuração política vigente no tocante ao direito à terra pelo homem, na passagem de uma ditadura civil-militar para um contexto “democrático”, na primeira metade da década de 1980. Isso porque, durante a ditadura civil-militar, principalmente na história de Mato Grosso do Sul, o que se nota é uma proeminência da força latifundiária, que apoiou e, por vezes, influenciou as ações do regime político em vigor. Ao compreender isso, tem-se a nítida percepção de que tudo o que não se toma como prioridade naquele momento é a divisão de terras, é a garantia do direito do pequeno proprietário de terras.

Sobre esse assunto, Martins (1988, p. 69) adverte que:

O Estado está defendendo a propriedade capitalista, uma forma de propriedade que é expropriativa, e que é causadora do desenraizamento das populações rurais, do estabelecimento não só da miséria econômica, mas também da miséria moral e social. Enfim, a Igreja começa a denunciar um processo de desumanização do homem.

A Igreja Católica propunha, nesse sentido, não um mero trabalho assistencialista, como se tinha em tempos anteriores, mas de acordo com Villalobos e Rossato (2011), propõe-se um trabalho popular-libertador, na medida em que os padres e bispos se deslocam dos grandes seminários e residências para se inserir em favelas e bairros pobres, ou então, acampamentos, a fim de iniciar um trabalho de conscientização das pessoas que ali moravam, incentivando-as a se organizarem e reagirem diante das explorações de ordem social.

O primeiro Encontro regional para articulação da pastoral na região sul-mato-grossense ocorreu em 1978, quando reuniu lavradores e agentes da pastoral de diversos municípios, incluindo: Nova Andradina, Mundo Novo, Deodápolis, Glória de Dourados e Jateí. Em cujo encontro foram estabelecidas as seguintes bases: “[...] dar valor ao homem do campo e o animar para participar de sua própria ‘libertação’” (Romani, 2003, p. 48).

As denúncias às transações de terras aos grandes proprietários também se torna assunto político e da mídia sul-mato-grossense neste período, como foi o caso da matéria publicada no jornal O Progresso, de julho de 1979, intitulado “Extremo sul de Mato Grosso do Sul: Violência, corrupção e milhares de pessoas sem terra”,

no qual tratava da acusação feita ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre a facilitação de direitos a propriedades rurais por parte de grandes fazendeiros, além de relatar a violência sofrida por líderes camponeses e por famílias sem-terra, alocadas na faixa da fronteira entre Brasil e Paraguai; e descrever a grave situação de brasileiros que viviam no Paraguai (O PROGRESSO, 24 de jul. de 1979).

Dentro desse contexto, mostrou-se inevitável a articulação dos propósitos da Igreja Católica, a partir das Pastorais, com as questões políticas do Estado, intensificadas pelas brigas dos pequenos produtores, sem-terra e indígenas com os latifundiários, conforme se faz conferir no documento produzido na 13ª Assembleia Diocesana de Pastoral, realizada em 1981:

Num processo de conversão interna a Igreja tem dirigido sua preocupação de maneira especial aos pobres. Não é uma anti-igreja e nem uma igreja paralela, *mas uma forma determinada de viver a Igreja de Cristo*, para esta realidade concreta do povo de MS, oprimido e alienado¹⁶ (grifo nosso).

Cabe esclarecer nesse ponto que, conforme defesa do seu papel na relação com a sociedade, a CPT não se coloca como um projeto político, ela não se propõe o papel de vanguarda na luta pela reforma agrária, mas tem em si um serviço educativo, conforme propõe Villalobos e Rossato (2011). Sobre esse ponto, Cândido Grzybowski (1985, p. 249) salienta: “[...] o chamado serviço educativo [...], prestado pela CPT, deve ser pensado e analisado como uma ação política, no sentido rigoroso da palavra, pois aponta direção para as lutas e formas de organização dos colonos”.

Nesse sentido, frisa-se que a articulação entre Igreja e a política não ocorre por uma característica intrínseca às Pastorais, em uma perspectiva nacional, mas por uma especificidade regional. Igualmente, mostra-se oportuno destacar que essa característica político-pedagógica da CPT é responsável por contribuir para o nascimento de movimentos, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que é uma organização civil-popular surgida na região sul, no ano de 1984.

¹⁶ Relatório final sobre a 13ª Assembleia Diocesana de Dourados realizada de 09 a 12 de dezembro de 1981 (ELO, março/1982, n.º 49).

Ponto este que se torna emblemático para pensar a trajetória de Dorcelina de Oliveira (Folador) neste cenário e a forma como as suas ações nesses espaços contribuíram para modificações nessas configurações sociais, ao ocupar, primeiro, dentro da Igreja Católica, um espaço de liderança no Grupo de Jovens Missionários do Amor de Cristo (JUMAC), uma das extensões das Pastorais em Mundo Novo e, na sequência, um papel de liderança política ao se transformar em correspondente no *Jornal dos Sem Terras*, bem como, suas ações nas próprias invasões do MST às propriedades latifundiárias e na organização de uma base sindicalista no Estado.

De modo oportuno, tem-se que a partir dos anos de 1960, as reivindicações das mulheres brasileiras estavam relacionadas “[...] ao momento político, voltadas para a luta, pela abertura democrática e por demandas sociais como política salarial, melhorias nos serviços públicos, etc.” (Giuliani, 1997, p. 649). Além disso, essa mesma autora destaca que as mulheres brasileiras também passaram a atuar em grupos que se constituíram dentro da Igreja Católica, como, na Pastoral da Terra, fundamentado na Teologia da Libertação. A atuação das mulheres passou ainda a focalizar os problemas da saúde e educação, os Clubes de Mães e Grupos de Mulheres Trabalhadoras, além de denunciarem a precariedade dos serviços públicos e reivindicarem melhorias nas condições de trabalho.

E, como não se pode deixar de perceber, no contexto de Mato Grosso do Sul, mais precisamente, no município de Novo Mundo, Dorcelina de Oliveira Folador seguiu caminhos em sua trajetória próximos aos evidenciados pela autora Giuliani (1997), sobre a atuação das mulheres brasileiras a partir dos anos de 1960, uma vez que, conforme exposto, a biografada teve uma atuação na Igreja Católica, desempenhou um importante papel na Pastoral da Terra, que inclusive impulsionou sua inserção na política local.

4.2 A participação de Dorcelina de Oliveira Folador no MST de MS

Passaram-se apenas cinco anos entre o cargo de liderança assumido por Dorcelina de Oliveira Folador dentro da Igreja Católica e a sua inserção na coordenação estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no município de Mundo Novo-MS, em 1989, de forma a participar das articulações e

ações do Movimento tanto no município quanto em regiões próximas, a exemplo do município de Itaquiraí (Silva, 2005).

Entremeado a esse período, como visto, a biografada já estava inserida no espaço político mundonovense, primeiro, com a filiação ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), no ano de 1986, depois, com a participação ativa na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no município, em 7 de maio de 1987. Para um ano depois, candidatar-se a vereadora do município, sem, todavia, apesar dos seus “177 votos” (Silva, 2005, p. 28), conseguir ser eleita.

No arquivo pessoal da biografada, há um caderno pequeno de encadernação espiral, encapado com um tecido de algodão na cor cru e uma pintura feita com tinta de tecido, nas cores marrom e preta, conforme Imagem 20, abaixo, no qual é possível conferir registros de ações da biografada nos espaços político e religioso do município de Mundo Novo - MS:

Imagem 20: Capa de caderno com desenho pintado à mão (1995)



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Chama a atenção a imagem grande de um mapa da América do Sul circundado por cercas de arame farpado. Ao centro da imagem, quatro figuras que lembram pessoas, com diferentes estaturas - possivelmente, simbolizando uma família, composta por homem (pai), a mulher (mãe) e duas crianças, como se costumava ver nos acampamentos frequentados pela biografada. Na base do desenho, há uma frase escrita em caneta de cor verde: “Maldita todas as cercas que impedem o homem de viver e amar”. Não há assinatura de autoria, mas subentende-se que seja uma produção de Dorcelina de Oliveira Folador, ao levar em consideração os seguintes fatores: a) trata-se de um artefato que compõe o arquivo pessoal da biografada, organizado e sob a guarda da família dessa; b) a biografada costumava fazer desenhos e registrar seus pensamentos em meio às páginas de seus cadernos e agendas; c) ela tinha uma predisposição para trabalhos manuais, com destaque para corte e costura, além das pinturas com tintas de tecido, tendo feito inúmeras telas, como revelou sua irmã Marlene, em conversa informal com a pesquisadora; e d) o caderno pertencia à biografada, sendo possível observar uma série de anotações feitas por essa.

O desenho mencionado ainda está tingido de tinta da cor rosa. São traços irregulares e desconexos feitos, possivelmente, à caneta por uma criança. As anotações internas trazem como referência o ano de 1995, data na qual se pressupõe que a capa tenha sido confeccionada. Parece oportuno informar que, nesse ano mencionado, Jéssica, a primogênita da biografada, viria a completar quatro anos de idade, sendo ela, possivelmente, a responsável pelo tingimento dessa capa.

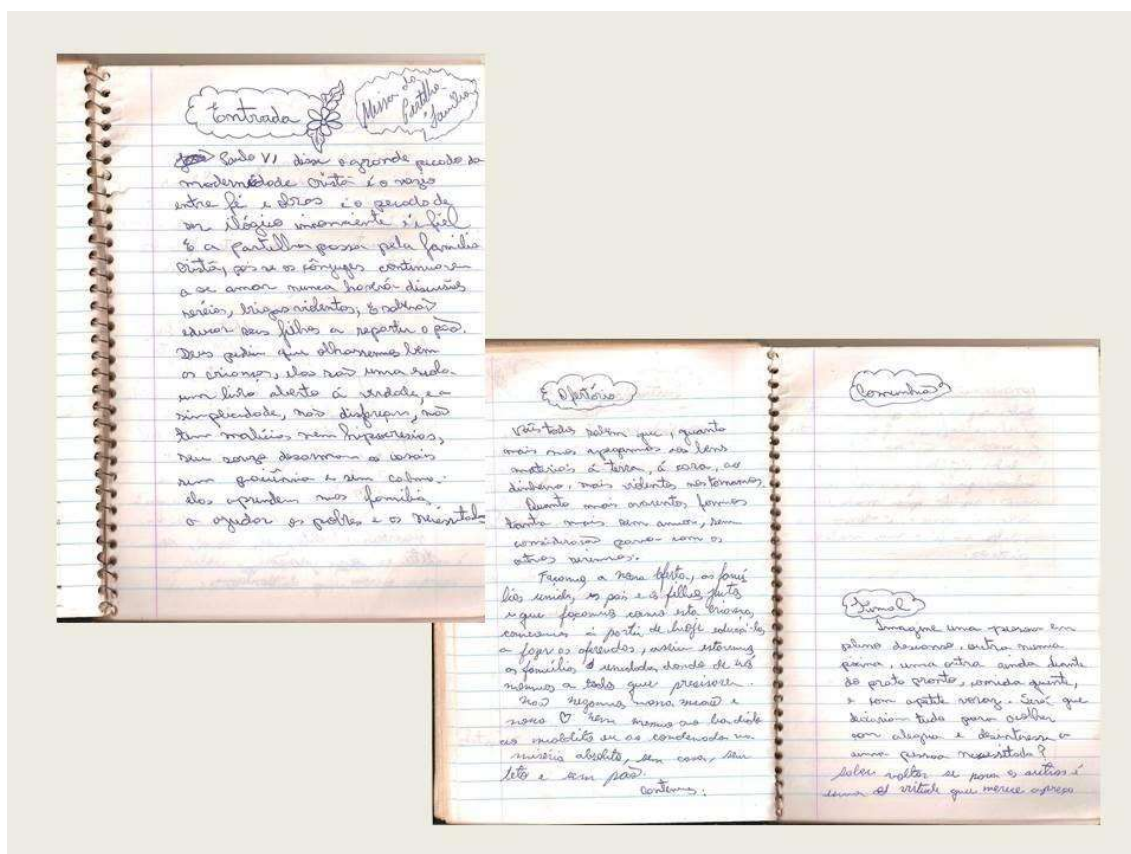
Ao se deter à representatividade do desenho, mostra-se indispensável tratar das cercas colocadas às margens do mapa. Isso porque a cerca pode ter, dentre outros sentidos possíveis, a finalidade de demarcar a posse de um espaço por um sujeito, cuja condição de posse está diretamente associada ao poder simbólico acumulado pelo indivíduo em seu meio social, não sendo atribuído de igual forma entre os indivíduos de uma dada sociedade. Sendo esse o poder acumulado pelos latifundiários na região do antigo sul do Mato Grosso.

Ao mesmo tempo, por outro lado, tem-se que a cerca simboliza a privação de liberdade do acesso aos espaços quer físicos ou simbólicos, tais como o direito à terra e aos direitos sociais, por uma parcela da sociedade. No contexto do município de Mundo Novo – MT/MS vivenciado pela biografada, essa parcela é representada pelas

famílias de brasiguaios que, diante dos infortúnios enfrentados em território paraguaio, retornam ao Brasil a fim de reivindicar porções de terras agricultáveis para produção de subsistência, como se buscará desenvolver mais à frente (OLIVEIRA, 1994).

Dentro desse caderno, conforme Imagem 21, abaixo, foram feitos registros datados de 1995, acerca das atividades da biografada dentro da Igreja Católica, a exemplo de fragmentos de passagens bíblicas que seriam, possivelmente, lidas durante a cerimônia religiosa, denominada por Dorcelina de Oliveira Folador como “Missa da Partilha e da Família”, nos ritos de “entrada”, “ofertório” e “final”, como nas imagens abaixo:

Imagem 21: Registro de preparação de cerimônia religiosa (1995)



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Na primeira parte do rito religioso, denominado “Entrada”, conforme fotografia alocada no lado esquerdo da imagem, a biografada faz referência a um texto bíblico (livro de Pedro, versículo VI) para construir o seu sermão aos ouvintes

da cerimônia. O discurso produzido pela biografada enfatiza a importância da partilha entre a “família cristã”, compreendendo a relação entre toda a comunidade, e a família constituída pelos laços matrimoniais (cônjuges e filhos), enquanto símbolo de amor e fé. Além disso, a biografada trata do caráter pedagógico do ato de “repartir o pão” com pobres e necessitados para a formação das crianças, vistas como sinônimo de pureza.

No segundo texto apresentado por Dorcelina de Oliveira Folador, denominado “Ofertório”, inicia-se com uma crítica a todos aqueles que se apegam aos bens materiais, a exemplo da casa, terra e dinheiro. Tendo em vista que, conforme texto, aquelas pessoas que possuem esse apego material tendem a se tornar violentos, e completa: “quanto mais avarentos formos, tanto mais sem amor, sem consideração para com os outros seremos”.

Na sequência, a biografada convida a comunidade para fazer sua oferta à igreja, sendo possível a leitura desse convite como um meio de cada indivíduo demonstrar aos demais que se trata de um sujeito não-violento e que tem consideração pelos necessitados. Mais uma vez, a biografada chama a atenção das ações dos pais enquanto exemplos para os filhos.

Mostra-se oportuno destacar que, nesse período, o município de Mundo Novo foi palco de intensos conflitos violentos entre fazendeiros e pequenos produtores rurais sem-terra, os quais passaram a se organizar e a ocupar espaços para alocação de assentamentos, levantando barracos de lonas, em estruturas improvisadas, de forma a passar por necessidades, muitas vezes, propositadamente, por desabastecimentos de alimentação e água, como se verá adiante no texto.

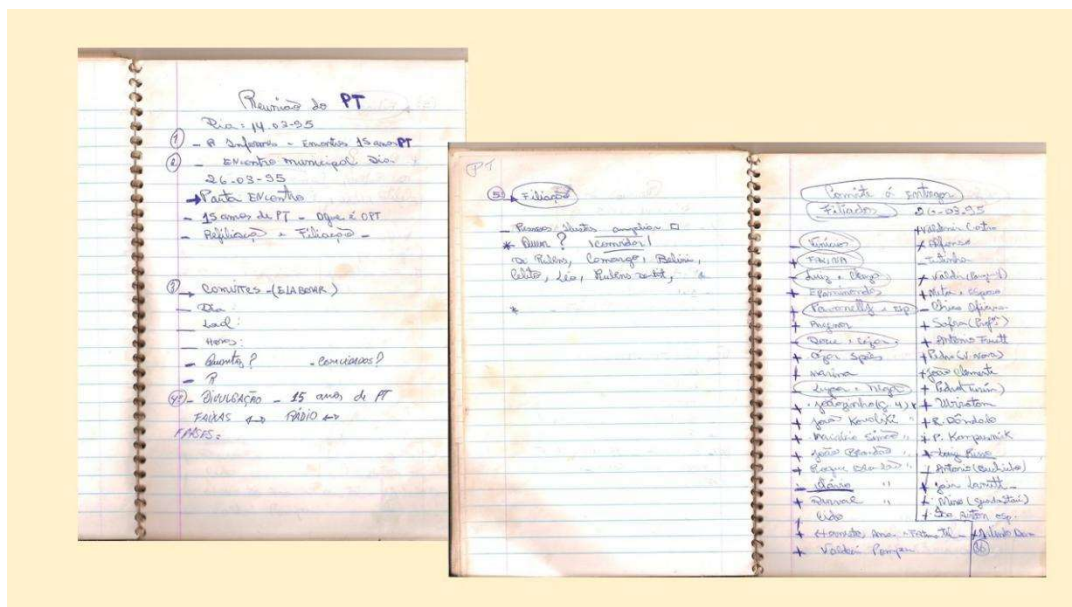
Na coluna ao lado dessa mesma fotografia, à direita da Imagem 21, na parte superior, tem-se uma entrada para outra parte da cerimônia, denominada “Comunhão”, para a qual não houve nenhum tipo de anotação.

Por último, é elencado mais uma parte do ritual religioso, denominado “Final”. Nela, a biografada sinaliza para situações hipotéticas que representam a saciedade de alguma necessidade humana, tais como o direito ao descanso, ao lazer e à alimentação, e completa: “Será que deixariam tudo para acolher com alegria e desinteresse a uma pessoa necessitada?”. Nesse sentido, ao retomar o sermão inicial, tem-se que não basta ao indivíduo cristão simplesmente cumprir com um protocolo ético, por assim dizer, de pausar um momento de satisfação pessoal em favor do

auxílio a uma pessoa que precisa de ajuda, mas é preciso agir com alegria e desinteresse. Esta missão, como sinaliza a biografada, não é de fácil cumprimento. Nesse sentido, para quem consegue, trata-se de uma pessoa virtuosa: “Saber voltar-se para os outros é uma virtude que merece apreço”.

No mesmo caderno, também há registros das atividades realizadas pela biografada no espaço político, como é possível conferir na Imagem 22, abaixo:

Imagem 22: Registros de atividades políticas de Dorcelina de Oliveira Folador (1995).



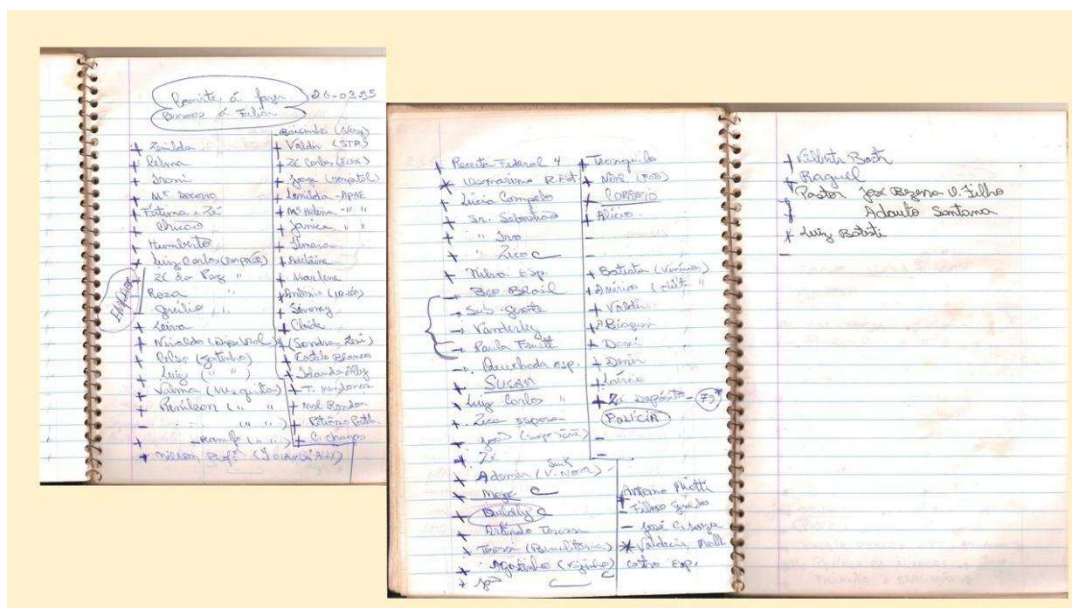
Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Na fotografia alocada no lado direito da Imagem 22, tem-se na margem superior a identificação do assunto a ser tratado: “Reunião do PT”, seguida da data: 14 de fevereiro de 1995. Por conseguinte, foram apresentados os tópicos dos assuntos abordados: a) informes: encontros 15 anos do PT; b) encontro municipal dia 26-03-95, para o qual foram previstas as seguintes pautas: “15 anos do PT – o que é o PT?” e “refiliação e filiação”; c) convites elaborados, com a seguinte composição: data, local, horário. Sendo questionado a quantidade de convites a serem produzidos e quem convidar; d) divulgação – 15 anos de PT, sendo elencado as estratégias de divulgação na sequência: faixas, rádio e frases; e) filiação, sendo prevista para essa ação o convite a “pessoas ilustres”, entendendo-se a necessidade de ampliar os esforços para conquistar mais adeptos, uma vez que, simbolicamente, foram

computados um total de quatro indivíduos considerados pertencentes a essa categoria. Na sequência, propôs-se o questionamento “quem?”, tendo como resposta os nomes do “Dr.” Rubens, Camargo, Belini, Celito, Léo e Rubens dentista, conforme imagem.

Na coluna direita dessa mesma fotografia, na página subsequente do caderno, faz-se referência a uma segunda reunião realizada para tratar do mesmo assunto. Doze dias depois da primeira reunião, dia 26 de fevereiro de 1996, foi feito um balanço sobre os nomes de filiados do município previstos para serem entregues os convites para o encontro em comemoração aos 15 anos do PT. Sendo possível verificar o cuidado da biografada em atribuir marcações nas laterais dos nomes, de modo a verificar quais pessoas haviam sido convidadas e quais ainda faltavam realizar o contato.

Imagem 23: Registros de atividades políticas de Dorcelina de Oliveira Folador (1995) – Filiações.



Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Do mesmo modo se mostra oportuno apresentar, na Imagem 23, que também houve um esforço da biografada, nessa mesma reunião do dia 26 de fevereiro de 1995, em elencar os nomes de pessoas vistas como alvo para convidar para se filiar ao partido político do PT. A exemplo da primeira lista, aqui também foram feitas

marcações para verificar quais convites foram entregues e aqueles que ainda faltavam entregar.

Essas movimentações de Dorcelina de Oliveira Folador pelos espaços quer políticos, tanto dentro do PT quanto do MST, quer religiosos, tanto na contribuição com a feitura de cultos religiosos quanto à frente das Pastorais, fazem reverberar um discurso coerente produzido e vivenciado por essa mulher, uma vez que, a exemplo de figuras bíblicas as quais abdicaram de interesses particulares em nome da fé e do amor ao próximo, pode-se dizer que de certa forma a biografada foi até às últimas consequências em nome dos seus ideais, ao recorrer à justiça dos homens para auxiliar os desvalidos de direitos sociais.

Nessa mesma linha de pensamento, também se mostra como uma doação de si para as causas sociais o fato de ela não renunciar aos seus projetos profissionais em favor da sua vida particular como esposa e mãe. Basta se atentar para o encadeamento de atividades realizadas, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1980 e década de 1990, quando tem a oportunidade de se tornar líder do JUMAC (1984), filiar-se ao PDT (1986), contribuir para a fundação do PT no município de Mundo Novo – MS (1987), candidatar-se a vereadora do município mencionado (1988), ingressar no MST (1989), candidatar-se a vereadora (1992), concorrer às eleições como deputada estadual (1994), lançar-se como prefeita (1996), ao mesmo tempo em que contrai matrimônio com César Folador (1985), dá à luz a sua primeira filha (1991) e a segunda (1995).

Como membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra desde 1989, Dorcelina de Oliveira Folador se tornou repórter do jornal popular do MST, de modo a contribuir para a divulgação de matérias com conteúdo que fosse do interesse do grupo.

De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1994), o MST foi criado, de modo estruturado, em janeiro de 1984, durante o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de Cascavel, no estado do Paraná.

Sobre o processo de estruturação do MST, até se tornar uma organização, Bernardo Mançano Fernandes (1999) coloca:

O conjunto de decisões e os objetivos definidos no Encontro foi constituindo o caráter político do MST. Nesse processo de

formação estão contidos os princípios que consolidariam o Movimento. Nesse contexto nasceu o MST, fruto da luta popular, das experiências das lutas camponesas. Desde sua gênese em 1979 até o seu nascimento em 1984, o Movimento foi se desenvolvendo pela sua práxis, procurando compreender e mudar suas realidades. Assim os trabalhadores construíram e conquistaram seus espaços políticos, enfrentando desafios nos debates e embates da luta (Fernandes, 1999, p.75).

Trata-se de um movimento que tem como bandeira a luta por justiça e por reforma agrária, utilizando como uma das suas principais estratégias, para tanto, a ocupação de terras. O pesquisador Fabiano Coelho (2021) destaca que, apesar de se tratar de um Movimento com Direção Nacional responsável por guiar os objetivos gerais e as bandeiras de lutas dos grupos que se formaram nas diferentes regiões do país, trata-se de um processo não homogêneo, uma vez que traz consigo as especificidades regionais enfrentadas pelos grupos, sejam de ordem política, cultural, geográfica, entre outros.

No caso de Mato Grosso do Sul, tem-se registros de que a criação do MST está associada à ocupação feita, inicialmente, em Mundo Novo e, depois, alocados na gleba Santa Idalina, localizada no município de Ivinhema, em Mato Grosso do Sul, em abril de 1984, quando, conforme Danilo Souza Melo (2017), cerca de 1500 famílias participaram da ação. Endossaram esse quantitativo os camponeses da região, aqueles que estavam perdendo suas terras para os latifundiários, os brasiguaios e, na assessoria, entidades simpatizantes da causa, a exemplo do próprio MST e da Comissão da Pastoral da Terra (CPT):

O acampamento em Mundo Novo ou a “cidade de lona”, como ficou conhecido, passou a receber a partir de audiências públicas com o Ministro da agricultura da época Nelson Ribeiro, alimentação e promessas de desapropriação de uma área para instalá-los. Todavia, estes não tinham apoio do Governador Wilson Barbosa Martins, que por sua vez, culpava a CPT por trazer os brasiguaios. Fato este, que produziu várias discussões entre o Bispo Diocesano de Dourados Dom Teodardo Leitz e o Governador Wilson Barbosa Martins nas páginas do Jornal O Progresso de Dourados (Lima Junior, 2016, p. 182).

Em Mundo Novo, conforme a notícia foi se propagando acerca desse movimento migratório para o município, houve um aumento desse quantitativo de pessoas acampadas e, por conseguinte, em função desse impasse político que se

estendeu por meses, conforme registro da CPT (1986) e no registrada no jornal do MST (1985), começaram a surgir algumas consequências, a exemplo da falta de assistência médica e alimentar.

Essas dificuldades enfrentadas e a falta de cumprimento das promessas feitas a eles foram o estopim para que os brasiguaios se reunissem e fossem à Campo Grande, a fim de realizar uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. E, então, a partir disso, conforme Lima Júnior (2016, p. 183), “[...] As ocupações de terras, desta forma, vão surgir como uma resposta a promessas de reforma agrária não realizadas”.

Após quatro meses de ocupação no município de Mundo Novo, Lima Júnior (2016) registra que esses acampados foram alocados na Gleba de Santa Idalina:

A ocupação da Gleba Santa Idalina é considerada um marco na luta pela terra no Brasil pelos brasiguaios, principalmente por terem conseguido o direito de obter pequenas propriedades rurais que fazem parte de um projeto do governo conhecido como “assentamento Novo Horizonte do Sul”, o qual colabora na emancipação do município de Novo Horizonte do Sul em 1992, conhecido até os dias atuais como “cidade dos brasiguaios” (Lima Júnior, 2016, p. 184-185).

Faz-se notar que, ao mesmo tempo em que se vê crescer e fortalecer uma identidade política dentro desse Movimento em MS, também se observa uma preocupação com a educação popular desses sujeitos, formulada e aplicada tanto pelos seus líderes quanto por entidades que apoiavam a luta pela reforma agrária.

A década de 1990 é marcada, nesse sentido, por mais uma bandeira dentro desse movimento, que é o de direito ao acesso à educação, com a abertura de escolas dentro dos acampamentos, adotando-se para tanto uma proposta de ensino bem direcionada: a de militância política e de luta contra o analfabetismo dessa população.

Como afirma o pesquisador Fernando Perli (2016), durante a formação do MST, a partir de 1984, houve o apoio de diferentes grupos políticos, sociais, religiosos e econômicos, os quais foram responsáveis por prestar assessorias diversas ao Movimento, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral Universitária (PU), o Movimento de Justiça e dos Direitos Humanos (MJDH) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e, no campo educacional, o Movimento contou com a assessoria em educação sindical e popular de organizações não

governamentais (ONGs), a exemplo do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis). Estabelecendo-se como princípio, por conseguinte, que a direção do movimento ficaria restrita aos seus militantes.

Nessa perspectiva, com o apoio dessas entidades, foram produzidos projetos de educação popular, além da produção e distribuição de materiais didáticos e informativos, assim como a aplicação de cursos de capacitação aos assentados e acampados. A realidade do Movimento obrigava essas diferentes instituições a pensar em uma educação que atendesse às especificidades desse público, o qual não estava disposto a formar mais homens e mulheres para “apertar parafusos” em tempos recordes nas fábricas, mas a serem cabeças pensantes, líderes de suas causas (Perli, 2016, p. 242):

A escola deveria ser o “lugar da vivência e desenvolvimento de novos valores” (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1991, p.3) para o aperfeiçoamento dos princípios organizativos. O espaço de aprendizagem dos sem-terra deveria “preparar igualmente para o trabalho manual e intelectual”, ensinando a “realidade local e geral” e criando “sujeitos da história” (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1991, p.3). Para a equipe dos setores de Educação e Formação, a consciência organizativa estava relacionada à construção de “sujeitos da história” por meio de comemorações de datas importantes para a classe trabalhadora e do cultivo de valores, como “o cuidado com a saúde, a livre expressão de ideias e sentimentos” (Caderno De Formação, 1991, p. 3).

Embora a concepção de educação, inicialmente, estivesse vinculada com a estruturação de um espaço escolar, faz-se necessário compreender a dimensão social que este conceito tem dentro do Movimento:

De certo modo, o eixo continua sendo a escola, mas num sentido bem mais abrangente do que no início. [...] Consideramos a educação uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores (MST, 1996, p. 5).

Sobre esse assunto, Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo e André Gustavo Ferreira da Silva (2021), destacam que há cinco princípios filosóficos que regem a concepção educacional implantada pelo Movimento, os quais dialogam com os seus objetivos estratégicos, a saber: 1. Educação para a transformação social; 2. Educação

para o trabalho e a cooperação; 3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4. Educação com/para valores humanistas e socialistas; e 5. Educação como processo permanente de formação/transformação humana. A partir dos quais, os autores destacam três conceitos fundamentais: transformação social, concepção onilateral do ser humano e processo permanente de formação humana.

Acerca desse primeiro conceito, transformação social, os autores compreendem que a educação vislumbrada pelo Movimento funciona como meio para uma mudança social. Assume-se, assim, um perfil político para o processo pedagógico, com capacidade de suscitar uma nova ordem social, “[...] baseada na justiça, na vivência da democracia e dos valores humanos e socialistas [...]” (Figueiredo; Silva, 2021, s./p.).

Ao mesmo tempo, a educação se mostra intimamente ligada às lutas do Movimento. Trata-se de uma educação que não é produzida “para” o Movimento, mas se trata de uma educação “do” Movimento, a qual deve estar comprometida com a compreensão e debate dos assuntos que permeiam o contexto do público atendido.

De modo concomitante, é uma educação que é pensada para a ação, ao passo que tem por objetivo a formação de sujeitos que agem, capazes de intervir e transformar as suas realidades, dentro de uma perspectiva coletiva.

Sobre o segundo conceito, concepção onilateral do ser humano, o Movimento se inspira nas ideias marxistas para propor uma práxis educativa que rompe com a proposta capitalista de fragmentação das diversas esferas da vida humana. Ou seja, é proposta uma educação que seja capaz de alcançar, a partir de suas práticas, as diversas dimensões do homem “[...] de um modo unitário ou associativo, em que cada dimensão tenha sintonia com a outra, tendo por base a realidade social em que a ação humana vai acontecer” (MST, 1996, p. 8).

O terceiro conceito proposto tem a ver com a ideia de uma prática educativa como processo permanente de formação humana. É a partir dessa concepção de educação que se compreende que os comportamentos e valores humanos podem ser transformados ou construídos no decurso da vida, ao se adotar, para tanto, metodologias intencionalmente elaboradas e planejadas, com vistas ao desenvolvimento da conscientização desses indivíduos, enquanto sujeitos sociais capazes de promover transformações em suas realidades.

Dito isso, dentro do Movimento, tem-se como princípios pedagógicos conceitos que estão na base da educação, tais como: a prática-teoria-prática, embasada na teoria de Paulo Freire (2007); produção do conhecimento e sua incidência social; vínculo orgânico entre processos; trabalho; e coletivos pedagógicos (Figueiredo; Silva, 2021, s./p.).

As propostas emergidas da Teologia da Liberdade na ramificação nova da Igreja Católica, figuradas nas Pastorais e nos grupos voltados à evangelização dos jovens, bem como as bandeiras de lutas por direitos ao pleno exercício da cidadania dos acampados, junto aos novos acenos políticos que ressurgem de um contexto de regime pós-ditatorial, somados aos conhecimentos pedagógicos adquiridos no curso de Magistério parecem ter contribuído para a formação do capital cultural (Bourdieu, 2011) da jovem Dorcelina de Oliveira Folador, ao se dispor a enfrentar a política vigente no seu município e entoar, ao lado de outros cidadãos mundonovenses, cantos em protestos e em reivindicações de mudanças, como aconteceu durante a eleição para a sua candidatura ao cargo de prefeita do município, aos trinta anos de idade.

5. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DA DORCELINA DE OLIVEIRA FOLADOR E OS SEUS PROGRAMAS DE GOVERNO

No capítulo que se segue são apresentados alguns dos atos praticados por uma Dorcelina de Oliveira Folador mais amadurecida, politicamente falando, apesar da pouca idade, tendo assumido a prefeitura do município de Mundo Novo – MS com trinta e três anos de idade. Nesse momento a biografada já havia tido a experiência em sala de aula, como professora do Magistério, de se tornar uma das lideranças das Pastorais (1984), como visto, além de ter contribuído para a fundação do PT no município (1987), ingressado no MST (1989) e concorrido a três mandatos políticos, sendo duas vezes para o cargo de vereadora (1988) e (1992) e uma vez para o cargo de deputada estadual (1994), como se poderá conferir na sequência.

Nesse sentido, mostra-se oportuno verificar o modo como ela se apropria do capital cultural (Bourdieu, 2011) formado e das suas redes de sociabilidade (Sirinelli, 2003) enquanto meio para acessar o espaço político restrito (por ser elitista e masculino) e conflituoso do município de Mundo Novo - MS. Além disso, uma vez nesse espaço, considera-se igualmente importante analisar as escolhas feitas pela biografada para a condução da sua gestão, sendo possível notar uma Dorcelina de Oliveira Folador muito focada na elaboração de projetos de cunho sociais voltados para a educação política dos cidadãos mundonovenses, a exemplo dos Programas Políticos Bolsa Escola e Orçamento Participativo, os quais foram implementados de modo pioneiro para o município e para o estado de Mato Grosso do Sul.

Também é nesse capítulo que se poderá observar o modo como foi construída a representação (Chartier, 1988) de Dorcelina de Oliveira Folador no espaço político dentro do contexto social mundonovense.

5.1 História política do município de Mundo Novo

Conforme histórico apresentado em documento redigido pela prefeitura de Mundo Novo-MS, gestão 2001-2004, contido no arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador), foi a partir da Lei 3.693, de 13 de maio de 1976, que Mundo Novo adquiriu o *status* de Município, desmembrando-se da Microrregião de Iguatemi.

Antes disso, em 1956, conforme dados deste documento, consta que a região foi colonizada pelo fazendeiro Adjalmo Saldanha, o qual, posteriormente, loteou suas terras e as vendeu a famílias do estado de São Paulo. No documento, tem-se as palavras “terras inóspitas” e “sertão bruto”, para se referir a essa região, denominada primeiro de Tupui-Porã, originária do idioma Tupi-Guarani, que significa “Rancho Bonito”.

No documento produzido sobre o perfil de Mundo Novo-MS, pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso do Sul (1989), contido no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR/UFGD), informa ainda que, antes de ser município, em 14 de novembro de 1963, aquele lugar foi elevado a Distrito, pela Lei nº 2.063. Neste mesmo documento, ainda há o relato de que no ano de 1967, o governo federal, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), implantou um projeto de colonização, de forma a instalar 1.200 famílias naquela localidade.

Ao tratar deste assunto, Vilma F. de Carvalho Ângelo da Silva (2005) levanta os seguintes dados:

Para a implantação do programa, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) desapropriou 72.978,83 hectares de terras divididas em 1.500 lotes rurais a pequenos agricultores, de diversas regiões do país, que foram atraídos pela fama de região próspera e rica (Silva, 2005, p. 21).

Essas famílias, na maior parte da região sul e sudeste, introduziram, então, a cultura do café na região, em cujas lavouras, os pequenos agricultores costumavam aderir a duas variedades de sementes para o cultivo de café, por serem consideradas as mais produtivas: Sumatra e Mundo Novo. Assim, “[o] sucesso da plantação não só proporcionou o crescimento local, como, também, emprestou seu nome para a cidade de ‘Mundo Novo’” (Silva, 2005, p. 21).

Durante a ditadura civil-militar no país, por uma questão de concentração do poderio e de controle sobre as suas fronteiras contra ataques dos comunistas ou quaisquer outros grupos contrários ao governo, em 4 de junho de 1968, o general-presidente Artur da Costa e Silva instituiu a Lei nº 5.449, dos Municípios de Segurança Nacional (Tv Sobrinho MS, 2019), a partir do qual se adotava como

conduta a indicação de nomes, feita por governadores de seus respectivos estados e sob aprovação da autoridade máxima da República, para exercer cargos de prefeitos em capitais, em estâncias hidrominerais ou ainda em cidades localizadas em faixas de fronteira, como é o caso de Mundo Novo.

Dessa forma, no período de 1º de fevereiro de 1977 a 31 de dezembro de 1985, foram indicados seis nomes de homens para assumir a prefeitura de Mundo Novo, quais sejam: de 1º de fevereiro de 1977 a 16 de fevereiro de 1977, Antonio Gonçalves da Silva; de 17 de fevereiro de 1977 a 18 de junho de 1979, o comerciante Valter Pina; de 19 de junho de 1979 a 15 de maio de 1980, Cacildo Candido Pereira; de 16 de maio de 1980 a 13 de maio de 1982, Augusto Guedes; de 14 de maio de 1982 a 3 de abril de 1985, Daudt Conceição; de 4 de abril de 1985 a 31 de dezembro de 1985, Ademar Antonio da Silva, o Dema (O Globo, 2016).

No mês de novembro de 1985, após a posse do primeiro presidente civil, José Sarney, vice de Tancredo Neves, eleito indiretamente, registra-se a primeira eleição com voto direto para a escolha dos prefeitos das capitais brasileiras, bem como os de cidades situadas em áreas de segurança nacional e de estâncias hidrominerais (FGV, 2023). Sendo eleito para o município de Mundo Novo - MS o médico José Carlos da Silva, com mandato de 1º de janeiro de 1986 a 31 de dezembro de 1988. O seu sucessor foi Daudt Conceição, com mandato de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992. Na sequência, José Carlos da Silva foi reeleito, com início do mandato em 1º de janeiro de 1993 e encerramento em 20 de abril de 1995, quando pediu renúncia do cargo por acusações de irregularidades administrativas.

Assim, diante dessas circunstâncias, quem assumiu o posto de prefeito foi o vice-prefeito Ademar Antônio da Silva, o Dema, para complementação do mandato, de 21 de abril de 1995 a 31 de dezembro de 1996, quando se teve nova campanha eleitoral no município e Dorcelina de Oliveira Folador é eleita prefeita, com posse em 1º de janeiro de 1997.

No arquivo pessoal da biografada, em uma pasta que abrigava recortes de jornais regionais com notícias, em sua maioria, sobre a política regional e nacional, foi possível localizar uma matéria publicada no Jornal *O Paranazão*, a qual tratava dessas acusações sofridas por José Carlos da Silva, como se faz conferir na Imagem 24, abaixo:

Imagem 24: Investigações contra o ex-prefeito José Carlos da Silva (1997)



Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador.

No recorte de jornal acima, do Jornal *O Paranazão*, datado de 24 de outubro de 1997, tem-se um dos desdobramentos do caso de denúncia de improbidade administrativa sofrida pelo ex-prefeito José Carlos da Silva, como se faz conferir na reprodução do texto da matéria veiculada:

A Câmara de Vereadores de Mundo Novo acatou o parecer do presidente da Comissão e Constituição e Justiça, vereador Jaime Simão Osório (PT), e rejeitou por maioria absoluta as contas do ex-prefeito José Carlos da Silva, referente ao exercício de 1994. Dos onze vereadores, dez votaram pela rejeição das contas e um se absteve de votar.

Os ex-prefeito José Carlos da Silva é acusado de cometer inúmeras irregularidades administrativas, ferindo frontalmente a Constituição Federal, no que tange os princípios da moralidade, publicidade, legalidade e impessoalidade. O Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul vem emitindo constantemente pareceres contrários às contas da segunda gestão do ex-prefeito. O TC apontou várias irregularidades na execução orçamentária. Uma delas [é] a abertura de créditos adicionais, acima da autorização legislativa, o que contribui para levar o município a situação de insolvência, com dívidas monstruosas de difícil quitação.

A posição do Legislativo deixou José Carlos em situação complicada, podendo o mesmo se tornar inelegível por vários anos e ter que devolver dinheiro aos cofres públicos. Além disso, ele está sendo cobrado judicialmente pelo Banco do Brasil para que pague uma dívida contraída juntamente com outro ex-prefeito

Daut Conceição, e com o empresário Luiz Carlos Doná, o Peninha, candidato a prefeito nas últimas eleições¹⁷.

Com base no conteúdo publicado nesse Jornal, faz-se notar que havia uma grande pressão da classe política contrária, da qual Dorcelina de Oliveira Folador (agora no papel de prefeita do município) fazia parte, adotando, para tanto, o apoio midiático local. Essa hipótese é reforçada quando se concentra no tipo discurso produzido nessa matéria, por exemplo. Nota-se que não há imparcialidade do autor, principalmente ao tirar conclusões dos fatos, sem citar com base em quais parâmetros. Trata-se de um exemplo do que se coloca o seguinte trecho: “Uma delas [irregularidades] [é] a abertura de créditos adicionais, acima da autorização legislativa, o que contribui para levar o município a situação de insolvência, com *dívidas monstruosas de difícil quitação*”. Ao qualificar as dívidas como monstruosas, ou então, considerar que será de difícil quitação os créditos extras feitos pelo ex-prefeito do município, isso faz revelar o juízo de valor do autor sobre o que foi dito, de forma a indicar ao seu público-alvo, leitores de jornais, um direcionamento acerca dos fatos ocorridos.

Desse modo, tem-se que, como visto em Chartier (1988), cada sociedade é responsável por produzir os seus próprios discursos, os quais são disseminados e tomados como verdade no seu meio. Dito isso, tem-se que os discursos não são neutros, mas carregados de intencionalidades. Trata-se, pois, de uma forma de poder de um sujeito sobre outros em um contexto social.

Nesse aspecto, ao voltar ao texto produzido nessa matéria da Imagem 24, tem-se que tais discursos são produzidos e veiculados de forma massiva com objetivos bem definidos. Ou seja, ao informar aos seus leitores, cidadãos mundonovenses, que as consequências pelas ações adotadas pelo ex-prefeito serão sentidas diretamente por todos, é um modo de contribuir para a produção de um sentimento de insatisfação coletiva com a atitude praticada pelos antigos políticos do município, incitando, assim, por justiça ao ato cometido e por mudança dessa realidade política.

¹⁷ Nota-se que foram feitas pequenas revisões gramaticais, adotando-se como cuidado interferir o menos possível para que não afete o sentido pretendido no discurso, que é o interesse da pesquisadora nesta Tese.

Nessa mesma Imagem, de modo a dialogar com o texto e suas intencionalidades, ainda há, no lado esquerdo, um registro fotográfico do vereador petista Jaime Simão Osório, presidente da Comissão e Constituição e Justiça, cuja imagem capturada diz respeito ao momento em que esse fazia uso do microfone da Câmara de Vereadores do Município de Mundo Novo para declarar a rejeição, por maioria absoluta da Comissão, à prestação de contas feita pelo ex-prefeito José Carlos da Silva.

5.2 Experiências políticas de Dorcelina de Oliveira Folador

A primeira experiência de Dorcelina de Oliveira Folador na concorrência a um cargo político ocorreu no ano de 1988, aos vinte e cinco anos, quando a biografada se lançou como candidata a vereadora do município de Mundo Novo – MS, pela legenda do Partido dos Trabalhadores (PT), partido o qual ela contribuiu para a criação no município um ano antes, em 7 de maio de 1987, conforme Vilma F. de Carvalho Ângelo da Silva (2005):

Com os amigos, que eram membros do PDT e com as pessoas ligadas à igreja, aos grupos evangélicos e aos trabalhadores rurais fundam em 1986, em Mundo Novo, o PDT, mas logo se desfiliam. No dia 7 de maio de 1987, fundam o Partido dos Trabalhadores (PT). [...] Começa a sua grande caminhada política na região. O primeiro passo é lançar candidatos a vereador. Sem coligação com outros partidos, sem se arranjar com ninguém e buscando o povo como seu aliado começa a surgir como uma nova força política na cidade (Silva, 2005, p. 27).

Como visto, o partido político petista havia sido criado no município um ano antes da candidatura da biografada ao cargo de vereadora, por um grupo de jovens advindos dos espaços religiosos e apoiados por pequenos trabalhadores rurais, os quais lutavam por uma distribuição mais igualitária dos direitos sociais – incluindo aqui o direito à terra, em referência às ações políticas desempenhadas pela Pastoral da Terra no estado de Mato Grosso do Sul, como visto no capítulo anterior desta Tese.

Como se faz supor, os partidos existentes no município não foram capazes de suprir as ânsias desse grupo formado, em sua maioria, por jovens, obrigando-os, seja por um gesto de coragem seja de ousadia, a criar um partido próprio, como forma de concorrer e denunciar a política hegemônica no município, representantes dos interesses sociais de um pequeno grupo que detinha o poder na sociedade.

Silva (2005) comenta que, mesmo sem estabelecer alianças políticas com outros partidos maiores do município e, com isso, enfrentando dificuldades para o desenvolvimento da campanha com a falta de dinheiro e apoio, ainda assim, o partido político do PT registrou a candidatura de representantes para o cargo de vereador, sendo Dorcelina de Oliveira Folador, dentre esses, a que recebeu o maior número de votos, sendo no total 177 votos. Mesmo não sendo o número suficiente para se eleger vereadora, o resultado obtido foi visto com bons olhos pelo grupo, pois dava sinais de que a biografada tinha características importantes para se tornar uma líder política no futuro. Bastasse um empenho maior do grupo para que o nome de Dorcelina de Oliveira Folador alcançasse um maior número de pessoas.

Assim, no ano de 1992, a biografada lançou uma nova candidatura ao cargo de vereadora pelo PT. Dessa vez, conforme Silva (2005), ela alcançou um total de 233 votos. Como o PT não havia estabelecido coligações com outros partidos, mais uma vez Dorcelina de Oliveira Folador não conseguiu se eleger.

Por conseguinte, no ano de 1994, a biografada se candidatou ao cargo de deputada estadual. Nesse momento, foi possível fazer uma campanha mais amadurecida, de abrangência regional, com o apoio de integrantes do comitê político atuantes dentro e fora do estado sul-mato-grossense.

No arquivo pessoal de Dorcelina, há um folheto de sua candidatura ao cargo de deputada estadual de Mato Grosso do Sul, conforme Imagem 25, abaixo:

Imagem 25: Folheto de candidatura para Deputada Estadual (1994)



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Na Imagem 25, têm-se duas fotografias emblemáticas neste folheto eleitoral: a primeira, com Dorcelina de Oliveira Folador ao lado de Luís Inácio Lula da Silva, uma das lideranças do Partido dos Trabalhadores, e na fotografia logo abaixo, a biografada ao lado de Pedro Luiz Teruel, o qual havia se candidatado a governador do estado de Mato Grosso do Sul pela legenda petista nessa mesma campanha eleitoral de 1994. Reafirmando, desse modo, que os apoios recebidos por Dorcelina de Oliveira Folador vinham das várias instâncias do partido, tanto em uma perspectiva regional quanto nacional.

Nessa campanha, Dorcelina de Oliveira Folador computou um total de 2.783 votos. Como das outras vezes, a biografada também não obteve êxito nos resultados de sua campanha, mas foram importantes para que o seu nome e os seus projetos

atingissem um número maior de pessoas. Além de servir como experiência para o seu fortalecimento político.

O ano de 1995, por conseguinte, marca o empenho da biografada na participação de atividades políticas do PT, tanto em uma perspectiva nacional, ao fazer parte da organização de atividades em comemoração aos 15 anos de criação do partido, quanto em uma perspectiva regional, ao dar sequência aos trabalhos de divulgação dos seus projetos políticos e na conquista de filiados ao grupo partidário fundado naquela região. Também é importante ressaltar a participação de Dorcelina de Oliveira Folador nas atividades políticas do município durante a gestão dos dois prefeitos que a antecederam.

Sobre a sua participação em atividades contra a política que vinha sendo praticada no município, tem-se em seu arquivo pessoal, na pasta com recortes de jornais mencionada, outra matéria veiculada no Jornal *O Liberal*, datado de 4 de abril de 1995. Na ocasião, ocorrida em 27 de março de 1995, a biografada se juntou a vereadores e lideranças do município a fim de solicitar ao presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, Marco Antonio Cândia, urgência no julgamento do processo do prefeito José Carlos da Silva, quando este ainda atuava como gestor no município, conforme Imagem 26, abaixo:

Imagem 26: Dorcelina de Oliveira Folador se une a vereadores e lideranças do município de Mundo Novo para pedir o afastamento do prefeito (1995)



Fonte: Acervo pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador.

Além da notícia em si, chama a atenção nessa matéria da Imagem 26 o espaço destinado à fotografia escolhida para a sua composição, enquadrada à direita. Como visto em Antonio Ribeiro de Oliveira Jr. (1994), tem-se aqui um modelo exemplar de uma “foto pública” e suas limitações de liberdade de criação do fotógrafo em função do tema a ser abordado no espaço do jornal. Essa característica pode ser observada, por exemplo, ao notar um padrão para os corpos registrados. Isto é, torna-se possível observar que todos os presentes estão com os olhos e corpos voltados para a lente da câmera do fotógrafo, em posição ereta, justapostos um ao lado do outro.

Todavia, como visto em Diana Gonçalves Vidal e Rachel Duarte Abdala (2005), isso não significa que a fotografia seja apenas um artefato de contemplação e que as suas informações sejam dadas a um lance de olho, por assim dizer. Ao contrário disso, compreende-se que se trata de um artefato formado por diferentes camadas de sentidos. Dito isso, depreende-se que nas mãos do historiador da Educação, a fotografia pode se tornar uma importante fonte investigativa acerca de determinado fato registrado. Além disso, outra característica fundamental do registro

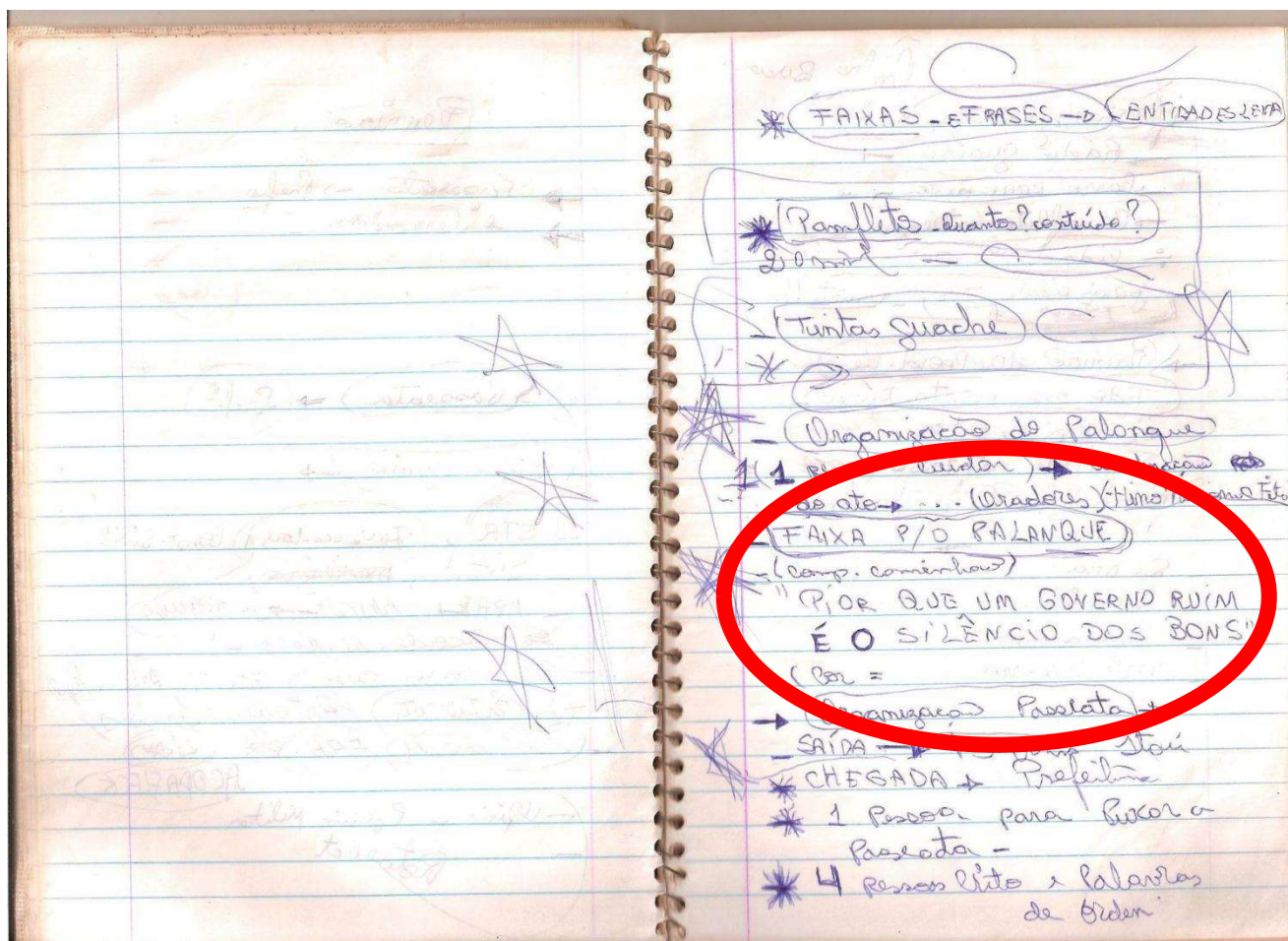
fotográfico é o fato de que há nesses registros uma intencionalidade para a sua produção, denotando, por meio dos seus aspectos composicionais, aquilo que se quer revelar e, por vezes, oferecendo vestígios daquilo que se quer esconder, sempre a partir das lentes de uma pessoa que pertence a um tempo e a um espaço determinado.

No tocante à fotografia da Imagem 26, tem-se Dorcelina de Oliveira Folador, única mulher entre os presentes, enquadrada ao centro, com a distribuição de quatro homens para cada lado. Uma leitura possível dessa organização espacial é a necessidade de se estabelecer uma simetria entre esses indivíduos, ou seja, revela-se um modo de se estabelecer um ponto de equilíbrio na composição da imagem, ao colocar ao centro aquilo que é diferente dos demais (a mulher) e se complementa o cenário alocando para cada lado o mesmo número de elementos iguais (homens). Ao mesmo tempo, uma segunda leitura possível é a necessidade de se enquadrar em um modelo politicamente correto, ao tentar trazer para o centro da imagem e, por extensão, dos processos de discussões sobre questões políticas do município, a mulher, enquanto forma de mostrar que há uma preocupação desse grupo político com o acolhimento à voz feminina em um espaço predominantemente masculino.

Desse modo, o que se observa é que essa fotografia apresentada na Imagem 26, a exemplo de outras que compõem essa Tese e o arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador, são testemunhos desse isolamento da biografada em termos de representatividade feminina quando o assunto é a atuação de mulheres dentro do espaço político deste município.

Ainda no ano de 1995, após a renúncia de José Carlos da Silva e posse do vice-prefeito Ademar Antonio da Silva, as ações em repúdio ao tipo de política praticado no município foram se adensando, como se faz notar na organização de uma manifestação feita no município, registrada no caderno pertencente ao arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador:

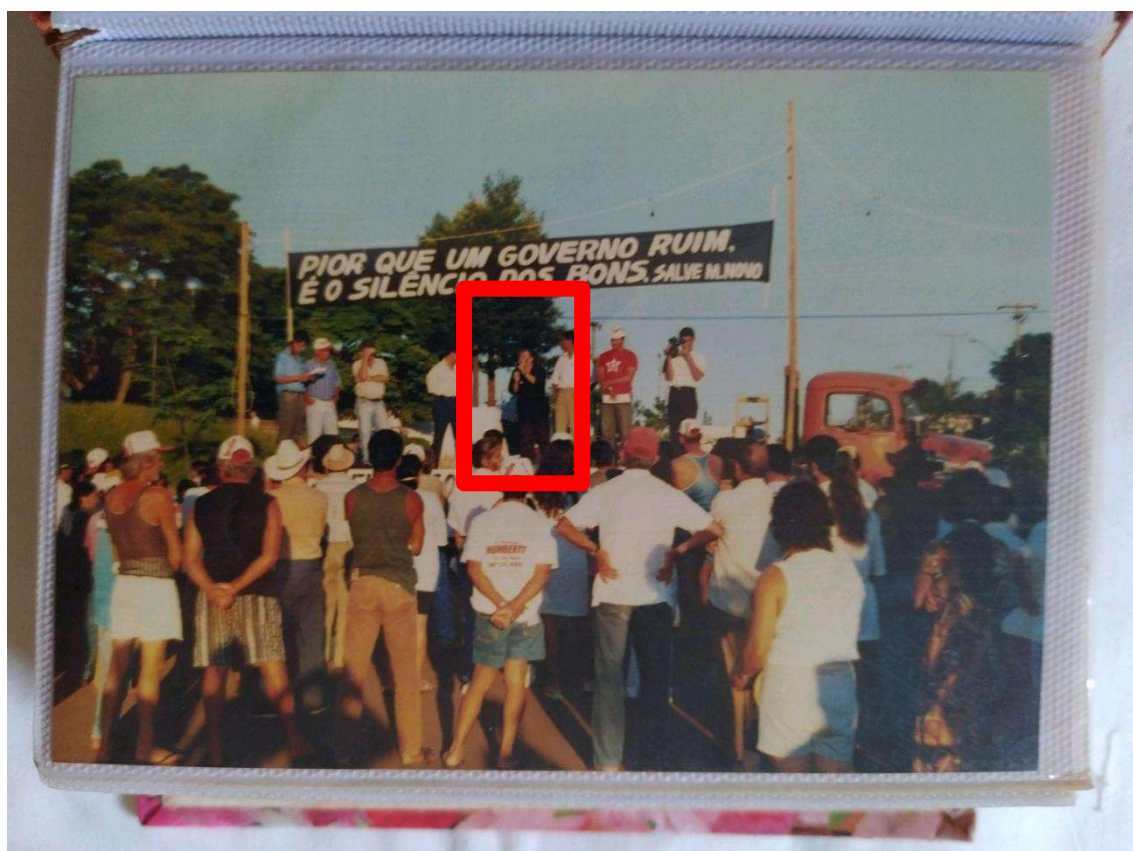
Imagem 27: Caderno de Dorcelina de Oliveira Folador com anotações para realização de protestos contra o prefeito José Carlos da Silva (1995)



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

As manifestações lideradas por Dorcelina de Oliveira Folador e grupo de apoiadores políticos contra os governos de José Carlos da Silva e Ademar Antonio da Silva estão registradas em fotografias presentes no arquivo pessoal da biografada, a exemplo da Imagem 28. Observa-se que, no caderno há uma anotação sobre como deveria ser o palanque, ornamentado com um faixa, a qual trazia registrado uma palavra de ordem já elaborada: PIOR QUE UM GOVERNO RUIM É O SILÊNCIO DOS BONS. Sendo ela utilizada para compor o palanque registrado na fotografia abaixo, também pertencente ao arquivo da biografada:

Imagem 28: Discurso de Dorcelina de Oliveira Folador em manifestação contra o governo de José Carlos da Silva e Ademar Antonio da Silva (1995)



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador.

Na Imagem 28, acima, observa-se a preocupação do fotógrafo, cujo nome não foi registrado no material, em abranger ao máximo os elementos constitutivos daquela ação, isto é, tem-se ideia de que o palanque, ao fundo, tinha como base a carroceria de um caminhão, em cuja estrutura foi hasteada uma faixa com palavras de protesto. Sobre o palco, Dorcelina de Oliveira Folador, fazia uso do microfone no momento de captura da imagem, com o microfone em mãos. Ao seu redor, havia sete homens, dos quais um trazia a camiseta com as cores e símbolo partidário petista. O sujeito da direita, estava fazendo um registro do protesto com uma câmera de filmagens nos ombros. E no primeiro plano, há um número considerável de ouvintes, formado por homens e mulheres com vestes simples, posicionados de costas para o fotógrafo e de frente para o palco.

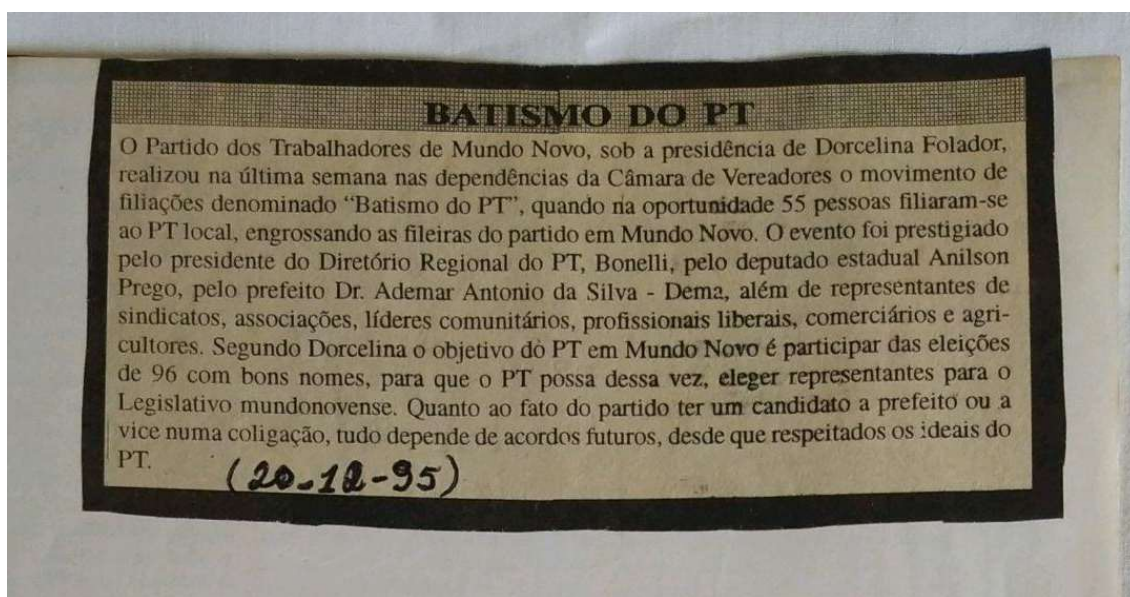
Junto a essas manifestações políticas, em repúdio ao tipo de governo praticado por Dema e seus aliados, Dorcelina de Oliveira Folador, no papel de

liderança política, incentivou as greves de servidores do município em busca de melhores condições de trabalho e salariais, como se faz conferir no texto de Silva (2005, p. 30):

Greves e mais greves e Dorcelina sempre presente. Ajuda, estimula os trabalhadores a fazerem mais greves, porque não aceita que um prefeito que tem tudo nas mãos para não deixar atrasar os salários cometa tantas aberrações; situação que dava medo e preocupação.

Por conseguinte, o ano de 1995 marca o aniversário de 15 anos do PT, sendo realizadas atividades regionais e nacionais com vistas a consolidar o partido e, ao mesmo tempo, angariar mais adeptos, com a “consagração” do “batismo” político, conforme Imagem 29, abaixo. Atividades das quais, conforme registros guardados no arquivo pessoal da biografada, participou ativamente:

Imagem 29: Batismo do PT



Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

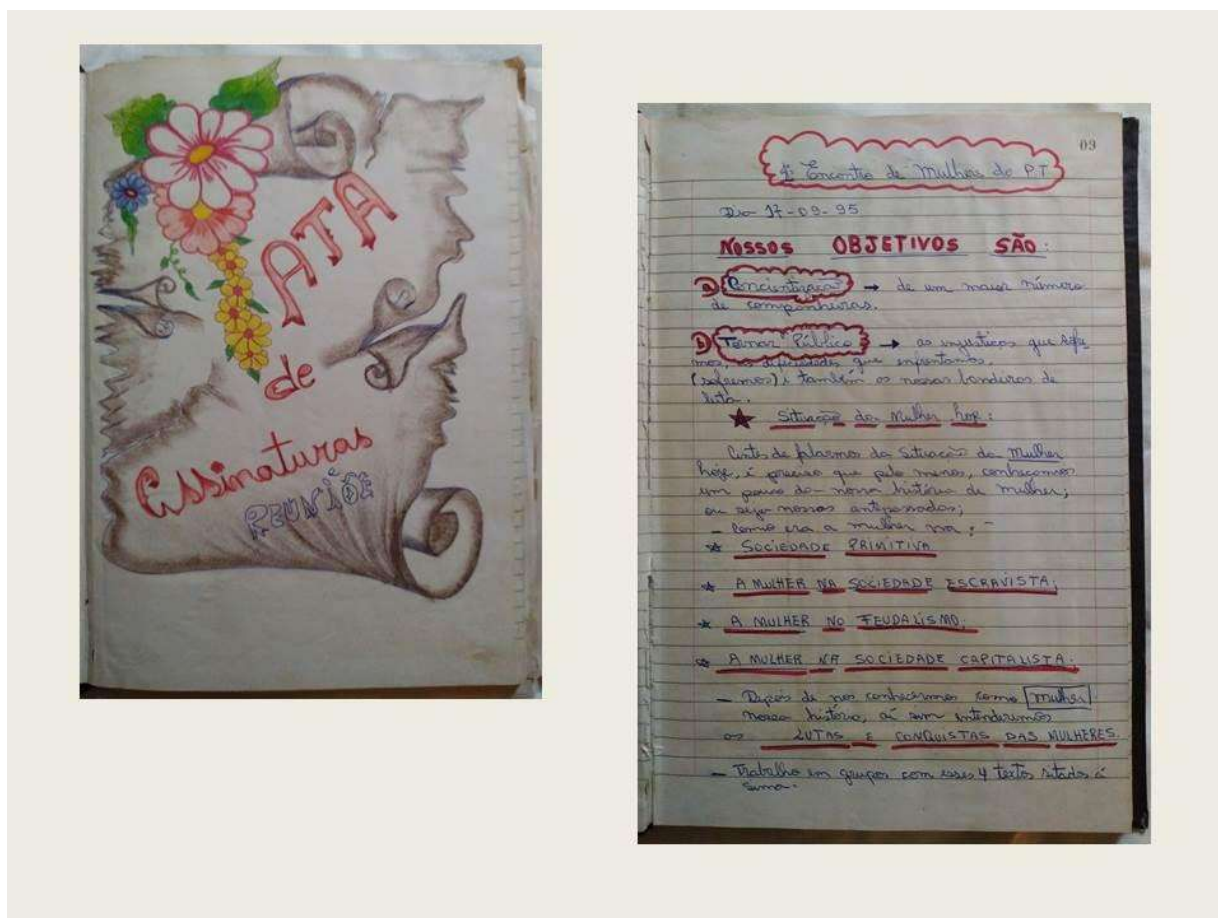
A imagem acima trata de uma matéria publicada em Jornal não identificado, com a anotação à mão de uma data “20-12-95”. Fez-se um recorte do jornal e uma colagem em uma folha sulfite e, depois, margeado, como nos demais padrões de arquivamentos da pasta contida no arquivo pessoal da biografada. Esta folha, todavia,

encontrava-se apartada do restante do material da pasta, alocada no fundo da caixa de madeira, junto a alguns outros jornais.

Nesse momento, como se faz ver, Dorcelina de Oliveira Folador já era cotada por políticos e demais setores sociais, a exemplo do midiático, a concorrer ao cargo de prefeita do município - situação, até aquele momento, não definida pelo partido.

Dorcelina de Oliveira Folador também esteve à frente da organização de um evento, especificamente, voltado para as mulheres da sociedade mundonovense, a fim de despertar nessas a importância de se atentar para o modo como as forças de poderes sociais interferem nos papéis e direitos permitidos aos indivíduos sociais do sexo feminino, ao longo da história, como se faz conferir na Ata de Assinaturas, em cujas páginas há o registro dos temas abordados e de uma atividade aplicada aos grupos de mulheres, conforme Imagem 30, abaixo:

Imagem 30: I Encontro de Mulheres do PT (1995)



Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

A candidatura da biografada ao cargo de prefeita só viria ser anunciada no ano subsequente, em 1996, uma vez que, naquele momento, como descreve Silva (2005), o Partido dos Trabalhadores, ao mesmo tempo que reconhecia nessa mulher um potencial para concorrer às eleições para tal cargo, sentia a necessidade de apoios de outras lideranças para sustentar a sua indicação, sendo esta uma tarefa demasiadamente difícil. De fato, tratava-se de um partido ainda novo na região, com ideias que se distinguiam da política praticada, até então, naquele local. Somado a isso, era um partido que trazia como proposta a candidatura de uma mulher, a qual tinha um espírito de liderança e não renunciava aos seus ideais. Isto é, além de uma personalidade forte, que deixava muito certa sua postura de não aceitar acordos políticos, neste período, Dorcelina de Oliveira Folador era uma das lideranças do MST, em um estado latifundiário, situação a qual, como se pode imaginar, não agradava a uma grande parcela de políticos da região.

Assim, com vistas a fechar parcerias, os dirigentes do PT indicaram o nome de Jusmar Martins da Silva para entrar na chapa ao lado de Dorcelina de Oliveira Folador, que ocuparia o cargo de vice-prefeita. De acordo com Silva (2005, p. 32), tal nome foi indicado, pois se tinha como perfil:

[...] pessoa conhecida na cidade, tinha crédito na praça, porque sempre foi certo nos seus negócios; tinha uma história de vida dedicada ao trabalho. Filho do delegado de polícia da localidade, ex-bancário e dono de um escritório de despachante há dezessete anos e pequeno produtor rural [...].

Todavia, o convite foi recusado por Jusmar Martins da Silva, o qual veio a trabalhar depois como apoio financeiro durante a campanha, sendo indicado por ele para concorrer ao cargo o seu cunhado, Kleber Correa de Souza, presidente do Partido de Mobilização Nacional (PMN), o qual é descrito por Vilma F. de Carvalho Ângelo da Silva como “[...] recém-formado advogado, jovem de futuro, filho da terra, de família tradicional, família boa [...]” (Silva, 2005, p. 33).

Sendo assim, foi feita a coligação entre partidos e formada a chapa, com Dorcelina de Oliveira Folador concorrendo ao cargo de prefeita e Kleber Correa de Souza, vice, conforme Imagem 31, abaixo:

Imagem 31: Eleições para prefeitura de Mundo Novo (1996)



Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

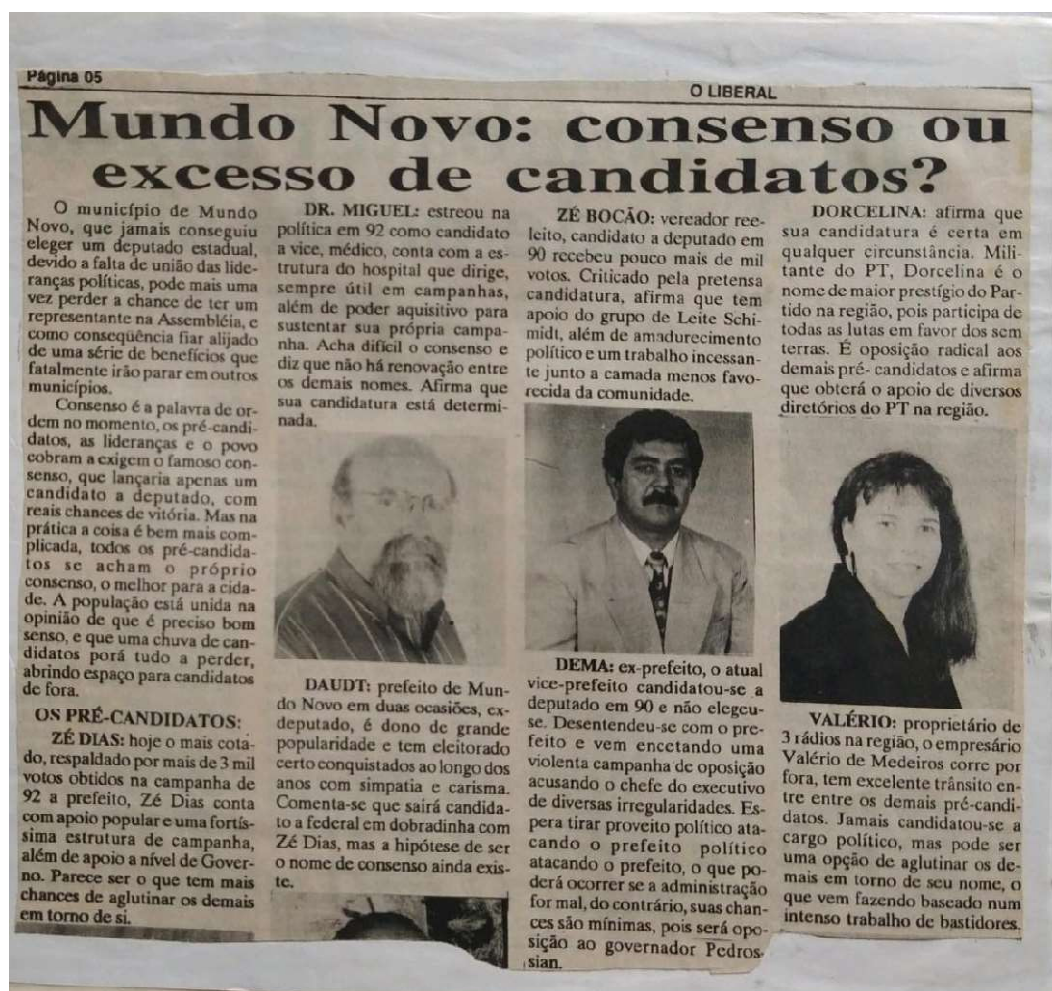
Na Imagem 31, tem-se um recorte do Jornal local Folha do Mercosul, sem datação especificada, apenas com referência ao ano de 1996. Nele, em tamanho menor, na parte superior direita, é apresentada uma Dorcelina de Oliveira Folador sorridente, apresentada como candidata à prefeita pelo PT, em um “close especial”. Logo abaixo, de modo centralizado e maior, tem-se a biografada ao lado do candidato

a vice-prefeito pela sua chapa, Kléber Correa, em postura mais séria, virados para frente, com os olhos voltados para a câmera do fotógrafo.

A disputa com os demais candidatos foi acirrada. Dorcelina de Oliveira Folador manteve durante esse período uma postura de denúncia aos feitos de seus concorrentes e a promessa de uma política nova, pautada na moralidade.

Na imagem 32, abaixo, tem-se um recorte da matéria produzida pelo Jornal *O Liberal*, no ano de 1996, durante a campanha eleitoral para prefeito/a do município de Mundo Novo:

Imagem 32: Campanha eleitoral para a prefeitura de Mundo Novo - MS (1996)



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Além disso, Dorcelina de Oliveira Folador e Kleber Correa de Souza se dedicaram a uma campanha eleitoral que mobilizou grupos sociais em diversas

atividades, tais como comícios, “carrociatas”, mobilizações de grupos religiosos, grupos de mulheres, dentre outros:

Imagem 33: Dorcelina e Kleber promovem uma carrociata em Mundo Novo (1996)

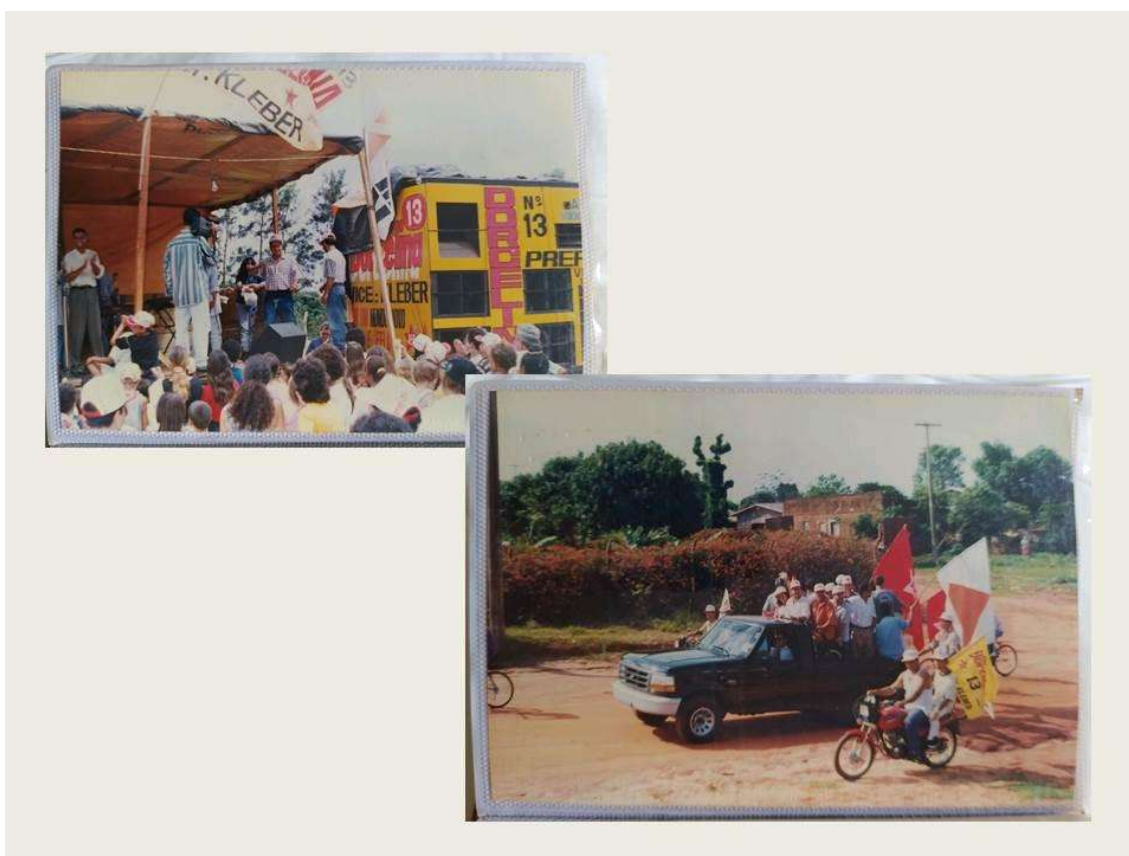


Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Chama a atenção, nas duas fotografias que compõem a Imagem 33, acima, além de ter o apoio da população do campo, assinalado pelo uso do trator como transporte em uma passeata no centro urbano de Mundo Novo-MS, as vassourinhas empunhadas por Dorcelina de Oliveira Folador e o seu vice, Kleber Costa de Souza. Desde a campanha, a biografada prometia ao seu eleitorado uma verdadeira “faxina” política, como meio para combater os constantes casos de escândalos de corrupção enfrentados pelo município.

Abaixo, na Imagem 34, há mais duas fotografias, pertencentes ao arquivo pessoal da biografada, que registram as atividades de Dorcelina de Oliveira Folador durante a campanha para a prefeitura de Mundo Novo:

Imagem 34: Comício da chapa Dorcelina Folador e Kleber (1996)



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Além do apoio popular, considera-se de suma importância os diferentes tipos de apoio social que Dorcelina de Oliveira Folador teve durante a campanha. De fato, por mais que se tenha adesão por um tipo de discurso que pregue a importância da

diminuição da pobreza social municipal com a equidade de direitos e oportunidades, ainda assim, parecia pouco para a conquista da confiança de uma sociedade coronelista e latifundiária, em meio a um contexto econômico voltado para o mercado agroindustrial. A situação parece se agravar ainda mais quando se depara com a figura de uma mulher, deficiente, que exige para si a autoridade da fala e o direito de defender seus ideais. Sintomaticamente, condição vista como negativa por diferentes sujeitos do sexo masculino, depoentes no livro de Silva (2005).

São questões que, inevitavelmente, ressoam: como Dorcelina de Oliveira Folador conseguiu angariar o cargo de prefeita no município em seu primeiro pleito? Mostra-se importante investigar acerca das “chaves” que permitiram o acesso a espaços públicos tão restritos, tal como o político, em uma região fronteiriça, nos anos de 1990.

5.3 As redes de sociabilidade de Dorcelina de Oliveira Folador em favor da sua inserção política

Diante disso, coloca-se como importante tratar das redes de sociabilidade desenvolvidas pela biografada ao longo de sua vida, entendendo-as como estratégia para que consiga acessar espaços restritos da sociedade mundonovense. Assim, torna-se possível compreender que pessoas e/ou entidades que já possuíam o acesso e, de algum modo vieram a contribuir para que as “portas fossem abertas” à biografada com vistas a acessar o espaço político do município de Mundo Novo.

Em Sirinelli (2003), como visto, é proposto um estudo sobre redes de sociabilidade com base na análise de um grupo específico, de intelectuais. Na acepção do teórico, os intelectuais se destacam no seu meio sociocultural ao assumir duas práticas que se vinculam, a saber: em uma perspectiva mais ampla, na qual se englobam os criadores e mediadores culturais e, a partir de uma perspectiva mais estrita, aqueles que se engajam em favor de alguma causa em contexto social. Como se faz ver, em ambos os casos o intelectual é aquele que cria ou se engaja em contexto social, na relação com o outro, sendo essas relações dinâmicas, no sentido de possibilitar processos de adesões, como também processos de discordâncias.

Esse fenômeno no qual são observadas as junções de indivíduos que aderem a um tipo de pensamento são denominadas de “microclimas”, nos quais os indivíduos pertencentes aderem a um conjunto de condutas, ou regras, compartilhadas. Sendo essas regras responsáveis pela dinamicidade dentro desse espaço de relações entre indivíduos e, do mesmo modo, por mobilizar alternâncias entre as posições ocupadas por eles nesse espaço. E, junto a isso, com base em Bourdieu (2011), ao tratar do conceito de campo, também se torna possível pensar na relação dialógica entre os diferentes microclimas existentes em um espaço social, pelos quais o indivíduo, a partir das experiências conquistadas ao longo de sua vida e do seu capital cultural formado (Bourdieu, 2011), pode vir a transitar.

A se pensar no conceito de microclimas para dialogar com o contexto político de Mundo Novo durante a campanha eleitoral para prefeito/a do município no ano de 1996, torna-se possível entrever o quão centralizado e conservador era esse espaço, ao se levar em consideração o fato histórico de que em pouco mais de uma década, a se contar da primeira eleição por voto popular (1985) ao final de mandato do último prefeito a governar antes de Dorcelina de Oliveira Folador (1996), o município teve quatro prefeitos, sendo todos do sexo masculino e responsáveis por governos focados no desenvolvimento da região, sem que seja possível localizar registros acerca de projetos que tivessem como propósito transformações sociais, em favor de pessoas menos favorecidas.

Dorcelina de Oliveira Folador foi a única mulher a disputar a campanha eleitoral para prefeito/a do município no ano de 1996. Sendo ela advinda da classe popular, professora de Magistério, ligada às causas do MST e sindicalizada. Para completar, coligada a um partido político relativamente novo na região, fundado em 1987, gerando uma série de desconfianças com relação aos projetos de campanhas que propunham, em face dos seus interesses voltados para o acesso aos direitos aos grupos socialmente marginalizados.

Diante desse cenário, como convencer aquela sociedade a votar em Dorcelina de Oliveira Folador, como de uma vez por todas permitir que essa mulher tivesse voz dentro desse espaço político do município?

Uma das formas encontradas foi ir à busca de nomes conhecidos na política, tanto em uma perspectiva regional quanto nacional, que pudessem demonstrar aos eleitores do município de Mundo Novo que Dorcelina de Oliveira Folador tinha

apoio e mais que isso: de que ela pertencia a um microcosmo, do qual comungava as suas propostas debatidas em campanha.

Aceito isso, mostra-se oportuno registrar a presença do político José Dirceu de Oliveira e Silva na campanha eleitoral de Dorcelina de Oliveira Folador, conforme Imagem 35, abaixo, o qual assumiu o cargo de Secretário-Geral do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, entre os anos de 1987 e 1993. Sendo eleito no ano de 1997 Presidente Nacional do PT.

Imagem 35: Dorcelina de Oliveira Folador ao lado de José Dirceu (1996)



Fonte: Silva, 2005, p. 32.

Na Imagem 35, acima, Dorcelina de Oliveira Folador e José Dirceu de Oliveira aparecem sorridentes, em posição corporal relaxada, de forma a transmitir carisma e uma relação de proximidade entre eles, o que permite a interpretação de que tal fotografia vem a ratificar uma proposta de comunicação e apoio entre esses sujeitos dentro do partido.

Do mesmo modo, agora dentro do estado de Mato Grosso do Sul, Dorcelina de Oliveira Folador contou com o apoio do político José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, conforme Imagem 36, o qual havia sido reeleito deputado estadual nas eleições de 1994.

Imagem 36: Discurso de Zeca do PT durante comício de Dorcelina de Oliveira Folador (1996)



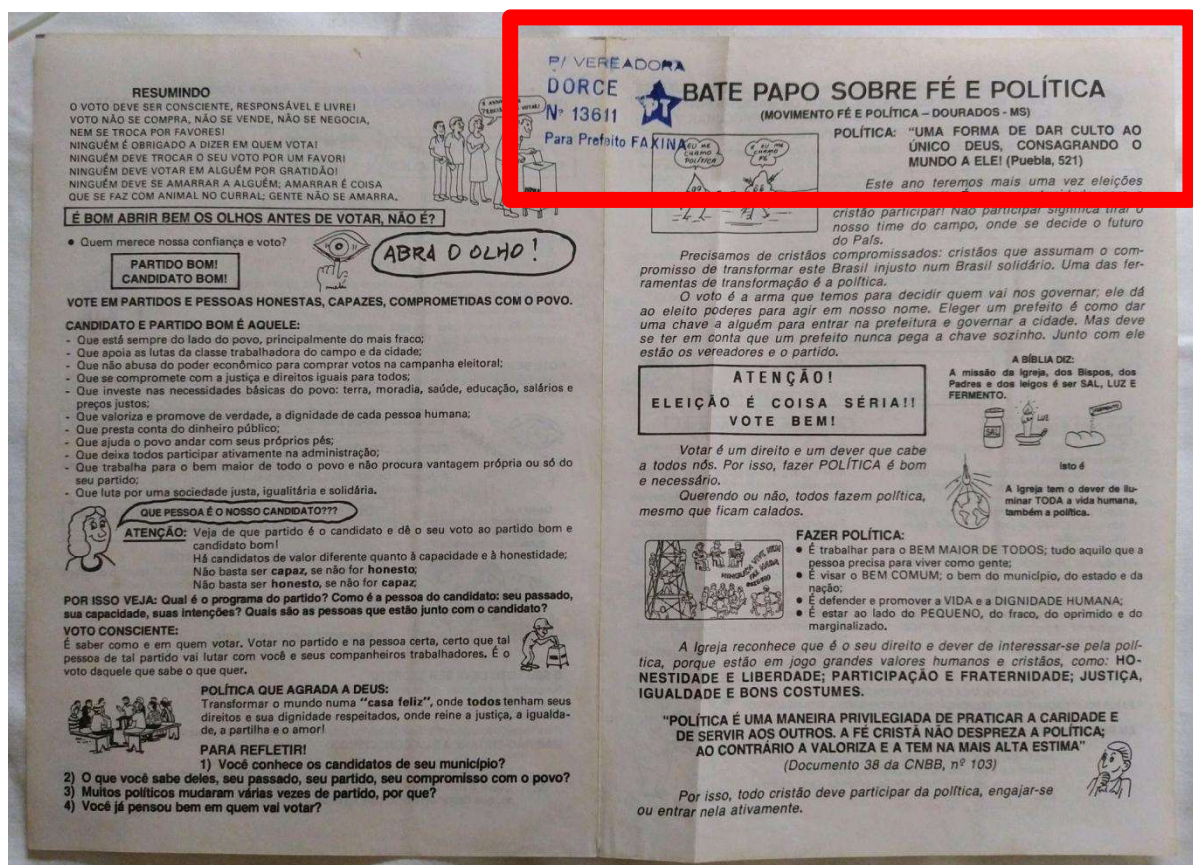
Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Na Imagem 36, acima, o Zeca do PT se apresenta em pé, com o microfone em mãos, a discursar, possivelmente, a um público formado por apoiadores do partido, em um salão fechado. Ao fundo da imagem, há uma faixa eleitoral. Mesmo tampada pelas pessoas e móveis, tornou-se possível identificar o nome de Dorcelina de Oliveira Folador, que pleiteava o cargo de prefeita naquele momento. Mais acima, na direção da cabeça do palestrante, é possível observar metade de uma bandeira do Partido dos Trabalhadores.

Além do apoio da classe política regional e nacional, também é oportuno abordar as outras entidades que dialogaram ao longo da construção da carreira política de Dorcelina de Oliveira Folador, as quais, por conseguinte, vieram a contribuir para o desenvolvimento do processo eleitoral no município de Mundo

Novo, como é o caso do apoio da esfera religiosa, a exemplo do que se faz conferir na Imagem 37, abaixo:

Imagem 37: Papo sobre fé e política (1992)



Fonte: Arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira (Folador).

Trata-se de um folheto informativo, composto por uma linguagem acessível, com o carimbo de Dorcelina de Oliveira Folador, na condição de candidata ao cargo de vereadora do município, que contém orientações expressas logo no título: “BATE PAPO SOBRE FÉ E POLÍTICA”.

Cabe lembrar que a biografada desde criança esteve envolvida em ações da Igreja Católica, desempenhando, inclusive, papéis de lideranças nesse espaço durante a sua juventude.

Assim sendo, após o fim do período eleitoral no qual Dorcelina de Oliveira Folador foi candidata ao cargo de prefeita do município de Mundo Novo, a chapa eleitoral dessa saiu vitoriosa, com um total de 3.442 votos, o que equivale a 46%

(quarenta e seis por cento) dos votos válidos (SILVA, 2005). Por conseguinte, a sua posse se deu em 1º de janeiro de 1997.

5.4 Gestão de Dorcelina de Oliveira Folador e o seu olhar para os programas políticos de cunho sociais voltados para a Educação

Durante a sua gestão, Dorcelina de Oliveira Folador se mostrou uma pessoa disposta a fazer profundas transformações na cultura política local, de modo a tornar o processo mais participativo e transparente. Dentre suas ações, destacam-se a nomeação de pessoas advindas de outras localidades para a ocupação das pastas, a exposição em praça pública das máquinas do município em situação de sucateamento, a prestação de contas sobre as dívidas do município com servidores e fornecedores, a realização de concurso público para amplo acesso a todos os interessados, com exceção de cargos em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, entre outros exemplos, conforme recorte de Jornal contido no arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador:

Imagem 38: A gestão inovadora de Dorcelina de Oliveira Folador (1997)



Fonte: Arquivo pessoal da biografada Dorcelina de Oliveira Folador.

É evidente que essa postura de denúncia adotada por Dorcelina de Oliveira Folador veio a desagradar uma parcela significativa de políticos e da sociedade tradicional mundonovense, como se faz conferir no depoimento do juiz da comarca de Mundo Novo, Cleber José Corsato Barboza:

A administração dela [Dorcelina de Oliveira Folador] não foi muito tranquila, não. Desde o início houve manifestações. Ela era uma pessoa que às vezes falava as coisas. Ela era uma pessoa simples e, as pessoas simples, às vezes, têm um pensamento e ela expunha esse pensamento de forma muito forte e isso pode, eventualmente, ofender algumas pessoas. E era comum ela se dirigir às pessoas, ir às rádios e aos jornais. Ela dizia a respeito de uma “máfia” que estaria governando ou governava ou teria interesse na cidade e causava, assim, talvez, alguma revolta em pessoas que não tinham relacionamento com ela. Às vezes, ela ofendia as pessoas usando um palavreado muito forte. A administração dela foi boa, mas teve alguns pontos de atrito com determinados segmentos da sociedade (Silva, 2005, p. 36).

Como visto, a biografada não poupou esforços para trazer à luz denúncias contra grupos políticos investigados por corrupção. Um exemplo do que se fala é o fato de, agora como prefeita, ter continuado com os atos de cobranças às autoridades competentes para que dessem andamento às investigações contra irregulares cometidas em mandatos anteriores, conforme se faz conferir na matéria do Jornal *Diário do Povo*, de 10 de novembro de 1997, que trata do protocolo realizado por ela do Inquérito contra o ex-prefeito Ademar Antonio da Silva:

Imagem 39: Dorcelina de Oliveira Folador protocola Inquérito contra desvios cometidos pelo ex-prefeito Ademar Antonio da Silva (DEMA) - 1997.



Fonte: Arquivo pessoal da biografada Dorcelina de Oliveira Folador.

E de fato o jeito de governar da Dorcelina de Oliveira Folador incomodou até mesmo os seus aliados, que não foram poupados de acusações. O vice-prefeito, Kleber Correa de Souza, por exemplo, abandonou o cargo em 24 de fevereiro de 1997. Conforme descreve Silva (2005), o vice-prefeito acumulava dois cargos, sendo o de vice-prefeito e de Secretário Municipal de Indústria e, portanto, exigia-se que fossem pagos os salários relativos às duas funções desempenhadas. No entanto,

Dorcelina de Oliveira Folador não concordou com o pagamento, de modo a gerar um grande conflito entre os antigos aliados e, por conseguinte, fez com que muitos de seus aliados tomassem o partido do antigo vice-prefeito. Outro ponto de incômodo levantado por Silva para a fissura da chapa foi o fato de Dorcelina de Oliveira Folador ter chamado pessoas de outras regiões para a composição do seu governo.

O próximo aliado a se distanciar das atividades políticas da biografada foi Jusmar Martins da Silva, que havia assumido a Secretaria de Agricultura e Pecuária de Mundo Novo. O secretário foi exonerado em julho de 1997 por Dorcelina de Oliveira Folador. Jusmar Martins da Silva e aliados foram condenados judicialmente pela morte de Dorcelina de Oliveira Folador, no ano de 2003 (Silva, 2005, p. 85).

Além disso, começaram a surgir ameaças à Dorcelina de Oliveira Folador.

Em novembro de 2022, a pesquisadora desta tese fez contato via Whatsapp com Humberto Carlos Ramos Amaducci, coligado ao PT, o qual foi responsável por coordenar a pasta do Orçamento Participativo, durante a gestão de Dorcelina de Oliveira Folador. Vale ressaltar que mais tarde o senhor Humberto Amaducci também foi eleito prefeito de Mundo Novo por três vezes: no período de 2001 a 2004, depois, de 2005 a 2008 e, por último, de 2013 a 2016, e candidato a governador pelo PT em 2018.

À pesquisadora, foi confiada uma pasta na cor azul, de material de lona, contendo alguns documentos da época em que Amaducci atuou no governo da biografada. Chama a atenção um “Dossiê” com registros de cartas enviadas à Dorcelina de Oliveira Folador, a fim de rebaixá-la como mulher e atacar a lisura dos seus atos como gestora do município de Mundo Novo - MS.

Imagem 40: Capa da pasta que contém cartas de ataques ao governo de Dorcelina de Oliveira Folador e Crônicas postadas em jornais regionais (1998)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
"Governo Popular e Participativo"

Secretaria **PASTA**

Nome **DOS**

Assunto **Pasta de cartas moldadas**

Anexos **Dos: ABUTRES**

Observações

AVENIDA CAMPO GRANDE, 200 - FONE: (067) 474-1144 - CEP 79.980-000 - CGC 03.741.683/0001-26

Fonte: Arquivo pessoal de Humberto Amaducci.

Junto a essas cartas, conforme se faz conferir na imagem abaixo, há um Boletim de Ocorrências feito pela biografada denunciando o ocorrido:

Imagem 41: Boletim de Ocorrência registrado por Dorcelina de Oliveira Folador em 3 de agosto de 1998

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE MUNDO NOVO

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 3 de agosto de 1998, nesta cidade de Mundo Novo, na Delegacia Municipal de Polícia Civil, onde presente se achava o Dr. Joel José da Silva, Delegado de Polícia Civil, comigo, escrivão de meu cargo, ao final assinado, aí compareceu **DORCELINA DE OLIVEIRA FOLADOR, brasileira, casada, nascida em Guaporema/PR, aos 27/07/63, filha de José Domingos de Oliveira e de Maria Agreila do Rosário de Oliveira, residente à rua Mal. Floriano, n.º 52, Bairro Copagril, nesta cidade.** Inquirido, respondeu: QUE a declarante foi eleita Prefeita do Município de Mundo Novo, na eleição municipal realizada em 03/10/96; QUE a declarante esclarece que na data de 15/06/98 estava em seu gabinete na Prefeitura Municipal quando foi entregue a correspondência da tarde; QUE a declarante esclarece que todas as tardes um mirim vai ao Correio e pega na caixa postal da Prefeitura a correspondência que esteja ali e a entrega ao setor competente; QUE ao ser aberta a carta a declarante se surpreendeu com o seu conteúdo, de caráter difamatório; QUE também além da carta dirigida à própria declarante, o Secretário de Administração INDALECIO VANDERLEI e outros funcionários também receberam correspondência com o mesmo conteúdo; QUE o que chamou a atenção da declarante foi o fato de que no carimbo do Correio percebe-se que a carta foi postada no dia 15/06/98 na agência dos Correios de Eldorado/MS e foi recebida nesta cidade, pelos destinatários, no mesmo dia, o que não é comum em se tratando dos serviços atualmente prestados pelos Correios no país; QUE a respeito do fato que a carta menciona, a declarante informa que o que acontece é que a festa é promovida pelas entidades de assistência do município e a Prefeitura entra somente com a infra-estrutura; QUE toda a organização é feita pelas entidades e a responsabilidade pelo bingo é das entidades; QUE o que está escrito na carta demonstra então uma total falta de conhecimento do missivista a respeito dos procedimentos e que na verdade ele só tem intenção de caluniar, difamar e injuriar; QUE além disso, o bingo foi realizado no dia 10/05/98 e logo em seguida saiu uma edição especial de aniversário do Jornal Tribuna do Povo, e na sua página 03 saiu uma nota questionando a lisura do bingo, sendo notável a semelhança dos termos utilizados na matéria veiculada no citado jornal e os termos utilizados na carta mencionada pela declarante. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, escrivão, o digitei.

AUTORIDADE
DECLARANTE

Fonte: Arquivo pessoal de Humberto Amaducci.

Devido à especificidade da pesquisa proposta, não cabe a essa tese entrar nos casos que compõem este Dossiê, a exemplo de outros arquivos acessados pela pesquisadora ao estabelecer contatos com a equipe gestora de Dorcelina de Oliveira Folador. Todavia, entende-se a importância de trazer à luz os desafios enfrentados para que essa mulher adentrasse o espaço político e permanecesse nele, uma vez que não era bem quista por não pertencer àquele grupo, por incomodá-los, por denunciá-

los e lutar pelos direitos de grupos socialmente marginalizados. Sendo essa a representação (Chatier, 1988) feita para a biografada pelos seus opositores politicamente. Tão logo, esses grupos trataram de “resolver” essa situação, do mesmo modo que costumavam resolver outras situações na região: com tiros à queima roupa, que vitimou a prefeita em 30 de outubro de 1999.

Mesmo diante de tantos desafios, considera-se que Dorcelina de Oliveira Folador conseguiu desenvolver o seu mandato, uma vez que implantou durante a sua gestão programas sociais importantes para o desenvolvimento do município, a exemplo do Bolsa Escola, Orçamento Participativo, Casa da Gestante, Casa da Terceira Idade e os projetos Roça e Horta Comunitária, Moradia Popular, entre outros.

Uma vez eleita, Dorcelina foi uma das primeiras no contexto nacional a adotar a instrumentalização do Orçamento Participativo em sua gestão como prefeita (Oliveira, 2011) e a primeira prefeita do Mato Grosso do Sul a implementar o projeto Bolsa Escola (Licio, 2002), como se abordará na sequência. Sendo esses programas políticos sociais, Bolsa Escola e Orçamento Participativo, responsáveis por demonstrar os esforços de uma mulher que, mesmo diante de tamanhas adversidades, acionou as suas redes de sociabilidade e o seu capital cultural a fim de viabilizar modificações da realidade de grande parte da população mundonovense.

5.5 A implementação do programa Bolsa Escola em Mundo Novo

O programa Bolsa Escola se apresenta como um meio de Transferência de Renda vinculado à educação. Aceito isso, o pesquisador Rogério Armstrong Vasconcelos Silva de Oliveira (2005, p.18) defende que o Programa Bolsa Escola é resultante da vinculação entre os Programas de Renda Mínima e a educação, a partir do qual ambos foram:

[...] incorporados por uma política mais ampla de assistência social cuja a base se encontram nos propósitos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei 7.842/93, na qual pretendia-se: enfrentar a pobreza, garantir mínimos sociais, atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

No Brasil, a renda mínima tem sido utilizada como instrumento transitório, o qual é destinado a possibilitar a (re)inserção social e econômica das famílias carentes com crianças em idade escolar, por intermédio da vinculação do auxílio monetário a ações socioeducativas, mediante a adequação de critérios pré-estabelecidos por cada gestão. Como se vê, esta vinculação entre auxílio monetário e ações socioeducativas visa, nesse sentido, romper com uma lógica meramente assistencial, a partir do momento que busca diminuir, a médio prazo, um dos principais fatores geradores de pobreza e desigualdade social, afirma Elaine Cristina Lício (2002), que é o *déficit* no acesso à educação.

No caso de Mundo Novo-MS, em conformidade com o IBGE de 1996, período de campanha eleitoral de Dorcelina de Oliveira Folador à prefeitura do município, tem-se os seguintes quantitativos registrados abaixo, no que tange ao grau de instrução da população do município, subdividida em sexo, situação domiciliar e anos de estudo:

Tabela 4: Grau de instrução da população maior de quatro anos de idade em Mundo Novo - 1996

Tabela 473 - Pessoas de 4 anos ou mais de idade por grupos de idade, anos de estudo, sexo e situação													
Variável - Pessoas de 4 anos ou mais de idade (Pessoas)													
Município - Mundo Novo (MS)													
Ano - 1996													
Grupo de idade - Total													
Sexo	Situação do domicílio	Grupos de anos de estudo											
		Total	Sem instrução	Menos de 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 a 7 anos	8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	Ignorados
Homens	Urbana	6.364	875	492	463	571	536	961	1.195	394	683	179	15
	Rural	1.139	187	103	89	88	135	247	170	44	63	9	4
Mulheres	Urbana	6.608	957	477	468	581	597	939	1.208	399	735	227	20
	Rural	1.012	209	66	69	95	116	209	132	47	53	9	7

Fonte: IBGE - Contagem da População

Fonte: Gerado pela pesquisadora. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=5005681#/A/27/P/1_1996/T/473/C/1/C/2. Acesso em 7 de novembro de 2023.

Quando transformados esses números em porcentagem, parece saltar aos olhos, ainda mais, os desafios sociais que aguardavam Dorcelina de Oliveira Folador.

São alguns exemplos do que se fala: do total de habitantes do município, considerando-se aqueles com faixa etária acima dos quatro anos de idade, verifica-se que 42,08% deles são homens que moram nos centros urbanos, em oposição aos 7,53% daqueles que moram na área rural. As mulheres moradoras em espaços urbanos representam 43,70% desse grupo de habitantes, em face dos 6,69% que moram na zona rural. Do total de homens urbanos, tem-se que 5,79% não possuem instrução, em comparação às mulheres urbanas, tem-se que 6,33% deste grupo não possuem instrução. Agora, quando se centra no campo que trata do tempo de escolarização entre 9 e 11 anos, ou seja, aqueles que concluíram o ensino fundamental e médio, os números parecem mais alarmantes. Isto porque, daquele total de homens urbanos, apenas 4,52% concluíram essas duas etapas de ensino. Por sua vez, do total de homens do campo, apenas 0,42% concluíram as mesmas etapas.

Com relação às mulheres, tem-se que, do grupo de mulheres urbanas, apenas 4,86% concluíram as duas etapas do ensino, em comparação a 0,35% daquelas que moram no campo.

No material produzido pela Secretaria de Educação do governo de Dorcelina de Oliveira Folador, durante o ano de 1998, e disponibilizado pelo Instituto Dorcelina Vive para a presente pesquisa, tem-se logo nas primeiras páginas um texto intitulado “Apresentação”, para o qual se atribui a autoria à prefeita do município. Trata-se de um texto breve, de apenas uma página, mas com informações importantes para se pensar a configuração do contexto socioeconômico vivenciado:

Em 1996, 15% dos nossos alunos abandonaram as salas de aula antes do término do ano letivo, ou seja, 8,6% dos alunos de 7 a 14 anos encontram-se fora das salas de aula. [...] Com certeza, com todos os investimentos que temos na área da educação - dentre eles o melhor salário pago aos professores de Mato Grosso do Sul, o melhoramento do transporte permanente dos alunos da área rural, as campanhas para que todos voltem a estudar, o Projeto de Alfabetização de Mulheres Adultas e, por fim, a Bolsa-Escola [sic] -, conseguiremos diminuir também esta triste estatística que atinge principalmente nós mulheres, pois a cada 4 analfabetos no Brasil, 3 são mulheres (Mundo Novo, 1998, p. 3).

Em uma perspectiva econômica, também é possível apontar os resultados que se tem do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) do município de Mundo Novo-MS, tendo como base de referência o ano de 1991. Tal índice é responsável por agregar três dimensões do desenvolvimento humanos, a saber: saúde, educação e renda. Isto é, são dimensões que tratam da oportunidade de se ter uma vida longa e saudável, das garantias de acesso ao conhecimento e, junto a isso, de se possibilitar o atendimento às necessidades básicas do ser humano, capazes de atribuir dignidade social a este. Em conformidade com Paulo Henrique Hoeckel e Maria Cristina Vezzu Costa (2021), compreende-se que a primeira dimensão elencada tem como base o cálculo indireto da expectativa de vida que um sujeito tem ao nascer, coletados a partir de cálculos demográficos do IBGE.

A segunda dimensão desse índice, a Educação, utiliza para o seu cálculo duas variantes, sendo elas, a situação escolar da pessoa adulta (de 18 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental) e a situação escolar da pessoa em idade escolar (jovem). Sendo possível a se verificar a partir desses cálculos, informações sensíveis ao contexto educacional, a exemplo da evasão e da retenção no ensino.

Sobre a terceira dimensão, os autores definem como o cálculo feito com base na renda municipal per capita, em reais, isto é, calcula-se a renda média de cada residente de determinado município, incluindo-se crianças e pessoas sem registro de renda.

Desse modo, tem-se como resultado uma escala que vai de 0 (zero) a 1 (um), cuja variação indica que quanto mais próxima do número um, maior será o desenvolvimento humano em determinada localidade.

No caso de Mundo Novo, no estudo realizado em 1991, registrou um valor de 0,470, conforme dados disponibilizados pelo IBGE, o que é classificado como um IDH-M muito baixo.

Em comparação aos demais municípios do estado de Mato Grosso do Sul, durante este mesmo período, tem-se que esse município ficou alocado na 16ª posição, como se faz conferir na imagem abaixo:

Imagem 42: IDH-M do município de Mundo Novo em comparação a outras localidades (1991)



Fonte: Informações geradas pela pesquisadora a partir do site do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/mundo-novo/pesquisa/37/30255?ano=1991&tipo=ranking>. Acesso em: 8 de novembro de 2023.

Marcelo Aguiar e Carlos Henrique Araújo (2002) atribuem a criação do Programa Bolsa Escola, pensado a partir das especificidades brasileira, ao grupo de pesquisa Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, da Universidade de Brasília (UnB), na segunda metade da década de 1980, quando tal grupo foi criado com o intuito de refletir acerca de assuntos relacionados à realidade nacional.

De acordo com os levantamentos feitos por Aguiar e Araújo (2002), nos anos de 1980, a taxa média brasileira de alunos matriculados no ensino fundamental era de aproximadamente 85%, tendo o Brasil somado o alarmante total de 15% de crianças analfabetas (estimado para a idade entre 10 e 14 anos).

Junto a esse número que revela a alta taxa de analfabetismo na educação brasileira de 1980, Oliveira (2005) chama a atenção para um outro desafio análogo ao citado acima, que é a alta taxa de evasão escolar. Para ambos os problemas, o autor compreende um mesmo fato incidente, que é a taxa elevada de crianças (e famílias)

brasileiras empobrecidas, chegando-se a seguinte indagação feita pelo grupo: “[...] se as crianças não estudam porque suas famílias são pobres, por que não pagar aos pais para que os seus filhos não falem às aulas?” (Aguiar e Araújo, 2002, p. 38 *apud* Oliveira, 2005, p. 39).

É com base nesta percepção que estudiosos e políticos se unem na defesa de uma proposta política com fins educacionais na qual se propicia a complementação da renda familiar nos lares os quais essas crianças estejam inseridas, com a finalidade de que essas famílias permitam que seus filhos vão às escolas, em vez de trabalhar, por exemplo, quebrando, assim, “um elo da pobreza do presente com a pobreza do futuro” (Aguiar e Araújo, 2002, p. 34 *apud* Oliveira, 2005, p. 40).

Essas discussões acadêmicas se transformaram em propostas políticas para a cidade de Brasília, primeiramente, com Cristovam Buarque. Formado em Engenharia e com doutorado em Economia, durante os anos de 1980, Cristovam Buarque ministrou aulas na Universidade de Brasília (UnB) e ocupou o cargo de Reitor nesta mesma instituição, entre os anos de 1985 e 1989. Já no ano de 1994, foi eleito governador do Distrito Federal pelo PT.

Assim, uma vez no espaço político, Cristovam Buarque implementou, a partir de 1996, o programa Bolsa Escola no Distrito Federal, chegando-se em 1998 a “[...] 25.680 famílias e 50.673 crianças beneficiadas. O custo total da execução da política não ultrapassou 1% do total do orçamento anual do Distrito Federal” (Weiselfisz, 1998 *apud* Oliveira, 2005, p. 41).

De novembro de 1997 a fevereiro de 1998, este programa do Distrito Federal passou por avaliação da UNESCO, sendo recomendado como modelo para implantação em outras cidades e países (Camarotti; Spink, 2000 *apud* Oliveira, 2005, p. 41).

Por conseguinte, a partir da mudança administrativo-política do Distrito Federal, em dezembro de 1999, o projeto foi incorporado pelo Programa Renda Minha, o qual previa a complementação do valor pago pela Bolsa Escola, acrescido da entrega de um kit escolar a todos os alunos do ensino fundamental da rede pública.

É com base nessas primeiras experiências, ainda observáveis sob a perspectiva de iniciativas isoladas, que Dorcelina de Oliveira Folador busca referências para a implementação, pioneira no município e no estado, de programas sociais com finalidades educacionais para o município de Mundo Novo-MS.

Desse modo, já no ano de 1998, tem-se implantado o Programa Bolsa Escola no município, o qual, em função da sua organização e resultados, chama a atenção de lideranças externas. Isso se evidencia, por exemplo, quando a prefeita recebe o convite do, então, senador Eduardo Suplicy, em agosto de 1998, para discursar em uma Conferência Internacional, em Brasília (Silva, 2005, p. 51).

Em seu discurso, ao contextualizar os contornos dados ao projeto mundonovense, Dorcelina de Oliveira Folador pontuou a localidade fronteiriça do município e assinalou a vulnerabilidade da mulher “viúva de marido vivo”, expressão que utiliza para se referir aos casos recorrentes de homens residentes em Mundo Novo-MS, os quais, depois de constituírem famílias, compostas por mulher e filhos, atravessam a fronteira seca que separa Brasil e Paraguai, com o objetivo de ir em busca de melhores condições de trabalho para sustentar a família, sem, todavia, retornar ao município de origem, deixando para trás filhos e esposa em situação de pobreza. A prefeita ainda relata que, além do marido, é comum que essas mulheres se separem de seus filhos, os quais também atravessam a fronteira, conforme relato, com apenas sete ou oito anos de idade, com a finalidade de ir em busca de melhores condições de vida. Como resultado desse fluxo migratório para o país vizinho, essas crianças, denominadas brasiguaias, encontram apenas as ruas da linha de divisa entre esses dois países.

A biografada relata que, a partir da aplicação do projeto Bolsa Escola, foi possível atender, prioritariamente, quarenta famílias de crianças que viviam em situação de rua. E, ao total, em seu primeiro ano de implantação, o programa atendeu setenta famílias, que possuíam crianças entre sete e quatorze anos matriculadas em escolas. Para tanto, conforme Dorcelina de Oliveira Folador, foram utilizados 1,2% do orçamento geral do Município, o que representou cerca de R\$ 5.880,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta reais). Sendo R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais) ao mês, por família.

Vale destacar que, nesse mesmo período, conforme observa Oliveira (2010, p. 15), além dos 25% de recursos determinados pela Lei de Diretrizes e Base da Educação, reformulada em 20 de dezembro de 1996, ainda foram destinados parte dos recursos previstos pelos royalties da usina de Itaipú, aumentando o investimento no setor educacional do município.

Na Imagem 43, abaixo, é possível conferir uma matéria publicada no Jornal local *Diário do Povo*, no dia 3 de novembro de 1997, que trata do momento em que Dorcelina vence o processo para a obtenção dos *royalties* repassados pela hidrelétrica Itaipú. Em uma mesa composta por diferentes pessoas, a biografada parece assinar algum documento, ao lado do, então, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, José Orcírio Miranda dos Santos:

Imagem 43 - Dorcelina vence o processo para obtenção de Royalties repassados pela hidrelétrica Itaipú



Fonte: Arquivo pessoal da biografada Dorcelina de Oliveira Folador.

O programa Bolsa Escola desenvolvido em Mundo Novo-MS adotou como condicionante a inserção da criança no ensino formal em meio período e, na outra metade do tempo, a criança deveria participar de um dos projetos desenvolvidos junto à Patrulha Mirim do município, a exemplo de trabalhos de marcenaria, na banda

instrumental, em projetos de trabalhos manuais, música, dança, coral municipal, dentre outros.

Em conformidade com o documento já mencionado, produzido pela Secretaria de Educação do Município, e resguardado pelo instituto Dorcelina Vive, tem-se que, são utilizados como critérios para a aquisição e permanência da Bolsa Escola:

- 1- Família com dependentes idosos ou pessoas portadoras de deficiência, incapazes de prover o próprio sustento;
- 2- Famílias com crianças desnutridas, com acompanhamento pela rede pública municipal de saúde;
- 3- Famílias com crianças e adolescentes com medidas de proteção especial e que cumpram medidas sócio-educativas[sic] previstas nos artigos 101 e 124 do ECA -Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 4- Ter todos os filhos em idade de 7 a 14 anos matriculados no ensino fundamental na escola pública municipal; exceto os alunos que freqüentam salas especiais de recursos e alunos do ensino médio;
- 5- Residir no Município de Mundo Novo, no mínimo há 4 anos;
- 6- Ter renda mensal que não ultrapasse a média máxima de meio salário mínimo por pessoa;
- 7- Comprovar carência, através de laudo social emitido por assistência social do serviço público municipal;
- 8- Que os pais ou responsáveis pelos alunos estejam constantemente em busca de emprego, apresentando declaração a respeito;
- 9- Ter freqüência[sic] mensal exigida de no mínimo 90%;
- 10- Famílias com maior número de dependentes;
- 11- Famílias residentes em regiões administrativas como mais carentes do ponto de vista educacional, social e de infraestrutura urbana (Mundo Novo, 1998, p. 9).

Compreende-se a importância de ressaltar que o programa implementado em Mundo Novo-MS toma como base as diretrizes previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já implementadas no ano de 1996, a qual compreende que o processo educacional se dá a partir da incumbência articulada entre estabelecimentos de ensino e, aqui, o Estado, a família e, como coloca o documento supracitado, a comunidade, de modo a se estabelecer uma integração da sociedade com a escola.

Esse discurso também é incorporado por Dorcelina de Oliveira Folador:

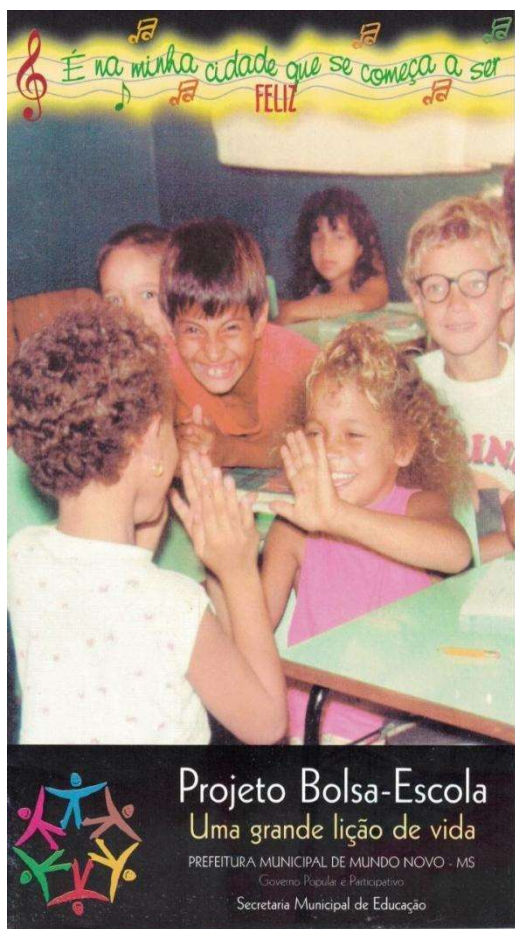
[...] Devemos implantar políticas não paternalistas, mas de construção da cidadania, numa parceria entre o Poder Público, a escola e os pais. Essa parceria tríplice não pode faltar numa bolsa-escola e é esse o exemplo que, penso, todos os companheiros que a implementaram nos trazem (Silva, 2005, p. 54).

Vale ressaltar a conscientização deste projeto defendido por Dorcelina, que percebe a criança e, nesse viés, o aluno, em sua integralidade, enquanto um sujeito que necessita da proteção não somente da escola ou dos pais, mas de diferentes agentes, igualmente responsáveis, pertencentes a diferentes esferas, as quais são responsáveis pela sua formação, orientação e integração social, de modo a lhe conferir dignidade e condições de emancipação.

Em consonância ao pensamento de educação disseminado dentro dos acampamentos e assentamentos, como visto, adota-se como ideologia pedagógica uma proposta de educação que funciona como propulsor de modificações de realidades sociais. O homem/criança em situação de vulnerabilidade socioeconômica encontra na educação condições para adentrar e agir (com poderes moduladores) nos espaços, até então, restritos a uma parcela seleta da sociedade.

Esta referência ganha respaldo no fragmento do discurso apresentado acima, mas, igualmente, na frase empenhada na capa do documento já mencionado, produzido pela Secretaria de Educação do município, conforme Imagem 43, abaixo:

Imagem 44 - Capa da Cartilha Bolsa Escola de Mundo Novo (1998)



Fonte: Instituto Dorcelina Vive.

Na imagem acima, capa da cartilha do Projeto Bolsa Escola, desenvolvido no município de Mundo Novo – MS, tem-se uma fotografia ampliada, em cuja cenário há crianças, meninos e meninas, que estão em ambiente de sala de aula, simbolizado pelas carteiras escolares, registrados em um momento no qual todos estão felizes, brincando. Na parte superior da imagem, tem-se uma frase circundada por notas musicais, de modo a remeter à ludicidade, na relação entre o brincar e o aprender, traz consigo uma mensagem de extrema importância: “É na minha cidade que se começa a ser feliz”.

Entre as leituras possíveis, tem-se que a cidade, como sinônimo do poder do Estado, ou ainda, como sinônimo de comunidade, é palco, ao mesmo tempo, que é também corresponsável por oferecer condições necessárias, para que a criança tenha possibilidades de ser, isto é, tenha condições de se inserir nos diferentes espaços

públicos e, além disso, tenha meios de exercer papéis sociais, como aconteceu com a própria Dorcelina de Oliveira Folador. Mas, não somente isso, grifado em vermelho, em letras maiúsculas, tem-se o complemento na linha abaixo: “feliz”.

O conceito do termo felicidade é de difícil delimitação, tendo em vista a sua singularidade e complexidade. Todavia, mesmo não sendo garantida expressamente na Constituição Brasileira, conforme estudo desenvolvido pelo professor da Faculdade de Direito, Eduardo Silva e Souza, da Universidade Federal de Mato Grosso, ao tratar do assunto em uma entrevista¹⁸ concedida ao portal da instituição, no ano de 2020, afirma que o “Supremo Tribunal Federal (STF) entende que tal direito se encontra implicitamente previsto no Texto Constitucional em vigência, por ser uma derivação dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, sobretudo do direito à liberdade”.

No caso de Mundo Novo – MS, em virtude da sua condição histórica de formação econômica e da sua disposição espacial fronteiriça, como visto, era comum a exploração do trabalho infantil. Enquanto forma de complementar a renda da família ou às vezes como única fonte de renda, muitas dessas crianças se obrigavam a sair das escolas para trabalhar. Nesses termos, a felicidade presumida pela equipe gestora do governo Dorcelina de Oliveira Folador está associada com a possibilidade de permitir a essas crianças uma oportunidade de retornarem à sala de aula, como meio para que tenham acesso a uma educação que é vista como esperança para mudança de suas realidades. Assim, compreende-se que se trata de um momento no qual são trocadas as obrigações sérias dos adultos, de trabalhar, pelo lúdico, do aprender brincando.

5.6 A instrumentalização do Orçamento Participativo em Mundo Novo

Assim como o programa Bolsa Escola, também se compreende nesta Tese a implementação do programa Orçamento Participativo no município de Mundo Novo-MS como uma experiência política adotada que visa a educação da população mundonovense.

¹⁸ Disponível em: <https://www.ufmt.br/noticias/direito-a-felicidade-e-tema-de-pesquisa-da-ufmt-1588939333>. Acesso em: 18 mar 2024.

Como visto em outros momentos do texto, adota-se como definição de educação o conceito que extrapola os muros da escola e se manifesta nas mais diversas formas de interação do homem com o seu meio, em contexto social.

Aceito isso, vale destacar uma definição para Orçamento Participativo delineada por Olívio Dutra, no Prefácio do livro de Eduardo Tadeu Pereira (2008), o qual busca definir o Orçamento Participativo como um processo aberto, não limitado a uma “receita”, mas com possibilidades de renovação constante e reinvenção do seu processo, tendo em vista que a sua aplicabilidade está diretamente relacionada ao contexto socioeconômico ao qual o projeto está aplicado, tornando-se uma experiência única. Isto significa que, cada realidade econômica possui suas especificidades, obrigando, pois, do idealizador do projeto político, sensibilidade para adaptar o projeto, em conformidade com a sua própria realidade.

É oportuno sinalizar que a escolha do autor pelo nome de Olívio Dutra para fazer o Prefácio de seu livro não se restringe a um ritual acadêmico e as redes de sociabilidade que se estabelecem entre aqueles que comungam de um conhecimento afim, mas ganha ainda mais peso quando se compreende a importância desse nome para a história desse programa no Brasil.

Olívio Dutra foi o primeiro prefeito a implantar o Orçamento Participativo, como meio de viabilizar a participação popular nas decisões políticas da cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1989:

A inovação porto-alegrense ganhou espaço a ponto de receber a indicação de inovação mundial na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Habitat II, realizada em Istambul em 1996 (Pereira, 2008, p. 35).

Aos poucos, como forma de otimizar a sua experiência, o governo porto-alegrense adotou algumas medidas, as quais foram consideradas base para o debate mundial sobre Orçamento Participativo, tais como a organização regionalizada com distribuição em Assembleias Temáticas, de modo a atingir todo o território, agrupando, assim, segmentos societários, em um total de 16 regiões, capazes de definir o investimento a ser empregado pela administração municipal.

O interessante é notar que o olhar para esse projeto político que visa a participação popular ultrapassa a perspectiva puramente administrativa e se ampara

nas discussões sobre o possível surgimento de uma nova cultura educacional que se modifica à medida que esses sujeitos, historicamente relegados a espaços de sombras e silenciamentos, tornam-se emancipados quando tomam consciência do seu espaço de atuação no contexto político, econômico e social, de modo inclusivo:

[...] A emancipação é, dessa forma, uma das forças que age na realidade, na tensão com a regulação, buscando ampliá-la. Está vinculada à ideia de dignidade humana, não estabelecendo uma forma ou uma direção específica na conquista de tal condição. Pretende, assim, esse conceito poder ser traduzido para outras culturas e formas de ver e compreender o mundo (Pereira, 2008, p. 98).

Dentro da perspectiva analisada, caberia dizer que a emancipação parece alcançar a sua plenitude quando associada a duas condições essenciais realizadas no espaço público, quais sejam: ter espaço para expor o seu desejo, a sua compreensão sobre o contexto circundante e, da mesma forma, ter legitimidade para agir sobre esse mundo.

Ao lado disso, cabe mencionar que essa emancipação está intimamente ligada a uma perspectiva de educação que não se limita tão somente à conceituação de ensino, mas se estende ao campo social, de forma a abranger as ações desenvolvidas pelo sujeito no espaço social. Em um primeiro momento, na forma de socialização do conhecimento e, depois, como formação de opinião, proveniente do conhecimento espontâneo, dado no seu cotidiano.

Nessa linha, adota-se como referência as discussões sobre educação propostas por Paulo Freire (2007), que compreende a necessidade de se adotar uma metodologia capaz de articular o conhecimento escolar com a realidade circundante do sujeito social, funcionando, assim, como instrumento de transformação, capaz de libertar, por ser contra hegemônica e emancipadora.

Em Mundo Novo-MS, o programa Orçamento Participativo foi implantado em 1997, com base nas experiências obtidas em Porto Alegre (Silva, 2005, p. 34).

De acordo com o Folheto-Homenagem, do Instituto Dorcelina Vive, a cidade de Mundo Novo foi dividida em bairros e glebas rurais e, destes, saíram os conselheiros do Orçamento Participativo, os quais tinham mandato de dois anos.

Cabia à sociedade civil escolher os seus representantes, advindos dos diferentes segmentos sociais. Esta etapa do projeto foi denominada de “Pé no bairro”:

O O.P. compreendia o exercício democrático participativo, no qual os conselheiros deveriam entender como funcionava a máquina pública, era o exercício de aprendizagem do sistema econômico, do custo que as propostas aprovadas representavam para o município, na oportunidade a prefeitura prestava contas à comunidade. Definiam-se os investimentos e prioridades após intensos debates com a comunidade e com conselho (Oliveira, 2010, p. 66).

No primeiro mandato, em 1997, o Conselho foi composto por quarenta e cinco membros. No arquivo pessoal da biografada, é possível localizar uma matéria de jornal publicada com listagem dos nomes dos Conselheiros que compuseram o programa, no ano de 1997, conforme Imagem 44, abaixo:

Imagem 45: Matéria de Jornal com composição dos conselheiros do OP



Fonte: Arquivo Pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador.

Na Imagem 45, não há indicação de nome do Jornal ou identificação de autoria pelo registro. Torna possível notar que houve uma preocupação do fotógrafo em organizar os membros para que todos saíssem no registro. Houve, assim, um cuidado para que uma parte dos presentes ficasse em um segundo plano e a outra, alocada em um primeiro plano, incluindo a Dorcelina de Oliveira Folador, a qual estende nas mãos um documento.

Esses membros, conforme Adma Cristhina Salles de Oliveira (2010, p. 15), possuíam autonomia não somente no argumento, bem como acompanhavam e influenciavam as decisões do poder executivo e legislativo: “A comissão do orçamento participativo decidia sobre os investimentos e destinação dos recursos, que eram aprovados na Câmara e executados pela prefeitura”.

Assim, a administração municipal de Mundo Novo adotou como estratégia de ação o “governo itinerante”, como ficou conhecido, na qual a administração se deslocava até os bairros ou glebas para a realização das reuniões ou fóruns, em cujos espaços se discutiam os problemas da comunidade, elencados por prioridades.

A cada edição do Jornal do programa, tinha-se como padrão a utilização de um pequeno texto que procurou definir o que é o Pé no Bairro, conforme Imagem 46, abaixo:

Imagem 46: Jornal Pé no Bairro com nota introdutória de definição do programa



Fonte: Instituto Dorcelina Vive.

As reuniões ocorriam mensalmente. Toda a comunidade tinha um tempo de fala, todavia, apenas o conselheiro tinha direito ao voto. É fato que todo processo de aprendizagem exige de seus participantes um grau de paciência e persistência, ainda mais quando se leva em consideração a heterogeneidade do grupo atendido, com diferentes conhecimentos de mundo, faixas etárias, personalidades, concepções ideológicas e necessidades individuais. Mesmo assim, pode ser entendido como um projeto exitoso, uma vez que, conforme registrado em diferentes documentos, houve uma adesão popular. As pessoas acreditaram no programa, colocaram-se a aprender acerca do funcionamento da gestão pública e do seu papel como coparticipante do processo decisório nas ações do município.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na linguística, tem-se um fenômeno discursivo, a metalinguagem, sobremaneira utilizado por poetas, que na ânsia de definir a linguagem faz uso dela própria como recurso no seu ato explicativo. Isto é, torna-se possível fazer uso dos recursos estilísticos e estéticos do gênero poesia para se aproximar de uma definição do que é uma poesia, ou ainda, dos recursos cinematográficos para se explicar o que é o cinema, entre outros exemplos possíveis.

Tal conceito parece se aproximar do exercício proposto na construção desta tese. Isto porque, ao mesmo tempo em que se tem por desafio se aproximar de um conceito acerca do ofício do historiador da educação, é inerente à sua construção que a pesquisadora desta tese se lance a campo e assume o seu papel de historiadora da educação, para que se produza um conhecimento que venha a contribuir para a amplificação das pesquisas que se tem na área investigativa. Trata-se, pois, do esforço imanente da articulação entre prática e teoria, sendo a tese que ora se apresenta, nessa linha de pensamento, o produto da articulação expressa.

No tocante à prática da pesquisa, da atividade desenvolvida pelo historiador, mostra-se oportuno compartilhar os desafios enfrentados quando no campo de atuação, que, por vezes, manifestaram-se tanto nas formas de poderes imanescentes daqueles que detêm o poder da informação necessária ao bom desenvolvimento da pesquisa, quanto no trato com a subjetividade inerente daqueles que foram convidados a revolver em suas memórias e em seus esquecimentos (propositais ou não) narrativas compartilhadas com Dorcelina de Oliveira Folador.

Cabe destacar que essa pesquisa também foi desenvolvida durante um contexto pandêmico causado pelo Coronavírus (Sars-CoV-2), o que demandou adaptações quanto à metodologia e ao itinerário proposto inicialmente, principalmente quando se leva em consideração o fato de que a pesquisadora faz uso contínuo de medicamentos imunossupressores. Desse modo, demandou-se um pouco mais de tempo e paciência para remodelação da metodologia, na localização dos contatos desses sujeitos e nas esperas pela devolutiva desses contatos (quando os tinham). Somando-se ao fato de que a pesquisadora não dispôs de afastamento das suas atividades laborais para o desenvolvimento da sua pesquisa.

Feito esse primeiro registro, mostra-se oportuno rememorar o problema de pesquisa e o objetivo norteador das investigações propostas nesta Tese com vistas a se conduzir para as conclusões deste trabalho. Nesse sentido, tem-se como problema uma indagação acerca da forma como se desenvolveu a trajetória formativa de Dorcelina de Oliveira Folador, de modo a viabilizar a sua atuação na política de Mato Grosso do Sul e suas contribuições para a área de educação no município de Mundo Novo, entre os anos de 1981 e 1999. Nessa perspectiva, elege-se como objetivo geral a tarefa de registrar a trajetória de formação da biografada Dorcelina de Oliveira Folador, com ênfase na análise do capital cultural e na rede de sociabilidade construídos por ela, como meios para se estabelecer inserções profissionais na área da Educação e na política em solo sul-mato-grossense, entre os anos de 1981 a 1999.

Para se alcançar tal objetivo, recorreu-se à catalogação e análise dos documentos que compõem o arquivo pessoal de Dorcelina de Oliveira Folador, o qual está sob a guarda da família. Junto a esse trabalho, foram feitas conversas informais com familiares e amigos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), via (inúmeras) mensagens, ligações telefônicas e videoconferências, a partir das quais, também se obteve mais documentos produzidos ou resguardados por essas pessoas. Como também, buscou-se entrecruzar tais informações recebidas com documentos produzidos ou conservados em espaços institucionais, a exemplo de documentos produzidos pelas escolas onde a biografada estudou e trabalhou, documentos disponibilizados pelo Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD) acerca da história do município, pesquisas passíveis de serem produzidas no site do IBGE, a partir do contato realizado via e-mail e disponibilização de link para pesquisas anteriores à década de 1990, dentre outros.

No que se refere à pesquisa desenvolvida, torna-se possível refletir que Dorcelina de Oliveira Folador é resultado do seu tempo e do seu espaço, das suas redes de sociabilidade e do seu capital cultural formado. Ela é fruto das tramas que se tecem nesse espaço fronteiriço que é Mundo Novo, inicialmente, localizado ao sul do antigo Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai, que, à semelhança do que aconteceu em perspectiva nacional, vivenciou os efeitos na passagem de um governo civil-militar para um democrático. A biografada, junto com a sua família, faz parte de um processo de intensa migração resultante de um projeto político de ocupação espacial. É desse solo que ela observa, ainda jovem, o incentivo do Estado a um tipo

de economia baseada na agricultura e na concentração de terras nas mãos de poucos, no desenvolvimento do coronelismo em sua região e na migração em massa de pequenos agricultores para o país vizinho.

A jovem Dorcelina de Oliveira Folador cresce na fé cristã e se reconhece nos trabalhos desenvolvidos pelas Pastorais naquela região, em especial, na sua inclinação do apoio ao direito às terras ao pequeno agricultor e no olhar de complacência aos mais desvalidos. Ao mesmo tempo, forma-se professora do Magistério, cuja proposta, em determinado aspecto, é referenciada em seus projetos como gestora do município de Mundo Novo, especialmente, quanto ao desenvolvimento de aptidões de crianças e jovens atendidos pelo Bolsa Escola visando o posterior acesso ao mercado de trabalho. Também é na aproximação das ideias freirianas acerca do conhecimento como libertação que Dorcelina de Oliveira Folador parece aplicar o seu programa Orçamento Participativo, no qual são convocados os cidadãos mundonovenses para participar ativamente nas decisões políticas do município.

As escolhas que levam essa jovem a se engajar em projetos sociais dentro da igreja, tornar-se professora e depois se reunir a outros amigos para fundar um partido político com pretensões de mudanças profundas na política e nas relações sociais não ocorre de modo desconexo. Ela não rompe com um microcosmo e se dedica a outro. São relações dialógicas, convergentes. E esse movimento se dá tanto pelo sujeito Dorcelina quanto pelos microcosmos que ocupam esse mesmo espaço social.

Como se buscou mostrar, o espaço político de Mundo Novo ainda era restrito e conservador quando Dorcelina de Oliveira Folador propôs a sua candidatura. Os dados levantados nesta pesquisa são testemunhos disso. A história política desse município foi projetada para atender às necessidades dos latifundiários, dos coronéis, não dos pequenos trabalhadores rurais, não das necessidades das mulheres pobres e migrantes, como era o caso da biografada. A possível resposta para a forma como ela conseguiu acessar o espaço político está nessa relação dialógica entre os microcosmos educação, religião e política, como se defende. Por conseguinte, está também nas articulações desenvolvidas pela biografada ao lançar mãos do seu capital cultural e das suas redes de sociabilidade, como se mostrou com essa pesquisa.

Posto isso, compreende-se que o presente trabalho corrobora para a ampliação das discussões acerca da importância da preservação e do trabalho de análise da memória resguardada em arquivos pessoais como fontes importantes para se pensar a (re)construção historiográfica da História da Educação Sul-Mato Grossense. Isso porque, a partir da aplicação de uma metodologia pautada na análise documental, torna-se possível confrontar nesses “vestígios” (GINZBURG, 1990) as marcas de um dado momento histórico.

Como visto, com base em Bourdieu (1996), não se pretendeu nesta Tese, pois, dar conta do todo biográfico. Mesmo porque, conforme se discutiu, qualquer tentativa de se propor ao esforço de abordagem do todo, está fadada ao fracasso, seja pela subjetividade inerente ao processo de escrita, seja pela complexidade da identidade do sujeito, a qual está em constante processo de construção, a depender do contato com o outro, do contato com o meio ou dos papéis que se assume dentro de um determinado contexto social.

Aceito isso, compreende-se que não cabe a este trabalho de pesquisa esgotar esse assunto acerca da trajetória biográfica de Dorcelina de Oliveira Folador. Todavia, tem-se igualmente o entendimento de que o trabalho realizado, além de aguçar o desenvolvimento de outros, realiza o seu papel de evidenciar e registrar a história de uma mulher que contribuiu sobremaneira para a história da educação e social de Mundo Novo-MS, assim como do estado de Mato Grosso do Sul. Dito isso, ressalta-se, pois, a importância de se elaborar um acervo com vistas a incentivar dentro da Universidade Federal da Grande Dourados e na Faculdade de Educação, vinculada a esta instituição de ensino, a produção de novas fontes e incentivo para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jorge Phelipe Lira. Arquivos pessoais e teoria arquivística: considerações a partir da trajetória do conceito de arquivo. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (Org). *Arquivos privados: abordagens plurais*. São Paulo: Associação de arquivistas de São Paulo, 2016.
- AGUIAR, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Henrique. *Bolsa escola: educação para enfrentar a pobreza*. Brasília: UNESCO, 2002.
- ALMEIDA, J. S. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Unesp, 1998.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. A flor e a náusea. In: *A rosa do povo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000, p. 15-17.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. *Estudos Históricos*. v.11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- BARROS, José D'Assunção. Existe uma nova história cultural? Análise de um campo histórico. *Revista Poder & Cultura*. Ano I. Vol. 2. Outubro, 2014.
- BARROS, José D'Assunção. A Escola dos Annales - considerações sobre a história do Movimento. *Revista História em Reflexão - Revista Eletrônica*, v. 4, p. 1-29, 2010.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: A experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BELIEIRO, Thiago Granja. A Nova História no Brasil: Um estudo das apropriações teóricas e metodológicas no livro *Festas e Utopias no Brasil Colonial* de Mary Del Priore. *Em Tempo de Histórias*, [S. l.], n. 30, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14725>. Acesso em: 12 de nov de 2023.
- BENÁRIO, Olga. *Elas fazem a diferença*. Dorcelina Folador. Disponível em: <https://sites.google.com/site/conectply/olga-benario/elas-fazem-a-diferenca/dorcelina-folador>. Acesso em: 10 de jul de 2022.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado*. Regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso. Campo Grande: UFMS; FIC/MS, 2009.
- BITTAR, Marisa. *Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso*. Multitemas (UCDB), Campo Grande, MS, p. 93-124, 1999.

BITTAR, Marisa. *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído!* (1892 1997). Tese de doutorado em História. Universidade de: São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1997. (2 volumes).

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Capital Cultural, Escuela y Espacio Social*. México: Siglo Veinteuno, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução Sérgio Miceli et all 7. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2011.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 20 de dezembro de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1971.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em 7 de nov de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 7 de nov de 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 157, p. 59, 15 ago. 2018.

BRASIL. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 12 de nov de 2023.

BRASIL. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da constituição federal; altera a lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 147, n. 221-A, p. 1-4, 18 nov. 2011.

BRASIL/MEC/CFE. Parecer 349/72. Documenta, n. 137, p. 155173, abr. 1972. Disponível em: www.soleis.adv.br. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 66.600, de 20 de maio de 1970. Cria Grupo de Trabalho no Ministério da Educação e Cultura para estudar, planejar e propor medidas para a atualização e expansão do Ensino Fundamental e do Colegial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66600-20-maio-1970-408046-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de nov de 2023

BRITZ, Adriana Espindola. *Episódios da trajetória biográfica de Oliva Enciso: a gênese de instituições educativas filantrópicas e profissionalizantes não estatais no sul do antigo Mato Grosso (1930-1970)*. Campo Grande-MS: UFMS, 2020. 274 p.

BURKE, Peter (Org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. Preservação da memória de educadoras cearenses: história oral e magistério. *XI Encontro Regional Nordeste de História Oral*. Ficção e Poder: Oralidade, imagem e escrita. Universidade Federal do Ceará, 2017. Disponível em: http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493417953_ARQUIVO_ARTIGOCOMPLETO.pdf. Acesso em: 12 de nov de 2022.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: Artes do Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

COELHO, Fabiano. Formação do MST e luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul. *31º Simpósio Nacional de História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro-RJ, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628783606_ARQUIVO_3d89fbc72978375546cf09fef4a2d099.pdf. Acesso em: 12 dez 2023.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Memória e formalização social do passado nas organizações. *Revista De Administração Pública*, v. 45, n. 6, 2011, p. 1761-1780. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7058>. Acesso em: 12 nov 2023.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emílio Matos. Perspectiva histórica em administração: panorama da literatura, limites e possibilidades. In: Encontro Anual da ANPAD. *Anais*. Rio de Janeiro: Anpad, 2009.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2006.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *(Des)arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente*. São Paulo: Florianópolis: Rafael Copetti, 2019.

DALLABRIDA, Norberto. *O mestre-escola: retalhos da vida de Giovanni Trentini em Rio dos Cedros*. Florianópolis: Dois Por Quatro, 2021.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985*. Campinas: Ícone/ Unicamp, 1985.

DELORY-MOMBERGER, Christine. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica*, Salvador, v. 01, n. 01, p. 133-147, jan./abr. 2016.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista do Programa de Pós-graduação em História*, Florianópolis, v.4, n.1, p.5-22, jan/jun, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014>. Acesso em 6 ago 2022.

DOSSE, François. *A História em migalhas*. Dos Annales à Nova História. Ensaio: Campina-SP, 1994.

DUARTE, Renato Crivelli. *A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO*. Dissertação (Mestrado). Marília: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013.

ESPIG, M. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 10, p. 151-167, 1998.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Acesso em: 12 nov 2023.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; SALES, José Albino Moreira de. *Pesquisas biográficas na História da Educação*. Cadernos De Pesquisa, 26(3), 11–29, 2019.

FIGUEIREDO, Allan Diêgo Rodrigues et al.. Reflexões sobre a educação do/no MST: marcas de autoria coletiva de um pensamento pedagógico. VII CONEDU. Campina Grande: Realize, 2021. p. 1539-1556. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74066>>. Acesso em: 12 nov 2023.

FIGUEIREDO, Nice. Da importância dos artigos de revisão da literatura. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 131-135, jan./dez. 1990.

FLEURY, Renato Ribeiro. *Reforma agrária e estrutura fundiária no Brasil: uma análise a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária*. 2015. 107 f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara-SP, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Vitória Chérída Costa. *Maria Luiza Fontenele: educação e inserção política*. 2017. 148f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação. Fortaleza-CE, 2017.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Maria Teixeira. *Território plural: a pesquisa em história da educação*. São Paulo, SP: Ática, 2010.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 2008.

GIULIANI, Paola C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. IN: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

GRASSIELI, Adriana Alves; SILVA, Alessandra Moraes; OLIVEIRA, José de; MELO, Valéria de Jesus Frago de. Fronteira Brasil-Paraguai e a trajetória dos “brasiguaios”. In: OLIVEIRA, Benícia Couto de (Org.). *É assim a nossa vida Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul*. Dourados-MS: UFGD, 2013, p. 95-112.

HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOECKEL, Paulo Henrique; COSTA, Maria Cristina Vezzu. Diferenças socioeconômicas regionais nos municípios de Mato Grosso do Sul. *Geosul*, Florianópolis, v. 36, n. 79, p. 36-61, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/75832/47115>. Acesso em 12 nov 2023.

IBGE. Cidades, Mundo Novo – MS. Relatório sobre histórico do município de Mundo Novo-MS. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=5005681#/A/27/P/1_1996/T/473/C/1/V/Q. Acesso em: 14 nov 2023.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria*: diário de uma ex-favelada. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo LTDA, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. *Pedaços da fome*. São Paulo: Aquila, 1963.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favela. São Paulo: Ática, 2004.

KUENZER, Acácia. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

LE GOFF. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques. *História*: novos objetos. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos*: para que?. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBERATOR, Norberto. *Dorcelina Folador*: uma prefeita sem-terra. História em quadrinhos. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CDxWKIKhQxV/?utm_medium=share_sheet. Acesso em: 10 jul. 2022.

LICIO, Elaine Cristina. *A trajetória dos Programas de Renda Mínima e Bolsa Escola no Brasil*: o impacto da variável federativa. Dissertação. São Paulo: FGV/EASP, 2002, 128p.

LIMA JUNIOR, Nelson de. Trajetórias e memórias que tecem histórias: os brasiguaios na (re)ocupação da gleba Santa Idalina (1984-1986). Dissertação. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2016.

LOPEZ, André Porto Ancona. A Formação de Arquivistas no Brasil: Notas para um Debate. In: VALENTIM, M. L. P. *Estudos avançados em Arquivologia [online]*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 181-196. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/znn37/pdf/valentim-%209786559541294-10.pdf>. Acesso em: 12 nov 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 14, nº 2, p. 31-39. jul./dez. 1989.

MANDELA, Nelson. *Longa caminhada até a liberdade*. SANTOS, Paulo Roberto Maciel (Trad.). Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

MARTINHO RODRIGUES, Rui. Biografia e gênero. In: FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (Org.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2015. p. 54-70.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis. Vozes, 1988.

MATO GROSSO DO SUL. Resolução/SE nº 006/79, de 26 de novembro de 1979. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, nº 236, página 10, de 10 de dezembro de 1979. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO236_10_12_1979. Visualizado em: 21 set 2022.

MATOS, Júlia Silveira. *Tendências e Debates: Da Escola dos Annales à História Nova*. Historiæ, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 113-130, 2010.

MELO, Demian Bezerra de. *Ditadura “civil militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*. In: Espaço Plural. Ano XIII. N. 27. 2º semestre 2012, p. 39-53.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. História da Educação no Brasil. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. 95p. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso: 29 abr 2020.

MELO, Danilo Souza. *A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade*. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Editando o legado pioneiro: o arquivo de uma educadora. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Orgs). *Refúgio do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Bau de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Alvaro Alberto*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos (Orgs). *Práticas de memória docente*. v. 3. Coleção cultura, memória e currículo. São Paulo: Cortez, 2003.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Papéis guardados*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2003. 48p.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Armanda Álvaro Alberto*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. 164 p.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Um objeto quase invisível. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Cadernos à vista: escola, Memória e Cultura Escrita*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MONTERO, Teresa. *À procura da própria coisa: uma biografia de Clarice Lispector*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.

MORAIS, Fernando. *Lula: Biografia: Volume 1*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MOREIRA, Walter. Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção. *Janus*, Lorena, ano 1, n. 1, 2º sem. 2004. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/19/o/Revis__o_de_Literatura_e_desenvolvimento_cient__fico.pdf. Acesso em: 15 mar 2024.

MST. Princípios da Educação no MST: Reforma agrária, semeando educação e cidadania. Caderno de Educação n. 8. São Paulo, 1996.

MUNDO NOVO. *Projeto Bolsa-Escola*. Uma lição de vida. Secretaria Municipal de Mundo Novo-MS, 1998. 20p.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND: (1943 -1960)*. 2008. 118 p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2008.

NÓVOA, António. *Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo*. Sindicato dos professores de São Paulo. São Paulo, SP, 2007. Disponível em: http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf> Acesso em: 1º ago. 2022.

OLIVEIRA, Adma Cristhina Salles de. *Movimentos sociais e ação educativa: uma experiência em Mundo Novo – MS*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UEL). Londrina, 2010. 195p.

OLIVEIRA, Adma Cristhina Salles de. Trajetória da construção do projeto político educacional: narrativas/memória. *REVELL - Revista de Estudos Literários da UEMS*, ano 2, v. 2, n. 3, p. 119–138, 2011.a

OLIVEIRA, Adma Cristhina Salles de. Dorcelina Folador: Mulheres e suas Vozes na Construção do Projeto Político Educacional. *Página de Debate: Questões de Linguística e de Linguagem*, v. 1, p. 100-120, 2011.b

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*. v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?format=pdf>. Acesso em: 12 nov 2023.

OLIVEIRA, Benícia Couto de (Org.). *Histórias que (re)contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul*. Dourados-MS: UFGD, 2013. 142 p.

OLIVEIRA, Rogério Armstrong Vasconcelos Silva de. *O Programa Bolsa Escola Federal no sistema de proteção social brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes-RJ: UENF, 2005. 134f.

OLIVEIRA JR., Antonio Ribeiro de. *Do reflexo à mediação: um estudo da expressão fotográfica e da obra de Augusto Malta*. Mestrado em Multimeios. Campinas-SP: Unicamp, 1994.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT). Atlas Histórico do Brasil. FGV. CPDOC. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6101>. Acesso em: 12 nov 2023.

PAULILO, André Luiz; MORAIS, Claudiana dos Reis de Sousa. Pesquisa em/com arquivos pessoais e ética. In: Comissão de ética em pesquisa da ANPED. *Ética e pesquisa em Educação [recurso eletrônico]: subsídios*. Volume 3. Rio de Janeiro: ANPED, 2023.

PEREIRA, Adriana Arrojado Correia. *Pesquisa em arquivos pessoais no Brasil: um estudo dos pesquisadores-docentes*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal Fluminense, 2021.

PEREIRA, Eduardo Tadeu. *Educação política: uma experiência com o orçamento participativo*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

PERLI, Fernando. O silêncio da imprensa e a política de comunicação do MST. *XIII Encontro Regional de História*. História e Democracia: possibilidades do saber histórico. Coxim-MS, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1479605805_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2016.pdf. Acesso em: 12 nov 2023.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

PESSANHA, Eurize Caldas. *Meio século em sala de aula: história de pessoas, de cultura escolar e de currículo*. Campo Grande, MS: Oeste, 2015.

PESSANHA, Eurize Caldas. *Acervos privados como fontes de pesquisa: arquivos, memórias, esquecimentos*. Poíesis Pedagógica, Catalão – GO, v. 19, e-68533, 2021.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. *Estudos históricos: Memória*. v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 12 nov 2023.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação Sociológica. In: FAUSTO, B. (Org). *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 155-189.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Historiografia Sul-Mato-Grossense, 1968-2010: Notas para um balanço. In: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos de Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011. p. 167-185.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da Empresa Concessionária dos Ervais do Antigo Sul de Mato Grosso. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n. 1, p. 204-228, jan.-jun., 2015.

ROCHA, Kélgia Betania S. da; LUZ, Janes Socorro da. A manutenção do controle sociopolítico do território Goiano através do sistema coronelista. In: *II Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG*. Inovação, Inclusão Social e Direitos. Universidade Estadual de Goiás. Pirinópolis-GO, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Computador/Downloads/7482-Texto%20do%20artigo-21974-1-10-20161118%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Computador/Downloads/7482-Texto%20do%20artigo-21974-1-10-20161118%20(1).pdf). Acesso em: 12 nov 2023.

ROMANI, Giovani Luiz. *Igreja e Pastorais Sociais: A Comissão Pastoral da Terra e o conselho indigenista missionário na diocese de Dourados (1971-2000)*. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2003.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ROMERO, Enrique Duarte (coord.). *Perfil socioeconômico de Dourados - MS, 2018*. Dourados-MS. 132p. Disponível em: <https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Perfil-Socioecon%C3%B4mico-de-Dourados-1.pdf>. Acesso em: 20 abr 2024.

SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras aproximações*. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, 2009.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Por uma história do tempo presente. *28ª Reunião Anual da Anped*, 2005. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/por-uma-historia-do-tempo-presente-0>. Acesso em: 20 ago 2022.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 12 nov 2023.

SENA, Ana Lúcia da Silva. *Gênero, raça e ação afirmativa no Mato Grosso do Sul: uma experiência brasileira*. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3290>. Acesso em: 12 nov 2023.

SILVA, Vilma F. de Carvalho Ângelo da. *Dorcelina Folador. A prefeita assassinada por defender a moralidade da administração pública*. Campo Grande-MS: Editora UNIDERP, 2005. 124p.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SILVA, Andréa Villela Mafra da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. *HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 70, p. 197-209, 2016.

SPRANDEL, Marcia Anita. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ. 1992. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/8940>. Acesso em: 22 set 2022.

SUCUPIRA, Tânia Gorayeb; MARTINHO RODRIGUES, Rui. História, memória e educação. In: FIALHO, Lia Machado Fiuza; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo. *Fontes orais em pesquisas educacionais*. Fortaleza: UFC, 2015.

TANDE. *A vida é um jogo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2020

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, nº 14, mai/jun/jul/ago, pp. 61-88.

VANTI, Elisa dos Santos. A fotografia e a pesquisa em História da Educação: elementos para a construção de uma metodologia. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 19, p. 121-130, abr. 2006 Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 21 set 2022.

VEIGA, José Eli. *O que é Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

VIANA, Maria José M. *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995. 169p.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 37-70, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. *Educação*. v.30, n. 02, p. 177-194, 2005. Disponível em: <http://www.ufms.br/ce/revista>. Acesso em: 21 set 2023.

VILLALOBOS, J. U. G.; ROSSATO, G. A Comissão Pastoral da Terra (CPT): notas da sua atuação no estado do Paraná. *Boletim de Geografia*, v. 14, n. 1, p. 19-32, 25 mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12882>. Acesso em: 22 set 2022.

VIOTTI, E. da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: 1987.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Las Autobiografías, Memorias Y Diarios Como Fuente Histórico-Educativa: *Tipología Y Usos*. Revista Teias. PROPED. UERJ. v. 1, n. 1 (2000).

VIÑAO FRAGO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Cadernos a vista: Escola, Memória e Cultura Escrita*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MATÉRIAS

EM NOME DA SEGURANÇA NACIONAL, DITADURA PROÍBE VOTO EM CAPITAIS E OUTRAS CIDADES. O Globo, 2016. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-nome-da-seguranca-nacional-ditadura-proibe-voto-em-capitais-outras-cidades-20203122>. Acesso em: 12 nov 2023.

FAMÍLIA MISSIONÁRIA. Dorcelina de Oliveira Folador. Disponível em: <http://www.familiamissionaria.com.br/artigo.asp?area=13&cat=30&sub=23&catsub=22&artigo=309>. Acesso em: 10 jul 2022.

GALERIA DOS PREFEITOS FOI IMPLANTADA NO PAÇO MUNICIPAL DE MUNDO NOVO. TV Sobrinho MS, 2019. Disponível em: <https://www.tvsobrinhoms.com.br/2019/09/23/galeria-dos-prefeitos-foi-implantada-no-paco-municipal-de-mundo-novo/#:~:text=Ant%C3%B4nio%20Cavalcante%20%E2%80%93%2001%2F01%2F,%C3%A0%2031%2F12%2F2020.&text=%23PraCegoVer%20%E2%80%93%20Imagens%20da%20Galeria%20dos,cada%20prefeito%2C%20em%20ordem%20cronol%C3%B3gica>. Acesso em: 12 nov 2023.

MOREIRA, Gilvander. Dorcelina Folador, sem-terra, deficiente e prefeita: 21 anos de martírio. Disponível em: <https://gilvander.org.br/site/%EF%BB%BFdorcelina-folador-sem-terra-deficiente-e-prefeita-21-anos-de-martirio/>. Acesso em: 10 jul 2022.

SUPLICY, Eduardo. Homenagem de pesar pelo falecimento da prefeita da cidade de Mundo Novo, MS, Maria Dorcelina de Oliveira Folador. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/252746>. Acesso em: 10 jul 2022.

VÍDEOS

TV MUNDO NOVO. Mundo Novo em 1999 Dorcelina Folador. Mundo Novo-MS: TV Mundo Novo, 1999. 1 vídeo (17 min e 30 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vEEOW3OoFuE&t=463s>. Acesso em: 26 set 2023.

REVISÃO DA LITERATURA

ALMEIDA, Marlaine Lopes de. *Leyda Régis: reminiscências de formação intelectual e atuação profissional em Sergipe*. Mestrado (Dissertação). Fundação Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: BICEN, 2009, 128p. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4621>. Acesso em: 12 nov 2023.

AMAYA, Stephanie. *Trajetória biográfica do professor Luiz Alexandre de Oliveira: em estudo a comunidade e a escola de japoneses Visconde de Cairu no sul de Mato Grosso (1930-1950)*. Mestrado (Dissertação). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: BIC UFMS, 2018, 146p. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6216895. Acesso em: 12 nov 2023.

BARCELLOS, Maria Carolina. *Iara Vieira (1949-2003): trajetória poética e docente*. Mestrado (Dissertação). Fundação Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão:

Bicen, 2016, 91p. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8562868. Acesso em: 12 nov 2023.

BRITEZ, Adriana Espindola. *Episódios da trajetória de Oliva Enciso: a gênese de instituições educativas filantrópicas e profissionalizantes não estatais no sul do antigo Mato Grosso (1930-1970)*. Doutorado (Tese). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: BIC UFMS, 2020, 294p. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9857955. Acesso em: 12 nov 2023.

BRITEZ, Adriana Espindola; ASSIS, Jacira Helena do Valle Pereira. A gênese das instituições de ensino filantrópicas e profissionalizantes no antigo Sul de Mato Grosso: episódios da trajetória de Oliva Enciso. *Educação Em Foco*. v.23, n. 40, p. 249–272, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/4555>. Acesso em: 12 nov 2023.

CIACCHI, Andrea. Do desembarque do navio ao embarque na canoa: Gioconda Mussolini, 1886–1938. *Revista de antropologia*. *Revista de antropologia (São Paulo)*, 2015, Vol.58 (2), p.69-98. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/108512>. Acesso em: 12 nov 2023.

CORREA, Luciana Borgerth Vial. *Ilmar Rohloff de Mattos: professor marcante na formação de professores de História na cidade do Rio de Janeiro*. Doutorado (Tese). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: biblioteca do CFCH, 2021, 254p. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9857955. Acesso em: 12 nov 2023.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral; GOUVÊA, Fernando César Ferreira. Flexa Ribeiro: secretário de educação de Carlos Lacerda na Guanabara (1960-1965). *Revista Educação em Perspectiva*. *Educação em Perspectiva*, v. 10, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/7103>. Acesso em: 12 nov 2023.

DINIZ, Maria Cecília Pinto. *A trajetória profissional de Hortênsia de Ollanda: resgate histórico para a compreensão da Educação em Saúde no Brasil*. Doutorado (tese). Centro de Pesquisas René Rachou/Fiocruz. Belo Horizonte: CPqRR, 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/75700528-Ministerio-da-saude-fundacao-oswaldo-cruz-centro-de-pesquisas-rene-rachou-programa-de-pos-graduacao-em-ciencias-da-saude.html>. Acesso em: 12 nov 2023.

GOMES, Denise de Oliveira Campos Magalhães. *Memórias, História de Vida e Introdução à Obra de um Educador Brasileiro*. Mestrado (Mestrado). Universidade Nove

de Julho. São Paulo: Prof. José Storópoli, 2009, 142p. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1554>. Acesso em: 12 nov 2023.

HINTERHOLZ, Marcos Luiz; ALMEIDA, Doris Bittencourt. Universidade em disputa: ecos dos itinerários de Aparício Cora de Almeida no tempo presente (Porto Alegre - RS). *Educar em Revista*, n. 38, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/G8TGfBLSLvxbcyWq63vTXGn/>. Acesso em: 12 nov 2023.

KOSSOY, Boris. A história da fotografia. In: *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.

LIMA, Maria do Socorro. *República, política e direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: BICEN, 2008, 301p. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/300>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

MACHADO, Sandra Aparecida de Souza. *A trajetória biográfica de Joseph Jubert jornalista, professor anarquista e sua proposta de educação libertária no interior paulista (1900-1921)*. Doutorado (Tese). Universidade São Francisco. Itatiba: Santa Clara, 2021, 212p. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10964800. Acesso em: 12 nov 2023.

MENEZES, Cecília Maria de Alencar. *Itinerâncias de vida/formação de Carmen Teixeira e atividade profissional na educação visibilizadas pelas lentes de gênero*. Doutorado (tese). Universidade Federal Da Bahia. Salvador: Biblioteca Anísio Teixeira-FACED, 2011, 207p. Disponível em: https://formacce.ufba.br/sites/formacce.ufba.br/files/tese_cecilia_maria_de_alencar.pdf. Acesso em: 12 nov 2023.

MONTINO, Mariany Almeida. *Riquezas que se podem encontrar nos bolsos de um guarda-pó pensando a formação de professoras das séries iniciais*. Mestrado (Dissertação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Biblioteca Central, 2009. 130p. Disponível em: file:///H:/Meu%20Drive/Doutorado/TRABALHO%20FINAL/Leituras/Montino_MarianyAlmeida_M.pdf. Acesso em: 12 nov 2023.

MOTA, André. Entre o curso tradicional e o curso experimental da Faculdade de Medicina-USP: a experiência da pedagoga Maria Cecília Ferro Donnangelo, 1968-1976. *Educar em revista*. 2014, v. 54, p.159-172. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Cgv36GmzbMjtFSYnrBTPHP/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov 2023.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. *Esther Pedreira de Mello: múltiplas faces de uma mulher (in)visível (1880-1923)*. Doutorado (Tese). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rede Sirius, 2014, 239p. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1320708. Acesso em: 12 nov 2023.

SILVA, Márcia Alves; CARDOSO, Adriana Lessa. Trajetórias biográficas de mulheres feministas atuantes em movimentos sociais. *Filosofia e educação*. v.25, 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/7656>. Acesso em: 12 nov 2023.

SILVA, Viviane Freitas da. *Memórias da Educadora Olivina Olivia Carneiro da Cunha: práticas educativas e envolvimento político e social na Paraíba (1886-1977)*. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: Biblioteca Central UFPB, 2012, 170 p. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4673?locale=pt_BR. Acesso em 12 nov 2023.

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. *Da Medicina ao Magistério: Aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior*. Mestrado (Dissertação). Fundação Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: BICEN, 2008. 281p. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4771>. Acesso em: 12 nov 2023.

SOARES, Liane Cristina Figueiredo. *Olga Mettig: história de vida, percurso formativo e pensamento pedagógico*. Mestrado (Dissertação). Universidade do Estado da Bahia. Salvador: Biblioteca Luiz Henrique Dias Tavares, 2007. 235 p. Disponível em: http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/liane_cristina_figueiredo_soares.pdf. Acesso em: 12 nov 2023.

ANEXO



Ofício n. 5334/SUPED/GAB/SED/2023

Campo Grande/MS, 28 de Agosto de 2023.

Senhora Orientadora,

Noticia-se o recebimento do Ofício n. 001/2023, de 8 de agosto de 2023, que trata do Projeto de Pesquisa "Educação, Religião e Política: A trajetória biográfica de Dorcelina de Oliveira Folador, em Mundo Novo – MS (1974-1999)", a ser desenvolvido pela doutoranda Ana Karoliny Teixeira da Costa, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/FAED/UFGD).

Destaca-se que o mencionado Projeto de Pesquisa possui como objetivo "investigar a trajetória biográfica de Dorcelina de Oliveira Folador, enquanto representação da mulher sul-mato-grossense que atuou na educação e na política do estado, na segunda metade do século XX, entre os anos de 1979 e 1999".

Assim, após apreciação da solicitação de acesso à documentos sobre o período de formação de Dorcelina de Oliveira (nome de solteira), no então segundo grau vinculado ao magistério, ofertado pela Escola Estadual Castelo Branco, na cidade de Mundo Novo/MS, a partir do ano de 1981, informa-se que esta Secretaria se manifesta **favoravelmente** à solicitação.

Para essa finalidade, devem ser observadas as seguintes orientações para que seja possível o desenvolvimento da pesquisa, em consonância com as normativas legais, especialmente no tocante à Lei de Proteção Geral de Dados - LGPD (Lei n. 13.853/2019):

- Comunicar previamente o Coordenador Regional de Educação;
- Agendar com o(a) gestor(a) da escola/instituição onde a pesquisa ocorrerá para evitar interrupções na rotina escolar;
- Reportar-se ao servidor responsável pela manutenção dos arquivos da escola /instituição, para que este realize as buscas documentais e os disponibilize;
- Garantir, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais mencionados nos documentos;
- Considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram a referida solicitação;
- Relatar quaisquer ocorrências imprevistas durante as ações planejadas para tomada de medidas necessárias.

Considerada a importância do trabalho a ser desenvolvido, sugere-se que, ao final, os resultados da pesquisa sejam compartilhados para conhecimento e possíveis encaminhamentos.

À Senhora
ALESSANDRA CRISTINA FURTADO
Orientadora do Programa de Pós-Graduação (PPGEdu/FAED/UFGD)
Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária - Unidade II - Caixa Postal: 364
79.804-970 - DOURADOS/MS

Elaborado por: fmalaquias

Este ofício possui anexo(s)

Encaminhado ao(s) email(s): alessandrafurtado@ufgd.edu.br, anateixeira@ufgd.edu.br

Avenida Poeta Manoel de Barros, 1779, Parque dos Poderes Governador Pedro Pedrossian, Bloco V - CEP 79031350 - Campo Grande/MS - CNPJ -

Assinado digitalmente por HELIO QUEIROZ DAHER:83468528191 - Hora do servidor: 28/08/2023 18:18:16
Este documento é cópia do original. Para conferir o original, acesse o site www.edoc.ms.gov.br, e informe o código 0F026440F na opção "Valide aqui seu documento".

Protocolo:	
Data:	



Ofício n. 5334/SUPED/GAB/SED/2023 - 2

Esta Pasta coloca à disposição para informações adicionais, se necessário, a Coordenadoria de Formação Continuada e a Coordenadoria de Gestão Escolar, por meio dos respectivos telefones (67) 3341-0462 e 3318-2284.

Atenciosamente,

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação
Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por HELIO QUEIROZ DAHER:83468528191 - Hora do servidor: 28/08/2023 18:18:16
Este documento é cópia do original. Para conferir o original, acesse o site www.edoc.ms.gov.br, e informe o código 0F026440F na opção "Valide aqui seu documento".

Protocolo:

Data: ____/____/____

APÊNDICE

CATALOGAÇÃO ARQUIVO DORCELINA

Documentos	“Impressões” sobre o material	Descrições	Possíveis Investigações
1. Caderno pequeno de arame com desenho feito à mão na capa. 1995.	Descrição: trata-se de um caderno pequeno, de arame, com uma capa de tecido de algodão cru, pintado à mão com tinta de tecido. Sobre o desenho da capa: foi pintado um mapa da América do Sul, deixando perceptível uma ligação com a América Central. Os traçados são marrons escuros e, no interior do desenho, predomina um marrom mais claro. Este mapa é circundado por cercas de arame farpado, “rompidas” na sua extremidade sul. Dentro do mapa, há quatro figuras, de traços pueris, que poderiam ser lidas como o arquétipo de uma família. São dois “bonecos” maiores, representando o casal, e dois menores, representando os filhos. O maior deles, possui um chapéu de abas largas – tipicamente utilizado pelo homem do campo. Abaixo do desenho, a frase:	33 anotações e 2 desenhos, sendo: a) um pergaminho com ramos de flores coloridos; b) e um desenho infantil de uma mulher com chapéu, escrito “PT”. As anotações datam do ano de 1995. 1- São listadas organizações de manifestações. Nesses registros, há distribuições de funções, quantificações de materiais a serem confeccionados (tais como convites, panfletos e faixas). Mensagens de efeito para serem colocadas nas faixas. Listas de nomes que devem ser coligados ao partido político ou autoridades que devem ser convidadas. 2- Organização de textos para serem pregados na Missa da Partilha e Família. Entrada, ofertório e final. 3- Uma carta de denúncia a ser apresentada à Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da Ordem de Advogados do Brasil, sobre um caso de estupro a mulher com deficiência, em Mundo Novo-MS. Dorcelina assina como presidente da AMPDF	1- Analisar de que forma Dorcelina se expressa por meio dos seus desenhos. 2- Observar como as ações políticas organizadas estabeleciam as suas movimentações internas. 3- Analisar os discursos produzidos nas faixas de protesto (no discurso escrito neste caderno e associado com as fotografias dos álbuns); 4- Buscar aproximações entre a produção de discursos na política e na igreja. Fio condutor: ações sociais em favor de grupos sociais dito marginalizados.

	“Maldita todas as cercas que impedem o homem de viver e amar”. Não há identificação de autoria. OBS: Possível relação com Dom Pedro Casaldáliga ou Dom Pedro do Araguaia. “Optou por praticar, na radicalidade evangélica, a humildade e as bem-aventuranças e, inspirado pela ira corajosa típica dos grandes profetas, enfrentou, com firmeza e poesia, fazendeiros, militares e outros poderosos para defender pobres, índios, posseiros, rios e florestas”¹⁹	4- Lista de produtos de armarinho para produção criativa artesanal.	
2. caderno pequeno de arame com capa amarela	Trata-se de um caderno que sofreu bastante com a ação do tempo. Apresenta uma capa amarela bem desgastada nas extremidades. Ao centro, escrito à caneta, tem-se a palavra “Reunião”, escrita com letras grandes, em caneta de tinta azul.	São vários os croquis de saias, blusas, vestidos (infantis e adultos). Também existem recortes de revistas com imagens de mulheres e crianças “modelando” diferentes opções de roupas.	- Durante a entrevista piloto com a filha de Dorcelina, Hyndira, relatou episódios em que lembrava da mãe usando roupas produzidas ou desenhadas por ela mesma. - Inclusive, disse guardar ainda hoje o chapéu branco usado pela mãe na posse, quando prefeita. Desenhado especialmente para ela.

19

	Abaixo, na “etiqueta” timbrada na própria capa, tem-se a palavra “Modelo”, em caneta de tinta vermelha.		- A filha também relatou que a mãe chegou a abrir uma loja de roupas prontas, antes de entrar na política.
3. Livreto Canterra. 1996.	Trata-se de um livreto, produzido de modo rudimentar, a partir de folhas sulfites A4. A capa e as margens internas do livreto têm a imagem de pergaminho. A capa, um pergaminho pintado de amarelo e bordas marrons, com ramalhetes de flores coloridas. Preenchido com diversos desenhos de notas musicais Ao centro, tem-se escrito: PT / CANTERRA / Direção: Dorcelina – 96. A contra-capas mantém a mesma imagem e informações, mas na cor preta.	São 11 canções criadas para o partido político do PT. - As letras das músicas enfatizam as injustiças sociais, trazem “recados” para o governo FHC, e impulsionam o público-alvo do partido (trabalhadores rurais) a lutarem pelos seus direitos sociais.	- As letras das músicas possibilitam se atentar para os pontos de conflitos e insatisfações sociais vivenciadas pelos grupos minoritários de Mundo Novo – MS. Dessa forma, colocam-se como indícios do contexto social vivenciado por Dorcelina, quando envolvida com a política regional.
4. Livreto –	Trata-se de um livreto	Na parte interna da capa, há o nome da	Mostra-se um material

Primeiro Encontro Municipal de Mulheres. 1995.	amarelo, com uma fotografia grande ao centro, declinada para à direita. Não há descrição ou nitidez para identificar as personagens da fotografia. A fotografia também ganhou o tom amarelo da capa. Compreende-se, no entanto, que se trata de uma manifestação, no centro da cidade. Há uma aglomeração de pessoas e o uso de faixas. Acima da fotografia, tem-se: “8 de março”. Abaixo da fotografia, a descrição: “DIA INTERNACIONAL DA MULHER” Na sequência, um poema de Vinícius de Moraes: “Que haja qualquer coisa de flor em tudo isso (...)/ É preciso que tudo isso seja sem ser, mas que reflita e desabroche”.	“Dorcelina de O. Folador” e escrito “PT”, em caneta azul. São previstas 7 reuniões do grupo. Na primeira página, há a descrição: “REUNIÕES DE PREPARAÇÃO PARA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER 08 de março” Na primeira reunião, é prevista a fala da “Margarida”, que introduz a conversa sobre a necessidade da organização do grupo de mulheres para uma manifestação em Campo Grande. São esclarecidos os objetivos pretendidos. Na sequência, a “Rosa” passa a explicar como se desenrolou a “história de exploração da mulher nos diversos tipos de sociedades”, indo da sociedade primitiva (reunião 1), passando pela escravista (reunião 2), feudalista (reunião 3) e chegando na sociedade capitalista (reunião 4). Também são elencadas algumas lutas e conquistas das mulheres (reunião 5) e é explicado como surge o dia “08 de março” (reunião 6). Por último (reunião 7), são trabalhadas as lutas e as conquistas das mulheres de “hoje”, década de 1990. Nomes: Margarida, Rosa, Luzia, Amália. Total de páginas: 16. Imagens: 5 desenhos incolores.	relevante para analisar a percepção que esse grupo de mulheres do município tinham sobre os lugares e ações do sujeito feminino nos espaços públicos aos quais estavam inseridas. Representação e espaço de fala do sujeito feminino em uma região fronteiriça, nos anos de 1990.
---	---	--	--

5. Ata de Reunião_ Primeiro Encontro Municipal de Mulheres.	Um livro preto, grande, com folhas em pauta. Há um único registro: uma reunião ocorrida em 17/09/1995.	Um “boneco do livreto” e um retrospecto (iniciado em 1906 e finalizado em 1994) sobre os principais eventos que contribuíram para a história das mulheres.	Permite entrever o que se colocava como prioridade de discussão para o grupo de mulheres organizadoras do evento. Também colabora para uma ampliação do conhecimento acerca da temática sobre a luta do sujeito feminino por direitos sociais.
6. Folheto_ 1º Encontro do Setorial dos Movimentos Populares de Mulheres da Central de Movimentos Populares. Mato Grosso do Sul - agosto de 1995.	Duas Páginas de folhas A4, estruturando as propostas e as metas do grupo.	Sessão 1: Desafios da Conjuntura – Fala-se sobre o neoliberalismo e formas de se colocar frente a esse processo. Sessão 2: Propostas – propostas do movimento direcionados para a assistência à mulher. Sessão 3: Como CMP pode trabalhar a questão das mulheres – Sessão 4: Recomendações –	O folheto contribui para pensar as propostas políticas voltadas para o sujeito feminino, em termos de garantia de direito, inclusão e assistência.
6. Boneco do livreto sobre Primeiro encontro municipal de	Todo em preto e branco. Com partes escritas à mão e outras datilografadas. Há indicações de	Há trechos do texto A mulher na sociedade primitiva e A mulher na sociedade capitalista. Total de páginas: 08.	O material pode ser utilizado como uma das peças para se perceber o olhar da mulher para conscientização dela

mulheres	organizações das reuniões por grupos, contendo: coordenadora, secretária e uma mulher para explicar o texto.	Nas últimas 3 páginas, escrito à mão, tem as impressões de uma pessoa (ou grupo), do sexo feminino, sobre o assunto tratado no texto. Possivelmente, um feedback de uma das participantes (ou grupo) do Encontro.	enquanto sujeito social.
7. Estudos sobre mulheres na atualidade.	São 3 textos que apresentam um levantamento sobre a condição da mulher entre as décadas de 1970 e 1990. Englobam discussões sobre: mercado de trabalho, direitos sociais, violência contra a mulher, etc.	Texto 1. Cidadania para as mulheres. Autores: Nalu Faria e Mirian Nobre. (3 páginas). Texto 2. A mulher na sociedade escravista. Sem autoria. O texto tem recortes e colagens que viriam a fazer parte do livreto. (frente e verso de uma folha avulsa). Texto 3. A mulher no feudalismo. Sem autoria. O texto tem recortes e colagens que viriam a fazer parte do livreto. (frente e verso de uma folha avulsa).	Especialmente o texto 1, traz informações importantes para pensar o espaço da mulher na sociedade brasileira, entre as décadas de 1970 e 1990.
8. Folheto – V Festa do Folclore. 1999.	Trata-se de um folheto colorido, com destaque para a fauna e flora local (arara azul, bem-te-vi, tuiuiú, peixe dourado, onça, árvore Buriti, etc.), indígena, mulher na água (Iara?), antropomórfico (homem/árvore).	Ilustrações retiradas do livro Kyvy Mirim “O índio mago e a lenda do pé de tarumã”, de Brígido Ibanhes. Ilustrações Márcia Szélíga Total de páginas: 04 No formato de um folheto “dobrável”, há indicações: Página 1:	Pode vir a contribuir para compreender as ações de Dorcelina (enfoques e discursos) no papel de gestora de Mundo Novo. Uma ênfase na cultura e no trabalho social (principalmente, ao notar quais os grupos responsáveis pelas barracas – e arrecadações – no evento).

		Brasão de Mundo Novo Prefeitura Municipal de Mundo Novo – MS Departamento de Cultura “Governo Popular e participativo” V Festa do Folclore. De 20 a 22 de agosto/99. Página 2: Texto de convite da Dorcelina. Página 3: Programação do evento. Página 4: Barracas participantes (escolas, bairros, clube de mães, CTG, UEMS, Patrulha Mirim) com nomes de estados brasileiros. Trata-se de um Convite, da Dorcelina, na condição de prefeita, para a V Festa do Folclore de Mundo Novo – MS, nos dias 20 a 22 de agosto de 1999.	
9. Folheto de Homenagem à Dorcelina. 2010	Não há indicação de autoria do Folheto (formato de cartão). Com predominância do vermelho, tem-se como plano de fundo um tecido encolhido, cheio de ondas. (Seria uma bandeira?) Na lateral direita, em tamanho grande, tem-se uma fotografia da Dorcelina (sorridente, bem trajada, com uma blusa	Pelas cores, liga-se ao partido político no qual Dorcelina era coligada, o PT. Na frente, parte superior, na cor branca e em negrito, tem-se: “A sua memória é a confiança no bom, no justo, no melhor do mundo!”. Ao centro, lateral esquerda: 30 de outubro de 2010 11 anos de saudade... Dorcelina Folador No verso, um depoimento de uma pessoa sobre saudade e sobre o dia em que Dorcelina faleceu.	O material carrega em si um discurso atravessado por implicações partidárias e subjetivas sobre a importância de Dorcelina enquanto no papel de gestora. Todavia, não deixa de ser uma perspectiva que vem a contribuir para a tessitura de episódios da trajetória de Dorcelina, enquanto no papel de gestora de Mundo Novo.

	vermelha e uma medalha religiosa no pescoço). No verso do folheto, o plano de fundo é o mesmo.	Não há indicação de autoria. Há frases emblemáticas (partidarizada), tais como, ao final: “Dorcelina vive”.	
10. Livreto_ Instituto Dorcelina Vive	Na capa, há uma imagem de uma fotografia “tirada de cima” de uma parte da cidade (possivelmente, Mundo Novo) e ao lado, uma fotografia de Docelina, sorridente, com o braço direito estendido (como se estivesse apresentando a cidade a alguém). Na parte superior, está escrito: “Dia Municipal de Luta e Combate à Violência” Abaixo, está escrito: “Instituto Dorcelina Vive”	Total de páginas: 14 O material é feito em homenagem póstuma à Dorcelina. Composto por fotografias em família, junto aos aliados da política e nos projetos no MST. Também há fotografias do município, em uma relação de comparação, entre um antes e um depois da administração de Dorcelina. Fotografias que “contam” a história de alguns de seus projetos, tais como: orçamento participativo, bolsa escola, Agricultura, Revitalização, Cidadania... Fotografia de Lula chorando a beira do caixão de Dorcelina.	O material se mostra oportuno para pensar a um retrospecto de alguns episódios da trajetória de Dorcelina quando chega ao estado de MS, algumas de suas ações no campo religioso e, com maior intensidade, as suas benfeitorias para a política municipal.
11. Apostila_ Município de Mundo Novo	Trata-se de uma apostila, no formato A4, encadernada.	Total de páginas: 14 Dados de base: 1996. Dados estimados: 2000 e 2001. Gestão: 2001 e 2004.	Trata-se de uma importante fonte para a coleta de dados sobre o contexto socioeconômico de Mundo Novo.

		Contém o Histórico da cidade de Mundo Novo; Dados demográficos; Aspectos econômicos; Infraestrutura econômica e social; Educação Pré-escola, Fundamental e Médio (número de estabelecimentos, matrículas e professores – urbana e rural);	Possibilidades de coleta de dados sobre a Educação do Município.
12. Livro_ Lei Orgânica de Mundo Novo. 1990.	Trata-se de um pequeno livro. Na capa, há 4 fotografias, possivelmente, de Mundo Novo. Há o brasão da cidade e escrito: Lei Orgânica de Mundo Novo Mato Grosso do Sul 1990 Abaixo, um barrado com faixas verde e amarelo.	Total de páginas: 37 São leis que tratam dos deveres e obrigações dos vereadores, prefeito, vice-prefeito, secretários do estado de Mato Grosso do Sul.	A Lei Orgânica da cidade permite buscar referências sobre os deveres e ações de Dorcelina no papel de prefeita da cidade.
13. Livro_ História Política do Brasil. 1960-1994.	Um pequeno livro, de capa azul e escrita em tinta preta. Na parte superior, tem-se o título: “História Política do Brasil: 1960-94”. Ao centro: “Cronologia resumida dos	Expediente: A cartilha nº 2 “História política do Brasil – cronologia resumida dos principais fatos e das organizações partidárias – 1960-94”, organizado por Maria de Almeida. Foi publicado originalmente no livro “A história do Partido dos Trabalhadores – O sonho era possível - , de Marta Harnecker, 1994, que conta a história do PT. Diagramação: Consulta Popular	O registro feito possibilita analisar dados sobre o contexto nacional e, por conseguinte, ações que vieram a impactar na formação de Mundo Novo-MS.

	principais fatos e das organizações partidárias” Abaixo: Cartilha nº 2 Consulta Popular	Rua Ministro Godoy, 1484 05015-900 São Paulo-SP Telefax: (011) 263-9698 Correio eletrônico: consultapopular@cidadanet.org.br	
14. Jornal_ 13 Propostas do governo Lula	Um pequeno jornal, de 4 páginas. Na capa: Parte superior: 13 Propostas do Governo Lula No centro: uma fotografia de Lula, com a legenda “Para a saúde”. Na borda inferior, à direita: Lula Brasil Mercadante Vice	Título interno: “Pela saúde e Direito à vida contra a ‘politicagem’ na saúde. Pela implementação do sistema único de saúde - SUS”.	O material pode vir a colaborar para compreender as propostas desenvolvidas pelo partido político ao qual Dorcelina estava coligada, no período em que atuou na política – a partir de uma perspectiva nacional.
15. Álbuns de fotografias	Há fotografias organizadas em álbuns pequenos e médios e em envelopes.	Fotografias de cunho íntimo, junto aos familiares, filhas e esposo. Retratam diferentes fases da vida de Dorcelina, especialmente, enquanto no papel de mãe e gestora da cidade de Mundo Novo.	Os documentos iconográficos encontrados permitem uma análise de diferentes situações em que Dorcelina se coloca, com destaque para as funções

			religiosa, educacional e política.
16. Folheto_ Bate-papo sobre Fé e Política.	Um jornalzinho de 4 páginas, composto por charges e vários quadros de textos curtos. Texto preto e branco.	Um jornalzinho produzido pelo partido político do PT para orientar um público específico: os fiéis da igreja católica. “Abre o olho”. Há um carimbo no material: P/ VEREADORA DORCE Nº 13611 Para prefeito FAXINA	Mostra-se um documento interessante para pensar a forma como fé e política se relacionavam na década de 1990 na região.
17. Recorte de Jornal Avulso _ O Liberal. 1995.	Jornal O Liberal. Publicado em Mundo Novo- MS. Data: 12 de Abril de 1995. p.12.	Reportagem: Mundonovenses visitam presidente do Tribunal de Justiça e pedem o afastamento de Zé Carlos Legenda da fotografia (na qual Dorcelina está presente): Vereadores e lideranças expuseram ao presidente do Tribunal de Justiça a crise mundonovense	Trata-se de um documento que pode vir a contribuir para a compreensão do contexto histórico regional no momento em que Dorcelina passa a se dedicar ao campo político.
18. Página de Jornal Avulso_Tribuna do Povo. 1995.	Jornal Tribuna do Povo. Publicado em Mundo Novo-MS. Data: 08 de setembro de 1995. p. 07.	Reportagem principal: Sessão: Câmara em Foco Título: CPI já está trabalhando Legenda da fotografia: Na fotografia, Osvaldo Machado Franco, o Coconho, presidente da CPI. Segunda reportagem: Título: Greve completa 30 dias Legenda da fotografia: Flagrante de uma das assembleias dos servidores e funcionários públicos municipais.	Trata-se de um documento que pode vir a contribuir para a compreensão do contexto histórico regional no momento em que Dorcelina passa a se dedicar ao campo político.

19. Diário de Período de Preparação ao Magistério. 1983.	Trata-se de um caderno grande de brochura de capa dura, na cor xadrez marrom claro e bege.	Na contra-capas: Dorcelina nº 7. Um visto, com data de 20/04/83. Folha de rosto: Meu diário de período de preparação. Desenho: Um pergaminho. Dentro, um rapaz com uma enxada na mão. Ao lado, um carneirinho. Há vegetação em volta e uma borboleta sobrevoando. O desenho é contornado com canetinhas coloridas e pintado com lápis de cor.	O material traz pistas relevantes para pensar a formação da Dorcelina no magistério, em 1983.
20. Diário Grupo Escolar Nilson Ribas. 1973.	Trata-se de um caderno grande brochura de capa dura, encapado com um papel de estampa de carneirinhos e, por cima, encapado com um plástico azul claro (desgastado com a ação do tempo).	Na capa: um pergaminho com ramos de flores. Escrito: Diário (com letras grandes e desenhadas). Abaixo, o desenho colorido de um pássaro e paisagem com vegetação. Informações: Professora: Eva Maria do Prado 1º ano Primário No interior do caderno: Grupo Escolar Nilson Ribas, Douradina-PR. Primeiro registro de data: 1º de março de 1973.	A julgar pela data do caderno, não se trata de um Diário de Dorcelina. Possivelmente, trata-se do Diário de uma das irmãs. Todavia, em entrevistas piloto com a irmã de Dorcelina, Marlene, foi confirmado que Dorcelina realizou o curso de magistério no grupo escolar Nilson Ribas, em Douradina. Nesse sentido, o material se torna importante para nos dar pistas de como se deu o funcionamento desta instituição e, por conseguinte, dados sobre a formação de Dorcelina no magistério.
21. Atividade Escolar da Escola Mickey. Professora	Trata-se de uma folha sulfite avulsa com o desenho mimeografado de	Na borda superior do desenho, tem-se: Escola do Mickey, 18/10/85. Tia Dorcelina	Trata-se de um registro importante da atuação da Dorcelina como professora em

Dorcelina. 1985.	uma menina de tranças e chapéu.	2ª série Na lateral do desenho: Oi Nelson quer jogar comigo? Possivelmente, uma atividade que seria entregue a um aluno da turma.	uma instituição de ensino ainda existente em Mundo Novo-MS.
22. Carteira de registro de professor.	Trata-se de uma Carteira de Registro, expedida pela SED/MS, com validade até 09/10/1988.	Área de estudo/disciplina: atividades Grau: 2º Autorização expedida na forma da Resolução nº 006/79 Artigo 3º, Inciso III Com validade do Estado de Mato Grosso do Sul Até 09/10/88	Esta autorização está amparada pela Resolução 006/79, SED/MS. A qual estabelece normas para autorização de professores, Diretores, Diretores-Adjuntos e Secretários de Escolas de 1º e 2º graus e registros de professores de nível I a IV do 1º grau e Pré-Escolar.
23. Pasta Catálogo com recortes de jornais.	Trata-se de uma pasta catálogo preta, com visores de plástico transparente. No interior, centenas de folhas do tipo A4, nas quais foram colocados recortes de jornais, margeados por linhas coloridas. Na parte superior, datilografado o nome do jornal e a data.	São recortes dos Jornais (O Paranazão, Diário do Povo, O Progresso, O Liberal, Notas de Vicentina, Tribuna do povo, O Popular), com o primeiro registro no dia 17 de outubro de 1997 e o último, em 12 de março de 1998. São registros, em sua grande maioria, diários de atividades ligadas ao contexto político de Mundo Novo, incluindo as prestações de contas de Dorcelina durante o seu mandato, a inauguração de obras, a visibilidade a ações assistencialistas, cursos de capacitações, encontros regionais do PT, a caravana do Zeca do PT pelo MS visando as eleições de 1998, mobilizações do MST, investigações de irregularidades administrativas	Trata-se de um documento que pode vir a contribuir para a compreensão do contexto histórico regional no momento em que Dorcelina passa a se dedicar ao campo político.

		cometidas pelo ex-prefeito de Mundo Novo (Ademar Antônio da Silva, o Dema), dentre outros.	
--	--	--	--